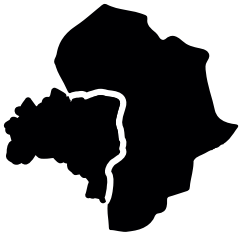
Paz na Terra, Guerra em Casa

Paz na Terra, Guerra em Casa

Isabel Casimiro



série
BRASIL & ÁFRICA

COLEÇÃO PESQUISAS

1

UFPE

Editora UFPE

PROEXT
Pró-Reitoria de Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor
Profº Drº Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Pró-Reitor de Extensão
Profº Drº Edilson Fernandes de Souza

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador Geral
Profº Drº Marco Mondaini - DSS/UFPE

Coordenador Adjunto
Profº Drº José Bento Rosa da Silva - DH/UFPE

Secretaria Acadêmica
Arnaldo Sucuma - doutorando/PPGSS e Niedja Lima - mestranda/PPGSS

Jornalista Responsável
Xenya Bucchioni - doutoranda/PPGCOM

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Vieira (UFPE/Brasil); Ana Piedade Monteiro (Unizambeze/Moçambique); Colin Darch (Cape Town University/África do Sul); Edílson Fernandes de Souza (UFPE/Brasil); Eurídice Monteiro (Universidade de Cabo Verde/Cabo Verde); Francisco Januário (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique); Isabel Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique); João Carlos Trindade (CESAB/Moçambique); José Bento Rosa da Silva (UFPE/Brasil); José Luis Mateus Alexandre (Universidade Mandume Ya Ndemonfayo/Angola); Judith Head (Cape Town University/África do Sul); Marco Mondaini (UFPE/Brasil); Marcos Costa Lima (UFPE/Brasil); Maria Bernardete Martins de Azevedo Figueiroa (MPPE/Brasil); Mário Cabral (Guineaspora/Guiné Bissau); Solange Rocha (Cape Town University/África do Sul); Teresa Amal (Universidade de Coimbra/Portugal); Tereza Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique

Projeto Gráfico
Daniel L. Apolinário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE 11

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA 13

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO (2004) 27

AGRADECIMENTOS 33

ABREVIATURAS 35

INTRODUÇÃO 39

I PARTE 47

CAPÍTULO I - O FEMINISMO E AS TEORIAS FEMINISTAS. QUADRO TEÓRICO E ANALÍTICO 49

INTRODUÇÃO 49

1.1. O MOVIMENTO FEMINISTA 51

1.2. A PRIMEIRA VAGA DO FEMINISMO - MOVIMENTO FEMINISTA SUFRAGISTA 58

1.3. A SEGUNDA VAGA DO FEMINISMO - O MOVIMENTO FEMINISTA DA IGUALDADE 63

1.3.1. O FEMINISMO REFORMISTA OU LIBERAL 66

1.3.2. O FEMINISMO SOCIALISTA 68

1.3.3. O FEMINISMO RADICAL 69

1.4. A TERCEIRA VAGA DO FEMINISMO - MOVIMENTO FEMINISTA DA DIFERENÇA 71

1.5. O MOVIMENTO FEMINISTA EM ÁFRICA 75

1.6. QUADRO TEÓRICO E ANALÍTICO 91

1.6.1. AUTO-REFLEXIVIDADE 111

1.6.2. HIPÓTESES DE TRABALHO E TÉCNICAS DE PESQUISA 114

CAPÍTULO II - A SOCIEDADE E O ESTADO EM ÁFRICA - A SITUAÇÃO DA MULHER 131

INTRODUÇÃO 131

2.1. O ESTADO E A SOCIEDADE EM ÁFRICA 137

2.2. O ESTADO EM ÁFRICA E AS SUAS RELAÇÕES COM AS MULHERES 147

23. HISTORIOGRAFIA A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM ÁFRICA 151

II PARTE 171

CAPÍTULO III - A SOCIEDADE E O ESTADO EM MOÇAMBIQUE - A SITUAÇÃO DA MULHER 173

INTRODUÇÃO 173

3.1. A MULHER, MÃE, ESPOSA, GUERRILHEIRA E ´TRACTORISTA` 185

3.2. PERFIL DAS MULHERES 193

CAPÍTULO IV - AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM MOÇAMBIQUE 201

INTRODUÇÃO 201

4.1. AS ORGANIZAÇÕES DAS MULHERES 215

4.1.1. AS SOLIDARIEDADES "TRADICIONAIS" 217

4.1.2. AS ORGANIZAÇÕES DO PERÍODO COLONIAL 223

4.1.3. A LUTA ARMADA E AS MULHERES 226

4.1.4. AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO - A OMM E A UGC 233

4.2. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE MOÇAMBIQUE (OMM) 240

4.2.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 240
4.2.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 253

4.3. A UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS DE MAPUTO (UGC) 259
4.3.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 259
4.3.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 262

III PARTE 271

CAPÍTULO V. AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO PERÍODO 1987-97 - O GEPR, A MULEIDE, O FÓRUM MULHER E A AMME 275

INTRODUÇÃO 275

5.1. O GABINETE DA ESPOSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (GEPR) 277
5.1.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 277
5.1.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 279

5.2. A MULHER, LEI E DESENVOLVIMENTO (MULEIDE) 286
5.2.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 286
5.2.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 292

5.3. O FÓRUM MULHER - COORDENAÇÃO PARA MULHER NO DESENVOLVIMENTO 296
5.3.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 296
5.3.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 302

5.4. A ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA MULHER E EDUCAÇÃO (AMME) 315
5.3.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO, RELAÇÃO COM O ESTADO, COM AS FORÇAS POLÍTICAS E COM OS DOADORES 315
5.3.2. OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO INTERNA, ACTIVIDADES E RELAÇÕES COM OS MEMBROS E COM AS BASES 317

CAPÍTULO VI. CONCLUSÕES 325

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E DE REFERÊNCIA 341

ENTREVISTAS REALIZADAS 375

“PAZ NA TERRA, GUERRA EM CASA” *

FEMINISMO E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM MOÇAMBIQUE

Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro

* O título “**Paz na terra, guerra em casa**”, diz respeito a uma frase, muitas vezes repetida, por mulheres moçambicanas, depois do fim da guerra em Moçambique, com a assinatura do Acordo de Paz em Roma, em Outubro 1992. Sugere que, apesar da guerra ter terminado no país, há uma outra, mais antiga, que continua a flagelar as mulheres e as crianças - a violência doméstica.

“AS PARTEIRAS DO TEMPO

A mulher avança por dentro da imagem. Por detrás dela está o tempo. O tempo de um país que demorou muito sangue a se encontrar. De uma nação que apenas se reflecte em espelho quebrado. De um povo que pagou caro o ter sonhado. E apesar de tudo ela se move, a mulher. Como um planeta dentro da terra, como se os seus pés pisassem a própria luz que a sua caminhada vai fabricando.

Essa pequena mancha de chão que se vê na fotografia é afinal, o mundo inteiro. A madrugada começa nesse fundo de neblina. Como se fosse a primeira manhã do mundo. A mulher traz esse mundo sobre a sua cabeça mas como se fora um sol: ou, melhor, uma madrugada. O que elas acarretam pesa tanto como suas vidas mas elas o transportam com leveza, com elegância de um riso. … Em nenhuma destas mulheres se lê um traço de derrota. Elas transportam o mundo à cabeça para deixar livres as mãos. Essas mãos permanecem disponíveis para o amor e

para a enxada. Estas mulheres estão em movimento. Seus pés vão cruzando mais que lugares - vão percorrendo tempos. Estas mulheres estão caminhando para fora da moldura como se a actual realidade não lhes bastasse, como se no ventre deste tempo elas fossem parteiras dos sonhos todos que carregamos em nossas cabeças".

Mia Couto. Prefácio ao livro de fotografias de Carlos Dominguez *Com o mundo na cabeça - Homenagem às mulheres de Moçambique*, Associação do Centro Cultural de Matalana, Figueira da Foz, 1997.

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Constituída por 3 Coleções (Pesquisas, Ensaios e Clássicos), a ***Série Brasil &*** África expressa duas ordens de fatos fundamentais: por um lado, a virada geopolítica ocorrida no Brasil no início do século XXI, que aponta para a mudança na ordem de prioridades no campo das relações internacionais, com a passagem de ênfase do diálogo "Norte-Sul" para o diálogo "Sul-Sul"; por outro lado, a tomada de consciência da necessidade de construção de laços mais estreitos no campo acadêmico-intelectual entre os saberes que são construídos no Brasil e no continente africano – especialmente, mas não de maneira exclusiva, nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Fundada em tal princípio, a ***Série Brasil & África*** nasce assumindo o compromisso ético de edificação de novos olhares que sejam suficientemente capazes de reconhecer as novas experiências sociais e políticas antissistêmicas emergentes no Brasil e em África, direcionadas à construção de uma nova ordem referenciada na afirmação da democracia e dos direitos humanos compreendidos na sua radicalidade, como forças voltadas à socialização do poder.

Dentro desse contexto, a ***Série Brasil & África*** propõe alinhar-se ao conjunto de iniciativas surgidas na última década no sentido de aproximar universidades e

centros de pesquisa engajados no processo de reflexão crítica sobre os traços universais que identificam os Estados e sociedades do Sul do mundo num mesmo quadrante geopolítico, mas, também, sobre as suas particularidades histórico-sociais, responsáveis pela sua diferenciação.

Resta afirmar, por fim, que a iniciativa editorial representada pela ***Série Brasil & África*** não teria se concretizado sem o apoio de primeira hora dado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (PROEXT/UFPE) – apoio este que deve ser saudado com entusiasmo por todos/as aqueles/as docentes e discentes engajados/as no duplo esforço de internacionalização e democratização da nossa universidade.

Marco Mondaini

(Professor da UFPE e Coordenador da ***Série Brasil & África***)

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Nascemos para nos pagar. Nascemos mulheres e já temos a dívida de nos pagarmos. É, isso, somos o tráfico porque é o homem que tem que ser agradado.[1]

Las mujeres somos uma economia en resistencia.[2]

Somente a utopia do futuro reconforta contra o pessimismo da história.[3]

Quinze anos se passaram desde a defesa da dissertação de mestrado (1999) e dez da primeira edição pela Promédia (2004) do livro *´Paz na terra, Guerra em Casa `. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique.*[4]

Neste tempo breve de 15 anos muita coisa aconteceu em Moçambique, alterações houve na concepção, estrutura e organização do Estado em Moçambique, as organizações mudaram e mudou sobretudo e bastante a relação entre o partido Frelimo no poder, o Estado e a sociedade, entre as instituições do governo e as associações.

1 Palavras de uma menina da associação Horizonte Azul de Maputo, II Conferência do Fórum Mulher, Construindo Alternativas Feministas em prol dos Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas, 27-28 Maio 2014, Maputo, 28 de Maio de 2014. Agradeço à Teresa Cunha o registo.
2 Miriam Gartor, da Marcha de Mujeres amazonicas en Equador, web site da OPSUR, no seu artigo, El feminismo reactiva la luta contra el extractivismo en America Latina.
3 Elizabeth Badinter (1986), ***"L'Un et l'Autre - Des rélations entre hommes et femmes".*** Éditions Odile Jacob, Paris, Prefácio, pg. 15.
4 Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.

O livro analisa os movimentos de mulheres, surgidos em Moçambique, entre as décadas de 1970-90. A principal questão que procura abordar, diz respeito ao modo como as mulheres, e a sociedade moçambicana, no geral, exercem a sua cidadania, activa e participativa, que conduza a uma sociedade de relações mais solidárias e de respeito pelas diferenças, entre mulheres e homens, e entre estes e a natureza, deste modo retomando a própria dinâmica da vida.

A partir de finais de 1980 mas particularmente a partir da década de 90, Moçambique experimentou um *boom* na criação de associações de mulheres ou lutando pelos direitos humanos das mulheres, o que foi possível devido à aprovação pela então Assembleia Popular da II Constituição da República em Novembro de 1990, da Lei 8/91 sobre as Associações, mas também a um ambiente regional e internacional favorável. A nova Constituição consagrou o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário e o princípio da separação do poder legislativo, executivo e judicial e da realização de eleições livres, no âmbito de uma democracia representativa.

Em 1992 o Acordo de Paz em Roma entre o Governo de Moçambique e a RENAMO[5] pôs fim a uma guerra sangrenta que matou e deslocou mulheres, homens e crianças, durante mais de uma década após a independência de Moçambique em 1975.

O trabalho de campo para a dissertação de mestrado foi realizado num período de explosão das associações[6], sobretudo de mulheres, e beneficiou da minha participação em algumas delas, como a Organização da Mulher Moçambicana

5 RENAMO, Resistência Nacional de Moçambique, hoje partido Renamo, principal da oposição.
6 O trabalho de campo foi realizado em 1997 e 98. Entre 1995 e 1999 fui deputada da Assembleia da República, pelo Partido Frelimo, no Circulo Eleitoral da Cidade de Maputo, capital do país, depois das primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994.

(OMM), da Associação Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e do Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento. Participei, em representação do Centro de Estudos Africanos[7], CEA, na criação da MULEIDE e do Fórum Mulher[8].

A diversa informação recolhida contemplava os seguintes dados no respeitante às organizações estudadas: tipo de relação com o Estado e com as forças políticas; relação com os doadores e efeitos das doações na vida interna das organizações; relações com os membros e com as bases; tipo de actividades e intervenções; organização interna; influência de factores endógenos e exógenos na definição dos Estatutos, Programa e Actividades. Para o estudo foram selecionadas: **Organização da Mulher Moçambicana** (OMM) - a primeira de tipo moderno, criada, pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), durante a Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), em 1973; **União Geral das Cooperativas** (UGC) - de tipo cooperativo, com fins lucrativos, criada depois da Independência, em 1981 e representando uma ruptura com a política assistencialista que vinha caracterizando a OMM em finais da década de 70; **Gabinete da Esposa do Presidente da República/Gabinete da Primeira Dama** - Instituição do Governo criada, em 1990, à imagem e semelhança de outras organizações das Primeiras Damas no mundo, com apoio inicial do PNUD e mais tarde da União Europeia; Associação **Mulher, Lei e Desenvolvimento** (MULEIDE) - a primeira organização na área dos direitos humanos a ser criada em 1991, na sequência do envolvimento de representantes de Moçambique na fundação do *Women in*

7 CEA, Universidade Eduardo Mondlane, UEM. Foi o primeiro centro de pesquisa em Ciências Sociais, criado logo após a independência de Moçambique pelo primeiro Reitor da UEM, Fernando Ganhão e Aquino de Bragança, seu Director até 1986. Aquino pereceu com o primeiro Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, no acidente de aviação em 19 de Outubro de 1986.

8 Importa igualmente referir que em 1988 participei da criação no CEA do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), em 1990 designado Departamento de Estudos da Mulher e Gënero (DEMEG), em 1990. Foi através deste sector que o CEA participou em 1988 na criação do Women and Law in Southern Africa Research and Education Project (WLSA), hoje uma associação independente em Moçambique e das actividades relacionadas com as questões de mulher e género. A pesquisa da WLSA iniciou em 1990 no CEA, envolvendo mais 5 países da região austral de África.

Law and Development in Africa, *WILDAF* (Mulheres no Direito e Desenvolvimento em África), em 1990, em Harare, Zimbabwe e, da participação de investigadoras moçambicanas, desde 1988, no *Women and Law in Southern Africa Research and Education Project*, *WLSA*; **Fórum Mulher** - Coordenação para Mulher no Desenvolvimento. A primeira rede de organizações de tipo diverso, criada em 1993, reunindo no seu seio associações, organizações governamentais, não-governamentais nacionais e estrangeiras, organizações das Nações Unidas, ligas femininas de partidos políticos, sindicatos, organizações comunitárias; **Associação Moçambicana Mulher e Educação** (AMME) - Constituída em 1994, maioritariamente por professoras preocupadas com a crise educacional que se instalou com a guerra de desestabilização e depois com o programa de ajustamento estrutural em 1987, visando valorizar a profissão de professor, sobretudo da professora primária e com a educação da mulher e da rapariga, num país com altas taxas de iliteracia feminina.

I

Este trabalho é fruto de um compromisso meu na caminhada contra todas as discriminações vividas por nós mulheres. Baseia-se num conhecimento situado, cuja perspectiva reflecte a minha vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulher moçambicana envolvida no processo político.

O meu interesse pelas questões de género, sobre as relações sociais entre mulheres e homens, sobre os direitos humanos das mulheres em Moçambique surgiu de uma sugestão de Aquino de Bragança[9], primeiro Director do Centro

9 Aquino de Bragança, natural de Goa na India, "professor, jornalista, intelectual público, militante político, diplomata discreto, homem, marido e pai", como bem refere Collin Darch no prefácio do primeiro livro da *Coleção Clássicos* da *Série Brasil & África*, com escritos de e sobre Aquino de Bragança. Foi um dos fundadores e membro da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), membro da FRELIMO e do Partido Frelimo. Morreu a 19 de Outubro de 1986, em Mbuzini, África do Sul, na fronteira com Moçambique, no avião em que viajava o Presidente Samora Machel e mais a sua delegação - 33 membros - no regresso da Zâmbia.

de Estudos Africanos (CEA), de estudar a participação das mulheres na luta armada de libertação nacional. Foi no âmbito do projecto de pesquisa "O Poder Popular nas antigas Zonas Libertadas da FRELIMO" da então Oficina de História e com a sua iniciativa, que me decidi a trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada, tema da minha monografia em História defendida em 1986 e com o tema "Transformação nas relações homem/mulher em Moçambique, 1960-74". [10]

Como era seu costume e depois de estar algum tempo fora em actividades diversas, sobretudo por solicitação do Presidente da República, Samora Moisés Machel, Aquino chegava ao edifício onde até hoje funciona o CEA e conversava com todos nós, pesquisadores, corpo técnico-administrativo, estudantes. Queria saber o que havia acontecido, o que pensávamos sobre diversos assuntos, as nossas sugestões para resolver os múltiplos problemas que vivíamos, sufocados pelo apartheid Sul-Africano e por uma guerra de desestabilização. Num desses dias conversou comigo sobre a minha monografia - eu queria estudar a educação nas zonas libertadas da FRELIMO[11] - e sugeriu que estudasse a participação da mulher na luta armada. Estava convencido de que sempre que a mulher era respeitada e participava nas actividades da luta armada dirigida pela FRELIMO, esta avançava e quando ela era relegada a segundo plano a revolução sofria reveses.

Aquino de Bragança sonhou com a criação de um centro de pesquisa que pudesse reflectir e produzir conhecimento sobre Moçambique no contexto da África Austral, do continente Africano e do mundo, desde os tempos de exílio na Argélia, como costumava dizer-nos. Era sua convicção que Moçambique

10 Graduação em História pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.
11 FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, a Frente que conduziu a luta pela libertação e independência do País, entre 1962-1975.

devia investir na criação de capacidades nacionais para a análise e reflexão sobre a história do país. Dizia frequentemente que era necessário criar uma intelectualidade orgânica, capaz de analisar criticamente o processo histórico moçambicano. Foi sob sua iniciativa que se criou a Oficina de História, cujos projectos de investigação se debruçaram sobre a luta armada de libertação nacional, as questões do poder nas antigas zonas libertadas e no período posterior à independência nacional em 1975.

II

A reedição deste livro ocorre num momento particular da história de Moçambique.

Uma guerra não declarada dilacera novamente o país desde Abril de 2013, enquanto conversações incompreensíveis e intermináveis se sucedem no Centro de Conferências Joaquim Chissano em Maputo, entre representantes do governo de Moçambique e do Partido Renamo. E em Novembro de 2014 serão realizadas eleições presidenciais e legislativas quando, o dirigente do principal partido da oposição, a Renamo, se encontra na mata e promete dividir o País...

O tempo que nos separa do período em que foi realizada a pesquisa para este trabalho foi marcado por alterações na concepção, estrutura e organização do Estado em Moçambique, sobretudo nos últimos dez anos. Registaram-se mudanças nos movimentos sociais, as organizações estudadas continuam a existir mas nem todas com o vigor inicial. O que tem caracterizado a última década é o controlo de algumas organizações que desafiam o carácter autoritário e não dialogante do partido Frelimo e das instituições do Estado, ou o esvaziamento dos seus propósitos, as ameaças sobre activistas, acusando-os de “agitadores do povo”, ou a sua cooptação.

Moçambique vive um momento peculiar desde que foram revelados os seus imensos recursos naturais, num contexto internacional marcado pela crise financeira internacional. O poder das nações mais desenvolvidas vai controlando as economias emergentes e os seus recursos naturais através do extrativismo e da agricultura comercial numa perspectiva neoliberal.[12]

Quais os avanços registados no movimento de mulheres nos últimos anos?

O movimento de mulheres, sob a coordenação do Fórum Mulher, organizou diversas mobilizações exigindo a paz, num contexto de crise político-militar envolvendo as forças governamentais e as da Renamo desde Abril de 2013, através de cartas-abertas endereçadas aos dirigentes políticos, manifestações públicas, as Marchas pela Paz, destacando-se a de 31 de Outubro de 2013 na cidade de Maputo.

A Conferência dos 20 anos do Fórum Mulher em Abril de 2013, visibilizou a força do movimento das mulheres, a sua diversidade e sobretudo a capacidade crescente de mobilização e envolvimento das mulheres jovens e raparigas[13] na militância feminista em defesa dos direitos e da autonomia das mulheres. O evento transcendeu a dimensão do Fórum Mulher como Rede de organizações, abrindo espaço para que muito mais actores e particularmente mulheres, raparigas e homens activistas de vários quadrantes visibilizassem o seu trabalho e as suas lutas por uma sociedade mais justa e igualitária.[14]

A mobilização para a participação no 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo, Brasil, foi um processo participativo que

12 Relatório de Actividades 2013 do Fórum Mulher, uma das associações estudadas neste livro, apresentado à 21ª Assembleia Geral, realizada no dia 26 de Maio de 2014, várias vezes referido.
13 Em Moçambique utiliza-se a palavra rapariga para designar a mulher adolescente.
14 Relatório de Actividades 2013 do Fórum Mulher. É de destacar a criação da Rede Homens pela Mudança (Rede HOPEM) em 2009, que discute a masculinidade dominante e o envolvimento do homem na promoção da igualdade entre mulheres e homens.

envolveu as organizações membros do Fórum Mulher nos últimos dois anos. Moçambique foi eleito para hospedar o seu Secretariado Internacional a partir de 2014 o que constituiu uma grande responsabilidade na articulação de uma agenda nacional, regional e internacional.

A celebração dos 16 dias de Activismo contra a Violência Contra a Mulher há muito realizada envolveu todo o país. A forma expressiva como as diferentes províncias e organizações membros se mobilizaram para as acções em rede ou movimento, denota o entendimento que se vai construindo sobre a dimensão da violência contra as mulheres e da necessidade de união de esforços para o seu enfrentamento.

Em Dezembro de 2013 foi lançado o documentário "Mulheres na Política", evidenciando o esforço de maior poder, participação e voz das mulheres a nível dos órgãos locais de decisão[15].

No campo das alianças, há que destacar a participação na Articulação política em torno do PROSAVANA[16] um processo que envolve articulação com o movimento campesino, cooperativo, ambientalista, entre outros, permitindo o reforço da aprendizagem sobre os temas que envolvem o PROSAVANA, e para fortalecer a voz comum da sociedade civil em torno de assuntos tão críticos que envolvem a terra, principal meio de produção para a maioria da população de Moçambique no área rural, constituída por mulheres.

15 Saliente-se que Moçambique tem uma participação bastante baixa de mulheres nos órgãos locais de poder - 2,33% Presidentes das Assembleias Municipais, 5% Presidentes dos Conselhos Municipais, 28,4% membros dos Conselhos de Consulta Distritais, de acordo com os dados das eleições autárquicas de 2008 - o que contrasta com a sua participação na Assembleia da República a nível nacional, com 39,6%, nas eleições legislativas de 2009.

16 PROSAVANA é um programa entre Moçambique, Brasil e Japão. De acordo com o exemplar do Plano Director a que a sociedade civil teve acesso em 2013, o programa visa apoiar o desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique, ainda que se pretenda, de facto, produzir soja para o Japão, e abrangerá uma área de mais de 10 milhões de hectares e em 19 distritos em três províncias do norte - Nampula, Niassa e Zambézia. Mais de 4 milhões de pessoas vivem e dependem da agricultura nesta área que foi apelidada de Corredor de Nacala. O Programa se inspira na experiência adquirida principalmente através do programa PRODECER, o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado, resultante da Cooperação Japão-Brasil, iniciada nos anos 70, e tal como o PRODECER tem a duração de 20 anos.

A Comissão das Nações Unidas para o Estatuto das Mulheres aprovou na 57ª sessão realizada em Março de 2014, no documento final (*Agreed Conclusions*), pela primeira vez na história desta comissão, um documento firme condenando todas as formas de violência e considerando a Violência Sexual como Crime contra a Humanidade. Nenhuma prática de violência pode ser justificada com argumentos socioculturais. Outro avanço foi em torno da aprovação da Resolução de Protecção aos Defensores de Direitos Humanos, apesar da resistência por parte de alguns governos do Grupo Africano. Este instrumento traz avanços significativos num contexto em que se agudiza a perseguição e criminalização dos movimentos sociais e activistas, de restrição das liberdades de expressão através do controlo dos meios de comunicação social. A título de exemplo, acompanhamos no nosso país a perseguição e controlo sobre as Rádios Comunitárias que têm exercido influência nas comunidades através da disseminação de informação e o papel de monitoria da governação local; ameaças e intimidações a activistas de direitos humanos entre outros. [17]

III

Como estão, em 2014, algumas das organizações estudadas em 1997-98? Eis alguns dados de três das organizações, gentilmente cedidos por suas responsáveis ou pesquisadoras.

A OMM continua uma liga feminina do partido Frelimo e a única com implantação nacional, lutando na actualidade por uma hegemonia perdida desde os idos anos 90, jogando com a sua ligação ao partido no poder. Hoje a sua actuação tem mais a ver com a história do que com a sua capacidade de realizar e desafiar. Duma maneira geral segue as orientações do partido Frelimo, está

17 Relatório de Actividades 2013 do Fórum Mulher.

presente nos seus actos, nas mobilizações, visitas presidenciais e da Primeira Dama. Raramente vai além do que é consentido pelo status quo, o que a afasta dos grandes debates e questões nacionais e regionais. Apesar de ter sido uma das organizações fundadoras do Fórum Mulher, afastou-se aos poucos das acções que esta rede e os movimentos de mulheres realizam.

No que respeita à **UGC**, pudemos perceber por algumas pesquisas que continua activa mas diminuíu bastante o número de membros por Cooperativa. A sua produção tem-se reduzido a verduras – legumes – e raramente frangos. Um vazio quando pensamos o que representou a UGC a partir de finais dos anos 80, num momento de crise.

Parece existirem três tipos de desafios ao nível da UGC: as políticas públicas do sector da agricultura com atenção técnica ao movimento cooperativo; a gestão interna e a sua organização social em conjunto com outros movimentos sociais; a possibilidade de produzir o ano inteiro e resolver os problemas relacionados com doenças variadas que afectam os produtos nas suas machambas.

O Gabinete da Esposa do Presidente da República, também designado Gabinete da Primeira Dama, assumiu poder e força como se estivéssemos perante uma Vice-Presidência da República, não eleita. Existe um Ministério da Mulher e Acção Social que, pela sua designação, tem a missão de se ocupar da maioria da população de Moçambique[18], todavia com um orçamento que não corresponde às suas responsabilidades, o que não acontece com o Gabinete da Primeira Dama que ganhou um enorme protagonismo. A semelhança das suas acções e a desigualdade dos recursos e meios são bastante evidentes.

18 As mulheres representam 52% da população e 54,1% da população vive abaixo da linha da pobreza. A pobreza tem rosto feminino.

A **MULEIDE** tem um Centro para o Acolhimento à mulher vítima de violência na Manhiça[19] construído de raiz desde 2011 e concluído em 2013. Para além do acolhimento o centro terá atividades de integração da mulher violentada: alfabetização, formação vocacional, gestão de pequenos negócios para o seu auto-sustento, culinária, agricultura (existe um terreno anexo para esta actividade), agropecuária, atividades de lazer – canto e dança - entre outros. Prevê-se um sistema de atendimento integrado, com profissional de Saúde, advogado/a, assistente social e outros serviços, de acordo com as necessidades.

Existe uma Delegação da MULEIDE em Cabo Delgado, com um centro de educação nutricional para crianças[20], que se junta à da Beira, província de Sofala, no centro do país.

A rede **Fórum Mulher** representa hoje a ousadia e coragem para enfrentar a sociedade machista, que domina, explora e oprime as mulheres. Semanalmente têm sido reportados casos de jovens e crianças violadas e até mortas, casamentos prematuros, jovens obrigadas a casar com homens mais velhos como forma de pagamento de dívidas das suas famílias, mulheres idosas assassinadas, acusadas de feitiçaria. Nas regiões de exploração de recursos naturais e minerais ouvem-se vozes de aumento de casos de prostituição e exploração sexual, de abandono escolar, sobretudo por parte das jovens.

O Fórum Mulher tem estado a desenvolver acções de advocacia para o respeito dos direitos das mulheres e raparigas no Código Penal, aprovado pela Assembleia da República a 11 de Julho de 2014[21]. Realizou duas marchas ao Parlamento

19 Distrito da província de Maputo, a cerca de 72 km.

20 No Norte do País, especialmente na província de Cabo Delgado, um dos problemas é o índice de mortalidade materna e infantil. Esta a razão que levou a MULEIDE a optar pela construção de um centro para educação nutricional, no distrito de Palma, fronteira com a Tanzânia, com a capacidade de confecionar papas melhoradas com produtos produzidos nas machambas para cerca de 50 crianças dos 0 aos 05 anos.

21 Entrará em vigor a partir de 2015. Depois de um demorado processo de revisão foi depositado na Assembleia da República (AR) em 2008 e discutido a partir de 2012, tendo organizações da sociedade civil acompanhado o processo, devido à inconstitucionalidade de alguns artigos

e mantém o diálogo regular com este órgão de soberania, sobretudo com o Gabinete da Mulher Parlamentar.

Foi desenvolvida uma campanha pela não promulgação da Lei do Estatuto do Deputado e do Ministro com sucesso - o Presidente da República devolveu as leis ao Parlamento, devendo as mesmas ser novamente discutidas. O Fórum Mulher defende que há agendas prioritárias a serem debatidas pelos deputados - Lei do Direito à Informação e a ratificação da Convenção sobre a Maternidade[22] – sendo urgente o restabelecimento da paz.

Como movimento das mulheres o Fórum Mulher tem fortalecido as suas alianças com redes e organizações regionais e internacionais e tem sido convidado a partilhar as suas experiências na região Austral de África para revitalizar os movimentos e redes com a Assembleia das Mulheres Rurais da África do Sul, a Cúpula dos Povos, a Aliança pelos Recursos Naturais, a Aliança pelo Protocolo de Género, a Aliança pela Política de Terras, entre outras. [23]

Verifica-se um reconhecimento cada vez maior do trabalho desta rede bem como da sua capacidade de mobilização e de influenciar processos.

São muitos as vitórias! Mas também são enormes os desafios aqui e em todo o mundo.

propostos. Foram elaboradas cartas à Presidente da AR desde 2012, a mais recente em Março, assinadas por: Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica, Associação Moçambicana dos Juízes, CECAGE, Centro Terra Viva, Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM), Fórum da Terceira Idade, Fórum Mulher, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Horizonte Azul, ActionAid Moçambique, Pathfinder, Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, Mulher e Lei na África Austral (WLSA Moçambique), Centro de Estudos e Aprendizagem da Sociedade Civil (CESC), Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira (AMUDEIA), Plataforma das Organizações da Sociedade Civil em Nampula, Levanta-te Mulher e Siga o Seu Caminho (LEMUSICA), Rede Homens Pela Mudança (HOPEM) - colaboração do Prof. Doutor Eugénio Zacarias, médico legista. Carta à Presidente da AR, Maputo, 20 de Março de 2014.

22 Moçambique é o único país a nível da SADC (Southern Africa Development Community) em que a licença de maternidade é de 2 meses.

23 Agradeço as contribuições de Nzira de Deus, Directora de Programas do Fórum Mulher; Rafa Machava, Directora Executiva da MULEIDE; Aldenir Dias dos Santos, professora e doutoranda, Brasil.

Na medida em que o movimento de mulheres avança aumentando o espaço da sua intervenção a todos os níveis e construindo UM NOVO MUNDO POSSÍVEL nos nossos países e em rede com movimentos noutros países, as forças imperialistas afinam os seus instrumentos de intervenção, utilizando formas avançadas e retrógradas para calar as nossas vozes, movimentos, lutas, caminhadas, muitas das vezes com o apoio dos nossos governos.

Temos de continuar em conjunto a construir alternativas feministas em defesa dos direitos humanos das mulheres e das raparigas, tema da II Conferência do Fórum Mulher realizada nos dias 27-28 de Maio de 2014. É fundamental continuar a caminhada articulando os movimentos. Muito do que acontece actualmente lembra-nos o que de pior aprendemos do nazismo, do colonial-fascismo, das ditaduras em muitos países - perda de todas as liberdades democráticas, encerramento de movimentos e partidos de oposição, perseguição a activistas, a quem não canta a música dos poderosos, seu desaparecimento ou assassinato, medo crescente na tomada de posições por receio de perda de emprego, controlo das comunicações...

E pode não haver dinheiro para financiar políticas públicas decentes, mas o dinheiro aparece para fortalecer a capacidade repressiva do Estado. Os tanques têm estado nas ruas de Moçambique e nas nossas marchas e protestos pacíficos.

SEGUIREMOS EM MARCHA ATÉ QUE TODAS E TODOS SEJAMOS LIVRES!

Recife, aos 15 de Julho de 2014

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO (2004)

Quando penso no trabalho que conduziu à tese de mestrado em Sociologia, realizado entre os anos 1996-1999 e defendido em Coimbra em Julho de 1999, não consigo deixar de recordar as minhas duas gravidezes e respectivos partos. Afinal uma tese é também um parto, é um rito de iniciação. E porque neste mundo em que vivemos as mulheres "*devem parir com dor*", de acordo com a filosofia cristã, e cada coisa realizada, para ter valor, deve conhecer a dor, a minha tese foi dolorosa. A dor é parte integrante do processo de socialização em muitas sociedades - basta ver como a dor acompanha as várias etapas do nosso crescimento, a aquisição de habilidades, a nossa aprendizagem de como viver em sociedade. Ao realizar a tese aprendi muito, tive muitas alegrias, é verdade; mas também sofri, vivi momentos de muito desânimo e decepção, devido ao afastamento familiar e ao constatar uma vez mais que a vida nem sempre é o que pensávamos ou gostaríamos que fosse.

Paradoxalmente a gravidez e o nascimento das minhas duas filhas foram momentos de muita alegria, de bem-estar e de disponibilidade. De muito trabalho, é verdade - porque eu era estudante, professora e também membro do Secretariado do Comité do Partido Frelimo na UEM, tarefas múltiplas e simultâneas que conseguia realizar enquanto transportava no ventre as minhas futuras filhas - mas com uma enorme satisfação interior. O trabalho de tese foi

longo. Realizei a parte lectiva do mestrado de Janeiro a Julho de 1996 e apenas consegui defendê-lo em Julho de 1999!

Em Dezembro de 1995 havia deixado a direcção do Centro de Estudos Africanos - onde trabalho desde 1980, quando Aquino de Bragança era Director e Ruth First Directora de Investigação, ambos assassinados em situações trágicas - para ir fazer a parte lectiva do mestrado em Coimbra. De 1990 a 1995 fiz parte do grupo fundador, a nível regional, criei e coordenei em Moçambique o *Women and Law in Southern Africa Research Project* (WLSA), um projecto regional envolvendo então seis países da região Austral de África. Era (e ainda sou) membro de várias organizações de mulheres, tendo participado da criação de algumas delas, como é o caso da MULEIDE e do Fórum Mulher. Em 1994, por proposta do Partido Frelimo, integrei a lista de deputados para a Assembleia da República, pelo Circulo Eleitoral da Cidade de Maputo, no âmbito das primeiras eleições Legislativas multipartidárias. O que significa que exerci as funções de deputada durante o período de realização da tese de mestrado.

Na prática, reproduzi a imagem da mulher na sociedade - Mãe, Esposa, Trabalhadora, Militante e Activista.

Pertenço à geração da independência de Moçambique que abandonou os estudos universitários ou secundários para "*abraçar as tarefas da revolução*". Estava no meu 1º ano do Curso de História, na então Universidade de Lourenço Marques, quando rebentou o 25 de Abril em Portugal, fruto das lutas armadas de libertação nacional nas então colónias portuguesas. Vagas de moçambicanos resolveram dedicar-se à grandiosa e exaltante tarefa de participar na *Revolução Moçambicana, do Rovuma ao Maputo*. Muitos estudavam fora do país e regressaram; outros que se encontravam em Moçambique

desviaram temporariamente o curso das suas vidas e foram-se ocupando das diversas tarefas que a revolução engendrava. A 3 de Agosto de 1974, fui de férias à província de Nampula que me viu nascer, onde ainda se encontravam os meus pais e irmãos mais novos, e envolvi-me nas actividades da FRELIMO ao nível da província. Em princípios de 1975 o Governador da província de Nampula, Armando Panguene, solicitou a minha colaboração como professora no ex-Liceu de Nampula - onde eu havia feito a escola secundária - devido à saída de muitos dos antigos professores. De repente, vejo-me professora de língua portuguesa de três turmas da 8ª classe, tendo sido colega duma antiga professora minha! No ano seguinte, em 1976, e porque os alunos do último ano do secundário haviam sido enviados, em finais de 1975, para o Campo de Reeducação em Imala, em conjunto com o Reitor e os professores que com eles se solidarizaram, eu vi-me de repente nomeada Reitora, para além de professora de Língua Portuguesa!

Em 1977 voltei aos bancos da Universidade já baptizada pelo Presidente Samora Machel de Universidade Eduardo Mondlane. Aqui fiz o Bacharelato em História até 1979; em 1978 fui tarefeira no Arquivo Histórico de Moçambique, da UEM e em 1979 fui monitora de Didáctica de História na Faculdade de Educação. Em 1980 entro para o CEA, enquanto frequentava o seu Curso de Desenvolvimento. Dei aulas de História de Moçambique, História de África e História Geral aos alunos dos Cursos de Formação de Professores de História e Geografia da 5ªe 6ª; 7ª, 8ª e 9ª; e 10ª e 11ª Classes. Aqui conheci a revolta dos “Rebeldes do Aquário” - um grupo de estudantes descontentes com os Cursos de Formação de Professores - através duma carta anónima e uma ameaça de morte! Integrei um grupo de colegas que leccionou Metodologia de História na então Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda (FACOTRAV).

Depois do assassinato de Ruth First em Outubro de 1982, Aquino de Bragança convidou-me para ser Directora Adjunta do CEA, tarefa que realizei durante um ano, enquanto estava grávida da minha filha mais velha.

Fiz parte dum grupo de colegas que frequentou um Curso de Formação de Professores de Marxismo-leninismo, no ano de 1983, mas nunca chegámos a exercer a docência do "Materialismo *Histérico e Diabólico*" (designação que, irreverentemente, dávamos a estas disciplinas). Entre 1984-86 realizei o trabalho de Licenciatura em História sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional - tema que me foi sugerido por Aquino de Bragança - onde começou o meu interesse pelos direitos das mulheres e pelos movimentos feministas. Em 1987 frequentei um Curso sobre Género e Desenvolvimento na Grã-Bretanha e, como resultado, criámos ao nível do CEA o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), oficializado em 1990 como Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG). Em 1988 nasceu a minha segunda filha. De Dezembro de 1992 a Dezembro de 1995 fui Directora do CEA.

Como costumo dizer estudei por décadas - Bacharelato na década de 70; Licenciatura na década de 80; Mestrado na década de 90 e a partir de 2001 iniciei as pesquisas para o Doutoramento. As minhas filhas nasceram na década de 80. A primeira acompanhou a famosa época do carapau e do repolho, em Maputo. A segunda já nasceu sob o signo das políticas de reajustamento estrutural. Resta perguntarmo-nos qual das duas foi mais bafejada pela sorte!

Com esta descrição detalhada do meu percurso de vida, embora consciente do risco de maçar os leitores, pretendo simplesmente contribuir para o retrato de uma geração – a que me orgulho de ter pertencido – que elevou a generosidade e o entusiasmo da entrega à causa da construção nacional a níveis muito altos e

que, em troca, recebeu conhecimento, experiência, respeito e carinho de todos os que com ela trabalharam. Por vezes também decepções e ingratidão. Uma geração que formou cidadãos, mas que protelou os seus estudos. Até hoje conservo um Louvor pela participação no Novo Sistema de Educação, assinado pelo então Ministro da Educação da República Popular de Moçambique, Graça Machel (era assim que se designava a mulher ministro, até o movimento feminista em todo o mundo conduzir mulheres ao poder e provocar alterações na linguagem sexista...). Uma geração que teve de assumir responsabilidades mal completava um pouco da sua formação ou enquanto estudava. Uma geração militante e comprometida, hoje tantas vezes esquecida e amarfanhada na sua dignidade.

A minha geração acumulou, como é óbvio, muita experiência de vida, aprendeu fazendo, criando e inventando. Se tivesse que voltar atrás, faria o mesmo, sobretudo como docente e activista dos direitos da mulher, as minhas ocupações de eleição.

Este trabalho é sobretudo um espelho da minha vida - pessoal e profissional - e como activista dos direitos da mulher. Eu fui investigadora e investigada ao mesmo tempo. Como refiro no Quadro Téorico-Analítico, esta investigação *"baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a minha vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, perspectiva marcada pela minha educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulher moçambicana de cor branca, de classe média, envolvida no processo político"*.

Uma colega de mestrado a quem pedi para ler a tese e corrigi-la disse-me, "*Esta tese é a tua cara, Isabel*".

Através desta pesquisa, *"... eu estou também a escrever a minha história nacional e política, incluindo a minha história como mulher e feminista moçambicana. Estou,*

portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento', e 'distanciamento', pessoal e temporal, em que se confunde a minha vivência política e associativa, com a de académica e investigadora!".

Isabel Maria Casimiro

Maputo e Angoche, Agosto/Setembro 2003

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que me acompanharam nesta viagem, que sofreram as minhas agonias, que me alentaram e criticaram.

As minhas filhas Catarina e Joana e o João Carlos, meu marido, que ficaram privados de mim nos muitos momentos em que me ausentei fisicamente, mas que sempre me deram força para prosseguir (mesmo que eu me sentisse muitas das vezes culpada); a minha mãe Piedade que muito me apoiou na Assembleia da República e como aquela mãezona para quem sempre sobra tempo e espaço para tudo. A minha sogra Ilda que me substituiu aguentando a casa e a família nas minhas muitas ausências.

A minha muito querida amiga, colega e professora Teresa Cruz e Silva, que teve uma enorme paciência para escutar os meus lamentos, mas firmeza para me pôr a trabalhar.

A Ximena Andrade, outra amiga muito especial, com quem tenho aprendido sobre os direitos da mulher e a necessidade de estar sempre alerta contra todas as formas de discriminação e desqualificação das mulheres.

À Signe Arnfred pelo seu apoio teórico e metodológico.

Os meus colegas do **CEA** e da **UEM** e os deputados da Assembleia da República, pela confiança que depositaram em mim e pelo encorajamento.

O meu supervisor, Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, pela sua orientação e paciência para com os atrasos e a minha militância política.

A Tina que me ofereceu um novo lar aquando do meu exílio forçado de sete meses para terminar a escrita da tese em Coimbra, e a sua família. Mas também todas aquelas mulheres que ali se encontravam, cozinhando vidas e ambientes, que em muito ajudaram a combater a saudade, a depressão e o stress dos prazos.

As Organizações de Mulheres, os seus membros e as suas formas de pensar e estar no mundo. Porque afinal este é o tema do meu trabalho.

As Feministas em todo o mundo que me ensinam o respeito e a auto-estima, *"... porque nós queremos um mundo de paz e de justiça, onde a dignidade humana seja respeitada. Porque exigimos que homens e mulheres sejam iguais em dignidade, iguais em direitos, e que estes direitos sejam aplicados"* (In: Florence Montreynaud, 8 de Março 2001, "Eis porque somos ainda feministas, e pelo tempo que for preciso". Jornada Internacional das Mulheres).

ABREVIATURAS

ACTIVA - Associação Moçambicana das Mulheres Empresárias e Executivas

ADOCA - Associação das Donas de Casa

AMMCJ - Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica

AMME - Associação Moçambicana da Mulher e Educação

AMODEFA - Associação Moçambicana para a Defesa da Família

AMRN - Associação das Mulheres Rurais de Nampula

ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CEA - Centro de Estudos Africanos

CCADR - Caixa de Crédito Agrícola para o Desenvolvimento Rural

CIDA - Agência Canadiana para o Desenvolvimento

DEMEG - Departamento de Estudos da Mulher e Género

DIL - Departamento de Investigação e Legislação (Ministério da Justiça)

DF - Destacamento Feminino

DTS - Doenças de Transmissão Sexual

GEPR - Gabinete da Esposa do Presidente da República

FMI - Fundo Monetário Internacional

FÓRUM MULHER - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

HIVOS - ONG holandesa

IDIL - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Indústria Local

IPAJ - Instituto para o Patrocínio Jurídico (antigo INAJ - Instituto Nacional para a Assistência Jurídica)

LALN - Luta Armada de Libertação Nacional

LIFEMO - Liga Feminina de Moçambique

MAE - Ministério de Administração Estatal

MAP - Ministério de Agricultura e Pescas

MICAS - Ministério para a Coordenação de Acção Social

MICOA - Ministério para a Coordenação do Ambiente

MINED - Ministério da Educação

MPF - Ministério do Plano e Finanças

MULEIDE - Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento

NEM - Núcleo de Estudos da Mulher

NMS's - Novos Movimentos Sociais

NORAD - Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

NOVIB - ONG holandesa

OCM - Organização dos Continuadores Moçambicanos

ODM's - Organizações Democráticas de Massas

OJM - Organização da Juventude Moçambicana

OMM - Organização da Mulher Moçambicana

ONG - Organização Não-Governamental

OTM - Organização dos Trabalhadores Moçambicanos - Central Sindical

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PROAGRI - Programa Integrado Agrário

PSLM/WLSA - Projecto "A Situação Legal da Mulher em Moçambique"/"A Mulher e o Direito na África Austral/*Women and Law in Southern Africa Research Project*

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RM - Rádio Moçambique

SARDC - (*Southern Africa Research and Documentation Centre*) Centro de Investigação e de Desenvolvimento para a África Austral

SIDA - Swedish International Development Agency

SIDA - Síndroma de Imunodeficiência Adquirida

SLIM - Sindicatos Livres e Independentes

UGC - União Geral das Cooperativas Agro-Pecuárias de Maputo

TVM - Televisão de Moçambique

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

WILDAF - *Women in Law and Development in Africa*

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a problemática das organizações de mulheres em Moçambique, no contexto dos novos movimentos sociais, surgidos do processo de globalização do sistema-mundo capitalista, nas últimas três décadas, e questiona até que ponto a sua perspectiva e práticas sociais ajudam a superar a exclusão das mulheres, e contribuem para a construção dum mundo mais solidário entre mulheres e homens e de respeito pelos *outros*.

Pretendo analisar as organizações de mulheres surgidas entre as décadas de 70-90, num período marcado pela luta armada, pela independência e pela reestruturação global, vivida com mais intensidade a partir de 1987, em Moçambique. Este período corresponde a transformações significativas na vida de Moçambique, sendo de destacar: i) a luta armada, a independência de Moçambique e a tentativa gorada do partido Frelimo de entrar por uma via de desenvolvimento de tipo socialista; ii) o assassinato do Presidente Samora Machel e a erosão do sonho duma sociedade livre da "exploração do homem pelo homem"; iii) a imposição do programa de ajustamento estrutural, em 1987; iv) a nova Constituição que adopta o multipartidarismo, no âmbito dum modelo de democracia representativa Ocidental, aprovada ainda pela então Assembleia Popular, em Novembro de 1990; v) o início do desmantelamento do *apartheid* na África do Sul, com a saída de Nelson Mandela da prisão; vi) o

Acordo de Roma, acordo de paz entre as forças governamentais e a RENAMO, realizado em 1992, seguido das primeiras eleições presidenciais e legislativas em Outubro de 1994. Trata-se dum período conturbado e de transformações sociais violentas na história de Moçambique.

A abordagem deste período histórico surge como fundamental para a compreensão das organizações de mulheres porque ele condiciona a situação actual que a mulher enfrenta em Moçambique, país Africano da periferia, inserido no sub-sistema da África Austral. Este período está igualmente marcado pelas experiências da mulher com a criação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e pela Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), entre 1962-74, onde se inicia o movimento organizado pela emancipação da mulher, com características modernas, em que a mulher participa no Destacamento Feminino (DF), como guerrilheira, e na Organização da Mulher Moçambicana (OMM). É um período caracterizado por uma concepção socialista, característica do paradigma da modernização, sobre a emancipação da mulher, e por uma relação conturbada das mulheres com o movimento nacionalista, e que delineou as concepções, compromissos e lealdades, as dinâmicas de luta pela libertação da mulher em Moçambique.

Neste sentido começo por analisar este período da história recente de Moçambique discutindo:

i) Em que contexto histórico surgiram as organizações equacionando se surgiram por necessidades do desenvolvimento endógeno ou por imposição da ajuda externa;

ii) As ligações entre aquelas e o movimento endógena de mulheres;

iii) A análise das organizações acerca da discriminação da mulher;

iv) A relação destas organizações com o movimento nacionalista, com o Estado no período revolucionário após a independência e com o Estado pós-revolucionário;

v) A relação com o movimento de mulheres no continente Africano, com o do Terceiro Mundo e com o movimento de mulheres no Ocidente;

vi) se estas organizações de mulheres estão a conseguir forjar uma identidade e ritmo próprios;

vii) Se ajudam a superar a exclusão e a invisibilidade das mulheres;

viii) E a sua visão sobre a libertação da mulher e de construção dum ambiente mais solidário entre mulheres mas, sobretudo, entre mulheres e homens, no respeito pelas diferenças.

Por que razão estudar os movimentos sociais e, especificamente os movimentos sociais de mulheres, surgidos em Moçambique, entre as décadas de 70-90?

Os movimentos sociais de mulheres e os movimentos feministas, são considerados - em conjunto com o movimento pacifista e ecologista - poderosos movimentos federativos. O movimento de mulheres está em processo de transformação em todo o mundo, desde o seu surgimento no século passado e, mais que um movimento internacional, é um movimento transnacional, colocando problemas específicos, em cada país, e para diferentes grupos de mulheres, mas defendendo princípios universais e gerais. A gravidade da situação e as descontinuidades do processo histórico, na segunda metade do século XX, são tais, que se pode falar de uma crise civilizacional (Riechman e

Buey, 1994: 12; Fouque, 1996). Uma das componentes desta crise, é a crise ecológica global. Deste modo, é impensável falar em contrato social, sem falar num contrato com a natureza e de um contrato com a vida, não se tratando apenas de proteger os seres humanos, mas garantir que a cada um, mulher e homem, seja permitida a possibilidade de escolher a sua própria identidade, a sua própria vida, num processo de democratização permanente (Fouque, 1996: 9). Esta é também a proposta dos movimentos sociais de mulheres, a partir da década de 80.

A investigação foi orientada por uma perspectiva feminista crítica, característica do Terceiro Mundo, que incorpora elementos do feminismo Marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 1992: 46-47), e que se integra na terceira vaga do feminismo, ou seja, no movimento feminista da diferença. Esta perspectiva feminista crítica, desenvolvida a partir da década de 80 por feministas do Terceiro Mundo e, como forma de resistência contra o etnocentrismo Ocidental, que caracterizava os estudos feministas sobre África, tem como ponto de partida as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres centrando-se nas relações sociais em análise e acção, nomeadamente as de género, classe, raça-etnicidade e imperialistas; é localizada num país neo-colonizado, no quadro do sistema-mundo capitalista e tem uma posição situada anti-imperialista. Baseia-se num conhecimento situado, cuja perspectiva reflecte a minha vivência, modo de estar e de analisar individual e colectiva, perspectiva marcada pela minha educação familiar, pela minha experiência política, cultural e social, como mulher moçambicana de cor branca, de classe média, envolvida no processo político - como membro do Partido Frelimo e deputada da Assembleia da República e integrada nos grupos de mulheres em estudo. Trata-se, portanto, de um trabalho que procura incorporar a análise histórica e que é multi-disciplinar e multi-dimensional, inter-relacional na

análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de investigação e de escrita como parte do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1997).

O trabalho de campo consistiu numa combinação de diferentes técnicas de pesquisa - pesquisa documental, entrevistas, histórias de vida, acompanhamento e participação na vida das organizações e dos seus membros, participação em diversos projectos de investigação e actividades - com o objectivo de obter informação de seis organizações de mulheres, seleccionadas para a análise:

- **Organização da Mulher Moçambicana** (OMM)
- **União Geral das Cooperativas** (UGC)
- **Gabinete da Esposa do Presidente da República**/Gabinete da Primeira Dama
- **Mulher, Lei e Desenvolvimento** (MULEIDE)
- **Fórum Mulher** - Coordenação para Mulher no Desenvolvimento
- **Associação Moçambicana Mulher e Educação** (AMME).

O trabalho está dividido em três partes, cada uma contendo dois capítulos.

A I Parte analisa o feminismo e as teorias feministas procurando realçar, no primeiro capítulo, as condições de criação, as visões sobre a emancipação da mulher e os diferentes contextos epistemológicos dos vários movimentos de mulheres surgidos desde o século passado, em países Ocidentais e no

continente Africano. O segundo capítulo é dedicado à análise da situação das mulheres, partindo duma breve análise da sociedade e do Estado no continente Africano.

A II Parte do trabalho é dedicada à análise dos movimentos de mulheres em Moçambique, partindo do estudo da sociedade e do Estado e da situação das mulheres numa perspectiva feminista, no III Capítulo, e no capítulo IV, introduz-se a problemática das organizações de mulheres em Moçambique, no contexto das Organizações Não Governamentais (ONG's) e dos movimentos sociais, desde as organizações tradicionais, as organizações do período colonial e o papel central da luta armada, com a análise de duas das organizações, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), criada em 1973, durante a Luta Armada de Libertação Nacional, e a União Geral das Cooperativas Agro-Pecuárias de Maputo (UGC), criada em 1981, organizações características do período revolucionário em Moçambique (1973-1986).

A III Parte analisa as organizações de mulheres surgidas no contexto da reestruturação global capitalista, entre 1987-97, período caracterizado pela introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), aborda o seu impacto na vida de Moçambique, a explosão de diversas organizações, entre as quais as de mulheres, e avança para a análise das organizações de mulheres surgidas especificamente neste curto momento histórico, no Capítulo V. O Capítulo VI é dedicado às conclusões. A Bibliografia contém títulos consultados bem como de referência.

O objectivo deste estudo é mostrar que o movimento para a emancipação da mulher e para a sua participação como cidadã na vida política, iniciou no período da luta nacionalista organizada, pela independência de Moçambique,

pela afirmação da identidade nacional e pela construção duma sociedade de tipo moderno. Todavia, a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, como 'recompensa' pela sua participação na luta armada, foi uma cidadania incompleta, 'fragmentada' e 'mínima' (Escobar, 1996: 18). O movimento de mulheres - criado e moldado a partir do movimento nacionalista - manteve uma relação problemática com os políticos nacionalistas, sobretudo depois da Independência. Esta relação contraditória, está relacionada com a difícil aceitação das mulheres como actoras sociais, ao lado dos homens, e com a questão da transformação do pessoal em político. As organizações de mulheres surgidas no período em estudo, ainda que novas em termos da sua existência e práticas sociais, têm revelado que a cidadania não se obtém por decreto, mas que é um processo de construção permanente e constante, que se exerce na medida em que, as mulheres e os homens, adquirem consciência da sua condição de sujeito e, no caso das mulheres, consciência da sua identidade e da sua especificidade de género, processo que é capaz de levar a cabo acções para transformar as diversas situações de subordinação prevalecentes na sociedade.

I PARTE

I CAPITULO - O FEMINISMO E AS TEORIAS FEMINISTAS, QUADRO TEÓRICO E ANALÍTICO

"Durante siglos, mientras los hombres dirigían gobiernos y escribían sobre filosofia política, la experiencia de las mujeres tenía escasa influencia en la pratica o el pensamiento democráticos. Sin embargo, desde hace poco las ideas feministas han estado en el centro del naciente debate sobre la natureleza de la política democrática" (Joan Mansbridge, Feminismo y Democracia, Mujeres en Accion, ISIS Internacional, Nº 1, Santiago de Chile, 1992:30).

Introdução

Muitas e variadas têm sido as lutas para realizar na vida material, imediata, as noções humanas de liberdade, igualdade e solidariedade. Contudo, a história conhecida, a história dominante, a que a cultura Ocidental procura impor a toda a humanidade, tem-se caracterizado pela valorização da guerra e luta, pela aceitação das hierarquias, da autoridade e do poder, pela valorização do crescimento e da procriação, e pela justificação racional do controlo do *outro,* através da apropriação da verdade. Na cultura patriarcal Ocidental dominante, o tom fundamental das relações humanas baseia-se na submissão ao poder da razão (Maturana, 1995: 24-25).

As últimas três décadas revelaram que a modernização e a globalização acentuaram os conflitos sociais e políticos, as clivagens, as desigualdades entre centro e periferia, aumentando o número de excluídos, numa dimensão nunca antes conhecida. Pela primeira vez, todo o planeta se vê confrontado com uma transição sem precedentes cuja solução não é previsível. As principais características desta crise são:

- A desruralização do planeta;
- Fenómeno de urbanização acelerado;
- Custos sociais ascendentes na externalização dos custos das empresas:
- Custos económicos com a generalização do sistema democrático multipartidário - as exigências populares são caras;
- Colapso da velha esquerda, dos movimentos anti-sistémicos;
- Declínio da força das estruturas do Estado e surgimento de estruturas defensivas ad-hoc (Wallerstein, 1996).

Os *Novos Movimentos Sociais*, surgidos a partir da segunda metade do séc. XX, procuram outras dimensões e explicações do domínio da subjectividade no sentido de enfrentar o desencanto perante um mundo de guerra, fome, riqueza, opulência, ditaduras, bombas atómicas, degradação ambiental, violência, discriminação, perante a perplexidade face ao mundo do *Cálice e da Espada*, da masculinidade, da prepotência, do poder, da intolerância (Eisler, 1991).

Existe uma grande diversidade entre os Novos Movimentos Sociais, tanto nos países do centro como nos da periferia e semi-periferia do sistema capitalista.

Nos países do centro os movimentos surgiram em torno de questões ecológicas, da discriminação da mulher, dos homossexuais e lésbicas, da paz, contra o racismo e outras formas de *desqualificação* dos seres humanos, da defesa dos consumidores, de auto-ajuda. Em países da semi-periferia ou periferia do sistema-mundo como, por exemplo, na América Latina, têm surgido movimentos tanto a nível urbano como rural, como as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's), com apoio da Igreja Católica, um novo sindicalismo urbano e rural – este último ligado à questão d' "os sem terra" – sectores de jovens, para além dos movimentos feministas, ecológicos, pacifistas, anti-racistas e movimentos de grupos excluídos diversos, como é o caso dos movimentos de apoio aos grupos minoritários, como os índios, homossexuais e lésbicas (Santos, 1994: 221).

O que caracteriza, duma maneira geral, estes Novos Movimentos Sociais tão variados é a crítica da regulação e da emancipação social capitalista, através da identificação de novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e que não atingem especificamente uma classe social, mas sim grupos sociais ou a sociedade no seu todo. Estas novas formas de opressão estão relacionadas com a guerra, a poluição, o machismo, o racismo, o produtivismo, a sociedade de consumo (Santos, 1994: 222).

1.1. O Movimento Feminista

De entre os Novos Movimentos Sociais – de grupos tão diversos como negros, mulheres, crianças, velhos, portadores de deficiência, condenados, ou seja, os *outros*, o *coro* - o movimento feminista é talvez o mais controverso. Uma das razões que pode estar na base da controvérsia é o facto de o movimento significar a "*possibilidade de incluir novas dimensões ao conhecimento e à praxis político-social*", devido ao facto de haver um cansaço com as únicas explicações

até aqui aceites sobre os problemas do mundo - relações de classe, economia, a produção e o mercado, a geopolítica, etc. (Kirkwood, 1987: 44-46). O movimento feminista contemporâneo ganhou força num momento histórico de tremenda deslocação ideológica, perda de perspectiva e em que nem tudo pode ser explicado apenas pela racionalidade científica.

O novo movimento de mulheres, surgido a partir da década de 60 constitui uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos 30 anos nas Ciências Sociais (Harding 1988; Fraser, 1989), na medida em que veio perturbar a harmonia do saber - social, científico, político - caucionado pelo paradigma científico dominante, androcrático, ajudando a retirar o véu à neutralidade científica. Julieta Kirkwood dizia que uma das características mais notáveis do movimento feminista contemporâneo é a sua insolência e o arrojo, a liberdade da desordem,

> *"... é essa espécie de irresponsabilidade para com o paradigma científico e os seus conceitos que se assume na sua linguagem. Essa espécie de desafio em misturar tudo, como se se tivesse a certeza de que as tábuas da lei do conhecer, se tivessem tornado tão pequeninas, na sua queda no humano, por vir de tão alto, sendo, por conseguinte, necessário 'dar um jeito' com o que temos"* (Kirkwood, 1984: 100).

Esta ruptura epistemológica está relacionada com o facto dos movimentos feministas, ressurgidos nos anos 60, terem tentado compreender e explicar a situação de subordinação das mulheres. As primeiras militantes diagnosticaram que ao nível das Ciências Sociais e Humanas não havia, até àquele momento, informação suficiente que pudesse explicar a subordinação das mulheres; que os corpos teóricos ou não tratavam da desigualdade entre mulheres e homens ou justificavam-na; que não existia uma história sobre esta problemática que

pusesse em evidência a génese e o desenvolvimento da dominação dos homens sobre as mulheres. As hipóteses então lançadas pelas feministas apontavam para o facto de que: i) a subordinação que afecta as mulheres de diferentes maneiras está relacionada com o tipo de poder múltiplo existente, localizado em muitos espaços sociais diferentes e que pode inclusivamente não se vestir com a 'roupa' da autoridade (Saffioti, 1990); ii) para a necessidade de construir uma teoria capaz de quebrar a ordem existente a partir das experiências quotidianas das mulheres, o que consistia num desafio grandioso, já que implicava uma revisão das Ciências Sociais e Humanas, a construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis, e a formulação de hipóteses e de teorias de médio alcance, mais próximas do real (De Barbieri, 1991: 26-27; de Oliveira, 1991). Para tal, era necessário criar espaços a nível da comunidade científica e da sociedade civil que permitissem a produção de conhecimentos sobre as condições de vida das mulheres, a fim de resgatar e dar a conhecer as contribuições das mulheres para a sociedade e para a cultura, retirando-as da invisibilidade a que a história as foi lançando. Foram surgindo, deste modo, centros de investigação nas comunidades científicas e organizações não-governamentais que procuraram dar respostas às preocupações levantadas pelas feministas, no sentido de tentar explicar o porquê da universalidade trans-histórica da opressão de género (Krieger, 1993: 687).

Este novo movimento feminista dos anos 60, e que surge nos países mais desenvolvidos, iniciou-se e desenvolveu-se em sociedades que tinham previamente acordado o reconhecimento dos direitos humanos contidos na respectiva declaração das Nações Unidas. O ambiente em que se gerou e desenvolveu o movimento está relacionado com a extensão deste reconhecimento das mulheres como sujeitos inalienáveis de direito. Ou seja, o movimento feminista, com as suas diversas orientações políticas e teóricas,

é a extensão desse código ético elementar, que é a Declaração dos Direitos Humanos, a uma categoria social que até ao momento, e apesar de todos os avanços, não gozava dos mesmos direitos em muitos aspectos da sua vida (De Barbieri, 1991: 26-27).

Uma das vertentes do movimento feminista internacional contemporâneo, em muito devedor da luta e das contribuições dos movimentos feministas dos países da periferia e semi-periferia do sistema mundial, procura ter uma visão holística da sociedade, que olhe para a totalidade da vida da organização social, económica e política, de modo a entender aspectos particulares da sociedade, tentando compreender a estrutura e dinâmica das relações de género, interligadas com as variáveis classe, etnia, cor da pele, religião, linhagem, geração, rendimento, entre outras. Esta vertente do movimento feminista analisa as formas culturais específicas de desigualdade e das divisões sociais e tenta ver como as relações de género se relacionam ou interligam com uma ampla variedade de formas de hierarquia social. O seu objectivo é transformar a situação actual, mobilizando a criatividade de mulheres e homens para, em conjunto, imaginarem o tipo de sociedade futura que possa inspirar a todos num esforço colectivo para a tornar realidade (Young, 1988). Uma sociedade que dê condições para cada pessoa viver a vida com dignidade, em harmonia com a natureza, e apoiada por uma cultura que enriqueça e reforce a criatividade e imaginação individuais. Uma sociedade em que a cooperação, o altruísmo e a sociabilidade sejam valores centrais em vez da competitividade e individualismo possessivo (Eisler, 1991).

O movimento feminista não se tem preocupado apenas com ‘os problemas da mulher’, desta ou daquela agência internacional de desenvolvimento, ou com os diversos inimigos. Ocupa-se das pessoas, nas suas relações humanas mais íntimas, nas relações socialmente construídas entre mulheres e homens

que obtêm forma e são sancionadas por normas e valores defendidos pelos membros da respectiva sociedade. Para este movimento, não estão em causa grupos particulares com interesses comuns ou objectivos políticos. São as pessoas, as suas relações em todos os espaços, desde o privado, o doméstico, ao público, ao local de trabalho, de lazer (Mies, 1989: 6), até ao amor e ao prazer.

Estas são algumas das razões que podem explicar o facto de o movimento feminista ter sido considerado um dos mais poderosos movimentos federativos da nossa civilização e, mais do que um movimento social, ter sido entendido como um movimento civilizacional, um movimento transnacional, devido aos valores e princípios universais e gerais que defende (Fouque, 1996: 9; de Oliveira, 1991). O pensamento feminista vai-se constituindo como uma contracultura, um contradomínio, uma contra-linguagem e um contra-poder, ou seja, como um pensamento subversivo (Kirkwood, 1987: 45; Pintassilgo, 1985). No movimento feminista, portanto, há uma componente ética e moral, fundamental para o seu entendimento como movimento civilizacional, com propostas duma sociedade solidária entre os seres humanos e de respeito por qualquer tipo de diferença (De Barbieri, 1991: 26-27).

Em diferentes momentos da história da humanidade, grupos e indivíduos opuseram-se à discriminação da mulher tentando delinear uma outra vida para as mulheres [1]. Todavia, o conceito dum movimento de mulheres de tipo

1 / A cidadã francesa Olympe de Gouges publicou, em 1791, a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs, à imagem e semelhança do texto básico da Revolução Francesa. Em 1793 foi guilhotinada, com diversas companheiras e a Convenção Francesa proibiu as associações políticas femininas e a participação da mulher nos actos políticos (Tomasevski,1993:3-7). O socialista utópico francês Charles Fourier (1771-1837) que, segundo reza a história, criou o vocábulo feminismo, referia que "***o grau de emancipação das mulheres é o termómetro da evolução da humanidade***" (Viezzer,1989:101). Mary Wollerstonecraft, de nacionalidade britânica, de origem burguesa e adepta das filosofias liberais, publica em 1792, ***Vindication of the Rights of Women***, onde compara os direitos dos homens sobre as mulheres a nível da família, com os direitos divinos dos reis (Gaidzanwa,1992:95). August Bebel, também socialista utópico, de nacionalidade alemã, no livro, ***A Mulher e o Socialismo***, publicado em 1879, referia que "***Não pode haver nenhuma libertação da humanidade sem a independência e a igualdade entre os sexos***" (Bebel, 1979:XXVII). Para os socialistas Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1898), a subordinação da mulher é produto da divisão sexual de trabalho e tem que ver com as relações sociais, o modo como as sociedades se organizam e se estruturam para produzir bens económicos. A mulher é vista como mais um instrumento de produção. Lenine, considerava que a verdadeira emancipação da mulher só teria lugar quando a mulher se libertasse da pequena economia doméstica, no quadro duma luta de massas, dirigida pelo proletariado, participando em pleno na produção e na vida social. Tal aconteceria com a transformação numa grande economia socialista, cujas premissas materiais e os meios para libertar a mulher do trabalho doméstico, foram criados pelo capitalismo.

moderno apenas se começou a forjar a partir do século XIX, e a utilização da expressão feminismo para designar esse movimento começou por se fazer na Europa no fim do século passado (Krieger, 1993: 297).

O termo feminismo data do fim do século passado e está relacionado com uma diversidade de teorias e movimentos que criticam o preconceito masculino (*male bias*) e a subordinação das mulheres, comprometendo-se com a eliminação da desigualdade de género. O feminismo não constitui apenas uma lista de assuntos de mulheres – imagem que vem sendo permanentemente reproduzida, sobretudo nos momentos em que a sua força ressurge a nível nacional, regional e internacional – mas sim uma perspectiva transformadora acerca de qualquer assunto que diga respeito a mulheres e homens, desafiando o modo como as relações de género[2] são socialmente construídas. A organização *DAWN* [3] - *Development Alternatives with Women for a New Era* - (MUDAR - Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo) considera que existe e deve existir uma variedade de feminismos, que responda às diferentes necessidades e preocupações de diversas mulheres, definido por e para elas. Esta diversidade baseia-se numa oposição comum à opressão de género e à hierarquia, constituindo-se apenas o primeiro passo para articular e actuar a partir duma agenda política. Neste sentido, e partilhando duma mesma vontade de lutar contra a opressão das mulheres, o movimento foi desenvolvendo tendências diversas em relação à explicação sobre a opressão das mulheres, à sua visão de libertação e ao quadro epistemológico em que se insere.

2 /O Conceito género (***gender*** em língua inglesa), parece ter aparecido primeiro entre as feministas de língua inglesa, que insistiram no carácter fundamentalmente social, relacional e de poder das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'. Género é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas relações de poder, mas a direcção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Joan Scott 1989 "Género: Uma Categoria Útil para Análise Histórica", Columbia University Press, New York, pp. 1-14).

3 / Movimento surgido de discussões, na India, aquando dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em 1985, em Nairobi. O grupo publicou um livro, ***Development, Crises and Alternative Visions***, 1987 (Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas - Perspectiva das mulheres do Terceiro Mundo (eds Gita Sen e Caren Grown), também editado no Rio de Janeiro, Brasil, alertando os planificadores do desenvolvimento e os políticos para a necessidade de considerar as opressões múltiplas de género, classe, raça/etnia e nação.

De acordo com estudiosas e militantes do movimento feminista internacional, a perspectiva de lutar pela libertação da mulher tem estado presente em épocas diferentes e distintas da história da humanidade. Como movimento social, o feminismo surge no século passado, revelando uma vontade colectiva de lutar contra a opressão específica experimentada pelas mulheres e é, enquanto movimento social, anterior ao Marxismo. Não existe clareza sobre a origem do termo feminismo. Para algumas estudiosas foi o filósofo Charles Fourier quem primeiro o referenciou, mas a historiadora Karen Offen considera que esta palavra começou a generalizar-se em França, a partir de 1880, como sinónimo de emancipação da mulher e as suas seguidoras apelidavam-se e assumiam-se como feministas. A partir de finais do século passado generalizou-se a utilização da palavra feminismo (Krieger, 1994; Thébaub, 1995; *Perspectivas* Nº 3, 1996: 3-8).

Como todos os movimentos sociais, o movimento feminista tem uma história, tendências, avanços e recuos, mas é, sobretudo, um movimento que se tem desenvolvido com muita luta, com muita resistência, dirigido por mulheres de origens várias, com necessidades e estratégias diferentes, mas com um mesmo objectivo – lutar contra a opressão específica experimentada pelas mulheres. Pela natureza e conteúdo da sua luta foi, e é, um movimento ligado às camadas mais progressistas da sociedade porque tem pretendido falar da história das mulheres, uma história invisível, de exclusão e opressão e inscrevê-la na história mais geral da humanidade – em que a maioria tem sido sistematicamente excluída de direitos, remetida ao silêncio e à pobreza. Movimento que tem significado, desde as suas origens, o esforço das mulheres para conseguir equiparar os seus direitos aos dos homens, mas também anunciando, a partir dos anos 70, que as mulheres, não sendo inferiores aos homens, "*também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura*" (de Oliveira, 1991: 71). O movimento feminista,

como muitos outros movimentos sociais, pretende uma sociedade mais justa, mais solidária, mais tolerante em relação a todo o tipo de diferenças.

É possível aventar a existência de três vagas principais no movimento feminista Ocidental, desde meados do século passado: a primeira vaga, ou o Movimento feminista sufragista; a segunda vaga, ou o movimento feminista da igualdade, depois da II Guerra Mundial e até à década de 80; e o feminismo da diferença, a partir de finais da década de 80.

1.2. A primeira vaga do Feminismo - O Movimento Feminista Sufragista

A historiografia feminista no Ocidente refere o aparecimento dos primeiros protestos escritos, por homens e por mulheres, a partir de 1630, tendo-se mantido esta tradição praticamente até aos nossos dias [4]. A teoria feminista Ocidental desenvolveu-se, primeiramente, no séc. XVIII, em Inglaterra, como crítica e como proposta de extensão dos direitos democráticos burgueses às mulheres. No seu livro, *A Vindication of the Rights of Women* (Uma Vindicação dos Direitos das Mulheres) (1792), Mary Wollstonecraft (1759-1797) argumentava que as mulheres têm as mesmas capacidades para a racionalidade que os homens devendo por isso ser envolvidas nas mudanças que ocorrem na sociedade. Defendeu, sobretudo, o direito das mulheres à educação. Nos séculos posteriores, desenvolveram-se variantes desta posição liberal de defesa de direitos iguais para homens e mulheres em relação à propriedade, assinatura de contratos, acesso à educação. O liberalismo contribuiu para o movimento feminista com novas correntes de pensamento que as mulheres

4 /O clérigo francês Poullain de la Barre criticou a situação de inferioridade da mulher no ***livro A igualdade dos sexos*** (1673); John Stuart Mill também o fez no seu livro ***A subordinação da mulher*** (1869); durante a Revolução Francesa, entre 1780-1790, as mulheres tiveram uma grande actividade a favor dos seus direitos, sendo Olympe de Gouges o símbolo sacrificado desta época, com a publicação ***da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*** (1791); e Mary Wollstonecraft que escreveu, em Inglaterra, em ***1792, A Vindicação dos Direitos da Mulher*** (***Perspectivas*** Nº 3,1996:4).

aproveitaram. Um texto fundamental, a este propósito, foi, *A subordinação das mulheres*, de John Stuart Mill, publicado em 1869, em que defende que para um correcto progresso da raça humana seria necessária a igualdade entre os sexos. O autor aborda igualmente questões relacionadas com a natureza da mulher, a educação e a colaboração do homem para a emancipação feminina.

O feminismo apoiou-se nas novas correntes de pensamento liberais que, entretanto, se revelariam insuficientes à medida que o movimento avançava e que novas questões se colocavam, nomeadamente a noção de cidadão, conquistada com a Revolução Francesa, com direito a votar, a herdar, a ter propriedade, noção esta que não foi estendida às mulheres, a não ser no princípio do século XX. A articulação do feminismo liberal – que criticava a exclusão da mulher dos direitos humanos – foi, todavia, central para o desenvolvimento da teoria feminista Ocidental nos princípios do séc. XX.

As mulheres tiveram um papel fundamental nos movimentos sociais e no desenvolvimento das teorias socialistas ou utópicas do séc. XIX, decorrentes da situação económica e social vivida pelas famílias operárias na Europa e na América. Nos Estados Unidos da América, a reforma anti-esclavagista foi um importante momento que impulsionou o movimento feminino. Havia muitas mulheres entre os grupos anti-esclavagistas que foram influenciadas pelas revoluções burguesas, permitindo o reconhecimento da liberdade para todos os grupos sociais, o direito à propriedade e o direito ao voto. Mostrou-se que as mulheres eram as únicas marginalizadas das reformas sociais - não podiam receber educação superior, não tinham liberdade económica, nem direito de propriedade, não tinham direito ao divórcio, não podiam votar nem ser eleitas. Era um paradoxo que, depois da libertação dos escravos, as mulheres americanas continuassem privadas dos direitos mais fundamentais.

A socialista utópica Flora Tristán (1803-1844) faz parte da geração das primeiras feministas que procuraram articular teoricamente o socialismo revolucionário e o feminismo, apesar da oposição generalizada que as suas ideias provocaram. No seu livro *Union Ouvrière* (União Operária) (1843), Flora Tristán define como aspectos centrais do seu programa: i) constituir uma união sólida e indivisível da classe operária; ii) reclamar o direito ao trabalho para todos e instrução moral, intelectual e profissional para as mulheres do povo; iii) reconhecer o princípio de igualdade entre homens e mulheres, como único meio para constituir a Unidade Humana (Michel, 1986: 61-64).

Entretanto, foi preciso esperar pelos meados do século passado para se estar na presença dum movimento organizado nos EUA e na Europa, em torno do sufrágio, designado como a primeira vaga do movimento feminista. Tratou-se do movimento das sufragistas que se crê ter surgido em Seneca Falls, no Estado de Nova York, em 1848, quando um grupo de 68 mulheres e 32 homens assinaram a Declaração de Sentimentos, apoiada na Declaração de Independência dos EUA, na qual exigiam, não apenas o direito das mulheres ao voto, mas também a igualdade de propriedade, de salário igual para trabalho igual, direito à custódia dos filhos e o direito de fazer contratos. Um aspecto importante desta declaração diz respeito à exclusão das mulheres dos cargos eclesiásticos.

Esta época foi marcada por importantes acontecimentos que influenciaram o movimento feminista em relação ao direito ao voto: a revolução burguesa alemã, o lançamento do, *Manifesto Comunista,* de Marx e Engels, em 1848, da obra, *A mulher e o socialismo,* de August Bebel (1879) e a obra de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Os livros anteriormente citados foram fundamentais para entender a situação das mulheres numa sociedade de classes e em função da sua pertença a uma classe social determinada e para o

movimento feminista de raiz socialista. Clara Zetkin (1857-1933), que participou na fundação do Partido Comunista Alemão e que dirigiu a III Internacional, foi uma militante activa da luta pela igualdade da mulher e percursora da organização das trabalhadoras a nível internacional, numa época marcada pela polarização entre as sufragistas e as feministas socialistas. Importa, aqui, realçar, que os lideres da Internacional Socialista não deram a devida importância à luta das sufragistas pelo voto – considerando o sufrágio incompatível com os interesses dos trabalhadores – tendo este debate constituído uma das grandes querelas entre feministas sufragistas e feministas socialistas, para quem o fundamental era a conquista do poder político pelos proletários, o que levou Clara Zetkin a opor-se à colaboração com as feministas burguesas defensoras do sufragismo. Zetkin não estava isolada na sua crença em relação ao sufrágio e aos interesses das trabalhadoras. Dirigentes e activistas do Partido Socialista dos Estados Unidos, e as inglesas da social-democracia, estavam sensibilizadas acerca desta problemática e começaram a discutir e a levantar algumas questões no seio das suas organizações - rebelando-se e produzindo brechas internas ou demitindo-se, o que originou uma aproximação às sufragistas, como foi o caso da inglesa Sylvia Pankhurst e a alemã Lily Braun que abandonaram o feminismo de classe média e juntaram-se às sufragistas. Estas mudanças radicais estão igualmente relacionadas com o facto do liberalismo se ter virado para posições mais conservadoras. A activista russa Alexandra Kolontay (1872-1945), membro do Partido Social Democrata Russo e companheira de Lenine, foi das poucas vozes a considerar a impossibilidade da revolução sem a transformação das formas e atitudes psicológicas e culturais que consideram a mulher uma criança, sem direitos próprios e sem poder de decidir sobre a sua vida, tendo chamado a atenção para a necessidade de integrar teoricamente, no 'bojo' da luta revolucionária, os problemas da sexualidade e da opressão da mulher.

Ela referia na sua autobiografia (1926:27) *"... os meus camaradas de Partido acusavam-me de ser feminista"* (Labica e Benussen, 1985).

Uma outra ideia central que emergiu no feminismo do séc. XIX, e que tem sido pouco referenciada, foi o da unidade e ajuda mútua entre as mulheres de todos os países para a obtenção dos seus direitos. Em 1888, teve lugar, em Washington (DC), a Conferência Constituinte do *International Council of Women,* ICW (Conselho Internacional das Mulheres), com a participação de americanas e europeias e, na sua segunda reunião internacional, realizada em Londres, em 1889, o *ICW* discutiu os princípios e objectivos da nova organização internacional, uma espécie de Internacional das Mulheres, com a participação de 5.000 mulheres, representando 600.000 feministas repartidas em 11 conselhos filiados. Um tema que havia sido aflorado por Flora Tristán, e desenvolvido por outras feministas no encontro de Washington, foi a necessidade de mostrar que a emancipação das mulheres não era apenas do seu interesse mas também de toda a humanidade, e que a emancipação das mulheres seria também a dos homens: "*nada do que é humano é estranho ao feminismo*" (Michel, 1986: 76-77). Trata-se de um tema fundamental e bem caro ao feminismo, a partir dos anos 60 do nosso século, e que o coloca como um movimento civilizacional.

Com o fim da I Guerra Mundial, o direito de voto feminino é reconhecido na maioria dos países Europeus e na América do Norte [5]. Contudo, e devido ao fortalecimento de valores conservadores em relação à família e o medo do comunismo, verificou-se mais tarde um retrocesso nesta vaga de feminismo nos países do centro do sistema mundo. Durante as décadas 40 e 50, o

5 / Depois da I Guerra Mundial, o direito de voto foi obtido pelas mulheres em vários países, de entre os quais – Australia, Áustria, Nova Zelândia,Canada, Crimeia, Chescolováquia, Dinamarca, Estónia, Alemanhã, Bélgica, Equador, Grâ Bretanha, Hungria, Irlanda, Islândia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Mongólia, Polónia, Rodésia, Rússia, Suécia, Ucrânia, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Sri Lanka, Maldivas, Tailândia, Uruguai, Brasil, Cuba, Turquia, Burma, Porto Rico.

feminismo organizado ficou praticamente invisível devido ao conservadorismo que apelava a um modelo de mulher centrado no lar e na maternidade. Os objectivos de fundo das mulheres passaram para segundo plano no período das duas guerras mundiais, apesar de, durante a guerra, ter sido considerada prioritária a sua participação. Foi preciso esperar pela década de 60 para que o movimento feminista entrasse numa nova fase e obtivesse um novo fôlego. Esta fase foi marcada por dois factos importantes: a publicação do livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), e a radicalização de sectores da sociedade civil nos EUA e em França, com base nos movimentos dos direitos civis e de protesto contra a guerra no Vietname. Estes acontecimentos possibilitaram um clima político que favoreceu o desenvolvimento de uma cultura contestatária e o aparecimento de mulheres que punham em causa as atitudes machistas e autoritárias das organizações partidárias, sindicais e estudantis, onde militavam (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 6-8).

1.3. A segunda vaga do Feminismo - o Movimento Feminista da Igualdade

A teoria feminista Ocidental, a partir da década de 60, tem as suas origens no feminismo liberal, no movimento pelos direitos cívicos dos anos 60 e na crítica das políticas da Nova Esquerda (*New Left Politics*). Ao longo dos anos 70, a teoria feminista articulou-se em torno duma série de diálogos entre feminismo, liberalismo e radicais de esquerda, e da teoria Marxista (Krieger, 1993: 300).

Este ressurgimento do feminismo na Europa e EUA teve duas fontes: os direitos das mulheres e a libertação das mulheres. A corrente acerca dos direitos das mulheres – também designada feminismo liberal – enfatiza a procura de igualdade entre mulheres e homens no quadro da sociedade capitalista. Baseada na tradição da democracia liberal, luta por oportunidades iguais para

as mulheres como indivíduos com direitos a serem alcançados através da legislação, racionalismo e reforma, mas sem alterar as relações de poder dominantes na sociedade. A corrente em torno da libertação das mulheres apareceu primeiro entre mulheres dos movimentos da nova esquerda que lutavam pela igualdade no movimento revolucionário e procuravam a liberdade das mulheres através da luta contra a sociedade e as estruturas patriarcais existentes. Esta corrente produziu vários feminismos, avançando interpretações radicais acerca da opressão das mulheres e dos passos a seguir para a sua libertação, sendo, de destacar de entre eles: o feminismo socialista, o radical, o lésbico e o cultural.

Por estes motivos o período de 1965-80 é considerado o de reconstrução do feminismo nos Estados Unidos, Inglaterra, França e outros países Ocidentais. Esta segunda vaga do feminismo foi marcada por uma nova geração de mulheres, nascida entre 1935 e 1945, que viveram, aos mais diversos níveis, o rescaldo da participação de seus pais nas lutas antifascistas ou anti-colonialistas, e que haviam já beneficiado da extensão do direito à educação e ao voto, depois da I e II Guerra Mundial. Na sua adolescência, esta geração de mulheres foi influenciada pelos movimentos em torno do direito dos povos à autodeterminação - direito em nome do qual muitos se haviam batido por todo o mundo contra o fascismo – em torno das lutas levadas a cabo pelos negros nos Estados Unidos e pelos povos colonizados para o reconhecimento dos seus direitos, dignidade e independência. Esta geração, que vivia a vitória contra o fascismo, cujos familiares do sexo feminino haviam participado em várias frentes de trabalho, enquanto os homens estavam na frente da batalha, que haviam beneficiado da educação e experimentado as escolas mistas, queria também usufruir dos progressos que a química e a técnica médica haviam permitido, no que respeita à produção de contraceptivos eficazes. Graças a eles, pela primeira vez, as mulheres poderiam realizar os seus sonhos de separar a sexualidade e o prazer da procriação, "*no*

mesmo movimento pelo qual experimentam no próprio ventre a culturalização da Natureza. (...) *A libertação do prazer e do desejo das mulheres constitui a grande ruptura na história feminina*" (de Oliveira, 1991: 41-42).

De realçar que um dos reptos do movimento feminista, desde finais do século passado, foi a luta contra a percepção e glorificação da mulher como mãe e reprodutora. Entretanto, em meados do século XX e, apesar dos avanços em termos da legislação e da extensão do direito de voto às mulheres, o discurso oficial continuava a ser dominado por uma concepção instrumental da mulher. Este foi um discurso que também dominou a situação da mulher na antiga União Soviética, sobretudo, a partir da aprovação do Código da Família de 1930. Apesar dos discursos igualitários, conseguidos com a Revolução de Outubro e com a luta das mulheres, encorajava-se o retorno aos papéis tradicionais masculinos e femininos, o que significava a manutenção do trabalho invisível da mulher a nível doméstico. Legalmente, nada impedia que as mulheres acedessem à independência económica, a um emprego assalariado, à educação, à participação na vida política. Todavia, o paradigma Marxista dominante, entendia a libertação da mulher com a sua entrada na produção e a construção de creches e restaurantes, para libertar a mulher do trabalho doméstico, sem, contudo, questionar a divisão de tarefas ao nível do lar e as relações de poder. Deve-se recordar que, devido à grande percentagem de baixas masculinas decorrentes da participação da União Soviética na II Guerra Mundial, as mulheres representavam, em 1960, 47/% da população activa – a percentagem mais elevada de todo o mundo – constituindo, por exemplo, 80% dos médicos e 1/3 dos engenheiros.

É comum identificar a segunda vaga do feminismo no Ocidente – a partir da década de 60 - com três correntes: o feminismo reformista ou liberal, o feminismo

radical e o feminismo socialista. Outras estudiosas falam também no feminismo maternalista (Mouffe, 1993:101-120; Dietz, 1996: 3-8), no feminismo cultural, no feminismo ecopacifista e no feminismo lésbico, correntes independentes ou fracções do feminismo radical nos EUA e Europa (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 6-8; Celaya, 1997: 60-65). Em termos muito genéricos:

O **feminismo reformista ou liberal** luta por novos direitos para as mulheres, no sentido de estas se transformarem em cidadãs iguais, não questionando o modelo liberal dominante de cidadania e de política.;

O **feminismo socialista** põe a descoberto as bases capitalistas e patriarcais do Estado liberal, bem como a opressão inerente à divisão sexual do trabalho, e as consequências da contribuição dupla das mulheres para a subsistência no capitalismo, além de criticar a participação do Estado na protecção do patriarcado, do capitalismo e do racismo, como sistemas de poder;

O **feminismo radical**, que nasce na segunda metade dos anos 70, critica o feminismo liberal, pelo facto de defender uma concepção de política que é masculina e porque considera que as preocupações das mulheres não podem enquadrar-se nessa moldura (Mouffe, 1996: 107). Dentro do feminismo radical, há também várias correntes, entre elas, o feminismo maternalista, o cultural, o ecopacifista, o lésbico.

1.3.1. O Feminismo Reformista ou Liberal

Tem a sua origem na corrente dos direitos das mulheres, gozando de maior aceitação e prática em várias partes do mundo. Betty Friedan é considerada uma das suas principais teóricas. Betty Friedan funda, nos EUA, a National *Organisation of Women*, *NOW* (Organização Nacional das Mulheres), uma das

mais importantes organizações de mulheres de tendência reformista ou liberal. É no seu livro, *A Mística Feminina* (1963), que Betty Friedan analisa as razões da situação das mulheres de classe média americana, colocando em causa conceitos e práticas considerados, até então, a essência da identidade da mulher, uma identidade imposta e mistificada, criticando os papéis clássicos de esposa, mãe e dona de casa. Friedan desmascara a suposta satisfação feminina em relação ao seu papel doméstico, realçando a frustração cada vez mais sentida por grupos de mulheres da classe média americana e a sua reclamação por uma identidade própria, para além da marcada pelo facto de terem maridos e filhos. Uma década mais tarde, Friedan faria uma revisão das suas teses anteriores no livro, *The Second Stage* (O Segundo Estágio), em que reconhecia que as suas receitas feministas iniciais não haviam conseguido os efeitos desejados: "*Caímos numa outra mística, a mística do feminismo*", que faz com que as mulheres se definam a partir duma carreira ou do trabalho, esquecendo o 'Lar doce Lar', ou seja, atentando contra a autêntica personalidade da mulher. Se no passado, a família era funcional para o sistema de opressão contra as mulheres, hoje é um lugar onde estas podem encontrar razões para a sua satisfação, devido à sua entrada no mercado de trabalho e às frustrações daí surgidas. A proposta da autora passa por conciliar a esfera pública do trabalho com a privada (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 6-7).

Esta primeira corrente, dentro da segunda vaga de feminismo, surgida nos anos 60, nos EUA e mais tarde na Europa, mantém-se, até hoje, e propõe a transformação social no quadro do sistema capitalista, sem que este se transforme. É uma perspectiva que espera conseguir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres através da alteração da legislação discriminatória e da criação de oportunidades iguais para mulheres e homens no acesso à educação.

Mulheres solteiras e jovens separaram-se do *NOW* e criaram, a partir de 1967, as primeiras células dum movimento mais radical, intitulado o *Women Liberation Movement*, *WLM* (Movimento de Libertação das Mulheres, *Women Lib*., como passou a ser conhecido). De acordo com as suas promotoras, o *WLM* não se definia como uma organização porque não era um grupo estruturado, mas pretendia agir como um grupo de pressão política e desenvolver-se como uma tendência cultural e filosófica. As suas actividades centraram-se em acções diversas junto dos poderes públicos, do governo federal ou dos governos locais, dos *media*, das cadeias de jornais e de televisão e das universidades, para transformar a imagem sexista das mulheres, abolir a discriminação no emprego e nos salários, lutar pelo direito ao aborto (Michel, 1986: 100-102).

1.3.2. O Feminismo Socialista

O feminismo socialista tem diversas tendências, de acordo com as tradições de esquerda donde emerge. Ele traz a perspectiva de género à análise Marxista, colocando novas questões que alteram e não abandonam, a ênfase desta perspectiva de análise em termos de classe (Krieger, 1993: 298). Dentro desta perspectiva há que destacar nomes como de Juliet Mitchell, Nancy Fraser, Heidi Hartman, Zillah Eisenstein, Gayle Rubin.

Os inícios deste feminismo estiveram marcados por uma crítica ao Marxismo clássico, considerado uma teoria insuficiente para compreender as raízes da opressão das mulheres. As militantes de esquerda rebelaram-se, passando por um processo de tomada de consciência, em relação à qualidade da sua militância, que as relegava para o espaço dos assuntos domésticos dentro das suas organizações. Nos EUA, verificou-se um desenvolvimento teórico de destaque desta tendência, ainda que sem o poder de mobilização dos

feminismos liberais. As suas activistas foram mulheres que desertaram da chamada nova esquerda dos anos 60, partindo do facto de que as categorias económicas utilizadas pelo Marxismo eram insuficientes para explicar a opressão das mulheres. "*O marxismo é cego em relação ao sexo*", afirmou Heidi Hartmann no seu livro, *Mulher e Revolução*. Esta autora avança com a necessidade de realizar uma análise especificamente feminista com o objectivo de desvendar o carácter das relações entre homens e mulheres, chamando, no entanto, a atenção para o facto de que uma análise feminista, por si só, também é inadequada porque é cega à história e, insuficientemente, materialista. Aqui se vê a influência das feministas radicais, colocada por Firestone, com a politização do privado, ou seja, ao conferir às relações privadas uma categoria pública e política. A diferença entre as feministas socialistas e as radicais é que para as socialistas o sexismo, de que se acusa a sociedade, vai ser definido a partir duma perspectiva histórica. Ou seja, a opressão não se baseia numa condição biológica – como acreditava Firestone – nem se apresenta sempre de acordo com as mesmas condições sociais. Por isso, o feminismo socialista propõe uma análise materialista histórica que se sobreponha à análise sexista (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 6-8). No seu livro, *Patriarcado Capitalista* (1979), Zillah Eisenstein, descreve as diversas formas de opressão da mulher, utilizando as ideias de hierarquia de género e classe para explorar os sistemas de opressão baseados na classe, género, raça, idade, preferência sexual e localização na hierarquia mundial das nações.

1.3.3. O Feminismo Radical

Surge na América do Norte em finais dos anos 60. Uma das suas principais características é a abordagem, em primeiro momento, da problemática sexual como elemento fundamental para compreender a dominação masculina. O

movimento feminista radical norte-americano está, na sua origem, relacionado com o movimento anti-racista. O feminismo radical chama a atenção para a primazia da relação sexo/género como categorias de análise, estuda as relações entre os sexos como relações políticas (Kate Millet, *Sexual Politics*, 1969) (Política Sexual). Este movimento considera ainda o patriarcado como uma fonte de opressão mais importante que o capitalismo, estando centrado na política sexual e no sistema de poder interpessoal, através do qual o homem individual domina a mulher individual. Considera também a sexualidade como fonte de opressão da mulher, e as categorias de raça e de classe social como factores de subordinação. Reconhece igualmente a sexualidade como um aspecto central da opressão da mulher, falando de assuntos que envolvem o controlo do corpo das mulheres, como é o caso da reprodução, heterossexualidade e violência sexual. Neste sentido ele coloca em questão os valores culturais, sociais e políticos da sociedade, considerando que o pessoal é também político. Propõe também a organização de grupos de autoconsciência, de comunidade de mulheres, e o igualitarismo dentro destas organizações. O feminismo radical foi criticado pelo feminismo de esquerda, pelo facto de não ter uma base teórica e por ser, eminentemente, prático, activista e contestatário.

O Feminismo cultural desenvolveu-se, a partir de meados dos anos 70, com base nas correntes radicais do feminismo, nos EUA. Ele afirma que as modificações que o sistema patriarcal vai sofrendo não estão a beneficiar a mulher, e apenas funcionam como novas formas de dominação mascaradas, como é o caso da pornografia, da prostituição, do casamento e, actualmente, do modelo 'anoréxico' de mulher, etc. (Celaya, 1997: 63). A representação sexual, reduzida ao corpo, é inerente à mulher e a sua condição de fêmea marca-a para sempre no sistema de valores patriarcal. Destaca o feminino como positivo e natural, em relação ao masculino, e propõe o lesbianismo como alternativa à heterossexualidade.

O feminismo cultural chama ainda a atenção para a importância da natureza e valores diferentes das mulheres, sendo especialmente expresso através da arte das mulheres, música, espiritualidade e outros aspectos culturais, e equipara a libertação feminina com a preservação de uma cultura de mulheres, em alternativa à cultura dominante, plena de posições sexistas. Esta alternativa valoriza os costumes das mulheres, a sua maneira de se relacionar, os aspectos típicos da sua personalidade (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 22).

O feminismo maternalista fala do valor político da maternidade, das mulheres como mães e não apenas reprodutoras, estabelecendo a primazia moral da família, repensando a distinção liberal entre público e privado, convidando-nos a pensar o privado como lugar de uma possível moralidade pública e como modelo para a actividade da própria cidadania. Denuncia o liberalismo por ter construído a cidadania moderna como domínio do público, identificado com os homens, e por ter excluído as mulheres, relegando-as para o domínio privado (Mouffe, 1996: 107-108). O feminismo lésbico é tanto um movimento em prol dos direitos das lésbicas como uma teoria que analisa o heterossexismo – a dominação e a obrigatoriedade da heterossexualidade – e como este modelo mantém os papéis sexuais e a opressão de todas as mulheres.

1.4. A terceira vaga do Feminismo - O Movimento Feminista da Diferença e o Feminismo Global ou Feminismo Crítico do Terceiro Mundo

Estas são algumas das características que a luta feminista assumiu e assume nos países Ocidentais contemporâneos, até meados dos anos 60-70, variando de país para país. Contudo, os desenvolvimentos no seio do movimento feminista têm evoluído também para além destas problemáticas. Actualmente as questões colocadas dizem respeito às políticas de identidade, à questão

da diferença, não apenas entre mulheres e homens mas também entre as mulheres de diferentes raças/etnias, religiões, questões estas já afloradas pelas feministas radicais e maternalistas e que conduziram à terceira vaga do feminismo, ou seja, ao feminismo da diferença. As duas vagas de feminismo - o feminismo sufragista e o feminismo da igualdade reivindicam a igualdade entre os sexos no plano das instituições políticas e dos direitos civis. No que respeita às suas concepções e visões, importa recordar que, a entrada das mulheres no mundo dos homens, através do trabalho assalariado, a partir da Revolução Industrial, não foi uma livre escolha das mulheres nem se traduziu, para elas, em maior bem-estar e independência, pois foi a miséria que as empurrou para as fábricas, onde desempenhavam os trabalhos mais penosos e pior remunerados, enquanto que, no outro polo da hierarquia social, as mulheres ilustradas das elites procuravam rivalizar com os homens, apercebendo-se da discrepância do discurso da burguesia em ascensão a favor da igualdade dos cidadãos, ao mesmo tempo que mantinha as mulheres na submissão e dependência. Contudo a experiência das mulheres no mundo do trabalho assalariado, originou a sua participação crescente nas lutas para melhorar as condições de trabalho, apesar dos protestos dos operários e sindicalistas, que não viam com bons olhos este exército industrial de reserva barato e manipulável. O feminismo sufragista e o da igualdade contribuíram, pois, para quebrar dois importantes tabus - o da entrada das mulheres no espaço político, através do voto, e a separação da casa do trabalho, confrontando homens e mulheres aos mesmos instrumentos de trabalho, ritmos e exigências da produção fabril (de Oliveira, 1991: 42-44).

Mas os anos 60-70 começaram também a anunciar um mal-estar geral, provocado pela situação internacional, influenciado pelas lutas contra a discriminação racial e o colonialismo, a descrença em relação ao saber

instituído e às políticas seguidas, pela emergência da questão ecológica. Um mal-estar contra a globalização hegemónica e uniformizante e pela procura de um reencantamento do mundo e da vida, e que originou a problematização do modelo da sociedade Ocidental, da superioridade branca, masculina, da guerra e da hierarquia, e que se traduziu na procura duma outra vida, dum mundo diferente, de alternativas e de utopias (Kirkwood, 1984 e 1987; Eisler, 1991; de Oliveira, 1991; Santos, 1994, 1995; Riechmann e Buey, 1994; Maturana, 1995). Este mal-estar foi especialmente sentido pelas mulheres que experimentaram a ambiguidade da sua invasão do espaço público mas mantendo as suas actividades em casa, sem que se alterasse a divisão de trabalho ao nível do espaço privado, sem se ter verificado, por parte dos homens, uma alteração nos seus papéis, sem que ocorressem transformações significativas na sociedade, sem que o mundo se *feminizasse*. Ambiguidade também sentida pela tomada de consciência de que as suas características e diferenças continuavam a ser desvalorizadas - o relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado do outro, a protecção da vida, a valorização da intimidade e do afectivo, a gratuidade das relações, a intuição, a sensibilidade, a intimidade com o mistério, a intuição como conhecimento, o percebido tão forte como o provado, a estética como ética do futuro - ao mesmo tempo que se continuava a fazer a apologia dos valores característicos do mundo dos homens - a agressividade, a arrogância, a competitividade, a eficiência. Por isso se sentiu um cansaço ao nível do movimento feminista, cansaço da geração-exemplo que teve acesso ao estudo, ao trabalho assalariado, à participação social e política; cansaço das mulheres nórdicas, onde a social-democracia avançada lhes ofereceu apoio institucional para as suas conquistas, através das políticas de afirmação positiva. Foi este mal-estar que levou à criação de grupos de reflexão constituídos por mulheres e que inaugurou o que se passou a designar por Feminismo da Diferença. Eram

grupos de mulheres conscientes de que "*a verdadeira igualdade é a aceitação da diferença sem hierarquia*" (de Oliveira, 1991), mas também certas da necessidade de desenvolver palavras, conceitos e instrumentos e quadros teóricos diferentes dos estabelecidos, por forma a entender "*a cultura feminina, espécie de herança histórica feita de corpo e prática social*" (de Oliveira, 1991; de Barbieri, 1991). O Feminismo da Diferença, desdobramento do Feminismo da Igualdade acaba, deste modo, por discutir os próprios fundamentos da convivência humana e da sociedade, o que implica uma crise de civilização, que abala os princípios e valores que garantem a ordem social e o consenso ideológico das sociedades industriais do Ocidente (Fouque, 1996). As militantes feministas sabem melhor o que não querem ser, mas vivem também na angústia e na incerteza, tropeçando no futuro e na utopia (de Oliveira, 1991).

Nos países da periferia e da semi-periferia, onde muito poucas mulheres e mesmo homens haviam experimentado a Declaração dos Direitos Humanos, grupos de mulheres começaram a organizar-se e a chamar a atenção para as suas realidades e diferenças. A partir de 1980, movimentos e escritos do Terceiro Mundo e das mulheres negras e indígenas, e imigrantes no Ocidente, têm trazido muitas influências ao desenvolvimento do movimento feminista. As feministas foram e têm sido activas na Ásia, África e América Latina, no Médio Oriente, em momentos e espaços diferentes, nos séculos XIX e XX. De acordo com o estudo que Kumari Jayawardena realizou em doze países do leste europeu, *Feminism and Nationalism in the Third World* (New Delhi, 1986) *(*Feminismo e Nacionalismo no Terceiro Mundo*)*, os movimentos pela emancipação da mulher e pela sua participação política, em países do Terceiro Mundo, tiveram lugar num contexto de lutas nacionalistas, com o objectivo de alcançar a independência política, uma identidade nacional e a modernização da sociedade. Na América Latina, as feministas, do início do século, focaram a sua luta no direito ao voto e na

educação para as mulheres. (Krieger, 1993: 298). De recordar que data de 1899 a fundação, na América Latina, da "*Liga de Asociaciones Progresistas de Mujeres*", cujo órgão de identidade se intitulava "*El movimiento feminista*". Na América Latina e Caribe, em que na actualidade o perfil das sociedades é de cariz neo-liberal, e em que o movimento feminista começou por ser também um assunto de mulheres de classe média universitárias e profissionais emancipadas, verifica-se um movimento amplo de mulheres com uma pluralidade de vozes. É comum falar-se de feminismo popular (organizações de bairro, de camponesas, indígenas); do da corrente autónoma (feminismo *per se*); do dos organismos profissionais; do da comunidade científica; do feminismo governamental (mulheres que trabalham em instituições do governo); do das ONG's (*Perspectivas* Nº3, 1996: 13-14). A este movimento convencionou-se chamar de Feminismo Global ou Feminismo Crítico do Terceiro Mundo (Mbilinyi, 1992).

Em vários contextos e momentos a luta feminista assumiu formas de luta diferentes mas ao mesmo tempo comuns, expressas na manifestação de desagrado em relação a sociedades que continuam a discriminar as mulheres e a desvalorizar as suas experiências e contribuições, enquanto mulheres.

1.5. O Movimento Feminista em África

É possível avançar-se que o Movimento de Mulheres Africanas, e os debates em torno do feminismo em África, emergem historicamente de quatro frentes:

a) Do movimento endógeno de mulheres que teria caracterizado grande parte das sociedades Africanas;

b) Da resistência anti-colonial;

c) Como produto directo do movimento de libertação nacional, que criou espaços para as mulheres transformarem as posições anteriormente defendidas sobre a mulher na sociedade, nos seus papéis de mãe, esposa e filha subserviente e obediente;

d) Como resultado do grupo de mulheres profissionais e outras educadas nas universidades, tanto em África, como no estrangeiro, mulheres independentes do ponto de vista económico e que foram gradualmente adquirindo visibilidade pela sua participação também em organizações de diverso tipo (Jirira, 1995; McFadden, AWLI, 1997; Amadiume, 1997).

Estas quatro fontes donde emerge o movimento de mulheres Africanas e o movimento feminista em África, representam uma mistura de correntes feministas: indógena, liberal, radical, socialista, Marxista e feminismo negro da diáspora, todas propondo-se lutar, por diversas formas, pela emancipação da mulher nas suas sociedades. A participação das mulheres, em vários tipos de movimentos, tem a ver com os momentos históricos, com as características diferenciadas dos países, dos grupos étnicos, das classes, do estatuto, da idade, da religião.

Em relação ao movimento indógeno de mulheres, Amadiume, socióloga nigeriana, desenvolveu um argumento sobre a sua força e vitalidade, no período anterior e posterior à colonização e à islamização do continente. Considera que há duas contribuições únicas e específicas que as mulheres Africanas fizeram para a história mundial e para a civilização. A primeira é o matriarcado como uma base social e ideológica fundamental na qual assentavam o parentesco Africano e os sistemas sociais e morais mais vastos. O segundo estava directamente relacionado com este factor matriarcal, que é o carácter *dual-*

sex (sexo-dual) dos sistemas políticos Africanos, uma característica unicamente Africana (Amadiume, 1997: 100). Amadiume avança igualmente um conceito diferente de movimentos sociais, que distingue dois conceitos de poder. A perspectiva dominante tem visto o poder em termos de indivíduos, grupos de interesse ou grupos sociais que procuram controlar o Estado ou uma cidadania efectiva num sistema estatal, mesmo se o objectivo do movimento for também ideológico, ou seja, mudar a ideologia do Estado. Muitos movimentos sociais nas sociedades Africanas contemporâneas foram analisados com este prisma, independentemente de serem burgueses, da juventude/estudantes, sindicatos ou movimentos de mulheres. Em relação à maioria das comunidades Africanas que nunca quiseram fazer parte dum sistema estatal, há um outro movimento - aquele que tem sido menos estudado e sobre o qual menos se tem escrito. Este movimento envolve outro conceito de poder - os movimentos anti-poder, que apenas pretendem defender e manter a sua autonomia. Esta parece ter sido a característica central, de acordo com Amadiume, dos movimentos de mulheres endógenos em África. O que implica que tradicionalmente as mulheres tivessem tido organizações autónomas, estruturas ou sistemas de auto-governo que precisavam de defender. As suas histórias estão portanto repletas de experiências de lutas contra processos que tendiam para uma gradual perda desta tradição (Amadiume, 1997: 109). Em relação ao conceito de sistema *dual-sex* e, utilizando como exemplo a sociedade Igbo, da Nigéria, por si estudada (1987), Amadiume refere que as mulheres têm sido apresentadas como constituindo apenas uma simples categoria de análise, na base do género sexual biológico. Ora em termos de classificação social o sexo biológico não corresponde necessariamente ao género ideológico existindo, nos sistemas de género Africanos, uma flexibilidade que permite uma construção neutra para mulheres e homens que partilham papéis e estatuto. Em África, com a sua

história de matriarcado, há três sistemas: masculino, feminino e um pronome colectivo sem género (Amadiume, 1997: 113).

Amadiume defende a existência do matriarcado, sistema social paralelo ao patriarcado e, que teria caracterizado grande parte das sociedades ao sul do Sahara, antes da islamização e da colonização Europeia. Criticando Diop por ter baseado as suas análises na descrição da vida dos impérios e cidades do Egipto, Ghana, Mali, Songhai, sem ter em conta a base económica destes impérios (a sua relação estrutural, em termos de poder e de acumulação, com as vilas e as regiões circundantes), Amadiume fala num sistema matriarcal (no sentido de matricentralidade), como um sistema ao mesmo tempo social, económico e político. Este sistema matriarcal, dominado pelas mulheres, que controlavam as actividades agrícolas, o mercado, o comércio e a religião, existia ao lado dum sistema patriarcal, dominado pelos homens, ambos partilhando e cooperando espaço social. O matriarcado não era equivalente ao patriarcado porque não estava baseado na apropriação e na violência. A base fundamental do matriarcado era o agregado familiar e não a família - como nas sociedades Europeias, já patriarcais aquando da invasão dos povos Indo-Europeus - o que fez com que as mulheres Africanas tivessem tido uma proeminência nas estruturas sociais Africanas, tais como as organizações de mulheres à volta do mercado. Daí o facto de ter existido uma luta permanente das mulheres para manter o controlo do mercado, a espinha dorsal da economia de subsistência Africana (Amadiume, 1997: 74-86, 89-105, 196).

Para as mulheres Africanas o matriarcado - ou seja, a construção africana de *motherhood* (maternidade) - era um sistema alternativo, um meio de

empoderamento (*empowerment*)[6] Institucional e ideológico (Amadiume, 1997: 198). Devido à proeminência histórica das mulheres nas estruturas sociais em África, tais como as organizações à volta do mercado, não é surpreendente que as lutas das mulheres se tenham centrado historicamente em dois aspectos: autonomia, auto-governo das mulheres e que gerou o conflito entre as organizações de mulheres e o controlo masculino e cooptação destas organizações; luta das mulheres para manter o controlo no mercado, espinha dorsal da economia de subsistência (Amadiume, 1997: 186).

Com base nos escritos de Diop e, criticando a perspectiva Ocidental imperialista, racista e arrogante, Amadiume avança uma compreensão dos sistemas sociais, culturais e políticos Africanos e o papel das mulheres nestes sistemas, como também outras dimensões de relações de género tradicionais. Os factos mais importantes que ressaltam da análise dos sistemas mais antigos e que explicam o poder tradicional das mulheres Africanas, centram-se em três factores fundamentais, considerados os três mais importantes recursos que as mulheres Africanas estavam organizadas para controlar e manter: a economia de subsistência e do mercado; o auto-governo; e a sua própria religião e cultura.

As contradições inerentes a este modo de produção geraram uma política sexual que deu origem a organizações de mulheres e a um movimento de mulheres em África, já que era fundamental que as mulheres estivessem bem organizadas para manter o controlo sobre estes recursos. Os antigos sistemas

6 / ***Empowerment/empoderamento*** é definido como "***um processo intencional, centrado na comunidade local, que envolve respeito mútuo, reflexão crítica, assistência, e participação de grupo, através do qual as pessoas que não beneficiam duma igual partilha de recursos adquirem maior acesso e controle sobre os mesmos***" (definição do ***Cornell Empowerment Group)***. Entretanto, Peggy Antrobus, responsável e fundadora da Unidade Mulheres e Desenvolvimento (***Women and Development Unit***, ***WAND***), ***na School of Continuing Studies***, da ***University of The West Indies***, Barbados, chama a atenção para as contradições que a sua utilização comporta. As Agências Internacionais e os governos co-optaram este conceito, fazendo uso dele, através de políticas e programas, para aumentar as responsabilidades das mulheres, tirando proveito da sua disponibilidade para lutar contra aspectos que lhes são adversos. (In: "Empowerment and Family Suppor***t***", Vol. 1, Issue 3, Sept.1990, ***Networking Bulletin)***. As feministas latino-americanas traduziram este conceito para e***mpoderamiento*** e as brasileiras para ***empoderamento***, palavra utilizada em Moçambique.

de *checks and balances* (prós e contras) começaram a desintegrar-se como resultado da experiência colonial Africana. Todavia não foram os colonialistas que deram o golpe final à autonomia e poder tradicional das mulheres Africanas, mas as elites que herdaram a máquina colonial de opressão e exploração, voltando-a contra o seu próprio povo. Houve uma alteração na natureza das lutas populares tradicionais, assim que as novas elites assumiram o controlo das forças militares introduzidas pelos imperialistas coloniais, especialmente a polícia e o exército (Amadiume, 1997: 176-177).

McFadden considera, entretanto, que o continente Africano já tinha, antes da colonização, um sistema patriarcal, mais velho que a civilização Ocidental, e que as velhas civilizações Africanas eram sociedades feudais e de escravatura. As mulheres rainhas ou chefes nos impérios do Mali ou Zimbabwe eram igualmente senhoras feudais, controladas pelos senhores feudais (McFadden, 1997: 44-45).

Uma parte da literatura sobre a mulher em África, destaca a importância da *Rainha Mãe*, a irmã do chefe, como um exemplo de poder, de capacidade de decidir sobre assuntos de maior importância para o grupo, que muitas mulheres tiveram ao longo da história, confundindo-a com matriarcado. Referem que esta mulher tinha o seu próprio grupo dirigente, escutava litígios, participava nos conselhos e o seu consentimento era necessário em determinados assuntos. Noutros casos, era vista como protectora dos direitos do chefe e, noutras situações, como protectora do grupo, contra possíveis excessos do chefe. Em muitas chefaturas havia tarefas neutrais em termos de género e que podiam ser indistintamente realizadas por mulheres ou por homens, havendo igualmente posições reservadas às mulheres (Potash, 1992: 138-139; Imam, 1988; Tadesse, 1988). Entretanto estas análises devem tomar em consideração os contextos

diferentes em que se está a operar. Rosaldo (1974) chamava a atenção para o facto de que, apesar das sociedades serem diferentes em relação ao grau em que se expressam essas diferenças e, que as mulheres pudessem obter em alguns contextos o poder, através de manipulações, assumindo papéis políticos masculinos, o domínio público continuava e continua a manter-se como uma arena dos homens políticos e do poder. A participação política das mulheres era sobretudo evidente em certas decisões ao nível da família e do grupo doméstico mais alargado.

A imposição do regime colonial e a actividade missionária transformaram as estruturas familiares existentes, reduzindo a autonomia e a mobilidade dos grupos domésticos, transferindo o centro da actividade política - mais no sentido de aspecto analítico de acção do que como uma esfera empírica de actividade -, a partir das trocas dentro e entre os grupos domésticos e a comunidade, para o distrito ou para o Estado. Impuseram-se sistemas de autoridade tradicionais que rivalizavam com outras instituições para resolver os litígios. Nestas transformações, as mulheres acabaram por ser as mais afectadas, uma vez que as autoridades coloniais reconheciam apenas os homens como líderes, salvo raras excepções. Em algumas sociedades desapareceram os conselhos e as organizações que no período pré-colonial tinham a representação de mulheres para proteger os seus interesses (Amadiume, 1997). Paradoxalmente e, também salvo raríssimas excepções, esta situação acabou por ser reproduzida na maior parte dos países Africanos, depois das independências. Todavia, apesar da perda de representação política e das diversas transformações de ordem política, a participação das mulheres em diversos assuntos não cessou. A sua participação e poder de decisão são diversos e de acordo com o seu estatuto, com a sua classe, idade, posição social, cor da pele, etnia, religião. Mulheres que não pertencem às elites, tanto em meio urbano como rural, organizam comunidades de ajuda

mútua, para poupança de dinheiro, para apoiar nas tarefas da *machamba*, nas associações comerciais, sociedades de crédito, no sentido de promover os seus interesses mais imediatos - em actividades geradoras de rendimento, jardins infantis, educação dos filhos, nutrição e saúde, terra - procurando, dos mais diversos modos, adaptar-se e/ou modificar a situação existente. Os grupos nacionais, particularmente compostos por mulheres da elite e, com maior acesso à informação e às organizações doadoras internacionais, apoiam por vezes estas actividades mas, no geral, concentram as suas acções em assuntos legais, emprego, educação, saúde, defesa profissional.

Apesar de não ter sido realizado trabalho de campo específico em relação às organizações 'indógenas' de mulheres, investigações e estudos realizados em África e Moçambique referem que as mulheres mantém diversas formas organizativas tradicionais, em meio rural e urbano, que se foram transformando e recriando, ao longo dos anos, e que continuam a constituir bases fundamentais de apoio para si e para as comunidades. É conhecida a importância dos rituais tradicionais femininos no pedido às suas ancestrais para a protecção em relação a assuntos da família ou da comunidade, para boas colheitas, para a sobrevivência em situações de fome e guerra, e nos períodos de reconciliação nacional em que se apela ao reencontro das famílias. Esta situação tem-se verificado em vários países Africanos - incluindo Moçambique - depois de períodos de guerras, com o objectivo de propiciar a reentrada de mulheres e homens nas famílias, sobretudo, quando as mulheres foram raptadas, violadas e obrigadas a viver com militares.

No período anterior à independência, muitas mulheres ganharam visibilidade na vida política Africana participando de diversos modos nas lutas nacionalista e anti-coloniais, nos sindicatos, como dirigentes políticas, como esposas e

mães. A história do Movimento Pan-Africano, em África, surgido em 1900, e, paradoxalmente, influenciado pelos Africanos da diáspora, sobretudo, nos E.U.A., dá-nos conta da participação de homens e mulheres, mas o objectivo central da organização era a libertação de África. Não há indicações de que nos primeiros Congressos se tivesse discutido a questão da libertação da mulher em simultâneo com a libertação do continente. Foi apenas no 6º Congresso, realizado em 1974, no auge da luta de libertação na região Austral de África, que uma resolução decidiu:

> *"Apoiar as lutas políticas pela igualdade levadas a cabo pelas mulheres negras e mobilizar os Estados e as organizações participantes no Congresso para começar a trabalhar vigorosamente sobre o problema da opressão das mulheres cabal e profundamente"* (Roy-Campbell, 1995: 88).

Todavia, só no 7º Congresso, realizado em Abril de 1994, em Kampala, no Uganda, pouco depois da vitória do ANC, nas primeiras eleições livres na África do Sul, é que as mulheres apareceram como uma força e colocaram a questão de género na sua agenda. A percepção das mulheres deste movimento é que, apesar dos dirigentes Africanos, membros do Movimento Pan-Africano, se terem comprometido com a libertação do continente, uma vez no poder, desenvolveram uma amnésia no que respeita às condições de vida da maioria do seu povo, especialmente, as mulheres. Foi por este motivo que mulheres Africanas, residentes no Continente e na diáspora (Caraíbas, EUA e Europa), decidiram criar o *Pan-African Women's Liberation Organisation* (*PAWLO*) (Organização Pan-Africana para a Libertação das Mulheres), com o objectivo de desenvolver um espaço e consolidar as vozes das mulheres Africanas em todo

o mundo [7]. Este Movimento acredita que apesar da participação activa das mulheres nas lutas de libertação nacional, ao lado dos homens, manteve-se a opressão de género, havendo estruturas e leis na sociedade que mantêm e reproduzem a opressão das mulheres (Roy-Campbell, 1995: 88-89).

Mulheres houve que assumiram uma posição mais radical, no início dos anos 60, contra a política colonial e a opressão da maioria negra da população, chegando mesmo a ser presas, como resultado da sua participação em greves. A sua participação foi, também, importante na criação de Ligas Femininas nos movimentos de libertação, tendo como objectivo *genderizar* (*engendering)* a luta de libertação, e chamar a atenção para a questão da mulher e para as relações sociais e de poder entre mulheres e homens, que não era considerada uma contradição principal para a maior parte dos nacionalistas. Um outro grupo de mulheres que pôde, ou não, associar-se ao movimento feminista, era constituído por mulheres mais velhas, que foram activas nos Clubes de Mulheres e nas Associações ou Sociedades de Mulheres das Confissões Religiosas e Igrejas, que acreditavam na necessidade de não adoptar uma posição de confronto em relação às questões de opressão de género. Algumas mulheres mais velhas assumiam uma posição de tipo liberal em relação à mulher nas suas sociedades, argumentando que a emancipação da mulher podia ser alcançada através de alterações na legislação e da utilização das estruturas existentes, em prol da mulher. Consideravam o homem como chefe de família, acabando por aceitar a subordinação das mulheres, duma maneira geral. Esta é uma posição que mantém muita força, tanto neste continente como noutras partes do mundo e, hoje, com a degradação das condições económicas e sociais, em grande parte dos países Africanos, esta

7 / Não confundir com o *Pan-African Women's Movement*, que é parte da Organização da Unidade Africana (OUA) e constituída por esposas de Chefes de Estado e outras mulheres da elite. O PAWLO considera-se uma organização de tipo '*umbrella*' (guarda-chuva) e que luta pela libertação da mulher de todas as formas de opressão de que é vítima, através duma abordagem feminista e não f*emocrática*, de tipo '*empowerment*' (*empoderamento*).

é a posição que tem maior aceitação, conjugada com o fundamentalismo e o evangelismo, e que confirmam a internacionalização da opressão patriarcal experimentada pelas mulheres.

Muitas mulheres acreditavam numa nova ordem mundial, sobretudo, com as transformações a partir das independências Africanas, e dos finais da década de 60, e que havia possibilidades de mudança resultantes da luta nacionalista e da luta armada nos seus países (Jirira, 1995: 77-78).

Muito embora tenha sobressaído a participação da mulher no seu papel mais tradicional, muitas foram as mudanças que a sua participação na luta anti-colonial, nos movimentos de mulheres e no movimento feminista, possibilitou nos últimos cem anos, mas, sobretudo, nas últimas quatro décadas ajudando a transformar a natureza da política neste continente:

a) A transformação da natureza das políticas, no continente Africano, devido ao 'engajamento' da mulher nas lutas anti-coloniais. Ainda que esta participação fosse controlada e sancionada pelos homens, possibilitou a entrada das mulheres na vida pública – nos movimentos de libertação, nos partidos políticos e nos sindicatos, nas organizações da sociedade civil. A resistência anti-colonial foi um importante ponto de entrada para o movimento Africano das mulheres e para a sua transformação em cidadãs políticas num sentido público. A partir da segunda metade deste século, mulheres houve que conseguiram transitar duma luta contra a opressão patriarcal, a nível da esfera privada, para uma luta em que as suas vozes se visibilizaram, na esfera pública;

b) O estabelecimento de relações com o movimento nacionalista, através da participação das mulheres na vida pública. Esta relação foi sempre

muito controversa porque estava atada a certas lealdades, directa ou indirectamente associadas às relações subjectivas com os homens que herdaram o Estado, por ocasião da independência, por se tratar de irmãos, maridos, familiares ou amigos (McFadden, 1997: 27);

c) A construção de novas identidades com o Estado e a sociedade civil. O facto de as mulheres terem pegado em armas contra o colonialismo conduziu à construção de identidades que podem ser problemáticas, sobretudo, quando se participou na repressão de outras mulheres;

d) O modo como as mulheres têm percepcionado a sua participação na vida política, no período pós-colonial – ou seja, o facto da maioria das mulheres não ter ainda reconhecido esta sua participação como um movimento político, o que as leva a ter um comportamento diferenciado na esfera privada e na esfera pública (McFadden, AWLI, 1997: 26-27).

Estes aspectos apontam para a necessidade de debater o discurso construído sobre o que é ser-se uma mulher Africana e, portanto, sobre o sentido da cultura Africana para as mulheres (Butegwa, 1997: 35-41). A concepção da autenticidade Africana tem sido construída em termos de altruísmo, considerado a essência da cultura e a especificidade da cultura do continente. A luta por transformar o pessoal em político é vista pela maioria dos dirigentes Africanos como indo contra a preservação da autenticidade, pois implica estar sempre disponível para dar. Espera-se das mulheres que estejam sempre prontas a servir, ao nível do agregado familiar, da comunidade e da nação. As nossas habilidades e capacidades de cuidar, o facto de construirmos as nossas identidades à volta desta habilidade de sustentar e manter a vida, pode-se transformar numa armadilha, na medida em que exime os homens das suas responsabilidades

para com a sociedade. Por outro lado, este estereótipo da mulher, tem sido utilizado pelas agências doadoras internacionais e pelos governos do continente, com os seus programas de ajustamento estrutural, pois recria, e reproduz a imagem da mulher como uma grande mãe que 'apara os choques' desses programas (Elson, 1997). Daí a necessidade sentida, sobretudo, pelos movimentos feministas críticos, de questionar a cultura, os processos de invenção e reinvenção da cultura, ao longo do tempo, como tradição, como um privilégio dos homens, como algo que é sagrado e intocável. Os nacionalistas e os políticos que elaboraram as constituições e os códigos jurídicos, a seguir às independências, investiram muito do seu conhecimento em argumentos que se baseiam em noções patriarcais tradicionais sobre o que é a mulher Africana (Meena, 1992), considerando as feministas como anti-família e anti-Africanas, quando levantam questões relacionadas com a ausência de integridade física das mulheres, com a violência doméstica, com o facto de as mulheres serem consideradas 'propriedade' em quase todas as sociedades, e serem uma mercadoria que pode ser 'herdada' por familiares do marido, pelos filhos, etc., procurando, a maior parte das vezes, denegrir as suas vozes, e as suas organizações. Por isso, também, existir a crítica dum certo feminismo Africano e Ocidental que se baseia na noção essencialista de que as mulheres negras pararam no passado (noções de *womanism* e *womanhood*, que caracterizam, por razões históricas e de opressão, o feminismo negro nos EUA e Caraíbas).

Que balanço é possível fazer em relação à luta desencadeada pelos diferentes grupos e tendências do movimento de mulheres em África?

- Surgiram e adquiriram visibilidade muitos movimentos de mulheres, influenciados pela globalização feminista, mas também pelas organizações endógenas de mulheres;

- Reconheceu-se a importância da subjectividade e dos processos individuais na construção dos sujeitos e identidades, o que tem que ver com o mal-estar e a relação conturbada de algumas mulheres com o poder;

- Reivindicou-se o corpo como lugar físico, psicológico e discursivo, a partir o qual é possível controlar mas também libertar os indivíduos;

- Revalorizou-se o sentido de democracia, chamando a atenção para as diversas formas que assume a participação das mulheres;

- Criaram-se identidades e colectividades à margem dos modelos e ortodoxias que haviam atrofiado os grandes sectores sociais na sua dimensão mais ampla (McFadden, AWLI, 1997; McFadden, SAPEM,1997 e 1998; Touraine, 1996; Giddens, 1994 e 1995; *Perspectivas*, 1996). As mulheres têm estado presentes em diferentes momentos da história Africana, aprendendo e desenvolvendo as suas aspirações no sentido duma vida mais solidária e de respeito por todos os outros;

- Na década de 80, verificou-se uma movimentação no espaço comunitário, de politização da vida quotidiana e de exigências sociais;

- Na década de 90, o protagonismo dos grupos de mulheres movimenta-se também para os espaços legislativos, para o campo partidário e da cidadania, e para as exigências político-liberais, numa mistura de tendências e influências (McFadden, 1997 e 1998, SAPEM; Itziar, 1996: 9-12).

Todavia, os saldos não podem ser triunfalistas:

- A maioria das mulheres continua a estar numa situação de desvantagem ao nível do emprego, educação, saúde, acesso à justiça, representação política e participação nos espaços de decisão de maior importância;

- Os níveis de violência exercida contra a mulher, quase que universalmente, estão cada vez mais presentes e são aceites como parte da realidade natural Africana;

- O impacto dos programas de ajustamento estrutural leva a que muitos dos avanços alcançados pelas mulheres e movimentos sociais, na década de 70, enfrentem redefinições radicais em termos de modelos de país, de Estado, de sociedade, de acordos e normas de regime político e de políticas sociais;

- A reestruturação económica tem vindo a ser acompanhada de transições democráticas, em que certas formas de carácter liberal convivem com o carácter autoritário de instituições herdadas de etapas anteriores.

Com o modelo neo-liberal dos programas de ajustamento estrutural, as mulheres são chamadas a participar por serem pobres e com necessidades básicas urgentes, e não como cidadãs com direitos humanos. Nos países menos desenvolvidos,

> *"... a ampliação da cidadania não se coloca necessariamente pela via do acesso ao voto, mas assume a forma de um processo de formação de actores políticos com capacidade de estabilizar um regime produto de diversos conflitos políticos"* (Lozano, 1996).

Neste processo de identificação que acompanha a reconfiguração dos actores, algumas mulheres encontram um espaço de inserção política, não no mundo das grandes decisões nacionais, mas na comunidade onde conciliam a sua vida quotidiana com os seus problemas, e também nos espaços de liderança intermédia, onde recuperam a sua cidadania social, tomam a palavra e lideram. Entretanto, convém salientar que a democracia que vem sendo imposta através do modelo neo-liberal, desloca as identidades que as mulheres vão construindo em volta da sua participação comunitária, para um movimento pelo voto de pessoas desconhecidas e, sobretudo, masculinas. Estão a desaparecer as instituições intermediárias entre as bases sociais e os poderes máximos, o que acontece até contra a própria tradição liberal. Por outro lado, as instituições formais estão inoperantes, devido à falta de alternativas que oferecem. Os movimentos surgidos dirigem-se aos poderes máximos existentes sem mediação, nem discussão – ou seja, é a massa do povo que se move em vez de serem os cidadãos.

Face às questões anteriormente colocadas, que se referem a avanços e preocupações que o movimento de mulheres enfrenta em África, os diferentes grupos de mulheres têm chamado a atenção para a necessidade de:

- Fortalecer as redes nacionais, regionais e internacionais que se ocupam com os direitos humanos das mulheres, com a mortalidade materna, com a escravatura sexual e com o apoio aos pequenos grupos que trabalham contra a violência;

- Fortalecer grupos e iniciativas de organizações e associações autónomas que socializem a informação, direcção e configuração de espaços de identidade crítica e de força, frente aos projectos clientelistas e anti-nacionalistas e de controlo sobre as organizações de mulheres;

- Impulsionar iniciativas de investigação e acção sobre os processos de trabalho formal, e de criação de redes de reconhecimento e apoio mútuo entre a heterogeneidade de trabalhadores dos sectores flexibilizados e informais; de fortalecimento de programas dirigidos a grupos mais excluídos: mulheres, velhos, crianças, refugiados, portadores de deficiência;

- Apoiar grupos de mulheres profissionais e que tenham condições de elaborar, impulsionar e apresentar propostas de políticas públicas que respondam às diferentes necessidades das mulheres;

- Apoiar iniciativas que fortaleçam as instâncias institucionais que medeiam entre as mulheres e os poderes constituídos.

1.6. Quadro Teórico e Analítico

Até recentemente a maior parte dos discursos sobre os países Africanos ocorria no seio de paradigmas de desenvolvimento masculinos e sexistas, que subestimavam o papel que as mulheres desempenharam em todos os aspectos da história do continente, mascarando as suas actividades num véu de intemporalidade, reduzindo-as a seres humanos trans-históricos, fora das dinâmicas do desenvolvimento (Scott, 1995; McFadden, 1998; Zeleza, 1998). As vozes das mulheres não eram parte do que se considerava desenvolvimento, desde a resistência anti-colonial, passando pelo período pós-independência, até aos anos 90. As mulheres permaneceram marginais à construção do desenvolvimento como intelectuais e como experiência prática. Não se estava apenas perante um paradigma vindo do Norte, mas duma construção embebida numa relação problemática Norte/Sul, que colocava o continente Africano como necessitado de apoio dos países desenvolvidos (retórica hoje substituída pelo

neo-liberalismo e a mercadorização, insensíveis aos *outros*.). As perspectivas de desenvolvimento criadas por diversas agências doadoras ou pelos centros de investigação - Modernização/Neo-Liberal; Mulher e/no Desenvolvimento (*Women in/and Development*, *WID/WAD*); Género e/no Desenvolvimento (*Gender and/in Development, GAD/GID*) - que dominam as políticas dos doadores, a partir dos anos 50, não reflectem os conhecimentos e as experiências das mulheres. A noção e a construção do desenvolvimento era exclusiva do Primeiro Mundo, dos homens, brancos e de classe média e, o que se sabia e conhecia do continente Africano não era tido em consideração. Por isso, a imagem mais difundida sobre os Africanos, no geral mas, em especial, a das mulheres, era a de vítimas, associada a noções essencialistas de atraso, pobreza, falta de apoio. Em suma, uma imagem de silenciamento e de exclusão (Imam, 1988; Tadesse, 1988; Meena, 1992; Scott, 1995).

Entretanto, tanto a teoria da modernização quanto as da dependência ou subdesenvolvimento, Marxista ou nacionalista, seguidas pelos dirigentes dos vários países Africanos, depois das suas independências, também se baseiam em noções masculinas do que significa o desenvolvimento. As definições, conceitos e a linguagem que é utilizada para definir e descrever o desenvolvimento político, são costurados com significados masculinos e revelam as preocupações dos homens no poder (Scott, 1995: 6). A reinvenção da cultura e da masculinidade Africana foi e continua a ser uma característica indistinta da maior parte dos líderes Africanos, mesmo daqueles que assumiram uma perspectiva nacionalista e que dirigiram lutas armadas de libertação nacional, com a participação de mulheres como guerrilheiras. Os discursos adoptados pelos nacionalistas e no pós-independência, em termos de prática política e teorização, não questionam a ideologia da domesticidade das mulheres que foi construída durante o período colonial (Meena, 1992: 9-12; Imam, 1997; McFadden, AWLI, 1997).

A partir da III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Nairobi, no continente Africano mas, sobretudo, na década de 90, criaram-se condições para a construção de plataformas globais, com a participação das mulheres Africanas em conferências e seminários. As possibilidades das mulheres falarem na primeira pessoa e não pela voz e interpretação das mulheres do Norte, ou dos dirigentes Africanos masculinos, conduziu a um desafiar e a uma reconceptualização de perspectivas e de conceitos, métodos e epistemologias seguidas pelo mundo desenvolvido na interpretação do Terceiro Mundo e, a questionar os paradigmas do desenvolvimento, estivessem eles associados ou não à escola da modernização, do subdesenvolvimento ou dependência, da escola Marxista, ou da escola nacionalista. No geral as perspectivas de desenvolvimento da modernidade resultam duma longa tradição de filantropia e de bem-estar social, características dos discursos liberais nos países desenvolvidos, sobre África. Os anos de escravatura, de saque e de colonização, conduziram a uma atitude de 'ajuda' aos *outros*, quer através da salvação religiosa, com a disseminação das missões civilizatórias cristãs, quer da integração cada vez maior do continente na economia mundial, mas mascarada de ajuda ao desenvolvimento - a necessidade de resgatar e salvar as sociedades atrasadas, integrando-as no que é considerado como a forma suprema da civilização (McFadden, 1998). Muitas destas perspectivas de desenvolvimento são conformistas, não desafiando as questões de autonomia, de acesso e controlo de recursos e poder, essenciais para a libertação das mulheres, o que era de prever devido à longa relação de dependência que tem caracterizado a ligação entre estas sociedades.

O surgimento e o crescimento do movimento de mulheres em África e no mundo, bem como a crise no desenvolvimento da teoria e da prática convencional, e o surgimento de projectos de desenvolvimento focados nas mulheres, podem

ser apontados como factores que conduziram a que, durante as últimas duas décadas, se verificasse um crescimento rápido na literatura sobre as mulheres Africanas, elaborada por especialistas Africanos ou estrangeiros, de ou fora do continente. Uma análise mais detalhada da literatura sobre África leva-nos, contudo, a constatar que, as mulheres continuam em larga medida invisíveis ou mal representadas na corrente central da história: as mulheres não estão presentes; são tratadas como naturalmente inferiores e subordinadas e como eternas vítimas da opressão masculina; são apresentadas as imagens de mulheres rainhas, notáveis, heróicas; ou então é-nos transmitida uma visão romântica, em que os papéis de mulheres e homens se complementavam numa África pré-colonial harmoniosa e cheia de virtudes, que o islamismo e o colonialismo transformaram. Ou seja, ainda que os autores que escrevem sobre o continente possam diferir nas perspectivas e métodos de pesquisa, nas temáticas seleccionadas, nas interpretações avançadas e nas suas concepções ideológicas, partilham duas características em comum:

- são masculinos e sexistas, subestimando o papel que as mulheres jogaram ao longo da história; não fazem sequer menção às mulheres; ou são mencionadas através dos seus papéis reprodutivos como esposas e mães. A linguagem utilizada inferioriza as suas actividades ou experiências;

- as actividades das mulheres estão mascaradas num véu de intemporalidade, num mundo super-simplificado, estático e homogéneo; as instituições, como o parentesco, o casamento ou a religião, nas quais a sua actividade é discutida, são-nos apresentadas como estáticas, fora das dinâmicas do desenvolvimento histórico; as mulheres são vítimas duma ordem patriarcal feroz; as mulheres são rainhas, amazonas e, como tal, embuídas dum poder do tipo masculino, ou são prostitutas; as mulheres

não mudam nem contribuem para a transformação, as mulheres são as principais guardiãs da tradição, do *status quo* (Imam, 1988; Tadesse, 1988; Zeleza, 1997; McFadden, 1998).

Em muitas das instituições de ensino superior ou centros de investigação Africanos, a história das mulheres ainda é marginal e não é respeitada nem reconhecida. Aspecto que caracteriza também a produção teórica feminista no Ocidente, até agora dificilmente incorporada na literatura central ao nível da ciência social (Mulinari, 1997: 37-38; Zeleza, 1997: 167).

O papel dos movimentos feministas em África nestas duas últimas décadas foi no sentido de reentrar nos paradigmas do desenvolvimento e criticar a adopção de grelhas esquemáticas, conservadoras e conformistas, nas quais o desenvolvimento foi conceptualizado e transposto. O principal desafio para as feministas Africanas foi de como resgatar a história das mulheres sem cair nos erros que foram sendo apreendidos a partir do questionamento e da prática dos paradigmas e das concepções que dominaram a corrente central da historiografia Africana, assim como dos diferentes movimentos feministas Ocidentais, a partir dos anos 60-70.

Foram sobretudo três os paradigmas que dominaram a corrente central da historiografia Africana, a partir da década de 60: a Escola Nacionalista, a Escola do Subdesenvolvimento ou da Dependência e a Escola Marxista. De salientar que estas concepções coexistiram num ou noutro momento durante as últimas três décadas (Imam, 1988; Tadesse, 1988; Mafege, 1992; Mkandawire, 1992; Scott, 1995; Zeleza, 1988).

A Escola Nacionalista, dominante no tempo da descolonização até princípios dos anos 70, teve como característica central a sua preocupação com a

elaboração duma história dos e para os Africanos, um projecto emancipatório dos alvores das independências, procurando erradicar os mitos imperialistas e racistas de que o continente Africano não tinha história antes da chegada dos Europeus e desenvolver novos métodos de pesquisa no sentido de recuperar a história Africana. Estes propósitos acabaram por dominar as preocupações dos historiadores, levando-os a glorificar os grandes Estados e os seus chefes, mostrando que o continente também havia produzido civilizações como as Europeias. Entretanto, não existe praticamente nenhuma análise sobre a contribuição das mulheres e a exploração e a opressão são apenas analisadas em função do colonialismo. Em termos epistemológicos esta historiografia não tinha as ferramentas conceptuais nem um quadro teórico que permitisse uma análise de classe ou de relações de género e, que conduzisse a uma análise das lutas no interior da história Africana. Convém entretanto realçar que é dos três paradigmas o que partilha mais semelhanças com a história feminista, em termos metodológicos. Uma combinação de técnicas de pesquisa, em que a tradição oral desempenha um papel de destaque, permitiram recuperar as experiências e as vozes Africanas, as suas percepções acerca das suas vidas, da sua consciência, do impacto do colonialismo nas suas vidas.

A Escola do Subdesenvolvimento ou da Dependência, dominante entre os anos 60 e finais da década de 70, tem como problemática central desvendar e explicar os processos através dos quais a mais valia foi drenada do continente Africano e de outras periferias, para a Europa ou outras metrópoles, no quadro dum sistema capitalista mundial integrado. O seu foco era a troca desigual ou os custos de trabalho, que originaram o desenvolvimento Ocidental e o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, da periferia. Enquanto a Escola Nacionalista procurou analisar a história do continente Africano, utilizando para tal o mesmo tipo de ferramentas dos historiadores Ocidentais,

mas sem analisar o processo histórico das diversas sociedades do continente, a Escola do Subdesenvolvimento tem o seu foco nas forças externas como causadoras da situação de dependência e atraso. É uma historiografia que ignora as relações sociais de classe e de género.

A Escola Marxista, que ganhou ascendência nos anos 70 e princípios de 80, procura enquadrar as histórias Africanas nos modos de produção Marxistas, numa perspectiva evolucionista, inventando variedades tropicalizadas e articulando-as com o modo de produção capitalista durante o período colonial (Zeleza, 1997: 179). O seu foco são as classes e a luta de classes. Todavia, não existe uma análise sobre as relações de género, uma vez que a opressão da mulher, considerada um fenómeno secundário, é explicada no quadro da opressão capitalista, estando portanto o seu fim condicionado à transformação da sociedade capitalista numa sociedade sem classes.

Se nenhum dos paradigmas característicos da historiografia do continente Africano tem em consideração a história e as experiências das mulheres - o que tem conduzido as feministas Africanas, não apenas a recuperar a história das mulheres, mas sobretudo a desenvolver novas ferramentas de análise - os modelos teóricos desenvolvidos pelo movimento feminista Ocidental não escaparam à análise do movimento feminista crítico dos países do Terceiro Mundo. Uma das principais críticas tem sido em relação aos dualismos conceptuais que tentam encaixar as vidas das mulheres no mundo das esferas da 'natureza' e da 'família', da 'reprodução', do 'privado' e do 'doméstico', do 'informal', do 'tradicional', distintos do mundo das esferas supostamente masculinas da 'cultura' e do 'trabalho', da 'produção', do 'público' e do 'político', do 'formal', do 'moderno'. A visão binária contida nestes dualismos não dá conta da interdependência e das interrelações da realidade social e dos processos, para

além de que estas distinções e dicotomias não são universais, como realidades empíricas, ou como categorias conceptuais. Foram construídas num contexto histórico Europeu específico e derivam do pensamento do Iluminismo (Mbilinyi, 1992; Scott, 1995; Amadiume, 1997; Zeleza, 1998).

As feministas do Terceiro Mundo têm criticado as suas congéneres Ocidentais pelo etnocentrismo e eurocentrismo, pela arrogância e pelo imperialismo intelectual que caracteriza os seus estudos e análises (Amadiume, 1987 e 1997; Stanley, 1993; Afshar e Maynard, 1994; Arnfred e Mulinari, 1995). Acrescentam que as feministas Ocidentais acabaram por cair nos mesmos erros teóricos e metodológicos apontados por si em relação às análises realizadas pelos seus companheiros Ocidentais (Stanley, 1993; Amadiume, 1997).

Outros aspectos que têm merecido reflexão e crítica:

- As mulheres em África não constituem um grupo homogéneo; algumas são oprimidas, outras opressoras, mulheres houve que beneficiaram com a escravatura e com a colonização; cada uma com a sua personalidade individual, a sua identidade e diferentes posições, de acordo com as bases culturais e os sistemas de apoio; cada mulher tem identidades múltiplas, complexas, contraditórias e em transformação, de acordo com circunstâncias diversas;

- As mulheres não foram vítimas passivas, mas sim actoras das diferentes fases históricas, engendrando estratégias de acomodação, resistência e luta, que foram mudando temporal e espacialmente e de acordo com os diferentes tipos de mulheres;

- As relações de género que oprimem as mulheres variam de acordo com a sua classe, com as relações de raça/etnicidade e imperialistas-nacionais, com a nacionalidade, identidade de género, estatuto conjugal, idade e, sofreram transformações em diferentes momentos e contextos, de acordo com a diversidade de experiências, conflitos, ambivalências, que não podem ser encaixadas em modelos unilineares e dicotómicos;

- Não se pode falar dum modelo único de unidade de produção - a família, o agregado familiar, os operários, os camponeses - nem pode o agregado familiar apenas ser considerado como o centro das relações opressivas sofridas pelas mulheres; as unidades de produção e de reprodução estão embuídas de relações de género em transformação, conflito, contestação e de relações de poder;

- Não se pode falar de 'uma cultura Africana', de 'uma mulher Africana' (Mbilinyi, 1992: 35-36, 41-42, 45-46; Imam, 1997).

Para melhor entender estas questões, importa apresentar alguns dos aspectos da trajectória bem como das diferentes correntes epistemológicas do movimento feminista no Ocidente.

A partir da década de 60, período que se convencionou caracterizar como o da segunda vaga do feminismo, a preocupação dos movimentos feministas no Ocidente foi a de saber por que motivo eram as mulheres discriminadas, porque tinham menos acesso e controlo de recursos e poder nas sociedades, porque havia 'um' e 'outra', assim como havia 'um' e 'outro' nas sociedades consideradas mais desenvolvidas. O contributo dos movimentos feministas - atendendo às diversas fases e tendências por que passou - tem sido o de estudar, a partir duma visão centrada na subordinação, as relações entre as mulheres e os

homens, numa perspectiva histórica, as relações entre as diferentes categorias de mulheres, reconhecendo-se gradualmente a heterogeneidade das suas posições e a diversidade das suas experiências em relação à sua classe, cor da pele, religião, pertença regional, étnica, assim como generacional. Por este motivo se decidiu:

- Produzir conhecimentos sobre as condições de vida das mulheres;

- Retirar do passado e presente as contribuições das mulheres para a sociedade e para a cultura;

- Tornar as suas contribuições visíveis na história, na criação e na vida quotidiana (De Barbieri, 1991).

Assim nasceram os centros ao nível da comunidade científica e criaram-se organizações não-governamentais que iniciaram 'estudos sobre as mulheres', os quais se foram multiplicando pelos vários países. É nesta busca que se expande o conceito de género como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatómico e fisiológico das ciências biológicas. Género como princípio fundamental de organização social em transformação e a representação simbólica da diferença sexual, o campo principal no qual ou através do qual se articula ou dá significado ao poder (Zeleza, 1998: 188)[8]. Género visto como sexo socialmente construído. Gayle Rubin (1986) define género como o conjunto de disposições a partir das quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da actividade humana e no qual se satisfazem essas necessidades humanas transformadas. Ou seja, os sistemas de sexo/género

8 / A utilização de 'Género', na língua portuguesa tem sido contestada. Zeleza refere que "distinção dicotómica entre sexo e género é específica à língua inglesa" (1998: 194). A sua adopção em Moçambique, quer pelo campo científico, quer pelo político, está relacionada por um lado, pela sua adopção por parte das feministas latino-americanas e espanholas e, por outro, pelas organizações doadoras. Entretanto, parece-me importante a sua utilização e distinção em relação a sexo, pelos motivos apresentados por Rubin (1986) e Scott (1989) ressalvando, entretanto, que sexo e género são categorias socialmente construídas.

são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são as tramas de relações sociais que determinam as relações dos seres humanos em tanto que pessoas sexuadas. De acordo ainda com Rubin, os sistemas sexo/género são o objecto de estudo mais amplo para compreender e explicar a dupla subordinação feminina/masculina. A aposta é de estudar estes sistemas de acção social e o sentido da acção em relação com a sexualidade e a reprodução. Trata-se de uma categoria mais neutra que patriarcado, como assinala Rubin - um conceito de maior generalidade e compreensão - uma vez que deixa aberta a possibilidade de existência de distintas formas de relações entre mulheres e homens, entre o feminino e o masculino: a dominação masculina (patriarcal), mas outras possíveis, não necessariamente patriarcais; a dominação feminina; ou, relações igualitárias. Deixa também aberta a possibilidade de distinguir formas diversas em períodos históricos diferentes e, como utopia, pensar a libertação das mulheres a partir de outras formas distintas de organização social.

A construção social das relações de género é parte das relações dominantes e conduz às ideias e práticas do poder a diferentes níveis - o nível do agregado familiar, o nacional, o regional e o global. O modo como os Estados e as classes dominantes inventam e manipulam os conceitos de 'sexo' e de relações de género, ajudam-nos a compreender como os governantes dirigiram e dirigem as diversas fases da história. A invenção do conceito de 'raça' e de 'tribo' foi fundamental para o desenvolvimento das sociedades colonizadas e neo-colonizadas. Os homens são apresentados como o universal, o *standard*. As mulheres são o 'outro', a 'questão', o 'problema'. As mulheres do Norte são

apresentadas como o modelo, a mulher universal, as mulheres do Sul, como as 'outras'. As mulheres de classe média são o modelo (de emancipação) e as mulheres trabalhadoras e camponesas são as 'outras' (Mohanty, 1988).

A primeira fase da investigação feminista chamou a atenção para o facto de que as mulheres estavam ausentes do discurso oficial da ciência social, tanto do ponto de vista empírico como metodológico, propondo uma revisão da ciência e a reinterpretação dos discursos teóricos, por forma a tornar visíveis as actividades das mulheres e as relações sociais e incorporando-as como actoras sociais. Esta 'perspectiva aditiva' ao nível da investigação feminista foi fundamental, pois permitiu trazer as vidas e as experiências das mulheres para o corpo das diferentes ciências. Numa segunda fase, foi necessário nomear e criar novas áreas de estudo, com o objectivo de cavar as vidas das mulheres, até ali não consideradas importantes para a corrente central das ciências (Mulinari, 1995: 37-38).

A investigação feminista começou por ser nos anos 70-80 uma crítica da metodologia existente:

- o seu foco eram as mulheres, era realizada por mulheres feministas e para outras mulheres;

- havia uma distinção entre métodos quantitativos, considerados masculinos e métodos qualitativos, considerados feministas;

- a investigação era considerada fundamentalmente política no seu propósito e envolvida na transformação da vida das mulheres.

Esta posição era uma reacção contra o sexismo preconcebido existente ao nível das Ciências Sociais, com ênfase nos comportamentos na área da investigação dominada pelos homens. Entretanto, com as atenções tão

voltadas para os preconceitos masculinos que dominavam a ciência, pouca atenção foi dada à problematização do processo de investigação, acreditando-se que os investigadores tinham preconceitos, mas as investigadoras não (Stanley e Wise, 1993: 20-21). Com o acumular das experiências, a investigação feminista passou a ser também um tópico de pesquisa, devido à necessidade de produzir conhecimento útil, de desenvolver uma teoria e pesquisa práticas e de desenvolver uma compreensão comprometida, ou seja, uma investigação com o objectivo de entender o mundo mas também transformá-lo, através dum conhecimento não alienado. Foram-se definindo como dimensões mais pertinentes para um conhecimento não alienado, em termos feministas:

- a investigadora/teórica é uma pessoa concreta, vivendo uma situação concreta;

- a compreensão e a teorização são localizadas e tratadas como material;

- o 'conhecimento' não é apenas definido como 'que conhecimento', mas igualmente 'conhecimento para quê", que se não pode reduzir a 'investigação-acção';

- rejeição da divisão teoria/investigação, consideradas ambas actividades manuais e intelectuais unidas;

- o acto de conhecer é examinado como o determinador crucial do 'que é conhecido' (Stanley, 1993: 12, 15).

De acordo ainda com Liz Stanley (1993: 12), o conhecimento feminista não alienado, ao nível da comunidade científica, é o que localiza concreta e analiticamente o produto do processo de trabalho feminista, dentro duma análise concreta do próprio processo de produção e, que:

- não existe apenas um conjunto de métodos ou técnicas, nem sequer uma mais vasta categoria de tipos de métodos, que possam ser considerados especificamente feministas;

- as feministas devem utilizar cada um e todos os meios ao seu alcance e conhecidos para investigar a situação das mulheres numa sociedade sexista;

- o que distingue a pesquisa feminista de outras é que os seus relatos devem localizar a investigadora feminista no seio das actividades da sua pesquisa, como uma característica essencial do que é feminista;

- não existem prescrições em relação aos métodos (no sentido de técnicas de pesquisa) ou à metodologia (no sentido de quadro metodológico);

- uma das pré-condições para se realizar 'boa pesquisa' é que seja compatível com as condições da sua produção, ou seja, deve ser conhecimento não alienado (Harding, 1987; Stanley, 1993: 12-13).

Neste sentido, o feminismo não é apenas uma 'perspectiva', uma maneira de olhar, não é mais uma epistemologia, uma maneira de saber; é também uma ontologia ou um modo de estar no mundo. O que pode ser considerado distintamente feminista acerca da preocupação com o processo de investigação, é que constitui um convite para explorar as condições e as circunstâncias duma ontologia feminista, com todos os seus enganos e contradições. Não se trata a este propósito de defender o essencialismo, mas sim de referir uma ontologia específica e não uma ontologia colada à categoria 'todas as mulheres', porque nem todas as mulheres partilham este estado de estar no mundo. Este estado resulta dos factos acerca da construção social actual das mulheres, do modo

como é vista, compreendida e realizada a investigação e não resulta de algo que seja feminismo em essência. É a experiência e a actuação contra a opressão existente que cria uma ontologia feminista distinta, o que conduz à preocupação de saber por que é que certos grupos de pessoas e, não outros, são tratados ou acabam por sentir que são tratados como 'o outro', deste modo construindo uma epistemologia - partilhada, social - de posição ontológica definida (Stanley, 1993: 14-15). A discussão crescente e permanente acerca do 'feminismo situado' foi um passo importante para o desenvolvimento das epistemologias feministas distintas. As teóricas feministas passaram assim duma posição reactiva da crítica feminista da Ciência Social para os domínios da exploração de como poderia ser o 'conhecimento feminista' (Stanley e Wise, 1993:37).

Outros aspectos que foram considerados por diversas feministas no mundo Ocidental como fazendo parte desta nova pesquisa feminista e, com base na experiência e observações do feminismo crítico do Terceiro Mundo (Mbilinyi, 1992: 46-47), são:

- a necessidade de desafiar os monolitismos. Durante as décadas 70-80, os estudos feministas generalizaram em demasia as categorias 'mulher', 'género', 'estrutura'. Apesar de se reconhecer a utilidade destas categorias de análise, é necessário explicá-las e contextualizá-las. O mesmo aconteceu com a categoria 'feminista´, a qual não incluía as diferentes epistemologias, éticas e políticas existentes no seio do movimento feminista internacional e entre as mulheres;

- as categorias 'mulher' e 'opressão' - um pressuposto do feminismo é que a mulher é uma categoria válida e necessária, porque todas as mulheres partilham um conjunto de experiências comuns, não devido a factos

supostamente biológicos, mas decorrentes das experiências de opressão comuns a todas as mulheres. Contudo, dizer que as mulheres partilham experiências de opressão não significa dizer que todas nós mulheres partilhamos as mesmas experiências. As mulheres vivem, trabalham, lutam e fazem sentido das suas vidas em diferentes contextos sociais, no mundo e entre diferentes grupos de mulheres. Estas diferentes experiências das mulheres são ontologicamente complexas, uma vez que as mulheres não partilham apenas uma realidade material. Uma mesma mulher vive uma multiplicidade de relações de subordinação, podendo ser dominante numa e dominada noutra (Mouffe, 1996: 104). A categoria 'mulher' utilizada reflectia as experiências e análises das mulheres brancas, de classe média, heterossexuais, do Primeiro Mundo, que passaram a ser tratadas como uma categoria universal. A opressão das mulheres não é simples e não significa que as mulheres não tenham poder. A opressão é um processo complexo e contraditório, no qual as mulheres estão muito raramente sem qualquer poder e no qual usualmente as mulheres manipulam e utilizam diversos tipos de recursos - verbais, interactivos e outros - com o objectivo de combater a opressão. Por exemplo, Ifi Amadiume, considera uma arrogância e um abuso etnocêntrico das feministas Ocidentais a generalização da opressão a todas as mulheres, em todas as épocas históricas, especialmente as Africanas, partindo dos seus conhecimentos sobre o continente ao sul do Sahara e, em que as mulheres controlavam as actividades ligadas ao mercado, o comércio e determinadas formas de religião relacionadas com a fertilidade da terra e da deusa mãe, num sistema social que designa por matriarcado, ao lado do sistema social do patriarcado (Amadiume, 1987 e 1997). Este foi, aliás um dos contributos do feminismo crítico do Terceiro Mundo;

- a natureza do conhecimento. A preocupação do movimento feminista com a consciência e a pesquisa feministas conduziu ao questionar do 'conhecimento'. Esta preocupação está relacionada com: a dicotomia pesquisa/teoria e a questão do conhecimento dedutivo/indutivo. Não existe entre a pesquisa feminista uma aderência preferencial a um ou outro modelo dicotomizado, mas sim descrições detalhadas dos processos de pesquisa, situados em torno duma explicação do que é 'consciência feminista' (Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Stanley e Wise, 1993; Mulinari, 1995; WLSA, 1997).

É ao nível da metodologia e da epistemologia que se encontram as características da pesquisa feminista, já que não há um método feminista específico. Esta pesquisa:

- tem uma perspectiva histórica;

- as problemáticas são criadas a partir das experiências e perspectivas das mulheres;

- é construída nas tradições críticas e é emancipatória;

- a investigação é para as mulheres, o seu objectivo serve as mulheres;

- deve ser também empírica, não se baseando apenas em argumentações abstractas, mas deve utilizar os factos e argumentações, não os considerando verdades absolutas, mas como um modo importante de comunicação entre diferentes investigadores e os resultados da investigação;

- é uma investigação que analisa criticamente o papel do investigador na determinação dos resultados da investigação, uma característica também

> conhecida como reflexividade da Ciência Social (e que não é particular apenas da pesquisa feminista), o que contribui para a objectividade dos resultados, pelo facto de se introduzir um elemento subjectivo na investigação, que é claro e transparente (Harding,1987:8-9; Nielsen citada por Hanselma, 1997:1-11).

O que distingue, deste modo, a pesquisa feminista de outras é um cometimento ético e político para com o feminismo, para com as mulheres, para que haja relações de género mais solidárias.

É possível identificar três diferentes epistemologias feministas: o empiricismo feminista; o feminismo situado; e o feminismo pós-moderno (Hanselma, 1997: 1-11). O empiricismo feminista defende que a ciência social deve ser mais estrita na aplicação dos métodos científicos para se precaver do preconceito masculino. Assim, é necessário um processo de observação sistemática no qual a subjectividade do observador é controlada por uma aderência rígida a procedimentos neutrais desenhados com o objectivo de produzir medidas idênticas às propriedades reais dos objectos (Hawkesworth, 1989: 535, citado por Hanselma, 1997). A epistemologia feminista situada, teve uma grande influência em relação à construção duma agenda sobre o desenvolvimento da teoria, levantando questões relacionadas com a relação entre o conhecimento e o poder; a natureza contextual da verdade; a relação entre os discursos académicos e a sociedade, questões que, como se sabe, não são específicas da investigação feminista, acrescentando a estes debates a reclamação de que os processos sociais são *genderezidos*, o que pressupõe a necessária redefinição de todo o contexto da ciência (Mulinari, 1995: 42-43). Defende a necessidade de situar o investigador no processo de investigação como um indivíduo real, historicamente determinado, com desejos e interesses concretos e específicos,

e não com uma voz invisível, anónima, de autoridade e, ao mesmo nível que o investigado, tendo em conta que as intersecções de classe, raça, cultura e percepções de género, crenças e comportamentos do investigador, devem ser colocados no quadro da situação que se pretende retratar (Harding,1987:8-9). A epistemologia feminista pós-moderna leva ao extremo a ideia de mediação da verdade e conhecimento e rejeita a possibilidade duma verdade acerca da realidade. Refere que o conhecimento sempre esteve ligado ao poder, que cada observador está 'situado', que todas as perspectivas são parciais, que o conhecimento é invenção, é discurso imposto ao mundo. Esta epistemologia tem sido importante no sentido de mostrar que, até a procura pela verdade, está ligada ao poder e que tem sido utilizada para manter as estruturas e relações de poder existentes, incluindo as relações de género. As feministas pós-modernas têm sido cépticas em relação aos apelos da ciência tradicional para com a razão. Mas as suas inclinações pelo relativismo podem ser uma fraqueza (Hanselma, 1997).

Sandra Harding, ao colocar o problema da tensão no seio das epistemologias, levanta uma questão particularmente importante, ao nível do movimento feminista. Questiona até que ponto a existência de tensões internas e relacionais, não será um meio de nos prevenirmos da hegemonia epistemológica (e, portanto, política) no seio do feminismo, ou seja, se não será um meio de evitar que qualquer dos feminismos se apresente como hegemónico. A resposta é sim (Stanley e Wise, 1993: 45). Ao responder afirmativamente está-se a querer dizer também que a noção de feminismo situado necessita de incorporar um grande número de feminismos, incluindo o negro e o lésbico (que continuam a ser dos feminismos mais silenciados), ou seja, defende-se que existe uma grande variedade de epistemologias feministas; e que o ponto de partida do argumento das feministas são as diferenças que existem entre as mulheres,

assim como entre a categoria mulheres (Stanley e Wise, 1993: 33). Ou seja, a contribuição da epistemologia feminista da década de 90 é no sentido de aceitar a multiplicidade de epistemologias e de viver as tensões apresentadas pelos diferentes pontos de vista (Hanselma, 1997). Como o é também de aceitar as diferenças entre mulheres e homens, e entre homens e entre mulheres, de celebrar esta diferença, não se pretendendo uma igualdade que signifique ser igual aos homens, como aconteceu nas fases anteriores da luta feminista. Ou seja, procurar a diferença como identidade e desenvolver um arsenal de palavras e de conceitos que permitam exprimi-la e vivê-la (de Oliveira, 1992: 12).

A perspectiva histórica é considerada fundamental para permitir recuperar a história das mulheres e, sobretudo, para validar a sua incorporação na corrente central dos estudos históricos (Zeleza, 1997: 188). Mas recuperar a história das mulheres é fundamentalmente um trabalho de reconstrução das expressões das mulheres, das suas ideias, das suas acções, das suas aspirações, na primeira pessoa. Uma das técnicas utilizadas pelas feministas a partir dos anos 70, foi a história de vida, considerada um momento importante para as mulheres falarem das suas vidas, em que desaparece a relação sujeito que investiga e objecto que é investigado, para uma relação social entre dois sujeitos, relação que se pretende horizontal e transparente, dando a possibilidade aos dois sujeitos duma aprendizagem mútua, que possa conduzir também à emancipação. Esta técnica de trabalhar, muito em voga nestes anos, com a experiência dos *'History Workshops*' (Oficinas de História), no sentido de resgatar a história das classes oprimidas na Europa, tinha e tem para as feministas, um sentido de solidariedade e de libertação, no próprio processo de investigação. Tem sobretudo um sentido de desafiar a construção das mulheres como objecto de conhecimento, de desafiar o que é a realidade, através do conhecimento do modo como as mulheres vão criando e construindo o mundo onde vivemos, e

de desafiar o que é considerado conhecimento pela corrente central da ciência. É que a nossa história como mulheres é fundamental para a nossa libertação. Quando expostas a falar da nossa vida, do nosso passado, do nosso quotidiano, articulamos perspectivas e experiências, o que nos ajuda a compensar-nos dos preconceitos prevalecentes ao nível das Ciências Sociais (Mbilinyi, 1992; Stanley, 1993; Mulinari, 1995; WLSA, 1997).

1.6.1. Auto-reflexividade

O trabalho de investigação foi orientado por uma perspectiva feminista crítica, característica do Terceiro Mundo, que incorpora elementos do feminismo Marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 1992: 46-47), e que se integra na terceira vaga do Feminismo, ou seja, no movimento feminista da diferença. Esta perspectiva feminista crítica, desenvolvida a partir da década de 80 por feministas do Terceiro Mundo e, como forma de resistência contra o etnocentrismo Ocidental que caracterizava os estudos feministas sobre África, tem como ponto de partida as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres nas lutas políticas e, como foco, as relações sociais em análise e acção, nomeadamente as de género, classe, raça-etnicidade e imperialistas; é localizada num país neo-colonizado, no quadro do sistema-mundo capitalista; e tem uma posição situada anti-imperialista. Baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a minha vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, perspectiva marcada pela minha educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulher moçambicana de cor branca, de classe média, envolvida no processo político - como membro do Partido Frelimo e deputada da Assembleia da República - que trabalha no Centro de Estudos Africanos da UEM - o primeiro local de investigação, reflexão e crítica a ser criado depois da independência -, e que é membro activo de

algumas das organizações de mulheres em estudo (OMM, MULEIDE e Fórum Mulher). Perspectiva também marcada pela minha participação, ao longo dos últimos onze anos, num projecto de investigação, que envolve neste momento sete países da África Austral, sobre o direito e a situação da mulher, projecto que desenvolveu, com base no conhecimento do que se faz um pouco pelos vários países, uma maneira própria de investigar (WLSA, 1997). Ou seja, eu estou também a escrever a minha história nacional e política, incluindo a minha história como mulher e feminista moçambicana. Estou, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento', e 'distanciamento', pessoal e temporal, em que se confunde a minha vivência política e associativa, com a de académica e investigadora. Uma vivência que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos que escapam às análises convencionais. Os contextos em que se opera em Moçambique, obrigam a um permanente reflectir e encontrar formas de traduzir as diferentes maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de discursos, acções e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam à nossa percepção. Mas também sem deslizar para a análise fácil - 'encaixando-as' em concepções e discursos preconcebidos, ou inventando o já conhecido -, sem escorregar para a justificação e o paternalismo. Sem cair, também, na hierarquização e desvalorização destas racionalidades e inteligibilidades, em relação ao conhecimento considerado científico, e remetendo-as à classificação de "*o outro*" conhecimento. Esta minha vivência fragmentada, com diversas identidades, muitas vezes contraditórias e em conflito umas com as outras, representa uma fonte rica para o meu olhar feminista (Harding, 1987; Mbilinyi,

1992; Mulinari, 1995). É um trabalho que procura incorporar a análise histórica e que é multi-disciplinar e multi-dimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de trabalho de campo e de escrita como parte do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Mulinari, 1995; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1997).

Esta perspectiva teórica e analítica foi construída a partir das experiências, desejos, interesses e necessidades de diferentes grupos de mulheres, marcadas pelas variáveis classe, raça/etnia, origem urbana/rural, estatuto, formação, religião, como um indicador significativo em relação às hipóteses apresentadas. Estas experiências de diversos grupos, têm em conta que as mulheres não constituem um grupo homogéneo e que as suas vivências são multifacetadas. Como agente social portador de uma multiplicidade de identidades, que não são totalmente fixas e são compostas por uma diversidade de discursos, sinto-me em condições de, como activista e investigadora, não aparecer como uma voz invisível, anónima, de autoridade, mas como um indivíduo real, historicamente determinado, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos. A desconstrução das identidades essenciais é, nesta perspectiva que me orienta, vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais, o que me leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que, nós mulheres, estamos envolvidas, deste modo podendo pensar na luta feminista no plural, e em que se poderão aplicar os princípios da liberdade e da igualdade (Harding, 1987; Mouffe, 1996). As minhas crenças culturais e os meus comportamentos como activista e pesquisadora modelam, deste modo, os resultados das minhas análises e são parte da evidência empírica, a favor ou

contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding, 1987; Mouffe, 1996).

A perspectiva de género que defendo parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, as identidades femininas e masculinas, e reconhece que a natureza social da hierarquia de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelacionam-se com as variáveis de raça/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto e, a partilha entre poderes, saberes e competências está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos.

1.6.2. Hipóteses de Trabalho e Técnicas de Pesquisa

Pretendo neste trabalho analisar as organizações de mulheres que surgiram em Moçambique a partir da década de 70. Interessa-me saber em que contextos surgiram estas organizações, as suas relações com o movimento endógeno de mulheres, com o movimento Africano e do Terceiro Mundo e com o Ocidental. A sua visão sobre a mulher, a concepção de emancipação traduzida nos seus programas bem como o contexto epistemológico em que se inserem estas organizações, são também questões a que me proponho responder. Interessa-me conhecer as experiências das mulheres moçambicanas nas lutas políticas, para compreender as suas perspectivas e vivências.

Como já foi referido anteriormente, as mulheres tiveram, no continente Africano, um papel importante na criação e na organização de diversos tipos de formas

associativas, quer ligadas às linhagens e à organização comunitária, quer também no contexto dos movimentos sindicais e nacionalistas, pela independência dos seus países. Entretanto, desde finais dos anos 80, no contexto da globalização capitalista e dos processos conducentes ao multipartidarismo, em Moçambique, como em vários países Africanos, grupos de mulheres envolveram-se em vários tipos de acções, assumindo um papel significativo no movimento de democratização das suas sociedades. Ao nível urbano e mais próximas das esferas do poder, as mulheres assumiram maior visibilidade, chamando a atenção para os abusos nos direitos humanos, para a crise económica e para o declínio na economia, sobretudo em relação à crise alimentar e à repressão governamental (Tripp, 1996: 285). A liberalização política que foi varrendo o continente, através dos programas de ajustamento estrutural e da imposição do multipartidarismo, entusiasmou os grupos de mulheres a pressionar para agendas políticas que focassem as preocupações das mulheres, apoiando os movimentos políticos mas, muitas vezes, ultrapassando-os pela exigência de diversos tipos de reformas políticas e legais.

Nos países Africanos em que a independência nacional foi conquistada através de lutas armadas, no decurso do qual foram criadas organizações nacionais de mulheres dependentes dos movimentos nacionalistas e depois dos partidos no poder - caso da Tanzânia, Kenia, Uganda, Zimbabwe, Moçambique - foi-se tornando claro que o movimento pela democratização política da sociedade não podia ser reduzido ao multipartidarismo. Os exemplos dos países Africanos revelam que à medida que as mulheres foram ganhando maior visibilidade pública - através das suas exigências de maior participação política feminina a vários níveis, e pelos direitos humanos das mulheres - também se mostraram relutantes em juntar-se ao movimento multipartidário (Meena, 1992). Esta relutância traduziu-se na exigência de maior participação feminina

nos cargos de direcção; na condenação das políticas paternalistas e de corrupção; no encorajamento de unidade étnica e religiosa; e ultrapassando a retórica da reforma política e económica, através de acções concretas, no sentido de transformar as práticas políticas, económicas e sociais quotidianas, criando associações e redes que se ocupam das diversas necessidades das comunidades (Tripp, 1996). As relações entre estas novas organizações e os Estados têm sido bastante complexas e contraditórias. Duma maneira geral, constata-se que o crescente activismo das mulheres não tem sido devidamente incorporado nos movimentos pela reforma política dos países Africanos. Situação que não é característica apenas do continente Africano. Na América Latina, para citar apenas um exemplo, a relação entre o Estado e a sociedade tem variado do mesmo modo que as exigências colocadas pela sociedade. A própria estrutura dos Estados mudou, assim como as suas responsabilidades. Há organizações de mulheres que prestam assessoria aos governos e muitas das suas profissionais trabalham sobre questões da mulher em diversos tipos de instituições por si criadas - Secretarias de Estado, Ministérios, Comissões para a Igualdade de Direitos das Mulheres, ligadas à Presidência, ao Primeiro Ministro, ou ao Conselho de Ministros, Comissões sobre assuntos de género nos Parlamentos. Todavia, uma das questões que se vem colocando é até que ponto é que estas instituições ou agendas têm originado transformações importantes nas estruturas governamentais, se têm originado mudanças nas relações de poder, e do que significa levar uma problemática reivindicativa para o interior do próprio governo. Outra questão está relacionada com o facto de que as instituições criadas para lidar com assuntos de mulher ou género são acusadas de informalidade e de falta de "lógica estatal", navegando no terreno do realismo político, das alianças políticas e da falta de institucionalização, dotadas a maior parte das vezes de falta de recursos e desafiadas pelo

movimento de mulheres (*fempress*, 1998). As acções levadas a cabo na América Latina - programas do governo com uma perspectiva de género e com acções a nível nacional, com estruturas governamentais e não-governamentais; quotas para mulheres; análises e diagnósticos cada vez mais rigorosos - são avanços indiscutíveis alcançados pelos movimentos de mulheres. Este processo permitiu globalizar as experiências realizadas por vários grupos de mulheres, reconheceu-se o papel desempenhado pelas ONG's, exigiu-se que os governos dessem a conhecer a sua Plataforma de Acção na sequência da IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Beijing, em 1995; foram-se desenhando projectos para as mulheres. Todavia, a relação entre o Estado e a sociedade tem sido de tensão, apesar dos espaços de diálogo que foram sendo construídos. A Plataforma de Acção, ou não foi concebida ou é desconhecida para a maioria das pessoas, os projectos não têm ajudado a resolver os problemas concretos vividos pela maioria das mulheres, a institucionalização da perspectiva de género abriu portas, mas também se traduziu num estandardizar de procedimentos que não considera as realidades concretas esvaziando, a maior parte das vezes, a proposta emancipadora e de cidadania participativa da perspectiva de género. As conjunturas políticas latino-americanas têm definido modalidades diferentes no relacionamento entre os Estados e as sociedades. A diversidade de realidades na região - processos de redemocratização, governos autoritários, processos de paz, situações de conflito - confere maior ou menor força às acções das organizações e movimentos, determina a cooperação financeira, visibiliza as mulheres ou, pelo contrário, devolve-as para o privado (Erazo, 1997: 2).

Em cada um dos espaços criados, as reivindicações feministas podem conter indistintamente propostas provenientes da corrente liberal e/ou da corrente da igualdade, assim como propostas que se reconhecem tanto no feminismo radical

como no socialista. Em determinadas ocasiões - como é o caso de momentos eleitorais ou de conferências internacionais das Nações Unidas [9] - pôde-se ver que as plataformas elaboradas continham uma estratégia de articulação de exigências reformistas e radicais. Estas situações representam um desafio, na medida em que o que se pretende é um trabalho de confluência, de alianças, que partem do reconhecimento das diferenças. É, portanto, difícil falar dum feminismo baseado na unidade duma proposta teórica e de uma praxis homogénea. As contribuições mais recentes da corrente do feminismo de inspiração pós-moderna apontam para uma prática política feminista que "... *é cada vez mais um assunto de alianças e menos de unidade em torno de um interesse ou identidade universalmente compartidos*". Esta nova prática feminista, de acordo com Frazer e Nicholson é "... *constituída por um mapa heterogéneo de alianças, nenhuma das quais se pode circunscrever a uma definição essencial. Talvez seria melhor falar dela no plural como a prática dos feminismos*" (Frazer e Nicholson, 1992).

No caso Africano, a relação Estado/sociedade também tem sido muito complexa e é notória quando as mulheres, a nível nacional, pretendem abrir espaços para maior participação política, garantir os direitos humanos, promover maior transparência governamental e institucionalizar o pluralismo e a democracia política, o reconhecimento das diferenças, das diversas modalidades de participação, ou seja, duma cidadania mais activa, mais participativa, e que tenha em conta as diferentes contribuições das mulheres. Entretanto, a tensão não resulta tanto das exclusões das mulheres dos movimentos pela reforma política. As relações complexas e contraditórias entre os movimentos de mulheres e os ideólogos do multipartidarismo, são mais reveladoras das suas limitações do que da falta de 'engajamento' político das mulheres. Uma das questões

9 / As Conferências das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, em Viena, 1993; sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; sobre a Mulher, em Beijing, em 1995.

centrais desta tensão, está relacionada com o próprio conceito de política, de participação. A mobilização das mulheres assume características que escapam às definições convencionais de activismo político, o que significa que a sua participação não é considerada no processo de reforma política, traduzindo-se na percepção de que os principais actores sociais são os sindicatos, as igrejas, os estudantes, ou os funcionários públicos, e não os movimentos de mulheres, invisíveis e inqualificáveis (Mulinari, 1995; Tripp, 1996). Ao discutir o papel que as mulheres negras americanas desempenharam na construção dos seus lares, bell hooks (1990) afirma que, apesar de se ter reconhecido o papel por si desempenhado, tal gesto não foi assumido como um reflexo da sua escolha, mas sim como resultado do seu papel natural, num contexto de pobreza e racismo. Este problema complica-se quando as mulheres entram no mundo político através dos seus papéis como mães e esposas, uma vez que se assume que estas actividades não são políticas. Ora, a maioria das mulheres do Terceiro Mundo tem de lutar contra as condições de opressão, tem de desenvolver estratégias de sobrevivência colectivas, ao mesmo tempo que defende os seus filhos, o seu agregado familiar. Estas suposições conduzem-nos para uma diferente interpretação acerca das mulheres, que entram na política através dos papéis tradicionais de género, e não como actoras na base de decisões políticas [10]. É-nos apresentada uma imagem de mulheres como actoras na esfera da necessidade, e não na da ética e da escolha política. A *naturalização* do político retira à maioria das mulheres as suas escolhas políticas individuais e colectivas, bem como a sua prática política de construir espaços novos, como por exemplo, um agregado familiar ou uma comunidade num

10 / A este propósito nunca será de mais referir o exemplo das Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, clamando pelos seus "***filhos desaparecidos nos meandros sórdidos da ditadura argentina***" que "***desmentiam assim uma espécie de maldição que pesa sobre as mulheres, acusadas sempre, em política, de favorecer o lado conservador***." (de Oliveira, 1991: 133-134), ou da peça de teatro "Amor vem", do grupo teatral Mutumbela Gogo, de Moçambique, em que se apelava à greve de sexo, por parte das mulheres, enquanto a guerra não acabasse.

bairro. A política central dum bairro, por exemplo, é o processo de construção duma comunidade. Esta construção baseia-se num trabalho político árduo e *genderizado* (em que as relações sociais mulher/homem estão presentes e são tomadas em consideração, na análise) - ou seja, o trabalho político silencioso das mulheres. A luta colectiva das mulheres em muitas comunidades pobres, não é em torno da sobrevivência, mas do significado da sobrevivência, numa *praxis* política mais vasta (Mulinari, 1995: 52-53).

As organizações Africanas e moçambicanas de mulheres, do período em estudo, destacam-se das formas 'tradicionais' de organização das mulheres, pelo facto de se constituírem fora dos grupos domésticos ou familiares (ainda que estas relações tenham importância significativa, dependendo das organizações, dos membros, dos momentos históricos), por serem fundamentalmente organizações constituídas por mulheres urbanizadas, ou que vivem em contextos urbanos há mais de vinte anos, por possuírem uma estrutura mais rígida, terem estruturas eleitas e necessitarem de oficialização por parte do Estado (à excepção da OMM, que é uma organização nacional, em que a maioria dos seus membros são de origem camponesa).

O novo movimento de mulheres surgido a partir de finais da década de 80, está bastante relacionado com a erosão e/ou desaparecimento dos programas de bem-estar social, do pós-independência, provocados pelos programas de ajustamento estrutural no continente Africano. As mulheres começaram a experimentar os resultados do desaparecimento destes programas, levados a cabo pelos governos dos diferentes países Africanos, após as independências, programas estes que lhes abriram espaços, especialmente na esfera da educação e da saúde e que lhes possibilitaram 'costurar' uma vida diferente para si e para as actuais gerações. Pela primeira vez na sua história, mulheres em vários

cantos do continente, tiveram a habilidade e os espaços para pensar e desenhar estratégias colectivamente, porque havia programas que reconheciam os efeitos do colonialismo no continente Africano - programas de acesso à educação e à justiça, cuidados de saúde primários, transporte e abrigo acessível. Os programas de ajustamento estrutural estão, entretanto, invertendo os pequenos mas significativos ganhos alcançados, contribuindo para o enfraquecimento da sociedade e, especialmente, dos movimentos de mulheres, ainda que também tenham sido portadores de novas formas organizativas. Os países do continente enfrentam hoje uma crise de governação e o falhanço dos sistemas políticos que se supunha facilitarem a participação dos cidadãos nas decisões dos seus países. Observa-se a debilidade do sistema democrático, a pobreza crescente e a perda de legitimidade dos sistemas políticos. Noutros contextos, existe uma perda da força dos movimentos sociais e de cidadania que deram vida a determinadas organizações, embora também apareçam, propostas criativas de organizações que recuperam experiências aprendidas. A crise da dívida externa, que se reflecte fundamentalmente na vida das mulheres, ao mesmo tempo que se canalizam fortunas para gastos militares, a luta pelo acesso e controlo de recursos e poder, o genocídio, a violência étnica, a intolerância, as ditaduras, a corrupção, a má governação, as dificuldades em garantir os direitos humanos e as necessidades mínimas dos Africanos, a crise a nível da saúde - a SIDA e a mortalidade infantil alta - são aspectos que caracterizam os principais países do continente (McFadden, 1997: 29-31).

Os desafios decorrentes dos contextos anteriormente referidos, juntamente com uma certa abertura democrática trazida pelo multipartidarismo, criaram novos espaços que as mulheres estão a ocupar duma forma criativa. A possibilidade de transformação política mobilizou as mulheres, que pressionam no sentido de agendas políticas que tenham em conta os interesses e as necessidades dos

diferentes grupos de mulheres, muitas das vezes indo para além das exigências dos movimentos existentes no sentido da reforma política, em termos de democracia representativa (Tripp, 1996: 285).

As diferentes formas associativas de mulheres da actualidade - grupos de ajuda mútua, cooperativas rurais e urbanas, associações ocupacionais, grupos de convívio, lazer e entretenimento, empresas urbanas, sociedades de senhoras das diferentes confissões religiosas, sociedades de providência, associações profissionais, associações pela defesa dos direitos da mulher, na área da educação, da saúde - têm desempenhado um papel significativo, ajudando as mulheres a adaptar-se às novas condições de vida, recriando e construindo novos espaços e modos de viver, sobretudo em ambiente urbano. Estas novas formas organizacionais regulam e promovem o comércio, dão a conhecer e apoiam com crédito, ensinam novas capacidades sociais e profissionais e providenciam apoio psicológico e monetário (Wipper, 1995: 164). Duma maneira geral, as novas organizações surgidas na década de 80 e 90 têm desempenhado um papel potencial - o seu foco na resolução de problemas concretos enfrentados pelas mulheres e suas famílias, com a participação dos seus membros, podem ser considerados factores para o seu crescimento e importância. Todavia, um dos principais perigos destas novas organizações de mulheres está relacionado com o facto do seu financiamento ser, quase na totalidade, garantido por organizações doadoras internacionais, e que muitas vezes impõem os seus programas e agendas, originando desvios nos seus objectivos, o que pode levar à perda de autonomia das organizações e das mulheres.

A pesquisa foi orientada pelas seguintes hipóteses de trabalho:

a) Organizações femininas/movimentos de mulheres em África:

- O movimento de mulheres em África, antes do Islamismo e da penetração Europeia, bem como da sua cooptação pelo movimento nacionalista e pelas novas elites, tem a sua origem em movimentos sociais anti-poder, característica central dos movimentos endógenas de mulheres neste continente;

- As organizações femininas em África inspiram-se no 'engajamento' das mulheres na luta de resistência anti-colonial;

- A participação das mulheres na luta anti-colonial ajudou a transformar a natureza da política no continente Africano, apesar de não ter conduzido a um reconhecimento efectivo do seu contributo, sobretudo nos países em que as mulheres foram activas na luta armada;

- A história do movimento de mulheres em África, nos últimos 40 anos, foi influenciada pelas clivagens características dos movimentos de mulheres no Ocidente, nomeadamente o feminismo liberal, socialista e Marxista, radical e popular.

b) Sobre o movimento/organizações femininas em Moçambique

- O movimento de mulheres em Moçambique é resultado da participação na luta de resistência anti-colonial;

- A Luta Armada de Libertação Nacional teve um papel central, modelando as características do movimento de mulheres, politizando-o e originando uma relação contraditória entre este e o movimento nacionalista;

- A globalização feminista provocou uma rejeição inicial na FRELIMO e da OMM, aquando da sua criação, que se reflectiu nas políticas de rejeição

do feminismo como um movimento burguês de mulheres e na opção por uma política de orientação socialista Marxista em relação à emancipação da mulher;

- As diferentes tendências no seio do movimento feminista no Ocidente - liberal, socialista/Marxista e radical - influenciaram o movimento de mulheres em Moçambique, desde a luta armada e depois de meados da década de 80 e também devido a uma maior e mais diversificada participação de mulheres em encontros regionais e internacionais.

O trabalho de campo decorreu durante os anos de 1997-98 e consistiu numa combinação de diferentes técnicas de pesquisa, nomeadamente, análise documental, entrevistas com as mulheres envolvidas nas organizações, mas também com membros homens, bem como a observação participante, nos encontros e actividades das organizações estudadas.

No que diz respeito à pesquisa documental, gostaria de observar que privilegiei a literatura escrita sobre o continente Africano, pelos próprios Africanos, não descurando, obviamente, o material produzido por africanistas de fora do continente. Grande parte do material elaborado por Africanos tem a sua origem no *CODESRIA* - Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Económica e Social em África - ao qual pertencem a maior parte dos autores citados, e que está sediada em Dakar no Senegal. Uma parte importante da pesquisa documental consistiu igualmente na leitura de revistas Africanas ou sobre o continente Africano, algumas das quais sobre a mulher e as questões de género, como é o caso da *Agenda - A Journal about Women & Gender*, editada em Durban, na África do Sul; *SAFERE - Southern Africa Feminist Review*, cuja editora é Patricia McFadden, editada pela *SAPEM - Southern African Political and Economic Monthly*

- em Harare, no Zimbabwe. A revista *SAPEM*, editada por Ibbo Mandaza, Director Executivo do *SAPES* (*Southern Africa Political Economic Series*) *Trust*, mais virada para os países da África Austral, contém igualmente um artigo relacionado com as questões da mulher e género, intitulado, *Gender Issues*. Especial atenção foi dada à organização feminista Africana, *AFARD/AWARD - African Women Association for Research and Development* -, com mais de vinte anos de existência, e à sua revista *ECHO*, editada em Dakar, Senegal, em francês e inglês. Para a América Latina e Caribe, foram consultadas publicações editadas pelo *ISIS Internacional*, nomeadamente, *Mujer/fempress*, *Perspectivas*, *Ediciones de las Mujeres,* publicações do *Centro Flora Tristán,* no Peru. Muitas destas publicações resultaram duma busca na *Internet*, realizada por membros do Departamento de Estudos da Mulher e Género, do, da UEM, em Maputo. A Revista *Signs*, sobre questões feministas, mereceu igualmente leitura. Em relação ao continente Africano foram consultadas as revistas *Journal of Southern African Studies, Review of African Political Economy*, *African Studies Quarterly*, *Afrique Contemporaine, The Journal of Modern African Studies, Voices from Africa, IFDA Dossier, Transformation***.** Outras revistas que mereceram atenção foram: *Population and Development Review*, *Working Papers,* do Institute of Development Studies, Universidade de Sussex, Inglaterra, *Third World Quarterly*, *Theory and Society.*

No caso de Moçambique, foram consultadas a Revista *Memórias*, do *Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, a revista *Arquivo*, do Arquivo Histórico de Moçambique, a Revista *Estudos Moçambicanos*, do CEA, as publicações das diferentes organizações estudadas, nomeadamente o *Boletim Informativo do Fórum Mu*lher (trimestral), o Boletim Informativo do programa "Todos contra a Violência", a revista "*A vida e a Mulher*", do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, a revista "*Extra*", do Centro de Formação Agrária, do Ministério da Agricultura e Pescas. Especial atenção foi igualmente prestada

aos jornais diários e semanários, alguns dos quais - o jornal diário *Notícias* - tem uma página semanal, todos os sábados, dedicada à mulher, intitulada "*Mulher*". Ao nível da Rádio, é de destacar o programa da Rádio Moçambique, Empresa Pública, intitulado "*Quadrante da Mulher*", de segunda a sexta-feira, com a duração de uma hora, para além de diversos programas radiofónicos de rádios privadas. A Televisão de Moçambique (TVM), Empresa Pública, tem igualmente um programa semanal, com a duração de meia hora, intitulado "*Magazine da Mulher*". Os debates na imprensa, escrita e oral, foram uma importante fonte de informação, sobre o quotidiano de mulheres e homens, sobre as suas percepções e representações acerca das relações de género.

Muitos dos dados recolhidos para esta tese têm também a sua origem na minha participação em diversos projectos, em que estou ou estive envolvida, no CEA, nomeadamente "*Women and Law in Southern Africa Research Project*" (A Mulher e o Direito na África Austral), iniciado em 1990 e ainda vigente, na sua IV fase; na elaboração da Bibliografia Anotada "*Mulher no Desenvolvimento em Moçambique*", em 1990; em diversos Perfis sobre a Mulher, elaborados em conjunto com outras investigadoras, nomeadamente "*O Estatuto da Mulher em Moçambique*", solicitado pela OMM/UNICEF, em 1988; "*A Mulher em Moçambique*", solicitado pela NORAD, em 1990; "*Perfil das Mulheres em Moçambique no desenvolvimento*", solicitado pela SARDC - *Southern African Research and Documentation Centre* (Centro de Investigação e Documentação para a África Austral) - sediado em Harare, e elaborado por uma equipa de investigadores e filiados do Centro de Estudos Africanos, em 1997 [11]; no projecto de investigação sobre " *Mulheres e Eleições Autárquicas*" (1998-99); e na minha participação no *Cruzeiro do Sul Trust Fund*, grupo constituído por académicos independentes, convidados pelo Reino dos Países

11 / Este Perfil apenas será editado, em língia inglesa e portuguesa, em Junho de 1999, em Harare, enquadrado numa série intitulada ***Beyond Inequalities*** e que inclui Perfis de todos os países da África Austral.

Baixos, para acompanhar e fazer propostas sobre os seus programas, na Província de Nampula, trabalho iniciado em 1997 e ainda em curso.

A diversa informação recolhida contemplava, para além das questões colocadas ao nível das Hipóteses de Trabalho, os seguintes dados no respeitante às organizações estudadas:

- Tipo de relação com o Estado e com as forças políticas;
- Relação com os doadores e efeitos das doações na vida interna das organizações;
- Relações com os membros e com as bases;
- Tipo de actividades e intervenções;
- Organização interna;
- Influência de factores endógenos e exógenos na definição dos Estatutos, Programa e Actividades.

Foram seleccionadas, para estudo de caso, as seguintes organizações:

- **Organização da Mulher Moçambicana** (OMM) – a primeira de tipo moderno, criada, pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), durante a Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), em 1973. A única que pode ser considerada uma organização nacional, pois está implantada em todo o território nacional, com estruturas nacionais, provinciais, distritais, de localidade e de bairro. A sua criação corresponde à concepção socialista de emancipação da mulher, no quadro do paradigma da modernização, primeiro através da sua participação na

LALN e depois pelo seu envolvimento na produção, considerada a única via conducente à libertação das mulheres.

- **União Geral das Cooperativas** (UGC) – de tipo cooperativo, com fins lucrativos, criada depois da Independência, em 1981 e representando uma ruptura com a política assistencialista que vinha caracterizando a OMM em finais da década de 70. Não se considera uma organização de mulheres, mas 98% dos seus membros são mulheres camponesas, vivendo na periferia da cidade capital, Maputo. É a organização que mais se aproxima das organizações endógenas Africanas, baseados na unidade produtiva Africana, e que consegue concretizar os objectivos que a OMM se propõe realizar, partindo duma concepção de resolução dos problemas concretos da mulher camponesa, sem terra, através da sua participação na concepção, desenho e prática de projectos.

- **Gabinete da Esposa do Presidente da República/Gabinete da Primeira Dama** – Instituição do Governo criada, em 1990, à imagem e semelhança de outras organizações das Primeiras Damas no Mundo, com apoio inicial do PNUD e hoje também da União Europeia para a ONG por si criada, intitulada PROFAMÍLIA. As suas preocupações principais são a preservação da família moçambicana, através do apoio à mulher, no âmbito da tradição filantrópica e de bem-estar social, característica dos discursos liberais sobre os pobres, com uma visão de mulher objecto, passiva e recipiente de programas ou seja, uma concepção assistencialista em que as mulheres privilegiadas apoiam as mulheres pobres, mas sem questionar o *status quo*.

-

- **Mulher, Lei e Desenvolvimento** (MULEIDE) - a primeira organização na área dos direitos humanos a ser criada em 1991, na sequência do envolvimento de representantes de Moçambique na fundação do *Women in Law and Development in Africa*, *WILDAF* (Mulheres no Direito e Desenvolvimento em África), em 1990, em Harare, Zimbabwe e, da participação de investigadoras moçambicanas, desde 1988, no *Women and Law in Southern Africa Research Project*, *WLSA* (Projecto de Investigação sobre Mulheres e Direito na África Austral). Tendo nascido como ramo da *WILDAF* para Moçambique, acaba por se constituir como uma organização nacional autónoma, para defesa dos direitos da mulher. Faz parte da corrente internacional mais recente sobre direitos humanos das mulheres, lutando pela igualdade de direitos, e pela reforma legal em torno de assuntos sobre sucessão e herança, casamento, direito a alimentos e regulação do poder paternal, violação, violência doméstica e direitos de cidadania.

- **Fórum Mulher** - Coordenação para Mulher no Desenvolvimento. A primeira rede de organizações de tipo diverso, criada em 1993, reunindo no seu seio organizações governamentais, não-governamentais nacionais e estrangeiras, organizações das Nações Unidas, ligas femininas de partidos políticos, sindicatos, organizações comunitárias. A sua experiência de trabalho com organizações de tipo diferente faz do Fórum Mulher numa organização de procura de equivalência e de plataformas globais entre as diversas lutas em prol dos direitos da mulher e da sociedade no geral.

- **Associação Moçambicana Mulher e Educação** (AMME) – Constituída em 1994, maioritariamente por professoras preocupadas com a crise educacional que se instalou com a guerra de desestabilização e depois

com o programa de ajustamento estrutural em 1987, com o intuito de valorizar a profissão do professor, sobretudo da professora primária e com a educação da mulher e da rapariga. Apesar de ter a sua sede em Maputo, está a criar núcleos em todo o país. É de todas a organização mais nova, tendo começado por defender uma perspectiva assistencialista de promoção social da mulher, ligada às correntes liberais.

II CAPÍTULO - A SOCIEDADE E O ESTADO EM ÁFRICA: A SITUAÇÃO DAS MULHERES

"Feminism comes out of the breath and life of African women's struggles against patriarchal repression and subordination. It's not going away, and in fact will become stronger and more necessary as an ideological framework of thinking and activism, given the inability of most african male (and reactionary female) intellectuals to chart a different and sustainable path for this continent. It is a way of life, embedded in the very existence of all women who reject patriarchal oppression, and until our societies have changed enough to recognise that women are persons in their own right, and men do not need to be parasites on the lives and dignity of women – then the anti-feminists are in for a long, hard run – because we are here to stay" (McFadden,1998, Feminist Thinking and African Women´s Perspectives, *SAPEM* Review, Vol. 11, Nº4, pg. 27).

Introdução

O processo de integração do continente Africano no sistema-mundo iniciou-se com a expansão territorial Europeia, com o saque de matérias-primas, a escravatura, a exploração de força de trabalho, através de companhias comerciais, a conversão das populações ao cristianismo e a colonização efectiva

dos territórios, pós-Conferência de Berlim. Este sistema-mundo, existente já desde o séc. XV, caracteriza-se por uma única divisão de trabalho dentro das suas fronteiras, pela polarização de actividades económicas entre centro e periferia, a criação de Estados como principais estruturas políticas, ligadas e subordinados a um sistema inter-Estados, de acordo com as fronteiras da divisão de trabalho existente e, finalmente pela infinita acumulação de capital. Um sistema-mundo que tem uma multiplicidade de modelos políticos e culturais remetidos à periferia através do poderio económico e militar do centro. O que o torna punitivo para quem queira implementar outras que não as suas prioridades de acumulação infinita de capital.

De acordo com Wallerstein, o sistema-mundo em que vivemos surgiu cerca de 1450, como um desenvolvimento surpreendente, inesperado e aleatório, como resultado do enfraquecimento das instituições que sustentavam o sistema anterior e, por diversas razões, localizado na Europa Ocidental (Wallerstein, 1996: 13-17). É um sistema voraz na fome de integração legitimadora, ou seja, na procura de uma geocultura unificadora (Wallerstein, 1995 e 1996). Não é por acaso que este período marca também o começo da Renascença. A partir deste momento, os Europeus tomaram consciência de que a ideia de conquistar o mundo através da sua civilização era um objectivo possível, desenvolvendo para tal um sentido de superioridade absoluta, mesmo sem terem ainda conseguido submeter todos os povos (Amin, 1988: 72-73).

De acordo com Amin (1989), com este novo sistema começou uma dupla transformação radical que modelou o mundo moderno: a cristalização da sociedade capitalista na Europa e a conquista Europeia do mundo. Este novo mundo procurou ver-se livre da dominação da metafísica, ao mesmo tempo que foram lançadas as bases materiais para a sociedade capitalista. A revolução

cultural do mundo novo abriu caminho para a explosão do progresso científico e para o seu uso sistemático ao serviço do desenvolvimento das forças produtivas, no sentido da formação de uma sociedade secular que pudesse levar a bom termo as aspirações democráticas. À medida desta evolução, a Europa foi tomando consciência do carácter universal da sua civilização e lançou-se à conquista do mundo. Pela primeira vez na história da humanidade, este novo mundo foi progressivamente unificado pelas regras fundamentais da economia capitalista baseadas na dominação da empresa privada, trabalho assalariado e livre comércio. Distingue-se dos anteriores sistemas pelo carácter racional das decisões que comandam não apenas as novas empresas mas também as políticas dos Estados e dos grupos, os quais não mais terão condições de expressar as suas escolhas pela anterior lógica exclusiva do poder, mas antes pelo interesse económico, transformado, desde então, no princípio decisivo. Esta nova racionalidade clama por uma gestão democrática da sociedade e pela supremacia da razão e origina, através da conquista e colonização, uma unificação de aspirações orientadas para um certo tipo de consumo e organização da vida social (Amin, 1989: 71-72).

A emergência deste mundo Ocidental moderno tem sido entendida por muitos como a crença no desenvolvimento tecnológico sem fim, na possibilidade dos seres humanos utilizarem as suas capacidades para atingir a boa sociedade. É a crença cega no progresso moral, como herança natural dos seres humanos, como o fim dum processo evolucionista lógico e a como a chegada ao presente glorioso (Wallerstein, 1996: 4-7).

A epistemologia Ocidental emergiu primeiramente como um discurso racional para justificar o colonialismo. O Ocidente era visto como o destino histórico de todo o mundo, "*the West and the rest*" (o Ocidente e o resto) (Shohat e Stam,

1994: 2), actuando para excluir e silenciar aqueles que considerava como *outros*, na medida em que estavam mais próximos da natureza. Para os *outros* foram estabelecidas regras no sentido destes provarem a si próprios a sua racionalidade, para conseguirem penetrar no "*círculo mágico da humanidade*". Na medida em que a razão foi definida por oposição à natureza, o progresso foi também identificado com o controlo e o domínio da natureza (Seidler, 1994). *Outros* são também as mulheres, desvalorizadas porque mais próximas das emoções e não da razão, mais próximas da natureza que da cultura, ao contrário dos homens. A subordinação das mulheres e a desvalorização da sua experiência são, paradoxalmente, também, uma das características da modernidade (Gaidzanwa, 1992: 93-98). Joan Kelly teria perguntado em 1974 *"se as mulheres tiveram um Renascimento"*, respondendo negativamente (Waaldijk, 1995: 21). Enquanto que para os homens da burguesia emergente havia surgido, com o Renascimento, um período de novas oportunidades, para as mulheres, a renovação política e cultural nos sécs. XIV e XV, significou perda de poder, independência e influência. O que se transformou num facto histórico para os homens, parece ter tido um significado diferente para as mulheres. Este aspecto chama-nos a atenção para a necessidade de rever o conhecimento histórico tradicional, a partir duma visão centrada na contribuição das mulheres, rechaçando igualmente a ideia de que a história das mulheres não pode ser escrita por falta de fontes (Waaldijk, 1993: 21-22). A política e a ciência moderna desenvolveram inclusivamente todo um conjunto de explicações e justificações acerca da inferioridade da mulher.

> "*No Antigo Regime, as mulheres eram consideradas desiguais e inferiores aos homens, dada a visão neoplatónica científica e religiosa do mundo. Com o Iluminismo e a Revolução, a redefinição da mulher como um indivíduo igual ao homem tornou-se um problema*. (...) ... *Marcar o corpo com a diferença*

> *de sexos significou instaurar a desigualdade, a descontinuidade, a oposição e a complementaridade naturais onde havia uma controversa e incómoda igualdade jurídico-política.* (...) *... Com a bissexualidade original o Corpo e a Razão passaram a dividir-se em corpo e razão de homens e mulheres*" (Costa, s/d: 75).

A divisão entre as esferas do público e do privado e a importância estratégica do corpo da mulher na nova ordem político-económica burguesa, são outros temas que preocuparam os políticos e os cientistas iluministas.

> *"... Na História da Sexualidade, Foucault mostrou a importância das preocupações demográficas na política dos Estados nacionais europeus e na formação da burguesia, como os principais elementos da redescrição sexual de homens, mulheres e crianças. O cuidado com o controle da população, em geral, e com a descendência das famílias burguesas, em particular, trouxe para o centro da cultura a atenção para com o sexo. A burguesia para impor-se como classe criou emblemas de prestígio que deveriam distingui-la das classes subalternas, dos povos colonizados e da antiga aristocracia. Uma das insígnias de diferenciação social e moral foi a sexualidade*. (...) *... As ideias de natalidade, mortalidade, fecundidade, prevenção sanitária etc. estavam todas relacionadas ao medo da degenerescência da raça que formava as classes superiores e a população dos Estados nacionais*. (...)*... Como diz Foucault, 'o sangue da burguesia foi seu sexo. (...) ... O corpo da mulher passou a ter a tarefa subordinada de gerar filhos para a família que foi, desde então, definida como célula matricial da burguesia, enquanto classe, e do Estado, enquanto nação. A este fatores político-econômicos que determinaram a criação da imagem da mulher oitocentista, somou-se um quarto de ordem religiosa, com a reforma dos costumes morais, através da formação duma nova imagem da família. Para os evangélicos, em Inglaterra, 'o homem cuidava da vida pública; a mulher, por seu lado, era o centro do lar e*

> *da família', acreditando firmemente que o homem e a mulher nasciam para ocupar esferas diversas*. (...) *...O pensamento científico veio então intervir sobre este pano de fundo cultural, dando o seu aval sobre o que a ideologia já estabelecera*". (idem: 77-78).

Deste modo, a Europa fabricou, a partir do séc. XV, um corpo civilizado, que foi modelado com os comportamentos e gestos públicos da classe dirigente, corpo domesticado que deveria ser capaz de controlar o que foi conceptualizado como impulsos comportamentais animalescos (Elias, 1989). Fanon referia, no seu livro, *Peles Negras Máscaras Brancas,* que um dos aspectos centrais em que se desenvolveu a construção do *outro* foi através da objectivação sexual (Fanon, 1975). Nos discursos coloniais, a mulher negra é promíscua, de sangue quente e viável do ponto de vista sexual, e o homem negro é o violador; contra estes *outros* é desencadeada a violência do homem branco, para defender a mulher branca, plena de virtudes e, sobretudo, para evitar actividades sexuais interraciais e mestiçagens, que pusessem em causa o processo civilizatório do homem branco (Mulinari, 1995: 35-37).

A colonização do continente Africano foi marcada por todos estes entendimentos, reproduzindo-se até aos nossos dias nas diversas concepções de desenvolvimento, de conhecimento, de indivíduo, etc., que foram sendo conceptualizadas, e na imagem que é difundida, sobretudo, acerca das mulheres. As definições, concepções e linguagem utilizadas para definir e descrever o desenvolvimento e os *outros,* próximos da natureza, foram 'costuradas' com significados masculinos e têm a sanção das preocupações masculinas (Scott, 1995: 6).

2.1. O Estado e a sociedade em África

Os países Africanos, desde as suas independências a partir da década de 50 e sob a direcção da *pequena burguesia*, têm-se caracterizado por três aspectos principais: crise de acumulação; ditadura de partido único; e ausência de democracia social (Mafege, 1995).

Muitas das acções levadas a cabo no período posterior às independências realizaram-se, inicialmente, no contexto da crença de que o Estado era o principal movimentador, mobilizador e acelerador de todos os esforços de desenvolvimento nos países ex-colonizados. A conjuntura internacional favorecia esta crença ilimitada no moderno, no desenvolvimento, um desenvolvimento e inovação tecnológicas sem limites em termos materiais (Wallerstein, 1995: 471). Como o Estado havia desempenhado um papel fundamental na concretização deste tipo de modernização, nos países do centro, acreditava-se igualmente – ou foi-se forçado a acreditar – que os países da periferia também deviam adoptar e importar o mesmo tipo de modelo de organização da sociedade.

Todavia e, apesar desta crença que inspirou os nacionalistas Africanos a partir das independências na década de 50, o desenvolvimento demorou a chegar, ou não chegou, mesmo em países de capitalismo dependente, como nos casos, tantas vezes apontados como "bem sucedidos", da Costa do Marfim, Kenia e Malawi (Mkandawire, 1992: 221). Em finais de 1960, todas as economias Africanas começaram a estagnar e, uma década depois, a maior parte dos países revelava um crescimento negativo. Nos inícios de 90, o continente já tinha uma dívida de cerca de U$D50 milhões, com uma crise alimentar e agrícola profunda, tendo então as políticas de ajustamento estrutural do FMI e BM entrado em força, em conjunto com a condicionante de democratizar de acordo com os padrões Ocidentais.

O período de 1970-90 foi caracterizado pelos choques petrolíferos dos anos 70, pelas crises económicas e financeiras dos anos 80 e pelas consequências desastrosas dos programas de ajustamento estrutural. As diferentes receitas aplicadas no continente Africano, de maneira efectiva ou não, entre as quais, o partido único, o multipartidarismo, o planeamento económico, ou o liberalismo, tiveram, no geral, os mesmos resultados: i) a descolagem económica que se vislumbrava no prazo de uma ou duas gerações, prometida pelos nacionalistas da independência, transformou-se em bancarrota económica e financeira, autoritarismo político e miséria, após três décadas; ii) o discurso inicial das elites nacionalistas dirigentes desapareceu, e deu lugar a novos credos, importados doutros contextos, ou seja, ajustamento estrutural, verdade dos preços, reescalonamento da dívida, redução da massa salarial e das despesas sociais; iii) foi-se tornando cada vez mais evidente o vazio epistemológico, resultante da falta de reflexão crítica, em todos os domínios do conhecimento, por parte dos intelectuais Africanos, devido às suas dificuldades de analisar e divulgar de forma criadora, as realidades do continente (Diop e Diouf, 1992: 137 e 131).

Apoiando-se nas análises de Bayart (1989), Balandier (1965), Mellah (1984), Anyang' Nyong'o (1981), Munslow (1988), Mafege (1992, 1995), os cientistas sociais Africanos têm referido que as intenções dos políticos nacionalistas e, mais que tudo, os seus resultados, denotam a perversão da ideologia nacionalista ao serviço de um movimento social que, uma vez conquistada a soberania, tenta constituir-se em classe social. Por isso propõem uma reflexão sobre a qualificação do Estado e das suas trajectórias; sobre a estruturação das sociedades Africanas em classes; e sobre a natureza destas ao longo do período colonial, análise que Mamdani realizará em 1996 (Diop e Diouf, 1992: 131).

Investigações diversas, e a própria história, têm revelado que o Estado de partido único não conduziu ao melhoramento da situação política, económica, social e cultural em África – ressalvando os primeiros anos depois das independências em alguns países, como no caso de Moçambique – uma vez que tem funcionado como mecanismo para defender o acesso privilegiado à acumulação por uma elite p*equeno-burguesa*, uma classe de serviço e em pequeno número, já que o colonialismo acabou por atrasar o crescimento das classes no sentido capitalista (Mafege, 1995: 17-18). Esta classe tem-se desacreditado socialmente devido à falência política e económica e à corrupção dos seus membros, o que pode explicar o facto de recorrer crescentemente a medidas populistas para se manter no poder, cozinhando a tradição *"... em grande medida por encomenda embora não totalmente ..."* (Moore, 1967: 564), ao mesmo tempo que afina os seus instrumentos de repressão para conter as revoltas sociais de grupos crescentes da população que começam a ver ameaçadas as suas condições de reprodução. Esta mesma *elite pequeno-burguesa* em ascensão é favorecida pelo imperialismo – precisamente porque é corruptível e porque de momento tem nas suas mãos a balança do poder na sociedade. A este propósito autores há que consideram que,

> " *as elites no poder e os que lhes estão associados constituem um movimento social composto por segmentos com lógicas heterogéneas devido aos seus interesses divergentes. O único vector que comanda ao mesmo tempo a solidariedade e o conflito seria o controle do aparelho de Estado, indissociável da repartição/redistribuição dos frutos da acumulação económica*" (Diop e Diouf, 1992: 132).

Estes autores argumentam que o grupo dirigente ou esta *elite pequeno-burguesa* - que controla efectivamente os meios de produção e de troca, através do controlo do aparelho de Estado - "*define-se antes de tudo como uma soma de*

estratégias individualistas, não é portadora de qualquer estratégia de acumulação" (Diop e Diouf, 1992: 132). Na análise do processo tanzaniano Martin (1998: 204) considera que se trata duma,

> "*aliança heterogénea de grupos definidos pelas suas posições no partido, no governo, na alta administração e à cabeça das sociedades do Estado, subentendendo-se que os homens não param de circular entre situações que podem coincidir umas com as outras*" (citado por Diop e Diouf, 1992: 132-133).

Nos países Ocidentais, a burguesia ascendente criou e transformou as instituições políticas e económicas à sua própria imagem, tornando-se hegemónica socialmente. Em África a *pequena-burguesia* não tem criação própria. A *pequena burguesia Africana* - que tinha o monopólio da educação e habilidades sócio-profissionais - herdou e, a maior parte das vezes, reproduziu as instituições coloniais, com as quais a maioria das pessoas não se identifica. Trata-se dum "*grupo sócio-profissional estratégico*" que se apropriou do Estado e das fontes de enriquecimento, grupo no seio do qual se fundem totalmente competências políticas e tecnoburocráticas (Diop e Diouf, 1992: 164). No continente Africano, o Estado tem funcionado como uma "*maquinação burocrática*", uma vez que a *pequena-burguesia* não possui propriedade social e apenas pode esperar servir a propriedade social de outras classes exteriores ao continente (Mafege, 1992: 30-31). Talvez seja o que Moore refere como processos não inovatórios, mas de recepção de instituições aplicadas à força, e em que as causas decisivas da sua política residem fora das suas fronteiras (Moore, 1967: 11). A luta armada contra o colonialismo e pela independência nacional por que alguns países do continente optaram é reveladora desta não identificação e da procura dum outro caminho, que acabou todavia por não se concretizar totalmente no período pós-independência.

O que parece peculiar em África, não é a corrupção e o roubo – características de todas as sociedades e, porventura, endémica ao sistema capitalista – mas a utilização do Estado, não como um meio para promover a acumulação privada capitalista, mas como instrumento para a acumulação pessoal. Um Estado que ao mobilizar no sentido da libertação, acabou por accionar os mecanismos da regulação, à medida que foi sendo 'engolido' pela burocracia já existente e, apesar de todos os desejos de o 'escangalhar', no pós-independência. 'Escangalhar' para criar as bases constitutivas de novas formas de participação democrática e para estabelecer um novo sistema político que prestasse maior atenção à igualdade entre todos os cidadãos. Todavia, o Estado foi-se tornando hegemónico e foi combatendo qualquer movimento entendido como subversivo e pondo em causa a *descolagem* rumo ao moderno, *versus* tradicional, mas que sabia recorrer ao tradicional, em momentos de crise de legitimidade interna, história bem conhecida dos tempos recentes no que respeita às políticas em relação à mulher e às autoridades tradicionais (Meena, 1992; McFadden, Amadiume, 1997). Talvez estes aspectos expliquem a adopção do Estado de partido-único por parte dos governos Africanos, bem como a predisposição estrutural para um governo de poder fraccionário (Mafege, 1992: 31). Neste contexto, o papel da oposição é irrelevante, na medida em que os outros grupos políticos estão submetidos à mesma lógica de acumulação para fins pessoais.

No que diz respeito a questões de cidadania e do processo de democratização no continente Africano, há um conjunto de literatura produzida na década de 90, que levanta problemáticas centrais para o seu entendimento e reconceptualização (Chabal, 1992/94; Bayart, 1993; Mamdani, 1996; Monga, 1996; Werbner and Ranger (eds), 1996). Infelizmente há ainda muito pouca reflexão e elaboração em relação às antigas colónias portuguesas, reflexão esta que deve, antes de tudo ser elaborada pelos cidadãos e cidadãs destes países, o que tem originado

análises muitas das vezes simplistas ou generalizadas [12]. O debate actual sobre a democratização no continente Africano é muitas das vezes reduzido a questões relacionadas com as mudanças institucionais, ou com a criação de condições estruturais para o multipartidarismo, como se bastasse importar e aplicar um modelo, que demorou centenas de anos a ser implantado, e de forma diversa, em vários países Ocidentais. A redução da análise a estes aspectos, deixa de fora aquela que é considerada a questão central, mesmo nos países Ocidentais, ou seja, a participação democrática e da cidadania activa (Lieres, 1999: 140). Para Monga as expectativas dos cidadãos em relação à possibilidade duma África nova, prometidas pelos primeiros dirigentes nacionalistas, acabaram num cansaço colectivo, devido à longa espera, uma vez que o objectivo dos governos pós-coloniais, a partir dos anos 80, era o de estabelecer sociedades passivas, em que os cidadãos se transformariam em simples portadores de privilégios fornecidos pelo Estado, e não como participantes activos na vida pública (Monga, 1996). A exigência, por parte dos Africanos, duma cidadania diferenciada, não se esgota nos discursos sobre os direitos humanos, os quais são, a maior parte das vezes, vistos com cepticismo, por todos os que foram excluídos duma cidadania cívica, durante o colonialismo (Sogge, 1996: 51-52) [13].

O estudo da natureza do Estado e a formação da identidade política colonial e pós-colonial, bem como as perspectivas para a democratização no continente, são outros dados considerados fundamentais para analisar a natureza do Estado em África. Uma questão levantada - e que traduz um mal-estar geral

12 / Aquino de Bragança, primeiro Director do Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane, foi portador deste sonho. Dizia frequentemente que era necessário criar uma intelectualidade orgânica, capaz de analisar criticamente o processo histórico moçambicano. Foi sob sua iniciativa que se criou a Oficina de História, cujos projectos de investigação se debruçaram sobre as questões do poder nas antigas zonas libertadas e no período posterior à independência. O meu interesse sobre as relações sociais entre mulheres e homens, surgiu também duma iniciativa sua de estudar a participação das mulheres na luta armada, tema da minha tese de licenciatura.

13 / No livro sobre a ajuda ao sector civil em Moçambique Sogge avança que muitas organizações criadas na década de 90 - de carácter profissional, por sector, região, religião e grupo étnico - procuram colocar os seus interesses e visões na agenda pública e também propõem mudanças nas políticas. As questões colocadas dizem respeito a direitos à terra, condições decentes de trabalho, identidade cultural e o direito a um debate aberto e informado através dos meios de comunicação (1996:48-49).

vivido após as diferentes reformas políticas - diz respeito à mimetização das instituições e da cultura democrática liberal Ocidental, bem como ao legado histórico do liberalismo, questionando-se a sua relevância para os países Africanos pós-independência. Será que os critérios de Estado de direito, de direitos individuais, de pluralismo de valores, e de garantias constitucionais, são critérios suficientes para uma cidadania democrática e participativa, no continente Africano? A crítica é dirigida à teoria democrática Ocidental e questiona, pelo menos, duas das suas características centrais, a distinção entre sociedade civil e política, e a relação entre direitos e culturas (Lieres, 1999: 140)[14]. Mafege, ao analisar historicamente a sociedade civil no Ocidente e no continente Africano, refere que, se havia "sociedades civis" no sentido histórico na África Sub-Sahariana (excepção da Etiópia), o Estado teria então sido o seu produto directo e, portanto, profundamente enraizado na sociedade. Contrariamente, na África negra pós-independência, o Estado é um produto colonial num sentido duplo. É não somente o herdeiro do Estado colonial, mas também o produto do anti-colonialismo, denotando uma condição negativa que não deu verdadeiramente lugar a uma aliança de classes - como se pensava geralmente - mas antes a uma coalizão de diferentes pessoas. Se era preciso apoiar que é uma coalizão que forma a "sociedade civil" no sentido singular, era ainda preciso explicar por que é que, na África Negra, a política de classes intervém também no idioma da etnicidade. A resposta é que, na maior parte dos Estados Africanos, não há sociedade civil unitária. Em segundo lugar, é pouco certo que se possa dizer, que o movimento anti-colonial ou pela independência, tenha sido, nos seus começos e no seu apogeu, uma aliança de classes, uma vez que, em África, o colonialismo atrasou o crescimento das classes, no sentido

14 / A este propósito ver também a contribuição de Mafege (1995: 16-18; 22-23), referindo-se ao continente, no geral, e de Sogge (1997: 43-75) sobre o caso moçambicano.

capitalista. Pela ausência de formação de classes opostas, a *pequena-burguesia*, através do seu poder burocrático e, como o governo colonial, usurpou de todas as outras classes que estavam em processo de transformação, consolidando o seu poder político, sem se transformar numa burguesia nacional, entravando ainda mais o desenvolvimento do que teriam sido as classes opostas, talvez não tanto nas zonas rurais, mas mais nos meios urbanos, onde os processos de industrialização são cruciais (Mafege, 1995:16-18).

Em relação à problemática do poder, Mamdani (1996) aborda a forma como este foi e é organizado e como origina a fragmentação da resistência na África contemporânea - a segregação institucional na África colonial e o tipo de resistência que gerou [15], analisando historicamente a linguagem dos direitos e da cultura e como é que os 'súbditos' que foram excluídos da sociedade civil no período colonial passaram a ser governados no período pós-independência. A este propósito Mamdani analisa a questão da administração directa (*direct rule*) e da administração indirecta (*indirect rule*) que caracterizaram sobretudo o poder nas antigas colónias francesas e inglesas, falando dum poder cristalizado, através duma série de encontros duais, ou seja, dum Estado bifurcado, duma dualidade de poder na natureza do Estado - duas formas de poder sob uma única autoridade hegemónica. A administração directa era a forma de poder civil urbano, falava a linguagem da sociedade civil, dos direitos civis (direitos de livre associação, de liberdade de expressão e de representação política). O poder civil urbano reivindicava que protegia os direitos individuais, organizados em torno dos princípios da diferenciação para garantir a concentração do poder, ao nível das camadas dos colonos, dos 'cidadãos' (*citizens*). No outro polo, estava a maioria da população, os colonizados, os 'súbditos' (*subjects*) governados

15 / As revoltas camponesas tinham um carácter étnico e a luta anti-colonial era contra a hierarquia do Estado local.

indirectamente pela autoridade tribal rural costumeira, incorporando os 'nativos' numa ordem costumeira reforçada pelo Estado. O poder rural, o poder da comunidade e da cultura, um poder costumeiro que reivindicava a preservação do costume, da tradição e dos direitos comunais, organizado em torno do princípio da fusão para assegurar uma autoridade unitária. A partir desta análise dos Estados coloniais e das continuidades (apesar das rupturas) desta situação, verificadas nos Estados pós-coloniais, Mamdani considera que a crise da democracia Africana não pode ser resolvida por um discurso que se baseia unicamente nos direitos individuais, havendo a necessidade de criar uma cidadania capaz de negociar também as identidades baseadas nos direitos étnicos incluindo deste modo, nas políticas públicas, os que foram excluídos no passado e cuja presença continua a ser ignorada (Mamdani, 1996).

Importante para a compreensão do mal-estar actual e da necessidade de repensar a cidadania participativa é o estudo dos processos e práticas locais, assim como dos que são a contra-parte do Estado a esse nível, carregados de múltiplas identidades, de acordo com as situações e, como uma forma de resistência ao poder estabelecido. Questões relacionadas com a identidade dos jovens, com a religião, com a feitiçaria e o curandeirismo, com as múltiplas identidades que as mulheres vão assumindo, são fundamentais para o entendimento destas dinâmicas locais, regionais e nacionais, e das de vários grupos em relação ao poder - as inovações na linguagem, as maneiras de andar, de falar, de dançar, de cantar - reflectem este mal-estar e uma maneira diferente de se dizer que se pretende um mundo melhor, que se critica a ordem político-económica estabelecida, bem como qualquer tipo de totalitarismo (Monga, 1996; McFadden, 1998). Estas formas de resistência, como já foi referido por Amadiume (1997), não podem apenas ser entendidas como oposição, contestação, ou conflito em relação ao Estado, antes como diversas formas de interrelação, tentativas de

utilização do Estado, de colaborar com ele e invadir o seu espaço, com o intento de seguir os seus próprios objectivos. Como diria Monga (1996), trata-se de diversas estratégias de sobrevivência [16] que provocam desordem sem provocar, ao mesmo tempo, o colapso da autoridade (Lieres, 1999). Como já referido no capítulo anterior, as mulheres têm sido exímias na sua capacidade de 'costurar' diferentes estratégias de resistência, em espaços para si desconhecidos, mas em que elas penetram através duma construção diferente de espaço, através duma diferente linguagem, maneira de vestir, de cuidar da sua família, através de redes que vão engendrando, e em que se verifica uma miscigenação de culturas. Estas diferentes formas de resistência não constituirão também maneiras diferentes de exercer uma cidadania participativa? A questão principal é que, dum modo geral, estas formas escapam às análises dos cientistas sociais, mais preocupados em procurar a 'sociedade civil' tal como a concebem e não em entender realidades diferentes que escapam aos seus receituários (Sogge, 1997, Negrão, 1997).

> *"Os famosos 'ventos de democratização' que sopram sobre o continente Africano, vão fazer crescer uma nova classe de compradores; essencialmente tecnocratas, que farão o melhor para estar nas boas graças do Banco Mundial e assim dar uma nova juventude aos programas de ajustamento estrutural. Contrariamente aos seus predecessores, serão menos nacionalistas, e pró-Ocidentais, e esposarão quaisquer ideias ingénuas e anacrónicas sobre a democracia liberal. Na esperança de realizar a democracia tão esperada depois da independência, o povo votará por eles, como antes. Mas a desilusão chegará depressa e será violenta. Não se trata tanto de ser maldizente, em relação a estes novos compradores, mas a questão é que, em vez de serem a solução para o problema Africano, eles constituem uma aberração" (Mafege, 1885: 22-23).*

16 / Estratégias de sobrevivência entendidas como diferentes fomas de gerar ou obter recursos materiais, monetários ou sob forma de bens e serviços (Cruz e Silva, 1999).

Quais as implicações deste processo para a luta das mulheres contra a sua opressão, e no sentido de construção das suas identidades e no respeito pelas diferenças?

2.2. O Estado em África e as relações com as Mulheres

Como anteriormente referido, o continente Africano tem sido atravessado durante as últimas quatro décadas, por uma crise sócio-económica e política sem precedentes. Depois dum *boom* económico e social logo após a independência, as economias da maior parte dos Estados Africanos, ou estagnaram, ou tiveram taxas de crescimento demasiado lentas, de tal sorte que não contribuíram para transformações significativas na vida das pessoas, produzindo um impacto diverso nos diferentes grupos sociais. Os dados sobre a qualidade de vida são reveladores de tendências decrescentes, como é o caso das taxas de esperança de vida, de mortalidade infantil, crescente analfabetismo, sobretudo para as mulheres, deterioração da qualidade dos serviços educacionais, de saúde, de justiça, de emprego, taxas crescentes de criminalidade, incluindo a violência doméstica, crescente luta pelo poder entre as elites pelo controlo da maquinaria estatal, crescentes incidentes de guerra civil e rivalidades étnicas, lutas pelo acesso e controlo de recursos, os quais deslocam grupos de mulheres e homens e ameaçam o tecido social das sociedades Africanas. O aprofundamento da crise, e o cenário cinzento, têm minado a legitimidade dos Estados pós-coloniais e têm feito disparar movimentos sociais que ainda estão a procurar expressão de liderança intelectual e organizacional por forma a serem capazes de influenciar o processo político (Meena, 1992; Scott, 1995; McFadden, 1997).

Escolas de pensamento diferentes têm tentado explicar as causas da crise e o aprofundamento dos níveis de pobreza em África. Durante os anos 60 os

analistas do *resource gap* (falta de recursos), de acordo com as teorias económicas neoclássicas, consideravam que os problemas do desenvolvimento estavam relacionados com os *resource gaps* nas economias dos Estados do continente, tendo sugerido como 'cura' um processo de transferência de recursos dos países ricos para os pobres, a fim de preencher o *gap* (vazio, falta) e permitir aos Estados "*apanhar o combóio do desenvolvimento, a descolagem".* A estratégia de modernização seguida foi considerada como um processo de desenvolvimento supostamente neutro em termos de relações entre mulheres e homens, ou seja, em termos de relações de género. A modernização tinha como grupo alvo alguns poucos camponeses individuais, industriais e comerciantes, normalmente do sexo masculino. À medida que os *gaps* aumentavam e se aprofundavam os níveis de pobreza, os economistas do desenvolvimento e os *policy makers* (fazedores de política) reviram as políticas e estratégias de desenvolvimento baseadas na análise do *resource gap*. Nos anos 70, consideraram que o projecto de modernização falhara devido à incapacidade dos países Africanos integrarem a maioria dos produtores e, particularmente, as mulheres na agenda do desenvolvimento. Tendo em conta esta percepção, recomendaram estratégias de alívio à pobreza e das necessidades básicas prestando particular atenção aos pobres, com enfoque nas mulheres - a chamada perspectiva da adição, de adicionar as mulheres ao desenvolvimento - sem, no entanto, considerar como fundamental uma mudança profunda ao nível das relações económicas, políticas, sociais e de poder, sem considerar as particularidades do agregado familiar Africano, sem considerar que as mulheres já estavam integradas no desenvolvimento (Scott, 1995; McFadden,1998).

A estratégia "Mulher no Desenvolvimento" (*Women in Development*, *WID*) contribuiu para a crescente sensibilidade das necessidades das mulheres produtoras e reprodutoras, e possibilitou uma maior visibilidade das suas

actividades, preocupações e desejos. Todavia, e porque integrada nas políticas neo-liberais, não facilitou um processo que contribuísse para a resolução dos problemas práticos do dia-a-dia, e estratégicos, por não ter questionado as relações de poder e de divisão de tarefas ao nível do agregado familiar, por não ter desafiado a primazia do poder masculino, por não ter questionado a causa remota das relações opressivas de género existentes e o modo como afectam o processo de produção, reprodução e distribuição. A sua estratégia focada na mulher procurava reduzir as desigualdades entre mulheres e homens à custa das próprias mulheres, envolvendo-as em actividades produtivas fora da esfera doméstica e multiplicando a sua jornada de trabalho [17]. Nos fins dos anos 70, a pobreza continuava a aumentar e as mulheres não tinham conseguido resolver os seus problemas prioritários. Em alguns países, os níveis de pobreza aumentaram e os projectos para os eliminar fracassaram. Este cenário obrigou, uma vez mais, a uma revisão das estratégias e políticas de desenvolvimento, de acordo com os interesses de acumulação capitalista dos países desenvolvidos.

Dos anos 80 até ao presente, momento os economistas do desenvolvimento e os arquitectos ligados à política atribuíram o falhanço da política de alívio à pobreza e da estratégia das necessidades básicas a erros de política e, particularmente, ao papel do Estado na gestão das economias Africanas. Os analistas políticos Africanos - das diversas escolas de desenvolvimento, desde a nacionalista, à da dependência, à Marxista e à da modernização - bem como os Ocidentais - têm considerado tanto o Estado como o mercado como entidades neutras em relação às questões de género, apesar do facto de, em quase todos os países

17 / A definição 'clássica' da teoria 'mulher no desenvolvimento' defende que as mulheres, em especial as do 'mundo em desenvolvimento', são oprimidas, como 'mulheres', porque ficaram fora do 'desenvolvimento', sendo a solução 'integrá-las' no desenvolvimento. O conceito Mulher no Desenvolvimento surgiu no contexto da Década das Nações Unidas sobre a Mulher (1975-85) e foi desenvolvida por especialistas do desenvolvimento que trabalhavam com agências das Nações Unidas ou agências multilaterais e bilaterais. Esta perspectiva insere-se na política de desenvolvimento da modernização, que defende uma integração mais efectiva, e eficiente das mulheres do Terceiro Mundo no sistema capitalista mundial, não questionando portanto este tipo de desenvolvimento, antes procurando uma maior produtividade e eficiência do sistema, através da exploração do trabalho das mulheres (Mbilinyi, 1992; Scott, 1995).

Africanos, as mulheres realizarem actividades específicas na esfera da produção e da reprodução, e de as normas sócio-culturais e os sistemas legais formais e informais existentes reforçarem os papéis específicos de género e os direitos e responsabilidades ao nível da produção e do consumo. Apesar das mulheres Africanas terem, no geral, menos direitos como cidadãs e nacionais, menos acesso às infra-estruturas produtivas e aos serviços sociais, serem vulneráveis à violência sexual, e de o seu papel na tomada de decisões e planificação, e o seu acesso à ciência e tecnologia serem marginais, importa analisar o impacto que as relações sociais de género, raça/etnia, religião, estatuto, idade, formação, têm na manutenção e reprodução de desigualdades entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres. A maior parte das mulheres, no âmbito duma sociedade patriarcal que domina hoje o continente Africano, e que as políticas de desenvolvimento neo-liberais seguidas nunca desafiaram, está actualmente numa situação de não exercer os seus direitos, como cidadã e como nacional (Scott, 1995; McFadden,1998).

Tem havido nos últimos 30 anos, bastantes iniciativas, tanto por parte de mulheres da comunidade científica como por parte de profissionais e activistas, através da criação de diferentes centros de investigação e de organizações, bem como de redes nacionais, regionais, pan-Africanas e internacionais de mulheres, em diversos sectores da vida política, económica, social e cultural. Todavia, grande parte destas iniciativas não produziu ainda um impacto significativo em termos de formulação e implementação de políticas que alterem a discriminação e opressão das mulheres e de outros grupos oprimidos nas sociedades Africanas, sobretudo, em termos de alternativa ao projecto societal no continente.

Neste sentido a década de 80, foi considerada como uma década perdida. Os programas de ajustamento estrutural estão a inverter alguns dos ganhos conseguidos em África depois das independências, sobretudo, em termos de programas de bem-estar social na área da educação, saúde, acesso à água, transporte e abrigo, justiça, emprego, trabalho. Com efeito, estamos a falar de programas que abriram portas e criaram espaços através dos quais as mulheres pensaram e agiram colectivamente. Estes programas de ajustamento estrutural estão a enfraquecer a sociedade e a originar uma crise de governação visível no falhanço dos sistemas políticos que se pressupunha facilitarem aos cidadãos a sua participação política, no sentido de transformar este mundo num melhor local para se viver. Nos países da África Sub-Sahariana, em que se gastam milhões de dólares no pagamento da dívida externa, mais de metade dos rendimentos vão para a compra de armamento – parecendo existir uma relação entre a dívida e a compra de armamento – e quase 60% da moeda externa produzida sai do continente para o pagamento da dívida (McFadden, AWLI, 1997).

2.3. Historiografia e Representação da Mulher em África

A partir dos anos 70, as relações de género e as transformações que nelas se têm operado passaram a constituir um dos temas mais destacados nas investigações relativas à África Sub-Sahariana. Estas investigações têm revelado que não é possível continuar a falar de instituições neutras quanto às relações que se estabelecem entre os géneros, na medida em que homens e mulheres participam de maneira diversa na vida económica, social e política das suas sociedades. O estudo dos modelos de participação e dos diversos interesses e estratégias de mulheres e homens, a análise da distribuição de direitos e responsabilidades entre ambos e das suas implicações para as relações

com os que os rodeiam e com a sociedade como um todo, tem obrigado a novas reconceptualizações que consideram as relações de género como uma categoria de análise integral da sociedade e não como uma categoria marginal, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da organização social e do processo social na sua totalidade (Potash, 1992).

Os estudos levados a cabo pelo movimento feminista, nos últimos 30 anos, contribuíram para a descoberta da multiplicidade dos sujeitos femininos (Mouffe, 1996), dos desacordos entre diferentes colectivos, das contradições entre militantes negras e brancas nos EUA e do confronto com as organizações de mulheres do Terceiro Mundo, que têm acusado as Ocidentais de imperialismo no decorrer das Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher (Thébaub, 1995; Amadiume, 1997; Meena, 1992; McFadden, 1997; Butegwa, 1997).

De acordo com feministas do continente Africano a historiografia Africana, até meados da década de 70, caracterizava-se por uma ausência em relação à mulher. Por outras palavras, a mulher Africana, à semelhança de mulheres doutras partes do mundo, tem experimentado colectivamente, ainda que de forma diferente, uma história complexa de exclusão (Tadesse, 1988: 356 e 357; Imam, 1988: 30-40; McFadden, 1998). A historiografia Africana tendia a apresentar as mulheres duma forma decorativa, como rainhas, adoptando uma visão defensiva e romântica sobre a questão da mulher, apresentada como vítima, como objecto passivo da história ou romantizada via mito do matriarcado Africano e biografias de mulheres poderosas – mulheres essas tão deusificadas que se tornaram inacessíveis para a maioria das mulheres Africanas (Zeleza, 1997: 167-196). A imagem da mulher reproduzida pela historiografia apresenta quatro características:

- A mulher ausente
- A mulher inferior e subordinada ao homem
- A complementaridade entre mulher e homem, as grandes mulheres, as mulheres poderosas, as rainhas
- Mulher, agente activo e não vítima (Imam, 1988:30; Tadesse, 1988: 356 e 357; Zeleza, 1998; McFadden, 1998).

A situação de invisibilidade alterou-se, por um lado, a partir da revolução historiográfica Africana e, por outro, por influência do ressurgimento do movimento feminista a nível mundial, a partir dos anos 60. A historiografia Africana pós-independência não conseguiu sair dos paradigmas dominantes que dominavam a sua congénere Ocidental, revelando as contradições e inadequações dos pressupostos inerentes à historiografia colonial respondendo, em relação à inactividade Africana, com a agência e a iniciativa Africanas, mas sem colocar novas questões e, muito menos, levantar aspectos teóricos e metodológicos. Ou seja, no período pós-independências Africanas, a preocupação era a de demonstrar que os Africanos, ao invés do que estava a ser veiculado pela historiografia Ocidental, também tinham a sua história de reis, rainhas, reinados, etc. (Zeleza, 1998; Lopes, 1996). O ressurgimento do movimento feminista, a partir dos anos 60, contribuiu para a abertura do espaço analítico através do estudo dos padrões de desigualdade embebidos nas estruturas sociais que produzem e reproduzem as estruturas hierárquicas de dominação (Tadesse, 1988: 358).

Duas problemáticas foram fundamentais para a compreensão da história das mulheres em África: a dominação e o período prolongado de escravatura e colonialismo; a questão da periodização – pré e pós-colonial.

Em relação à questão colonial e à escravatura, vários foram os estudos que revelaram a importância do impacto da escravatura na vida da mulher, das relações entre mulheres e homens e na organização da sociedade. Um estudo central nesta análise é o de Claire Robertson e Martin Klein (eds) (1983) que demonstraram:

- A centralidade das mulheres Africanas na produção social;
- A transformação dos mecanismos de controlo reprodutivo e as relações íntimas entre produção e reprodução;
- As diferentes influências que a escravatura provocou na vida de diversos tipos de mulheres. Apesar das mulheres terem constituído a maioria dos escravos, há relatos que mostram que, em primeiro lugar, houve mulheres proprietárias e comerciantes de escravos; e, em segundo lugar, que o comércio de escravos forneceu às mulheres livres um mecanismo de recrutamento de força de trabalho para as tarefas domésticas e agrícolas; e, em terceiro lugar, que a ligação das mulheres com a instituição da escravatura tem sido citada como uma das dificuldades na sua abolição, tendo a mesma persistido para além da II Guerra Mundial, em algumas regiões Africanas (Tadesse, 1988: 359).

Analistas da escravatura e do seu impacto na vida das sociedades do continente prestaram, igualmente, um contributo para a teoria feminista da reprodução, mostrando como foi possível aos agricultores Africanos manterem-se com a falta de mão-de-obra vendida como escrava, através do controlo dum número grande de mulheres, conseguido pela via dos sistemas de parentesco existentes. As mulheres passaram a ser utilizadas como objectos de troca – por exemplo, mulheres entregues como esposas, empenhadas em tempo de fome ou

utilizadas como forma de pagamento de dívidas –, apresentadas às linhagens reinantes em troca de influências políticas ou utilizadas para o pagamento de multas ou para recompensa aos soldados (Strobel, 1982).

Uma outra temática está relacionada com a origem do Estado e da formação das classes, ainda que, a maior parte das vezes, as mulheres estejam ausentes e não haja uma perspectiva de género na análise. Apesar do trabalho que as feministas têm vindo a desenvolver para desvendar a história das mulheres, há ainda um longo caminho a percorrer para a desconstrução dos dualismos conceptuais hierárquicos que dominam os estudos nesta área, tendo em vista a construção duma epistemologia feminista (Zeleza, 1997). Neste aspecto, o trabalho de Ester Boserup (1970) foi de extrema importância para a compreensão das mudanças na divisão de trabalho por sexo e da transformação das relações de género resultantes da dominação colonial. Conseguindo ir para além das generalizações muito em moda, em termos de propriedade privada, classe e formação de classe, o estudo de situações e casos concretos permitiu compreender as relações entre produção e reprodução, desvendou os mecanismos diferentes e em permanente mudança de apropriação da mais-valia, e o entendimento das relações de género hierárquicas [18].

Em relação ao período pós-colonial, em que a história das mulheres está mais documentada, verificou-se uma mudança nas análises, as quais passaram de uma postura defensiva para uma investigação histórica das complexidades das respostas Africanas à dominação colonial e sobre o papel da mulher na resistência. A influência da teoria feminista conjugada com as questões problemáticas trazidas por Ester Boserup conduziu à realização de

18 /Ver também Claude Maillassoux, ***Maidens, Meal and Money: Capitalism and the Domestic Economy***, Cambridge University Press, 1981; Marjorie Mbilinyi, 'The Social Transformation of the Shambaa Kingdom and the Changing Position of Women', Paper delievered at the Southern African Universities Social Science Conference, University of Dar-es-Salaam, 1979.

investigação e à elaboração de livros e artigos que referem as transformações ocorridas na divisão de trabalho por sexo e a transformação nas relações de género, em consequência da dominação colonial [19]. Estes estudos indicaram aspectos fundamentais para a compreensão da situação actual da mulher e sobre a questão da agricultura, da qual dependem, na actualidade, para a sua sobrevivência, cerca de 80% das famílias na África Sub-Sahariana:

- A reorganização da economia doméstica como resultado das políticas coloniais sobre a terra e a força de trabalho;
- O desenvolvimento de relações de produção capitalistas;
- A perda gradual de acesso à terra por parte da mulher;
- A migração masculina massiva – sobretudo na África Austral, considerada por Samir Amin a África das reservas de mão-de-obra – políticas de trabalho, introdução das culturas de rendimento;
- A introdução da economia monetarizada e do consumo forçado de mercadorias;
- O impacto diferenciado do capitalismo para mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens;
- A reorganização e hierarquização das relações dentro do agregado familiar, com a consequente subestimação da contribuição económica da mulher, as estruturas jurídico-políticas existentes e as estratégias de sobrevivência (Bay, 1982; Hay and Wright, 1982);

19 / Referência a Nancy J. Hafkin e Edna Bay (eds), ***Women in Africa, Studies in Social and Economic Change***, Stanford California, Stanford University Press, 1976.

- A alocação diferenciada de tarefas com base no sexo e na idade;

- O controlo e distribuição diferenciado de produtos, apesar da ideologia dominante em relação à reciprocidade tentar dissimular a tensão crescente entre mulheres e homens no acesso e controlo dos bens (Tadesse, 1988; Mafege, 1992).

Os diversos aspectos acima referidos contribuíram para aumentar a sobrecarga do trabalho da mulher e para a transformação das estruturas sociais, sobretudo, no respeitante à compensação matrimonial e casamento. O tipo de desenvolvimento capitalista que foi sendo introduzido em África, via colonização, subestimou a produção de subsistência, tanto no sentido físico da estagnação relativa (Mafege, 1992) como na avaliação e conceptualização do seu valor. A monetarização produziu alterações em termos do trabalho e do seu conceito – trabalho é o que é pago, passando o trabalho das mulheres a ser considerado improdutivo (Tadesse, 1988: 362).

A partir dos anos 70, começou-se a verificar a tendência de concentrar os estudos sobre a vida e opções da mulher rural, bem como das mulheres trabalhadoras – domésticas e na indústria nascente - e das mulheres prostitutas em ambiente urbano (Penvenne, 1983; Rita-Ferreira, 1967-68; Zamparoni, 1994). Um outro campo de estudo, bastante importante, diz respeito ao envolvimento das mulheres na resistência, ou seja, aos vários tipos de redes de solidariedade e de relações pessoais que as mulheres construíram nas suas estratégias de resistência e sobrevivência, e que nos revelam a sua capacidade e expediente na defesa da integridade cultural e material face às transformações a nível económico e social motivadas pelo colonialismo (Amadiume, 1997). A este respeito é de salientar o trabalho de Cheryl Walker*, Women and Resistance in*

South Africa (Mulheres e Resistência na África do Sul), os trabalhos de Stephanie Urdang sobre a participação da mulher na luta armada na Guiné-Bissau e em Moçambique (Urdang, 1979; Kruks e Wisner, s/d) e, muito recentemente, a tese de doutoramento de Teresa C. e Silva sobre o papel das Igrejas Protestantes na formação duma consciência política no Sul de Moçambique, entre a década 30 e 70 (Walker, 1991; Cruz e Silva, 1996).

Na década de 90, as investigações e estudos levados a cabo por grupos de feministas Africanas concentram-se na reconceptualização dum conjunto de temáticas, com o objectivo de melhor entender o papel que as mulheres desempenham. As noções de espaço urbano e rural, durante o colonialismo e no período pós-independência; a questão do conhecimento; a imagem da mulher e a questão da autonomia, entre outras, são problemáticas que estão a ser objecto de reconceptualização (Meena, 1992; WLSA, 1997; Andrade et all, 1998; McFadden, 1998).

Nestes estudos, chama-se a atenção para o facto de que, o espaço, na sua relação com a identidade, a cultura e a casa é normalmente, identificado com o espaço rural, tradicional, exótico, rústico, parado no tempo, mas permanentemente inventado com o objectivo de reter o seu localismo e a sua autenticidade. A imagem da casa rural é a mulher negra – pobre, analfabeta, espezinhada pelo trabalho ingrato e penoso, sem modernidade, autonomia e voz. Para entrar no espaço público é preciso ultrapassar as barreiras que foram sendo impostas durante séculos de patriarcado Africano e, mais recentemente, pelo patriarcado capitalista e pela cultura branca, Ocidental. A construção da mulher Africana como vítima está incrustada nas tradições que definem a autenticidade como estática, pobre e rural (McFadden, 1998: 26-30).

Muitas das mulheres que vivem nas zonas rurais continuam fora dos ganhos públicos, alcançados nos últimos anos, e é aí que se percebe que o que é rural é privado – em termos de legislação sobre o estatuto social, que opera no privado; em relação à terra - que é geralmente distribuída aos homens; quanto à identidade - que em larga medida depende do facto de se ser esposa e de ter filhos; e no que respeita ao acesso a serviços básicos - o que está ligado com a capacidade de acesso e controlo de recursos - verificando-se que as casas chefiadas por homens têm melhores condições. Portanto, as vidas das mulheres rurais reflectem esta existência dicotómica em termos de relações de género, intersectadas por espaço, classe e acesso a recursos sociais, legais, políticos e outros recursos humanos. Os avanços conseguidos na esfera política, económica, social, legal, etc., continuam ainda inacessíveis para a maioria das mulheres vivendo em espaço rural. Olhando para esta exclusão, numa perspectiva feminista, percebe-se que um grande problema que permanece, reside no modo como as mulheres ocupam espaços e como esses espaços são tratados pelas instituições, integrando-os no público ou relegando-os para o privado (Andrade et all, 1998).

Em relação ao espaço urbano, que se desenvolveu como consequência do capitalismo (muito embora, em África, tivessem existido grandes cidades há muitos séculos, que produziram importantes legados do ponto de vista sócio-económico, político, artístico, e intelectual), a sua noção tem conhecido redefinições acerca da localização das cidades e da relação dos Africanos com estes espaços, especialmente na África Austral. Os Africanos tornaram-se estranhos nas suas próprias terras, passageiros em trânsito, tendo trazido as formas de trabalho mais baratas para os espaços urbanos e onde viviam sem identidade - exemplos da África do Sul e da anterior Rodésia (Mafege, 1992; First, 1983). A exclusão da população negra, e sobretudo das mulheres,

do espaço urbano, fez parte dum conluio entre sistemas ideológicos racistas e sexistas e de métodos de controlo. As mulheres foram excluídas através de legislação especial – leis que não lhes permitiam viver nas cidades a não ser como casadas, com um passe ou sendo prostitutas nas zonas residenciais (Gaidzanwa e Cheater,1996; Penvenne, 1986; Zamparoni, 1994). As mulheres 'verdadeiras' deveriam permanecer nas zonas rurais, onde as tradições patriarcais de controlo e autenticidade estavam bem encrustadas – o que significa que as mulheres que circulavam nas zonas urbanas eram prostitutas, mulheres perdidas, que nenhum homem quereria para si. Por este motivo, as mulheres foram desenvolvendo uma relação muito diferente e especial com o espaço urbano na região Austral do continente, uma relação que reflecte as fronteiras racistas entre branco e negro em termos geo-físicos e de classe, e como resposta aos aspectos comuns entre os sistemas patriarcais Africanos e Europeus, cujo objectivo era controlar, dominar e explorar as mulheres negras, negando-lhes o direito à mobilidade e à ocupação destes espaços humanos recentemente definidos.

A investigação realizada mostra como as mulheres têm vindo a contestar estas definições de autenticidade e de hegemonia do espaço físico, desenvolvendo, novas identidades e utilizando-as para construir os seus próprios lugares, normalmente, nos locais com menos competição, nas cidades e zonas industriais. As mulheres reconfiguraram os significados sobre quem elas eram, redefiniram a sua sexualidade e a sua pessoa, e iniciaram um aspecto interessante do que é hoje conhecido como uma cultura urbana na região, e que é visível na música, na maneira de vestir, no estilo do seu discurso e expressão – e que revela uma longa luta pela ocupação do espaço urbano e dos novos espaços públicos que o capitalismo reorganizou e estabeleceu nos últimos trezentos anos (PSLM, 1992; Andrade *et all*, 1998). É de realçar, todavia, que, ao ocupar o espaço urbano,

as mulheres também atravessam um período crítico na sua redefinição como pessoas. De certo modo, o capitalismo acabou por providenciar oportunidades novas para as mulheres poderem resistir ao sistema patriarcal antigo de privilégio e apropriação. As mulheres começaram a atribuir a si próprias nomes sem serem obrigadas a recorrer à identidade masculina, o que se transformou numa ruptura crítica com a tradição e o domínio masculino. Estão a surgir também novas formas de família – famílias chefiadas por mulheres, que já atingem 1/3, ligações co-habitacionais temporárias com homens ou com mulheres, da família ou amigas (PSLM, 1992; WLSA, 1997; Andrade *et all*, 1998).

Um outro aspecto problemático é o da armadilha das invenções históricas. As mulheres são vistas como *gate keepers* (conservadoras e reprodutoras) da cultura e tradições que reflectem atraso. Para exemplificar, temos a questão do analfabetismo. A mulher Africana é vista como incapaz de aceder ao conhecimento e, portanto, é considerada não produtora de conhecimento, o que significa que está impedida de aceder à sociedade moderna porque não possui as capacidades necessárias para tal. Mas, ao mesmo tempo, é elogiada por ser a verdadeira mulher Africana. A noção de 'verdadeira' significa que deve estar fora do esquema de conhecimento, fora dos locais de poder. Ou seja, a autenticidade da mulher existe via símbolos de *desempoderamento* e subordinação (McFadden, 1998). O exotismo e o erotismo dos corpos das mulheres negras Africanas que são apresentadas nuas ou com os seios à mostra – o que serve para lhes negar personalidade e identidade - é revelador duma exclusão profundamente entrincheirada na cultura patriarcal das sociedades Africanas e Europeias, e é reveladora duma imagem de mulheres sempre disponíveis, do ponto de vista sexual, e como empregadas, como uma coisa ou uma mercadoria para ser usada.

Outro aspecto a ter em consideração na imagem sexista da mulher Africana diz respeito ao facto de algumas feministas do Norte defenderem que o continente deve manter-se tal qual está – ideia de que o feminismo Africano é distinto do Ocidental porque o Africano é *nurturing* (assistencial), não aliena as mulheres nem ameaça os homens. A título de exemplo, existem projectos de desenvolvimento que funcionam como uma espécie de gratificação racista e reafirmação da inferioridade dos Africanos, como um perpetuar dos mitos sobre as habilidades físicas e sexuais, especialmente, das mulheres Africanas. A pobreza funciona como uma mercadoria que alguns cidadãos dos países do Norte consomem através dos seus *safaris* pelo interior da África selvagem. De mãos dadas com o liberalismo Ocidental, está a cumplicidade do Estado pós-colonial, dirigido por elementos compradores, cujos representantes criticam as agendas das organizações financeiras e doadoras globais, mas que tudo têm feito para silenciar e banir os que se têm insurgido contra a corrupção e o roubo (McFadden, SAPEM, 1998).

A autonomia é considerada uma categoria básica de análise e acção política do movimento de mulheres. Estamos diante de um conceito que equaciona a possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, seja no seio da família, da comunidade, ou da sociedade. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres, no seu processo de procura de melhores condições de vida, seja para as suas famílias, seja para as comunidades. A autonomia, no sentido de capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades, refere-se e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade e *empoderamento*,

ou seja, processos de tensão entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo. Estes processos podem conduzir, numa primeira fase de descoberta de si, a uma prática de isolamento, todavia, esta autonomia relacionada com os limites que a sociedade, a família e os homens impõem às mulheres, dará lugar a uma autonomia mais dialogante que, reconhecendo as relações de força e de poder em que se geram as relações de género, pretende modificá-las através da acção e da decisão, pessoal e colectiva, dos sujeitos sociais específicos. Falar de autonomia, é falar de poder, poder de decisão, poder de aceder e de controlar recursos. A autonomia aparece como um processo que vai tendo conteúdos específicos de acordo com a força da articulação, as aspirações e oportunidades de transformação que surgem num momento histórico determinado. Os objectivos da autonomia estão assim relacionados com a possibilidade de controlo de aspectos fundamentais das vidas das mulheres e dos circunstancialismos existentes (Vargas, 1997).

Falar de autonomia significa também enfrentar a tensão existente entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo, pelo que se está perante um campo de aprendizagem de como, e quando considerar outros interesses, como, e com quem negociar, quando e com quem fazer alianças. Ou seja, está-se perante um terreno privilegiado de exercitar práticas democráticas, já que os interesses e exigência que obrigam a negociar são muitos, tendo em conta a necessidade de aceitar os direitos e as exigências dos outros. Outra questão não menos importante, é a necessidade das mulheres romperem a distância subjectiva em relação aos seus direitos como cidadãs, assumindo-os e apropriando-os, como algo que lhes pertence por direito, e não por caridade ou como um favor que lhes é concedido. As mulheres já são portadoras de tantas restrições, como cidadãs e como mulheres, que a sua cidadania é não apenas restrita, mas também fragmentada. Restrição e

fragmentação que não resultam apenas de factores externos - por ausência de direitos ou por autoritarismos dos processos políticos, mas, também, resultante de factores internos - a partir da sua consciência como cidadãs, o que as leva a não se conceber como sujeitos plenos de direitos.

A pesquisa realizada permitiu um acumular de dados sobre os modelos de participação da mulher no casamento, na família e nas relações familiares, bem como as interrelações existentes entre os modelos participativos, os interesses e o poder, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da natureza da organização social e das relações de género. Os dados obtidos revelam, por exemplo, a complexa acção recíproca dos laços intergeracionais, conjugais e sanguíneos (Potash, 1992: 126). Em muitas sociedades Africanas, os laços económicos e emocionais mais importantes das mulheres e dos homens são de carácter intergeracional e não conjugal - entre as mulheres e os seus filhos e entre os homens e os seus pais.

Nos estudos realizados, até à década de 90, reconheceu-se a importância das relações de parentesco para os homens - do acesso a meios de produção, apoio na resolução de conflitos, ajuda na constituição do património, do apoio em casos de emergência, dos contactos com os antepassados, dos direitos e das obrigações recíprocas. Todavia, o modo como as mulheres usam as relações de parentesco, não merecia o mesmo tipo de atenção. Ao que parece, as mulheres recorrem, muitas vezes, ao parentesco para ter apoio em termos de trabalho, ao nível das actividades domésticas, da *machamba*[20], do comércio, etc., recorrendo aos laços intergeracionais (Potash, 1992: 128-129). A capacidade que as mulheres têm, por exemplo, para tomar certas decisões em relação a

20 / Pedaço de terra para agricultura familiar. Roça.

actividades comerciais - próximas do local de residência ou afastadas - depende do tipo de ajuda de que dispõem, por parte da família alargada, depende de com quem podem deixar as crianças menores e do apoio dos seus filhos mais velhos ou doutros membros familiares, que realizam algumas actividades domésticas, da *machamba*, da recolecção, etc.. Pode depender também do tipo de casamento realizado, do ciclo de vida da mulher e do seu estatuto. Portanto, os dados existentes revelam que não tem sido dado o mesmo destaque à vida das mulheres, mas reconhece-se que há diversos factores que intervêm na sua capacidade de tomar diferentes tipos de decisões, que digam respeito à sua vida, à vida dos seus filhos, ou à da família. Estes factores estão relacionados com a vida em meio urbano ou rural, com o grupo étnico, com a crença religiosa professada pelo grupo familiar, com o estatuto, com a posição social, com o sexo, com o ciclo de vida, com o tipo de casamento, com as relações com a família e, por último, com as possibilidades de obter apoio de membros diversos da família.

A questão da autonomia é fundamental, em África, porque entra, a maior parte das vezes, em choque com o que é considerado o aspecto central da 'cultura africana' - ou seja, a mulher como uma grande mãe, sempre pronta a dar e a nunca receber, a trabalhar e sem tempo para descansar. Esta moralidade, baseada no reflexão e elaboração em relação às antigas colónias portuguesas, reflexão esta que deve, antes de tudo ser elaborada pelos cidadãos e cidadãs destes países, o que tem originado análises muitas das vezes simplistas ou generalizadas [21]. O debate actual sobre a democratização no continente Africano é muitas

21 / Aquino de Bragança, primeiro Director do Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane, foi portador deste sonho. Dizia frequentemente que era necessário criar uma intelectualidade orgânica, capaz de analisar criticamente o processo histórico moçambicano. Foi sob sua iniciativa que se criou a Oficina de História, cujos projectos de investigação se debruçaram sobre as questões do poder nas antigas zonas libertadas e no período posterior à independência. O meu interesse sobre as relações sociais entre mulheres e homens, surgiu também duma iniciativa sua de estudar a participação das mulheres na luta armada, tema da minha tese de licenciatura.

das vezes reduzido a questões relacionadas com as mudanças institucionais, ou com a criação de condições estruturais para o multipartidarismo, como se bastasse importar e aplicar um modelo, que demorou centenas de anos a ser implantado, e de forma diversa, em vários países Ocidentais. A redução da análise a estes aspectos, deixa de fora aquela que é considerada a questão central, mesmo nos países Ocidentais, ou seja, a participação democrática e da cidadania activa (Lieres, 1999: 140), cuidado do outro, e muito influenciada pelos ideais cristãos, reforça-se com as identidades de base entre as mulheres Africanas e, mesmo que não se trate de mulheres-mães, esta maternidade projectou-se como representação da 'maternidade social' (Henriques, s/d [22]). Mesmo entre mulheres que se consideram feministas, e em que a auto-afirmação pessoal expressa uma busca consciente, convive em tensão a ética do amor próprio e a ética da responsabilidade. O que talvez possa explicar o facto de feministas dos países desenvolvidos referirem que, em África, ou na América Latina, o feminismo não tenha implicado rupturas radicais com as identidades tradicionais (Henriques, s/d; McFadden, 1997 e 1998).

A experiência das mulheres e a socialização diferencial que recebem, prepara-as para desempenharem com diversos códigos, vários tipos de práticas, consolidadas com base na experiência familiar, na doméstica, na comunidade e na experiência das sociedades nacionais e das suas instituições. Neste sentido, e na medida em que os códigos nem sempre se correspondem, as mulheres vão ter de assimilar diversos procedimentos para reelaborar códigos e estratégias de acordo com os cenários que se lhes apresentam. Por outro lado, e com base na sua experiência de subordinação e na assimetria das relações interpessoais entre os géneros, as mulheres têm experimentado na maioria das sociedades o

22 / Narda Henriques é coordenadora do programa de Estudos de Género da Pontifícia Universidade Católica do Perú.

que se denominou de ‘cultura do subordinado’, ou seja, um comportamento em que é preciso estar alerta para o que se espera das mulheres, no sentido de evitar a confrontação. Estes comportamentos caracterizam mais as relações conjugais das gerações precedentes, mas conformam, ainda hoje, em muitos sectores, as práticas aconselhadas pelas mães às filhas que se casam (Henriques, s/d).

II PARTE

III CAPITULO - A SOCIEDADE E O ESTADO EM MOÇAMBIQUE: A SITUAÇÃO DAS MULHERES

"*Foi com a independência que a cultura moçambicana ganhou cidadania e, indubitavelmente o livre curso da sua expressão. Entre a necessidade de afirmar os ideais que norteavam a revolução e a consciência de exercer vigilância sobre o processo e sobre si própria, a nave da cultura flutuou, resgatando no seu excurso as enormes contradições que marcaram as duas primeiras décadas da história da República de Moçambique*". Nelson Saúte, *Público*, Lisboa, 23/06/95.

Introdução

A submissão de Moçambique ao poder colonial, e a recusa por parte da potência colonizadora de aceitar o diálogo para a transferência pacífica do poder e de admitir a identidade histórica de Moçambique, conduziu o movimento nacionalista a optar pela Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) [23]. Em 1977, dois anos após a independência e da criação da República Popular de Moçambique, no decurso do III Congresso da FRELIMO, o movimento nacionalista

23 / A FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique - é criada a 25 de Junho de 1962, surgida da fusão de alguns movimentos nacionalistas, criados nos territórios vizinhos. Após consultas junto do governo português e, perante a recusa de transição pacífica do poder, a FRELIMO prepara-se para a luta armada, iniciada em Cabo Delgado, província nortenha e coração da luta, a 25 de Setembro de 1964.

adoptou o marxismo-leninismo, transformando-se de Frente de Libertação, em Frelimo - Partido Marxista-Leninista, Partido de Vanguarda da Revolução Moçambicana [24]. Estes acontecimentos - a colonização portuguesa, o carácter revolucionário da L.A.L.N., a constituição do Partido Marxista-Leninista, força dirigente do Estado e da sociedade - marcaram profundamente a organização social moçambicana. A nova sociedade criada no período pós-independência encerra rupturas com a sociedade colonial, mas, também continuidades, produto do passado histórico, misturando dimensões tradicionais e coloniais que se retroalimentam, numa fase de desordem social, em direcção a uma 'sociedade de tipo novo'. Os abalos culturais provocados por estes processos são paulatina mas parcialmente preenchidos por uma nova ordem revolucionária, dirigida por um poder político de partido único [25]. Confundindo-se com o Povo, a Nação e a Revolução, o Partido único liberta e estimula, numa fase inicial, energias, e uma grande vontade de transformação invade os moçambicanos do Rovuma ao Maputo (Osório, 1988: 4).

Em Moçambique, à semelhança de outros países Africanos, junto das elites que pertenceram aos movimentos nacionalistas e que, depois, conduziriam os seus países à independência, generalizou-se, igualmente, a crença ilimitada no moderno, no desenvolvimento e na inovação tecnológica e material sem limites (Wallerstein, 1995: 471). O movimento nacionalista, em Moçambique, nasceu da experiência do colonialismo Europeu.

> *"...não surgiu numa comunidade estável, historicamente como uma unidade linguística,*

24 / Ver ***Documentos Do III Congresso***, FRELIMO, DTI, Maputo, 1977. O Congresso realizou-se em Maputo, 3-7 de Fevereiro de 1977.

25 / Perfilho a opinião de Humberto Maturana sobre cultura, como "una red cerrada de conversaciones que constituye una manera de convivir humano como una rede de coordinaciones de emociones y acciones que se realiza como una configuración particular de entrelazamiento del actuar y el emocionar de la gente que vive essa cultura. Como tal, una cultura es constitutivamente un sistema conservador cerrado, que genera a sus miembros en la medida en que éstos la realizan a través de su participación en las conversaciones que la constituyen y definen". In: Maturana, Humberto e Verden-Zöller, Gerda (1995) ***AMOR Y JUEGO - Fundamentos Olvidados de lo Humano, Desde el Patriarcado a la Democracia***, Colección Experiencia Humana, 4ª Ed., Santiago-Chile, p.22.

> *territorial, económica e cultural. … foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial*" (Mondlane, 1995: 87).

Os nacionalistas moçambicanos, encorajados pelo liberalismo da nova República em Portugal (1910-26), criaram Associações, Sociedades e reivindicaram, através da poesia, ou em jornais como *O Brado Africano* ou *O Africano,* a capacidade civilizadora e modernizadora do colonialismo português, conduzindo campanhas contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais e, a pouco e pouco, denunciando o sistema colonial.

> *"… foi só entre uma minoria diminuta que, a princípio, se desenvolveu a ideia de uma nação de âmbito nacional, em contraposição a acções locais. Esta minoria era predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos essencialmente destribalizados, na sua maioria africanos assimilados e mulatos, por outras palavras, um sector marginal da população"* (Mondlane, 1995: 89).

Grande parte das elites Africanas foi formada nos países Ocidentais, que viam na crença ilimitada no progresso económico uma forma inteligente de abrir os mercados nos países do sul. As potências coloniais, na sua voracidade de mais território, matérias-primas e força de trabalho, não estavam dispostas a sujeitar-se a rebeliões, como na Índia (1857), China (1854 e 1900), Egipto (1882), entre muitas.[26] Em Moçambique, de destacar as revoltas em Matibane, perto de Nacala, Nampula, dos Makwa Namarrais, contra Mouzinho de Albuquerque (1896-97); as revoltas de Cambuemba, Massangano e Bárué, contra a

26 / Goldsmith, Edward, Quand les firmes transnationales imposent leur loi. Une second jeunesse pour les comptoirs coloniaux. ***Le Monde Diplomatique***, Avril 1996, pg.18.

Companhia de Moçambique, na região Centro (1897); no Zumbo, em Tete, com um movimento de configuração pan-étnica, de cariz anti-colonial (1917-20) (UEM, 1983: 111-184).

Um número significativo de privilegiados, acreditava na força da modernização, na capacidade da ciência, como promotoras dum projecto cultural de libertação. Libertação do opressor que havia mantido o povo na ignorância, superstição e medo, negando o seu direito è educação, à ciência, à cultura (O'Laughlin, 1992: 136). Esta era também a crença da mãe de Eduardo Mondlane [27], que incitava o seu filho a ir à escola, para conhecer bem o mistério do homem branco, para poder lutar pela libertação do seu povo. Outra crença genuína, mimetizada da experiência do Ocidente glorioso, foi a da Nação. Em África, a apropriação da modernização conduziu à luta nacionalista, num contexto de inexistência de nações. A nação é, pois, uma construção ideológica que legitima os grupos que reivindicam um determinado território (espaço político), o mercado (espaço económico), em nome de vários grupos linguísticos e religiosos (espaço cultural). Trata-se dum estado gregário, que imita, com o objectivo de obter a legitimidade internacional e a autenticidade 'nacional' (Lopes, 1996). Um Estado-Nação considerado como principal movimentador, mobilizador e acelerador de todos os esforços conducentes à modernização e ao desenvolvimento.

A conjuntura internacional favorecia esta crença no moderno - a criação dos novos Estados no Ocidente havia sido também o motor do progresso, legitimado pela ideologia. O Estado de partido único assumiu a função de desenvolver o País e o bem-estar social para todos, suportando programas sociais no campo da educação, saúde, justiça e habitação, subsidiando, igualmente, os preços dos

27 / Eduardo Mondlane, foi o primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), criada em 1962. Foi pastor até os 12 anos, idade em que iniciou a Escola Primária, numa Missão Suiça, na Província de Gaza. Foi assassinado em Dar-es-Salaam, Tanzania, em Fevereiro de 1969, por acção de uma carta-bomba.

bens de consumo básicos. De recordar que a década de 70 foi uma década de avanços nas forças progressistas e de crença nas capacidades do Estado como principal motor do desenvolvimento. A FRELIMO chegou ao poder num período em que a conjuntura política internacional permitia aos países da periferia, recém-independentes, optar por estratégias socialistas de desenvolvimento. O colonial-fascismo português havia sido condenado internacionalmente. Devido ao apoio que a NATO prestou a Portugal, durante as lutas de libertação, foram, sobretudo, os países 'socialistas' e, mais tarde, alguns países nórdicos que apoiaram as lutas de libertação em África. A derrota dos Estados Unidos da América (E.U.A.), no Vietname, provocou alterações na política externa americana. Neste ambiente favorável, os países da periferia do sistema-mundo exigiam 'uma nova ordem económica internacional', que lhes permitisse um desenvolvimento económico rápido (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 31-32).

A derrocada do sistema colonial-fascista português, e a consequente independência das colónias, ocorreu em circunstâncias muito específicas a nível mundial:

- A crise económica mais profunda do pós II Guerra Mundial, verificada em 1974-75;

- Um momento particular de grande desvio ou, se quisermos, de uma crucial bifurcação do processo histórico em que a maré revolucionária anti-sistémica, aparentemente, era ainda ascendente;

- Os movimentos de libertação das colónias portuguesas, em África, surgiram como sobressaltos 'finais' de uma vaga revolucionária prestes a desfazer-se na corrente histórica mais profunda que protegia e recuperava o sistema capitalista da economia mundial (Murteira, 1999: 133-134).

O fenómeno da 'monopartidarização', verificado no continente Africano, correspondeu à ideologia nacionalista dominante na época das independências. Esta via foi adoptada por diversos países em períodos diferentes, independentemente das opções dos dirigentes sobre o modelo de sociedade a edificar. O objectivo era construir a 'nação' e garantir a 'unidade nacional'. No caso de Moçambique, o Marxismo-Leninismo, adoptado como ideologia oficial pelo Partido Frelimo, em 1977 foi, por razões históricas decorrentes do carácter da luta de libertação, a forma através da qual se expressou o nacionalismo da sua equipa dirigente. Tratou-se de um projecto formulado pela elite da Frelimo, expressão de uma ideologia nacionalista, de carácter estatista e modernista (Brito, 1991). O Partido-único funcionou como um mecanismo de defesa de acesso de uma camada privilegiada à acumulação. De recordar, também, que a radicalização anti-capitalista, não apenas de Moçambique mas das restantes antigas colónias portuguesas - e que contrasta com outros movimentos em África -, foi influenciada pela interpretação Marxista-Leninista da história, junto dos lideres dos movimentos de libertação, estando relacionada com a ajuda dos então países socialistas, o que legitimava a continuação da sua ajuda no período posterior às independências.

> "*Nestes países vão combinar-se, globalmente, duas características fundamentais: por um lado, uma elite africana muito débil. Muito pouco ligada ao sector de produção agrícola, artesanal ou do comércio, socialmente burocrática, mas devido a este facto fortemente "destribalizada", já afastada das realidades e sensibilidades étnicas; por outro lado, a circunstância de ter sido obrigada a pegar em armas contra um colonialismo particularmente obsoleto. Creio que a combinação destas duas circunstâncias, a primeira estrutural e a segunda conjuntural, explicam em larga medida por que é que estas elites vão ser captadas por um certo marxismo*" (Cahen, 1995: 87).

Os países recém-independentes de África acabaram, também, por ter uma concepção de desenvolvimento que se verificou tardia em relação à visão dos anos 80, na medida em que receberam apoio dos então países socialistas, "*sofrendo directa ou indirectamente as consequências de uma aposta teórica e prática, dum modelo e dum sistema que, afinal estava próximo do termo da sua vigência histórica*" (Newit, 1981; Murteira, 1999: 134-135).

Pensou-se nos anos 70 que a 'segunda vaga' do socialismo Africano, motivada pelas independências das colónias portuguesas, após processos de luta armada, poderia conduzir a uma época de políticas genuinamente revolucionárias, considerando, alguns Africanistas, os regimes de Moçambique, Angola ou Zimbabwe, como Afro-Marxistas ou Afro-Comunistas, para os distinguir dos anteriores regimes socialistas no continente, como por exemplo, os da Tanzania, do Ghana ou da Guiné-Conackry. A sua argumentação baseava-se no 'sabor' nacionalista do seu Marxismo, devido às ideologias eclécticas, às estruturas organizacionais flexíveis e a uma liderança pragmática, bem como a sua determinação em criar partidos de vanguarda, a primazia da luta de classes e as afinidades com o bloco Soviético. Um aspecto crucial na sua argumentação estava relacionado com as condições que estes movimentos de guerrilha criaram para os debates em relação às mulheres e às questões de género, numa sociedade pós-colonial. Entretanto, as transições para o socialismo na periferia, revelaram-se plenas de obstáculos, para além dos factores relacionados com a desestabilização, factos que acabaram por caracterizar quase todos estes processos de transição nos países da periferia. Nestas condições, as dinâmicas das diversas lutas e, especialmente, das lutas de género e de classe na transição para o socialismo, foram adiadas para o futuro, devido à necessidade de defender o país, alcançar a paz e então construir a sociedade nova. Entretanto, era possível ver-se os esforços para a criação de novas formas de participação democrática,

e o estabelecimento dum novo sistema político, que prestasse maior atenção às questões de igualdade de oportunidades (Scott, 1995: 105-106).

O processo revolucionário abriu oportunidades políticas de participação, através das campanhas de alfabetização [28], de cuidados de saúde primários, bem como nos passos empreendidos para modificar a legislação discriminatória, ao mesmo tempo que se tentava manter a soberania contra o governo do *apartheid,* na África do Sul, o qual já começara, com o apoio dos E.U.A., a apoiar grupos contra-revolucionários. Neste processo, muitas mulheres foram eleitas, em 1977, através de voto directo, e no decurso de discussões abertas com a presença da população, para as Assembleias do Povo, a nível das localidades, distritos, províncias, culminando na Assembleia Popular - cerca de 16% de mulheres na Assembleia Popular (Nacional) e 28% ao nível das localidades. A partir de 1978, realizaram-se as primeiras eleições para Juízes, no âmbito da edificação do novo sistema de Justiça Popular, tendo sido eleitas, para os Tribunais de Localidade e de Bairro, cerca de 1/3 de mulheres, num conjunto de 5 Juízes eleitos, mantendo-se esta proporção a nível dos diversos escalões do sistema judicial.

A tentativa de *escangalhamento* do aparelho de Estado colonial - ou seja, a necessidade de transformar as estruturas obsoletas, hierarquizadas e altamente burocratizadas -, em Moçambique, logo após a Independência, não produziu melhorias notórias. Importa salientar o atraso histórico herdado do colonialismo Português, a dependência económica em relação à África do Sul, as carências na educação, na alfabetização, na saúde, tomando, até, como ponto de partida, os níveis no continente, bem como a destabilização sul-

28 / Por ocasião da independência, em 1975, apenas 3% das mulheres maiores de sete anos sabiam ler e escrever; em 1980 este número era de 15%.

africana (Saul, 1991: 19). Por ocasião da independência, a taxa de analfabetismo rondava os 97%, o aparelho de Estado era constituído maioritariamente por funcionários de origem portuguesa, e a FRELIMO, movimento que havia lutado pela independência e conseguido legitimidade, não tinha experiência de governação. Alguns dirigentes chegaram mesmo a afirmar, pouco depois dos Acordos de Lusaka, de 20 de Setembro de 1974, que a FRELIMO havia sido surpreendida pelo evoluir dos acontecimentos. Com todas as boas intenções, o que acabou por se verificar foi que, ao invés de se transformarem as estruturas do Estado herdado, as mesmas acabaram por enredar a equipa recém-chegada da FRELIMO, o que ajudou a que se desenvolvesse uma certa arbitrariedade nas suas práticas (Saul, 1991: 19). Por outro lado, a equipa dirigente da FRELIMO ficou embriagada com a vitória e com a independência, convencendo-se que continuaria de vitória em vitória, pelo que descurou o conhecimento concreto do País. Como refere Saul:

> "*Se a Frelimo não tivesse estado tão segura de saber aquilo que era melhor para os camponeses talvez não tivesse adoptado tão prontamente uma estratégia económica que exacerbou a sua 'crise reprodutiva', nem tivesse avançado tão agressivamente (pelo menos em algumas áreas) para 'socializar' a partir de cima (via programa das aldeias comunais) o tipo de vida dos camponeses*" (Saul, 1991: 22).

Depois de alguns anos de desenvolvimento ocorrido em Moçambique, assim como em grande parte dos países Africanos, a economia começou a estagnar. O Estado patrimonial, legitimado pela sua capacidade de distribuição, entrou em crise (Lopes, 1996). O Estado-Nação de partido único foi considerado como o instrumento eficaz e como a forma ideal, para mobilizar as energias sociais e promover o desenvolvimento sócio-económico. Herdou as instituições do Estado colonial com a sua tradição autoritária e centralizadora sem, no geral,

as modificar e, muitas vezes, reforçando-as, através da expansão das suas burocracias, duma forma patrimonial (Bayart, 1993). A maioria da população, nas zonas rurais, continuou a ser orientada através duma administração indirecta, ou então através da organização partidária que, independentemente da orientação política seguida, continua a desempenhar um papel importante, de acordo com uma hierarquia bastante pesada (Mamdani, 1996; Cheater e Gaidzanwa, 1996; de Sardan, 1996; Von Lieres, 1999).

O projecto 'nacional', conduzido de acordo com uma orientação do tipo Marxista-Leninista, despelotou diversas forças regionais e internacionais, as quais utilizaram, quer meios de agressão directa - a guerra de desestabilização, uma guerra de guerrilha rural de baixa intensidade - quer de condicionalismos económicos. Gradualmente, e com a combinação de factores, como a falta de experiência governativa, as nacionalizações precipitadas (algumas motivadas pela fuga dos proprietários de empresas), o investimento concentrado no sector estatal da economia, a ruptura com a 'tradição' e com a organização social das comunidades rurais (Geffray e Pederson, 1985; Geffray, 1990), a inexistência de pessoas em número e qualidade que ocupassem o vazio de sectores económicos e sociais (devido à saída dos funcionários de origem portuguesa), aliados à necessidade de responder às agressões contra a utopia de 'Moçambique, isto é, à zona libertada da humanidade', o projecto de libertação cultural afrouxa e fica adiado. O projecto popular inicial cedeu lugar ao autoritarismo e ao distanciamento das bases. De recordar que, na década de 80, a desestabilização, levada a cabo pelo regime sul-africano, afectou os projectos de desenvolvimento económico-sociais, obrigando ao desvio de fundos para a área de defesa do País. Esta década caracterizou-se, igualmente, pela imposição do modelo neo-liberal de desenvolvimento, por parte das instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), as quais já vinham a pressionar o

Governo de diversas formas - entre elas a guerra de agressão - no sentido de levar Moçambique a desistir da construção do socialismo. Paradoxalmente,

> "*no preciso momento em que as decisões sobre estratégia económica pareciam submeter-se a princípios democráticos (na sequência do Quarto Congresso, quando o protesto popular obrigou a incluir na agenda a necessidade de enfrentar a crise reprodutiva e de adoptar uma perspectiva mais flexível em relação aos mecanismos de mercado no campo), o Estado da Frelimo mostrou-se prestes a conquistar um equilíbrio entre vanguarda e acção de massas que prometia avanço económico e apoio político. Por essa altura, porém, a guerra de destabilização tinha escalado a um tal ponto que poucas hipóteses havia de implementar uma perspectiva mais ponderada de desenvolvimento rural. Cedo, à medida em que a direcção da Frelimo capitulava face ao FMI e ao Banco Mundial, as subtilezas do prosseguimento de uma estratégia socialista mais flexível e realista cederam lugar a uma retirada em todas as frentes face à lógica do capitalismo*" (Saul, 1991: 22-23).

Será que todos estes acontecimentos foram apenas fruto dos erros graves cometidos pela elite da Frelimo, como refere o paradigma dominante na literatura, em relação ao falhanço do socialismo em países da periferia? Ainda, na opinião de Saul,

> *"... o Estado da Frelimo era uma 'ditadura desenvolvimentista de esquerda', enfraquecida (forçosamente ou não nunca chegaremos a sabê-lo dado que não realizou os seus planos) no seu propósito pelas propensões ditatoriais e outros graves erros de visão estratégica. Mas, pelo menos em potencial, encerrava a promessa de servir de intermediário protector entre o povo moçambicano e a economia regional/mundial que, se não fosse travada, não trazia boas perspectivas para aquele.... Será que são melhores as perspectivas agora que o (admitidamente defeituoso) projecto*

samoriano foi esmagado e que o 'Estado da Frelimo', tal como era definido anteriormente, já não existe?" (Saul, 1991: 25).

Um outro aspecto que é forçoso recordar para compreender a trajectória específica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas o especificamente de Moçambique e Angola, está relacionada com os custos humanos e materiais directa, ou indirectamente, relacionados com a luta contra o *apartheid*. Em Moçambique e Angola, a evolução final da década de 60, princípios de 70, não ia na direcção de uma crescente integração com Portugal mas, no caso de Moçambique, um processo de integração no contexto económico e político da África Austral, e de Angola, com a sua crescente internacionalização através do sector do petróleo. São, todavia, contextos que vão sofrer com as independências destes países Africanos. A agressividade da República sul-africana, não se manifestou apenas em termos económicos - diminuição drástica dos trabalhadores moçambicanos a trabalhar no seu território [29], sabotagem económica na utilização do porto de Maputo e dos seus serviços - mais de 90% dos quais eram direccionados para os países do *hinterland*, sobretudo para a África do Sul, que dominava, através da CONSAS (Constelação de Estados), a economia regional -, bases fundamentais da economia colonial - mas, também, na agressividade militar e no apoio à RENAMO, que se traduziu na destruição de infra-estruturas económicas, na crise alimentar, na deslocação da população e na desestabilização interna (Murteira, 1999: 135-137).

O sistema de partido único acabou por provocar um divórcio entre a equipa dirigente e a sociedade, protegendo-a de toda a espécie de oposição. Mas em Moçambique, parece ser sobretudo o partido único o lugar onde se

29 /Logo após a independência, a África do Sul reduziu o número de trabalhadores de 120.000 para 40.000, apenas num ano (Hermele, K.,1998).

exprimem as lutas de facções, o que contribuiu mais tarde e, apesar da guerra de desestabilização, para uma transferência do poder, mais pacífica e estável, do que a verificada noutras regiões do continente Africano. Em certa medida, a natureza do poder e a tradição de direcção colegial da Frelimo, foram determinantes para evitar maiores agitações (Diop e Diouf, 1992: 151).

Em Novembro de 1990, a então Assembleia Popular aprovou a nova Constituição da República de Moçambique. A nova Constituição consagrou o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário e o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judicial e da realização de eleições livres, no âmbito duma democracia representativa de tipo ocidental.

A nova transição política que Moçambique está a experimentar ocorre num contexto de crise económica e social extrema. A guerra de desestabilização dos últimos quinze anos transformou Moçambique num dos Países mais pobres do mundo, provocou a morte a cerca de 1 milhão de pessoas, a deslocação de cerca de 1/3 da sua população (5 milhões de pessoas) e obrigou cerca de 1 milhão a refugiar-se nos Países vizinhos [30]. Por outro lado, esta transição enquadra-se na construção duma nova ordem internacional, como consequência da globalização das políticas neo-liberais e da imposição de programas de ajustamento estrutural, dirigidas pelas instituições de Bretton Woods. Esta nova divisão internacional do trabalho resulta na crescente marginalização dos países Africanos da economia internacional, traduzindo-se na deterioração das condições de vida das camadas populares, diante do peso da dívida externa, na retracção nas políticas sociais e na debilitação do Estado.

30 / O Produto Nacional Bruto per capita passou de U$D210- em 1986 (um ano antes do início do Programa de Reabilitação Económica), para U$D60- em 1994. De acordo com dados actualizados, o per capita era de U$D80- em 1996. Cerca de 2/3 da população vive num estado de pobreza absoluta (1996/7).

Uma das condições para a construção da democracia representativa é a existência dum Estado forte e eficiente, catalizador do desenvolvimento económico e promotor da resolução de conflitos no respeito pelas leis. Essa não é a situação de Moçambique, cujo Estado saiu bastante debilitado da guerra de desestabilização terminada em 1992, através do Acordo de Roma, que é incapaz de se manter sem a ajuda externa. O Programa de Reabilitação Económica (PRE), como é designada em Moçambique a 'receita' do FMI e BM, começou a ser seguido em 1987, quando o País vivia os piores momentos da guerra de desestabilização. Convém realçar que, apesar deste Programa, no seu início, ter possibilitado estancar o declínio crescente da economia, não foi ainda capaz de resolver - porque essa não é a sua filosofia - os problemas sérios a nível rural. A título de exemplo, o Plano Trienal para o Investimento Público (1990-92), apenas destinou menos de 20% do total dos investimentos para o sector agrário. Destes, envolvendo 131 projectos, 40% do investimento foi direccionado para 5 desses projectos e, sobretudo, para a região sul do país (FEMNET/CEA, 1992). Apesar dos bons anos agrícolas, verificados após as eleições multipartidárias, de 1994, a questão agrária continua a ser preocupante - não houve uma reposição eficaz do sistema comercial e dos sistemas de armazenagem dos produtos, as estradas rurais (*feeder roads)*, não têm sido devidamente reparadas, ou construídas de novo, o que tem dificultado a circulação e venda dos produtos agrícolas, que se estragam nos campos, ou então são vendidos, preferencialmente, nos países vizinhos. O desemprego crescente, a falta de ocupação e de perspectivas para as camadas jovens (metade da população tem menos de 16 anos), a decomposição das estruturas familiares, a subida permanente dos preços, a quebra do poder de compra em cerca de 60%, podem fazer antever diversas formas de explosão social. O equilíbrio de forças, até aqui alcançado com as eleições multipartidárias de Outubro de 1994, e com a abertura do jogo político

a grupos que foram, desde o período colonial, colocados numa situação de marginalidade, dependerá da actuação dos diversos actores políticos.

É ainda cedo para prever o papel que os Partidos Políticos e as diferentes organizações sociais, com a expressão de outros interesses, poderão desempenhar nesta fase, quanto à ocupação do vazio político e social existente, e a apresentação de alternativas no sentido duma maior emancipação da sociedade. Importa questionar o lugar ocupado e o lugar que poderão ocupar as diversas organizações surgidas, antes e depois da adopção do multipartidarismo, no que respeita ao pensar e ao agir duma sociedade solidária, não competitiva, e agressiva a todos os níveis. Estarão as mulheres, o grupo mais oprimido da sociedade, a contribuir para o debate e para a prática de relações e de estruturas mais solidárias?

O Continente Africano vive uma fase de "democratização" e importa saber até que ponto esta nova era se tem traduzido em alterações significativas ao nível das políticas e das relações de género. Será que o multipartidarismo se tem traduzido em oportunidades melhores, diferentes, inovadoras e participativas para a libertação das mulheres, que a fase anterior de partido único? Que espaços fornecem os programas desta fase de transição no sentido da realização das ambições políticas dos diferentes grupos de mulheres (Mama, 1995: 38)?

3.1. A mulher mãe, esposa, guerrilheira e tractorista [31]

Um aspecto importante da 'desordem social' provocada pela Frelimo, foi a posição assumida, durante a L.A.L.N., sobre a emancipação da mulher e as

31 / Expressões emprestadas de Signe Arnfred, socióloga dinamarquesa, que trabalhou em Moçambique, com a OMM, na primeira metade dos anos 80, e que teorizou esta sua experiência. Chamou a atenção para a concepção da Frelimo sobre a emancipação da mulher, em termos de contradição da mulher dona-de-casa e da mulher trabalhadora, com todas as implicações para a jornada dupla, ou seja, a concepção seguida pela OMM, da mulher tractorista, complementada com um sabor pequeno-burguês colonial (vide Bibliografia).

concepções de luta para a sua libertação da opressão. Na década de 60-70, a FRELIMO foi, talvez, dos poucos movimentos nacionalistas, no continente Africano, que defendeu que a emancipação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial, e pela construção duma sociedade nova, adiantando que apenas a participação da mulher na luta, e em todas as frentes de combate, poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão [32]. A FRELIMO revelou-se herdeira dos ideais revolucionários do Iluminismo, do Socialismo Utópico e do ideário Marxista que, nos sécs. XVIII, XIX e XX, pugnaram pela emancipação da mulher e pela construção duma sociedade de tipo socialista.

O combate pela afirmação da mulher mostrou como, ao longo da Luta Armada, foi também possível começar o desmontar das formas anteriores de coisificação e 'promoção' da mulher, tendo-se iniciando os primeiros passos para relações sociais de género baseadas na igualdade de direitos e deveres. Neste processo, mulheres e homens foram, ao mesmo tempo, agentes transformadores e sujeitos a ser transformados, através dum processo de criação duma sociedade de tipo novo. A Luta Armada demonstrou que um dos principais indicadores dos avanços e revezes da revolução, estava ligado ao processo de libertação da mulher. É de salientar que as mulheres utilizaram as mudanças nas ideologias de género, que tiveram lugar durante a luta, para renegociar as relações e os papéis na esfera doméstica.

Os debates sobre as questões de género e sobre a emancipação da mulher, foram moldados pela participação da mulher na Luta Armada, e constituíram um ponto de ruptura em relação às características da luta e ao tipo de sociedade a edificar,

32 / Machel, Samora (1973) "A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo", in: ***A Luta Continua***, Afrontamento, Porto, pp. 55-72.

depois da tomada de poder. Os resultados destes debates são reveladores das contradições existentes na sociedade e em relação à percepção construída sobre o papel da mulher, e sobre as relações desta com os homens. Estes debates, e as posições assumidas ao longo deste 'tempo breve numa longa duração', estabeleceram o modelo para a sociedade no período pós-independência.

Com a tomada do poder, e com a força legitimadora do movimento nacionalista durante o processo de libertação nacional, a FRELIMO [33] tentou 'reproduzir' a experiência da Luta Armada a todo o território nacional, através da construção do socialismo, como corolário da luta que se havia desenvolvido nas Zonas Libertadas [34]. Na década de 60, a FRELIMO surgiu como um Novo Movimento Social, lutando por um espaço moçambicano, por uma cidadania. No processo da L.A.L.N., e influenciada pelos processos das independências Africanas, pela edificação do socialismo em vários Países, e pelas experiências de Estados Providência (sobretudo dos Países nórdicos), esta cidadania é, não apenas alargada aos homens, mas também às mulheres. A L.A.L.N., em Moçambique, criou espaços para a participação da mulher. Numa fase inicial, a sua mobilização foi motivada por razões instrumentais, para intensificar o esforço da libertação contra o colonialismo. O movimento de libertação foi obrigado a apelar para a participação das mulheres, como indivíduos, mães, irmãs, militantes e camaradas, como parte do povo que a FRELIMO representava. A sua participação na luta, e consequentemente, o avanço desta, teriam sido limitados se as mulheres houvessem sido mobilizadas como agentes dependentes e inferiores aos homens.

33 / A sigla FRELIMO refere-se à Frente de Libertação de Moçambique e a sigla Frelimo diz respeito ao Partido Frelimo, de carácter leninista, constituído em 1977.

34 / Numa entrevista realizada por Aquino de Bragança a Eduardo Mondlane, imediatamente antes do seu assassinato e, respondendo a uma pergunta sobre o carácter da LALN e da sociedade pós-Independência, Mondlane referiu que a FRELIMO era naquele momento mais socialista do que no momento da sua criação. Que o ponto de ruptura surgira no decurso da luta, com a experiência das Zonas Libertadas, com o estabelecimento dum novo tipo de poder, face à necessidade de dar resposta às aspirações das populações. Ou seja, que não tinha sentido lutar contra o colonialismo sem alterar o sistema político. Esta entrevista encontra-se gravada, arquivada e foi editada em disco de vinil, depois de 1975.

Enquanto sujeito histórico, a mulher adquiriu protagonismo, em Moçambique, através do movimento nacionalista unificado, com a criação da FRELIMO, em Junho de 1962. Na sua procura de identidade cultural e de afirmação de uma identidade nacional, o movimento nacionalista em Moçambique, criou condições para o 'engajamento' de mulheres e homens na luta contra o colonialismo. No discurso hegemónico, esta luta atingiu a representação de Mulher-Povo, o que lhe conferiu uma identidade e uma legitimidade. A identidade remeteu a uma relação de alteridade onde a consciência de pertença - eu sou Povo - é também a de uma diferença - o outro é o inimigo, o estrangeiro. A legitimidade era a de ser uma força libertadora, enquanto Povo, e a sua legitimidade - Mulher - não podia ser entendida a não ser dentro dos limites acordados pelas necessidades de consenso político (Reis,1987:159). A sua representação social ficou, assim, dependente das necessidades do movimento nacionalista - lutar contra o colonialismo, pela independência da nação moçambicana. Esta representação está evidenciada no Hino da Mulher Moçambicana, elaborado depois da independência:

"Cantemos com alegria o sete de Abril:
O dia consagrado à Mulher Moçambicana;
Companheira inseparável do homem engajado
Na luta contra a velha sociedade exploradora
Quem é?
Aquele que mobiliza e organiza o nosso Povo
Quem é?
Aquela que produz e alimenta os combatentes
É a Mulher Moçambicana emancipada
Que destrói as forças da opressão.

Lutando com firmeza contra as ideias velhas,

Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo;

Levando no olhar a certeza da vitória,

Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício

Quem é?

Aquela que ergue alto o farol da Liberdade

Quem é?

Que grita ao mundo inteiro

Que a nossa luta é a mesma

É a Mulher Moçambicana emancipada

Que traz o Povo no seu coração.

Do Rovuma ao Maputo, unamos nossas forças

Cimentemos a unidade ideológica do Povo;

A FRELIMO já traçou a Política do Povo

Que deve ser vivida e difundida, noite e dia

Avante, Moçambicanos,

Avante, Homens e Mulheres,

Na Unidade, no Trabalho e Vigilância:

Venceremos a Exploração". [35]

Esta representação reproduziu-se no período pós-independência, tendo a emancipação da mulher sido entendida, a maior parte das vezes, como algo oferecido pela FRELIMO, e não como um direito conquistado durante a Luta Armada, e que foi objecto de influência do movimento feminista internacional e de outros países.

35 / FRELIMO (1975) ***Hinos da Revolução***, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, pg. 42.

Importa realçar as áreas em que as percepções de mulheres e homens sobre as relações sociais de género não sofreram mudanças. A divisão sexual do trabalho não sofreu alterações nas zonas libertadas, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico. Aliás, o seu trabalho foi acrescido das tarefas ligadas à participação na luta - alimentar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança das zonas libertadas, escolas, infantários, centros de saúde, treinar e participar em combates. Eram, sobretudo, as mulheres e as crianças que viviam nas zonas libertadas, enquanto os homens se ocupavam da actividade militar. Com a criação oficial do Destacamento Feminino, em 1966, as mulheres passaram a realizar treino militar, bem como tarefas de segurança e, por vezes, chegaram mesmo a participar em combates. A mulher deu um contributo fundamental para o avanço da luta, visível no seu envolvimento em novas tarefas, dentro do princípio socialista então prevalecente, de que a libertação da mulher seria possível pala sua integração no trabalho social. Todavia, não se verificou um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, das tarefas invisíveis que já a ocupavam bastante, e que contribuíam para aumentar o seu tempo de trabalho, no âmbito da divisão sexual do trabalho. Assim, se reconfirmaram os seus papéis sociais como esposas, como mães e como trabalhadoras invisíveis, não pagas. De realçar, todavia, que a participação da mulher na luta armada, obrigou a um repensar sobre o seu papel na sociedade, sobre as relações sociais com os homens e sobre o tipo de sociedade a edificar. Talvez seja este um dos motivos por que, apesar da situação de discriminação de que a mulher ainda é vítima, Moçambique ser o primeiro país em África, em termos de percentagem de mulheres no Parlamento, 28,%, e um dos poucos a ter inscrito a dimensão de género no Programa do Governo, saído das Eleições multipartidárias de 1994 [36]. Esta situação ocorre num momento em que, a nível

36 / De acordo com dados da União Inter-Parlamentar, as Seychelles têm 27,3% de mulheres no Parlamento, Moçambique 25,2% e a

mundial, a percentagem de mulheres parlamentares decresceu de 14,8%, em 1988, para 11,7%, em 1997. De acordo com Pierre Cornillon, Secretário-Geral da União Interparlamentar, a queda do comunismo, em parte, é responsável pela diminuição de mulheres parlamentares, acrescentando que,

> "*...Houve uma baixa logo que a maioria dos países socialistas da Europa do Leste mudaram os seus sistemas. Isso implicou uma importante diminuição do número de mulheres com assentos nos parlamentos*" (*Union Interparlementaire*, 1997 e Jornal *Notícias*, Maputo, 15/02/97).

A União InterParlamentar realizou um estudo, com os partidos políticos do mundo, que revela que apenas 7,7% de mulheres se encontram entre chefes dos grupos parlamentares e 9% entre os seus porta-vozes. A igualdade entre os sexos é mais respeitada nos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia), com uma média de 40% de participação de mulheres nos parlamentos.

Em Moçambique, com o novo Parlamento eleito em 1994, a Bancada Parlamentar da Frelimo tem 40% de mulheres, a da RENAMO 11% e a da União Democrática 10%, num total de 28% de mulheres, de acordo com os dados recentes. Existem três mulheres na Comissão Permanente, num total de quinze membros, duas em representação da Frelimo e uma em representação da RENAMO, e a Bancada da Frelimo tem como Vice-Chefe uma mulher. De realçar, entretanto, que há já quatro anos (a legislatura é de Dezembro de 1994, a Dezembro de 1999) que as mulheres das três Bancadas discutem a criação do Fórum da Mulher Parlamentar, sem que até agora tivesse sido possível a sua concretização. Ao que parece, as lutas de poder são mais fortes e têm sido um grande obstáculo

África do Sul 25%. Todavia, dados mais recentes, recolhidos por um projecto de investigação do CEA, e uma publicação "Quem é quem no Parlamento", apontam para 28% de mulheres no Parlamento moçambicano.

ao avanço de formas mais democráticas de debate, diálogo e trabalho entre mulheres parlamentares. O peso da hierarquia, da subserviência aos seus Partidos, da disciplina partidária, tem impedido o protagonismo que seria de esperar de tal representação de mulheres no Parlamento.

Convém entretanto realçar que, apesar do alcance dos programas da Frelimo, as características masculinas inerentes ao discurso Marxista, acabaram por originar contradições ao nível das políticas do partido e do Estado. Estas políticas estão marcadas por uma perspectiva que ignora a opressão das mulheres pelos homens, e define o trabalho da mulher fora da esfera do trabalho socialmente produzido, considerando o trabalho realizado ao nível da esfera pública da produção, como o mais importante palco de luta. São políticas baseadas na ética e na moral protestante, que falam na dignidade do casamento, da família (nuclear), do pai chefe de família e da mãe dona-de-casa e duma vida organizada, rejeitando a 'vagabundice', o alcoolismo, a prostituição, a marginalidade (Arnfred, 1990). Ou seja, uma moral 'Marxista enxertada em protestantismo', devido à influência destes valores, em alguns dirigentes da Frelimo, através da educação nas missões protestantes. A crítica feminista do Marxismo (Molyneux, 1986; Kruks and Wisner, 1989; Arnfred, 1988, 1990) sugere que a análise deve focar as "mulheres como *produtoras*, assim como *reprodutoras*, nas relações a nível da família, e no processo político de planificação, na medida em que afectam as mulheres na sua condição de *produtoras*" (Scott, 1995: 108). Uma outra importante crítica feminista do Marxismo, diz respeito ao modo como os dirigentes do Estado trataram o agregado familiar. A divisão de trabalho a nível do agregado familiar é ignorada, o que significa que a 'elasticidade' das mulheres para participarem no trabalho ao nível das fábricas e empresas estatais, tem limites, devido à necessidade de cuidar da *machamba*, dos filhos, dos trabalhos da comunidade. O agregado familiar é igualmente considerado um campo

imutável, tradicional e de práticas culturais e relações sociais retrógradas, o que originou o combate, desencadeado depois da independência, contra todas as formas de obscurantismo, características das estruturas tradicionais e que mais influenciam as mulheres, consideradas seres conservadores, imersas na ignorância e no obscurantismo (Kruks and Wisner, 1989: 154-155). Ao considerar o agregado familiar atrasado, privado e isolado, enquanto que a esfera pública é ocupada por classes racionais (de homens), cuja composição reflecte o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o Partido/Estado Marxista-Leninista aproxima-se da perspectiva do Estado liberal e da perspectiva da modernização (Scott, 1995: 113-114).

> " *As modas são assim, têm a sua retórica que tende a ser universal mas também efémera (Barthes, 1967). A moda não tem lógica, tem prática e por isso apaixona e é transportada até aos mais recônditos lugares do mundo... A globalização da economia começou pela universalização do pensamento económico do Norte sobre o Sul. O objectivo era descobrir a força motriz do desenvolvimento no Norte para se actuar na mesma área no Sul... Saber porquê, onde e como actuar continua sendo uma das maiores dificuldades de quem tem algo para dar e de quem tem vontade de fazer*" (Negrão, 1997: 119-120).

3.2. Perfil das Mulheres

A mulher representa, num total de 15.7 milhões de habitantes para 1997, 53% da população, o que nos revela um crescimento em relação ao verificado no Censo de 1980, em que constituía 51% da população (PNUD, 1998: 16-17). A população moçambicana é jovem - em 1990 a população menor de 15 anos representava 45,6% - e predominantemente rural - 77% - concentrando a capital do país, Maputo, cerca de metade da população urbanizada. Cerca de 30% dos agregados familiares são chefiados por mulheres. A esperança de

vida dos moçambicanos - 46 anos para a população em geral, sendo 47,5 anos para as mulheres e 44,5 para os homens - a escolaridade de adultos, taxas de escolarização e os indicadores sobre a saúde materno-infantil, estão abaixo da média dos países Sub-Saharianos e dos países de baixo rendimento. Apenas cerca de 39% da população tem acesso a serviços de saúde, ainda que haja variações significativas. A taxa bruta de mortalidade é estimada em 18,6 por 1.000 habitantes; a taxa de mortalidade infantil foi estimada pelo IDS97 em 134 por 1.000 nascidos vivos e a taxa de mortalidade materna em 1.500 por 100.000 partos. A taxa global de fecundidade para o período de 1992-97 é de 5,8 filhos por mulher, começando as mulheres a ter filhos a partir dos 19 anos. Os casos de seropositivos entre adultos são actualmente estimados em cerca de 10%.

A maioria da população está desprovida de condições essenciais em termos de habitação, água, saneamento e electricidade. Apenas 6,5% da população do país tem acesso à electricidade - 25% da população nas áreas urbanas e 2% nas áreas rurais; apenas 20% dos agregados familiares têm acesso a água potável - 8% da população rural e 70% nas áreas urbanas. Estima-se que apenas 7% dos agregados familiares tem acesso a saneamento adequado. Em relação à educação, no início da década de 90 cerca de 20% das mulheres, contra mais de metade dos homens, sabiam ler (PNUD, 1998: 15-20).

Os dados mundiais, que nas últimas três décadas foram compilados em relação á mulher, dão-nos conta de que:

a) A nível mundial

- As mulheres realizam 2/3 de todo o trabalho no mundo;

- Constituem mais de 70% da força de trabalho nas zonas francas;

- Recebem 10% do rendimento anual;

- São 2/3 dos analfabetos (funcionais) do planeta - 200 milhões num total de 300 milhões, que não têm acesso à escola primária e secundária;

- Possuem menos de 1% da propriedade mundial;

- São mais de metade da população;

- Produzem metade da comida.

b) A nível da África Sub-Sahariana

- Chefiam 30% das famílias, na prática, mas nem sempre *de jure* (ou seja, não são reconhecidas como tal);

- Realizam 60 a 80% de todo o trabalho agrícola;

- São responsáveis por mais de 50% da criação de animais domésticos;

- Recebem 3/4 dos salários dos homens;

- São responsáveis por cerca de 100% da confecção da comida, recolha de água e lenha;

- Realizam praticamente 100% de todo o trabalho doméstico.

Partindo dos dados do último Censo, e considerando que, no geral, os indicadores nas áreas sociais estão abaixo dos da África Sub-Sahariana, é possível compreender as extremas desvantagens da mulher em Moçambique. De acordo com os dados do "Perfil das Mulheres em Moçambique no Desenvolvimento", elaborado em 1997, as mulheres constituem a maioria

da População Economicamente Activa (PEA), cerca de 45%, contra 40% nos homens sendo, esta força de trabalho, localizada nas zonas rurais, na sua actividade como camponesas. Ao nível da Função Pública, num total de 105 cargos de direcção existentes, a mulher apenas exercia 10%. A partir de 1994, a presença das mulheres foi-se estendendo praticamente a todas as repartições do Estado, começando-se a observar uma menor brecha na assimetria de género (*Gender Gap*). Entretanto, a nível de chefia superior na função pública, a mulher representa 13% do pessoal do aparelho de Estado e corresponde a um quadro de maior qualificação que o homem. Assim, a mulher com um curso universitário representa 45% do total da chefia superior, enquanto 75% dos homens não ultrapassam a 11ª classe. Ao nível do Poder Legislativo, foi já referido que a mulher representa, de acordo com os dados da Assembleia da República, 28% dos deputados, o que constitui o primeiro lugar no continente Africano. Nas Eleições Autárquicas, realizadas em 1998, há cerca de 1/3 de mulheres membros das Assembleias Municipais, mas apenas uma foi eleita, na Manhiça, província de Maputo, como Presidente da Autarquia. A participação da mulher na administração da justiça - como juíza comunitária, juíza profissional, procuradora, advogada - vai de 20 a 30%. Do total de advogados inscritos na Ordem dos Advogados, em 1997, 30 são mulheres, representando 23% do total. Ao nível do ensino superior e, com base em dados da UEM, nos diversos órgãos centrais, existem cerca de 50% de mulheres, enquanto que nos órgãos de linha - Faculdades e Centros - esta percentagem baixa para cerca de 35%. Ou seja, é mais fácil a mulher aceder a cargos de chefia em escalões superiores, que nos médios e nos inferiores.

A maioria da população moçambicana não se casa civicamente, mas sim através das diversas normas costumeiras - em sociedades de características matrilineares, grosso modo a norte do Rio Zambeze e patrilineares, a sul - ou

através das muitas e variadas religiões - desde a religião animista, que constitui a maioria, a muçulmana, as cristãs (entre as quais a católica e as que estão inscritas no Conselho Cristão de Moçambique), e as Igrejas Independentistas Africanas.

Contrariamente a outros países no mundo e, mesmo no continente Africano, as mulheres não constituem a maioria das professoras no sector da Educação, no ensino primário e secundário - cuja percentagem varia entre 10 a 30%, sendo entretanto de 57,5% a participação de mulheres, na educação, na cidade de Maputo. Esta situação mantém-se, ao nível da Saúde.

Ao nível da Informação e nos vários Meios de Comunicação Social - imprensa escrita, rádios - a presença da mulher como jornalista, não ultrapassa os 10%. Esta situação, aliada às condições de trabalho das mulheres e das imagens que estes órgãos normalmente difundem sobre a mulher, levou à criação, em 1994, do "Núcleo da Mulher Jornalista", constituído por cerca de 100 mulheres. O seu objectivo é conseguir uma igualdade de direitos e oportunidades para a mulher jornalista, tendo para tal organizado, em conjunto com o Fórum Mulher, uma série de Cursos sobre as questões de género.

Questões como a gravidez de adolescentes; a violência doméstica - que têm implicado igualmente a violação de menores, desde os 2 anos de idade - a prostituição e a prostituição infantil e o abuso sexual de menores; a questão da SIDA e do aumento de consumidores e traficantes de drogas; a mulher portadora de deficiência - com problemas acrescidos pelo facto de ser deficiente e não ser bem vista pela sociedade; a mulher idosa e que é cada vez mais considerada um fardo para as famílias; o crescente número de mulheres no sector não estruturado da economia, o chamado sector informal; as mulheres trabalhadoras domésticas; as mulheres desmobilizadas de guerra; as mulheres

viúvas, são outras tantas preocupações, que afectam, fundamentalmente, a mulher idosa, adulta, adolescente, criança. Na década de 90, foram criadas várias instituições estatais e associações, no sentido de dar resposta a problemas específicos experimentados por estes grupos de mulheres, como é o caso de: a Associação dos Deficientes de Moçambique (ADEMO) e a Associação dos Deficientes Militares de Moçambique (ADEMIMO); Associação Moçambicana para a Defesa da Família (AMODEFA): *Mozambican Network of AIDS Service Organisations* (*MONASO*); o programa "Todos contra a Violência", coordenado pelo Fórum Mulher e envolvendo o Hospital Central de Maputo; o Departamento Feminino da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG); o Comité da Mulher Trabalhadora (COMUTRA), ligado à OTM, Central Sindical; o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL); o Gabinete de Promoção do Emprego (GPE); Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER); Fundo de Fomento Agrário e Desenvolvimento Rural (FFADR); Associação dos Aposentados de Moçambique (APOSEMO); Sistema Financeiro Rural (SFR), entre muitas outras.

Existem, em Moçambique, aproximadamente, algumas centenas de milhar de trabalhadores com emprego formal, dos quais a maioria não são mulheres - no geral e, a partir dos anos 50, as mulheres estão ligadas à produção alimentar, da borracha e do caju -, e que, em situações de ajustamento estrutural, são as primeiras a ser despedidas, devido também à sua formação académica (a título de exemplo, a situação de despedimento massivo ao nível do sector de caju, em que 80% da mão de obra é feminina). As mulheres são, na sua maioria, camponesas e há já um crescente número envolvido no trabalho informal. Apesar de haver, hoje, mais mulheres nas áreas administrativas, de venda e de serviços - Banca, Seguros, Finanças -, continua a verificar-se a segregação ocupacional por sexo - concentração laboral das mulheres num número reduzido de ocupações,

definidas culturalmente como tipicamente femininas (segregação horizontal), e a sua concentração nos níveis de menor hierarquia de cada ocupação, o que significa postos de trabalho pior remunerados, mais instáveis e que são alvo de grande discriminação e de ofensas (segregação vertical).

O crescimento do sector não estruturado da economia, ou seja do sector informal, constitui a principal variável de ajuste do mercado laboral nos países do Terceiro Mundo. O aumento do desemprego e de trabalho informal tem sido acompanhado de fortes descidas dos ingressos laborais e de uma rápida precariedade do emprego; aumentou o trabalho temporário e de tempo parcial e, ao mesmo tempo, baixou a qualidade do mesmo. As políticas de ajustamento estrutural da economia têm conduzido a um aumento de emprego não assalariado - aumento de ocupações com altas componentes femininas - que se podem definir como precárias, em termos da sua descontinuidade no tempo -, de falta de regulação laboral (ausência de contratos); de problemas com os salários (não se respeitam os salários mínimos); de horários, de falta de segurança social e de higiene. O caso das trabalhadoras domésticas é paradigmático. Até aos anos 50, eram os homens que migravam para as zonas urbanas e trabalhavam como trabalhadores domésticos. Esta situação foi sendo alterada com a industrialização, nas cidades de Lourenço Marques (Maputo) e Beira, a partir dos anos 50, e, também, com a desvalorização social que este subemprego passou a sofrer. As trabalhadoras domésticas não estão protegidas por nenhuma legislação laboral. A sua remuneração depende, a maior parte das vezes, dos *patrões*, oscilando entre o salário mínimo nacional, e uma remuneração inferior, que é a mais frequente, apesar de algumas receberam muito acima do salário mínimo. As trabalhadoras domésticas realizam o que alguns cientistas sociais chamam de emprego de chegada, fora do circuito onde se encontram as oportunidades de trabalho, e em que é inexistente a

progressão na 'carreira profissional', estando a melhoria das condições sócio-laborais dependente de uma eventual mudança de entidade patronal. Ainda assim, e nas condições de Moçambique, o trabalho doméstico representa uma oportunidade para arrecadar algum dinheiro, num contexto de pobreza para 2/3 da população.

À partida, as mulheres gozam dos mesmos direitos que os homens, de acordo com a Constituição aprovada em Novembro de 1990. A discriminação é, portanto, visível nas condições de vida, nas crenças e credos professados por diferentes sectores da população, e nas oportunidades que são criadas para os cidadãos, atendendo à sua origem urbana ou rural, à sua origem social, ao seu sexo e à sua cor. Se é verdade que a Assembleia da República tem 28% de mulheres, o que constitui o primeiro caso no continente Africano e um dos dez primeiros a nível mundial, tal situação não é de modo nenhum generalizável a outros aspectos da vida social, política e económica do país, como foi possível apurar, a partir deste breve perfil.

IV CAPÍTULO - AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM MOÇAMBIQUE

"There is and must be a diversity of feminisms, responsive to the different needs and concerns of different women, and defined by them for themselves. This diversity builds on a common opposition to gender oppression and hierarchy which, however, is only the first step in articulating and acting upon a political agenda" (Gita Sen and Caren Grown, *Development, Crisis, and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives*, Stavanger, Norway, pg. 13).

Introdução

A criação e o crescimento das ONG's na África Sub-Sahariana, está ligada a mudanças sociais que ocorreram com a ascendência de políticas neo-liberais no Ocidente. O projecto neo-liberal baseia-se no desmantelamento do Estado de bem-estar social redistributivo, a favor duma instituição regulatória, que promova as forças do mercado, e estabeleça a oportunidade para os indivíduos criarem o seu próprio futuro. Tendo sido iniciadas e difundidas a partir do Ocidente, estas políticas ganharam bases nos países da periferia, onde encontraram expressão numa aproximação dupla: os programas de ajustamento estrutural do FMI e do BM, e a sua tentativa de promover a reforma do mercado e reduzir a intervenção

social. Estes programas, têm como objectivo criar condições através das quais, a maioria, contando com os seus esforços, consiga alcançar um nível de vida aceitável. Para os que não conseguissem tirar proveito da desregulação, dever-se-ia criar uma rede de segurança de bem-estar social, através das chamadas ONG's. Ou seja, a criação e difusão das ONG's, está ligada às políticas neo-liberais de desestatização, desviando a actividade do Estado redistributivo - com um determinado modelo de organização e de distribuição da riqueza - para as ONG's, com o objectivo de promover o bom governo e a justiça social.

As razões apontadas para esta 'preferência' pelas ONG's, face a Estados considerados incapazes de promover o desenvolvimento, são:

- A sua habilidade para trabalhar directamente com as populações mais carenciadas, e de envolvê-las no desenho e gestão de projectos de bem estar;

- A possibilidade de conduzir as suas ideias para uma audiência menos nacional e internacional;

- O facto de transportarem consigo um potencial democrático importante;

- O reconhecimento de que os governos do Sul partilham igual responsabilidade pelo falhanço em promover o desenvolvimento (Duffield, 1991).

Estas ONG's, passaram a ter um papel crucial em diversos projectos de desenvolvimento, em diferentes áreas como, por exemplo, em iniciativas educacionais e de saúde comunitária, em programas de geração de rendimento, em esquemas de crédito e em projectos de ajuda mútua.

Para se ter uma dimensão da criação e desenvolvimento destas organizações, convém mencionar uma publicação das Nações Unidas, datada de 1990 (UN, 1990), que refere a existência, em Julho de 1988, de 195 ONG's, da Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia (excluindo EUA e Canada), com actividades operacionais e de educação na África Sub-Sahariana, cuja distribuição percentual era a seguinte:

- Área da saúde - 60%
- Agricultura - 39%
- Educação de adultos não formal - 33%
- Formação - 22%
- Desenvolvimento rural e comunitário - 19%
- Assuntos de mulheres - 16%
- Abastecimento de água - 15% (UN, 1990).

As ONG's internacionais descrevem-se como desenvolvimentistas, de solidariedade e advocacia (no sentido mais lato de apoio a uma causa). Algumas desempenharam um papel significativo no apoio aos movimentos de libertação da África Austral, tendo depois mudado o seu foco para a área dos direitos humanos, funcionando como agentes de monitoreio, para os países Ocidentais, sobre a observação dos direitos humanos em África. Para fazer *jus* das suas actividades, refere-se o trabalho realizado pela chamada sociedade civil na queda do muro de Berlim, para o fim dos Estados considerados socialistas; na contribuição da chamada *civics* para o fim do *apartheid*, salientando, deste modo, o seu papel, em contraste com o Estado.

Para se ter uma dimensão da criação e desenvolvimento destas organizações, Tandon questiona quem são, e o que estão a fazer em África, e se não serão os novos missionários da nova era, trazendo consigo um novo tipo de imperialismo? Que relação poderá existir entre o movimento de criação destas ONG's internacionais, e o surgimento dos novos movimentos sociais, na África ao Sul do Sahara? [37] Que relação existe entre este movimento e as organizações endógenas, características do continente Africano? (Tandon, 1991). A crescente canalização de recursos, através das ONG's, via agências Ocidentais e supranacionais de ajuda, que começou nos anos 70, devido à desilusão com os programas de ajuda 'infra-estrutural', canalizada através dos governos, levou à residualização do Estado de bem-estar social na África Sub-Sahariana. O perigo das ONG's se substituírem à política pública efectiva, é apontado por alguns comentadores. Por exemplo, Green observa que,

> "*... em casos extremos a presença de grandes ONG's combinada com um governo e uma sociedade civil fracos, promove fragmentação, incapacitação e clientelismo, a um nível que provoca ressentimento, não menos entre os ultrapassados actores do sector social doméstico*" (Green, 1995: 75).

Também tem sido argumentado que este processo pode beneficiar mais os profissionais da ajuda de classe média global, do que os 'receptores' da ajuda. Entretanto, é de salientar o papel que algumas agências, como a OXFAM, têm tido, na crítica ao ajustamento estrutural, e aos impactos do desenvolvimento económico ao nível do ambiente e da cultura. Por outro lado, muitas ONG's internacionais contribuíram para abrir espaços para a criação de ONG's locais e regionais, nos países do Sul, no sentido de estas terem uma voz em arenas internacionais. Outros argumentam que as ONG's são a "*consciência do mundo*" (Willets, 1996).

37 / Num artigo de Yussuf Adam e Humberto Coimbra, intitulado "Messias modernos procuram novos Lázaros: ONG's em Moçambique - Que parcerias para eliminar a pobreza?", uma questão semelhante é colocada. Ver: Sogge, David (ed) (1997) *Moçambique - Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, pp. 79-96.

Muitas destas ONG's internacionais foram pressionadas, a partir de finais da década de 80, a trabalhar através de organizações locais, promovendo a sua criação, ou apoiando iniciativas já existentes. A este propósito Mulyungi refere que o apoio financeiro das ONG's do Norte às do Sul pode:

- Estimular a cooperação entre as ONG's do Sul e os seus governos e fortalecer o desenvolvimento de diálogo político;

- Quebrar a posição de monopólio das ONG's do Norte, algumas das quais apenas transferem dinheiro para as suas contrapartes ou para os seus escritórios regionais em África;

- Assegurar projectos complicados do ponto de vista técnico e melhor levados a cabo por pessoas mais qualificadas das que o governo pode atrair;

- Desafiar as ONG's do Sul a construir uma capacidade administrativa suficiente para crescer fora da relação de dependência das ONG's do Norte, que é a tendência dominante de momento (Mulyungi, s/d: 55).

Entretanto, chama-se igualmente a atenção para possíveis aspectos negativos neste processo:

- Os governos e as agências oficiais que concordam com o financiamento directo às ONG's do Sul podem não estar livres de interesses políticos, interesses que podem ir contra os objectivos da ONG em questão;

- Podem ser estabelecidas pseudo-ONG's para servir os seus interesses ou os interesses da elite e não dos mais necessitados;

- O apoio financeiro dos governos e das agências oficiais pode, na pior das hipóteses, ser uma mera compensação pela falta de serviços governamentais e, devido a este facto, as ONG's podem perder a confiança das pessoas, a sua própria motivação e a qualidade do trabalho (Mulyungi, s/d: 55).

As ONG' podem jogar dois papéis em África: a) suplementar ou complementar os programas do governo, e que hoje são muitas das vezes dificultados, por falta de recursos; b) abrir novas possibilidades para alcançar e mobilizar os mais necessitados, algo a que os governos se poderão opor, especialmente quando os programas vão tão longe, quanto alertar os pobres para as injustiças estruturais, pondo, portanto, em questão a legitimidade de certas políticas e acções governamentais (Mulyungi, s/d: 46).

Este é o principal desafio e é o ponto de distinção entre as diversas ONG's, que deverão optar pelo modo de operar. Ao optar por trabalhar junto das camadas mais pobres, nos seus esforços de combater as injustiças e resolver os problemas concretos do seu dia a dia, no sentido de transformar as esperanças e frustrações em esforços organizados para a transformação das comunidades, as ONG's, quer internacionais, quer locais devem: envolver as comunidades locais a todos os níveis da planificação, execução e avaliação dos projectos; ter uma liderança local a todos os níveis; garantir a existência de estruturas para facilitar a formação contínua de liderança. A aproximação e a acção das ONG's deve ter em conta três dimensões: a cultural - o sistema de crenças e dos valores da comunidade; a política - o poder de decisão e os aspectos organizacionais da comunidade; a económica - os aspectos produtivos e os reprodutivos (Mulyungi, s/d: 47-49, 51; Sogge, 1997).

Duma maneira geral, considera-se importante discutir historicamente, em termos relacionais, as ONG's e outras organizações da sociedade, tendo em consideração as relações sociais globais, regionais, nacionais e locais. Não basta olhar para o número de associações registadas num determinado país, mas a relação entre diferentes ONG's, estruturas governamentais nacionais e locais, e agências globais, é uma boa base para se poder compreender este fenómeno.

A década de 80 foi caracterizada por uma redescoberta da 'sociedade civil', tendo sido celebrada em África, Ásia, Europa de Leste e América Latina, como uma força fundamental nas lutas contra as ditaduras e regimes militares, e destinada a jogar um papel crucial nos movimentos pela democratização[38]. A discussão centrava-se na polarização entre o Estado e a sociedade civil, sendo o primeiro autoritário e antidemocrático enquanto a última portadora dum potencial democrático imenso; o Estado tornara-se demasiado grande, corrupto e ineficiente, e as organizações da sociedade civil, mais próximas das bases, mais representativas. Trata-se dum discurso demasiado simplista e dualista que continua, todavia, a caracterizar a discussão sobre a sociedade civil, e o seu papel na democratização das sociedades, e no seu relacionamento com o Estado, como já foi referido em capítulos anteriores (Sachikonye, 1998: 28; Sogge, 1997: 45). A questão é que, na história das teorias da democracia, pouco se tem avançado, até ao momento, que se identifique com um "discurso Africano", sobre a democracia. Em África, os discursos têm permanecido eclécticos, espontâneos e empíricos, por ausência de fundamentos históricos e sociais, sobre o objecto desses discursos, por uma falta de identificação das forças opostas, nas diversas sociedades. Como já foi referido no capítulo sobre a sociedade e o Estado em África, o discurso sobre a "democracia multipartidária",

38 / Mafege refere que "***esta moda entre os pesquisadores Africanos***" está relacionada com um Seminário, em Atlanta, no contexto da inauguração do Centro Carter, da Universidade Emory, em Fevereiro de 1989 (Mafege, 1995: 15-16).

ou sobre o "respeito pelos direitos do homem", não parecem esgotar a tão almejada democracia Africana. Entendendo-se por democracia, uma cidadania activa e participativa e uma distribuição equitativa dos recursos, não parece que a democracia liberal, o multipartidarismo, ou as forças do mercado, estejam em condições de garantir estas condições.

> *"O cinismo reside no facto de que, no Terceiro Mundo, os "povos" nunca puderam construir uma verdadeira democracia, porque as potências Ocidentais sempre apoiaram e ajudaram os seus inimigos. ... O que levanta a questão sobre o conteúdo da "nova democracia", apoiada pelo Ocidente em África, e noutras partes do mundo". Em África, depois da independência, ... "alguma vez houve uma sociedade estável, que poderia ser razoavelmente considerada como democracia ... ?" ... " ... até que ponto intervém a sua (dos povos) vontade nas decisões que afectam as suas oportunidades de sobreviver? Até que ponto estão garantidos os seus meios de subsistência"* (Mafege, 1995: 18, 23).

Num texto inédito da revista, *Vida Nova*, a percepção da Igreja Católica não se afasta da do sociólogo sul-africano, Archie Mafege, anteriormente citada:

> "*Contrariamente do que nos é agradável acreditar, os donos da África não são os vários Estados Africanos, não obstante as repetidas proclamações de soberania e independência; nem são uma ou outra das antigas potências coloniais. O dono de África é o Banco Mundial! O dono de África e de Moçambique é o BM (com o FMI). O seu programa é de fazer entrar a África no sistema do neo-colonialismo económico sem terem em conta as necessidades das pessoas. O que conta é o livre mercado e o deus dinheiro*" (*Vida Nova*, Igreja Católica, Novembro de 1995, citado por Hanlon, no livro editado por Sogge, 1997).

Na década de 90, em vários momentos e países do continente Africano, os cientistas sociais e fazedores de política Africanos discutiram o papel da sociedade civil, e a sua relação com a governação, e a democracia no continente Africano. A título de exemplo, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em conjunto com o Governo e as ONG's, organizou, em 1995, um seminário de reflexão sobre a emergente sociedade civil [39]. Em Moçambique, em Dezembro de 1996 e, dando continuidade a trabalhos de pesquisa que se vinham realizando em diferentes países Africanos, nomeadamente, África do Sul, Uganda, Zimbabwe e Moçambique, promoveu-se o terceiro seminário multi-lateral, em Maputo, com a participação de representantes do Instituto Austríaco Norte/Sul, da Universidade de Graz (Áustria), como promotoras, e as equipas de investigadores dos países mencionados. O seminário debruçou-se sobre "Governação e sociedade civil, pontos de contacto e pontos de conflito", do qual foi igualmente editado um livro [40] (Kulima, s/d: 7). A LINK (Fórum de ONG's), em conjunto com o Governo e ONG's realizou, em Maio de 1998, em Maputo, um seminário sob o lema "Perspectivas sobre a ajuda ao sector civil em Moçambique".

Como é possível ver, apenas através destes encontros e dos quais se conhecem as edições, Moçambique tem vivido, desde os inícios da década de 90, numa efervescência de criação e reflexão sobre o associativismo moçambicano, sobre o que é a chamada 'sociedade civil'. As consultorias, financiadas por diversos doadores e, respondendo a preocupações muito diversas, com inventários e listagens das diferentes ONG's, Associações, Grupos, etc., em Moçambique, sucedem-se, como é possível constatar pela bibliografia. A maior parte da documentação, produto destes inventários, não é conhecida do grande público,

39 / Deste seminário foi editado um livro, pelo Centro de Estudos Africanos: Monteiro, Ana Piedade e José, Alexandrino, 1995, ***Organizações Não Governamentais. Faces e Contra-Faces na Identidade Civil Moçambicana***. CEA, UEM, Maputo.
40 / Kulima (s/d) ***O Movimento Associativo Moçambicano numa Governação Democrática***, Cooperação Austríaca, Maputo.

a não ser que termine num seminário de discussão das conclusões. Em relação a outros países do continente Africano, Addis Ababa, Etiópia, foi palco, em 1997, de um encontro entre cientistas sociais e políticos, com o objectivo de discutir o papel da sociedade civil em relação à governação e à democracia, na África contemporânea.

Os debates, durante estes seminários, centraram-se em torno de:

- O que é a sociedade civil e quais as organizações que constituem a sociedade civil e o papel das ONG's;

- A relação sociedade civil e o sector rural e urbano;

- A natureza democrática ou não das organizações da sociedade civil, as relações de poder no seu seio, questões de responsabilidade, representatividade e transparência;

- Relação entre a sociedade civil e o Estado na África contemporânea (Monteiro & José, 1995; Sogge, 1997; GOM/LINK, 1998; Sachikonye, 1998: 28-29; Kulima, s/d).

De acordo com os debates levados a cabo, a sociedade civil é um conjunto de instituições envolvidas em actividades económicas, culturais, civis e voluntárias, ou seja, actividades não estatais. Em resposta aos seus constituintes e interesses, as organizações da sociedade civil realizam todo um conjunto de pressões e controlo sobre as instituições do Estado, e as suas actividades assumem uma forma organizada e colectiva. Algumas análises chamaram a atenção para o facto de que a sociedade civil está onde os cidadãos simples, que não têm a possibilidade de controlar o poder político e económico, participam em associações voluntárias de base local, com a capacidade para influenciar e

mesmo determinar a estrutura de poder e a alocação de recursos materiais. Em relação às organizações que fazem parte da sociedade civil, referiu-se: as Câmaras de Comércio, os *media*, as universidades e cooperativas, sindicatos, confissões religiosas e organizações filiadas, grupos de direitos humanos, movimentos de estudantes e de mulheres, e várias ONG's.

O discurso sobre a sociedade civil tem sido dominado por duas perspectivas: a perspectiva democrática 'liberal', considera que a sociedade civil funciona como um espaço livre, para os indivíduos e as associações voluntárias que procuram a liberdade em relação ao Estado. A perspectiva democrática 'radical', considera a sociedade civil um espaço de solidariedade humana, de auto-organização, e povoado por cidadãos que não são apenas iguais do ponto de vista formal, mas livres da dependência sobre ou da subordinação a concidadãos. Historicamente, no continente Africano, a formação e crescimento dum movimento associativo, parece estar ligado ao crescimento das economias nacionais - o nível de industrialização parece ter constituído um factor determinante em relação ao tamanho das classes trabalhadora e média. No geral, as economias Africanas e, com poucas excepções, permaneceram agrárias, ou, em outros casos, baseadas na exploração mineira, o que pode ter implicações para o tamanho, composição e orientação da sociedade civil. Na África pós-colonial, a sociedade civil rural permaneceu fraca e marginalizada e o paternalismo estatal forte, apesar de que, em certos momento, os movimentos camponeses contribuíram decisivamente para a transformação política - nas lutas de libertação pela independência e, mesmo no derrube de ditaduras militares. A maior parte das organizações que mais se salientam - sindicatos, movimentos de estudantes e de mulheres, organizações sócio- profissionais - estão baseadas nas zonas urbanas. A ligação entre o sector rural e urbano tem sido inexistente ou difícil. Os efeitos das políticas de ajustamento estrutural também não têm facilitado,

nem o crescimento, nem o relacionamento, entre sectores da sociedade civil, ou mesmo entre diferentes organizações.

No que respeita à democracia no seio das organizações da sociedade civil, questiona-se a percepção de que estas sejam mais democráticas e representativas na sua composição e prática, que o Estado. As organizações da sociedade civil também são intersectadas por contradições, questões de poder, competição no acesso e controlo de recursos, relações conturbadas com os membros e as bases, também são fonte potencial de sectarismo, populismo, tradicionalismo, patriarcado e etnicidade. Existem igualmente problemas de transparência e liderança, utilização indevida de recursos, falta de representatividade e de eleições regulares. Na medida em que muitos dos membros das organizações da sociedade civil são oriundos e dominados pelas elites educadas e pela autoridade patriarcal, tem havido uma tendência para marginalizar grupos específicos, tal é o caso de mulheres, jovens ou grupos sociais mais vulneráveis.

No que respeita à relação Estado e sociedade, colocam-se duas posições: que a sociedade civil é distinta do Estado e das suas instituições, devendo permanecer como tal; a segunda, mais próxima da realidade que se conhece, considera a interpenetração e a promiscuidade entre o Estado e a sociedade civil; que um considerável número de actividades das organizações da sociedade civil é financiado pelo Estado; e que estas organizações podem constituir 'órgãos de poder do povo', devendo para tal ter uma base política e competir pelo poder do Estado. A dicotomia Estado/sociedade civil, à luz dos conhecimentos existentes, é simplista e não tem em conta os diferentes mecanismos utilizados por fracções sociais das organizações da sociedade civil - muitas vezes compostas por funcionários do Estado. Pessoas há que trabalham em

instituições do Estado e são membros de uma ou mais organizações. Associada a esta questão, está a relação entre as organizações da sociedade civil e as organizações doadoras, assunto discutido a partir da experiência das ONG's, que são um importante sector da sociedade civil. Até que ponto os interesses dos doadores - via imposição de agendas, projectos e financiamento - não se sobrepõem, a maior parte das vezes, aos interesses dos membros das ONG's? Todavia, também importa questionar o facto de existir uma relação unilateral entre as agências financiadoras e as associações, uma vez que os financiamentos também dependem da existência de associações, através das quais as agências financiadoras podem realizar os seus objectivos de promoção do desenvolvimento. Ou seja, existe uma possibilidade de negociação permanente, dependendo, como é óbvio, do tipo de agências financiadoras, e das características das associações envolvidas (Sogge (ed), 1997; Adam e Coimbra, 1997; Sachikonye, 1988: 29)

Entretanto, um assunto que poucas vezes tem sido tratado diz respeito ao papel das chamadas formas 'tradicionais' de inter-ajuda que conformaram e continuam a conformar a vida da maioria das populações, no continente Africano. Sogge refere que estas formas dos moçambicanos se associarem, as diferentes formas de resistências, as diversas maneiras subtis e evasivas que os moçambicanos foram engendrando para escapar à opressão colonial, à guerra, às aldeias comunais, etc., e em que as diferentes redes das mulheres assumiram e assumem uma importância fundamental, como referido por Amadiume (1997), são raramente incluídas e consideradas, em termos dos seus potenciais e constrangimentos. Os trabalhadores destas ONG's internacionais e nacionais, ou os analistas nacionais ou estrangeiros que apoiam ou estudam a vida associativa, incluindo alguns moçambicanos das elites, mais urbanizados e que já sofreram outro tipo de influências, desconhecem-nas ou não lhes

atribuem a devida importância. Os diversos tipos de desenvolvimento impostos, acabaram por influenciar as opiniões da maioria dos moçambicanos sobre a vida associativa, daí o seu cepticismo perante novos projectos de desenvolvimento, ou a criação de ONG's, já que a sua sobrevivência durante gerações, dependeu da capacidade de lidar com esquemas impostos (Sogge, 1997: 51-52).

Hanlon refere que,

> "*... Em 1989 havia 180 agências a trabalharem em Moçambique e elas se empenharam em dar 78 milhões de USD em resposta ao apelo de emergência. (...) Depois do Acordo de Paz em 1992 entre o Governo de Moçambique e a RENAMO aumentou consideravelmente o financiamento por agências de ajuda privadas. Nesse ano havia já 60 agências diferentes a trabalharem na saúde* (Hanlon, 1997: 3).

De acordo com os dados da LINK - Fórum de ONG's, havia, em 1997, cerca de duzentos e quatro (204) agências privadas estrangeiras, activas, no país (Banco de Dados da LINK, 1997). Cerca de 1/3 da ajuda humanitária a Moçambique foi canalizada através de ONG's internacionais. Apenas para ter uma ideia do modo como se foram desenvolvendo as ONG´s nacionais, convém referir que as diversas Congregações Religiosas são o maior grupo - em 1992 havia cerca de cento e noventa e cinco (195), e em 1995, o seu número era de cerca de trezentas (300), registadas no Ministério da Justiça. Destas, é de salientar o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), com crentes de origem Indo-Paquistanesa, com cerca de cem (100) Mesquitas, e o Congresso Islâmico, com crentes de origem Africana, com cerca de cinco mil (5.000) Congregações espalhadas pelo país. O Conselho Cristão de Moçambique reúne vinte e duas (22) Congregações. Há também que referir as diversas Igrejas Independentistas Africanas, cujo número tem também crescido consideravelmente (Sogge, 1997).

4.1. As organizações de mulheres

Como já referido anteriormente, Moçambique conhece desde meados dos anos 80 mas, sobretudo a partir dos anos 90, uma explosão de associações voluntárias não-governamentais: Associações para o Desenvolvimento Sócio-Económico (em número de 71); Associações Humanitárias e de Categorias Específicas (20); Associações Juvenis e Estudantis (18); Associações Sócio-Profissionais (9); Associações Religiosas (4); Instituições de Apoio e Assessoria às Associações (9); Agrupamentos/Redes (7); Associações para os Direitos Humanos (5); Associações Moçambicanas por Províncias (508); Organizações Internacionais por Províncias (114); Instituições Religiosas (57); ONG's Internacionais (15) (Kulima, 1997)[41].

A sua criação, sobretudo depois da aprovação da segunda Constituição, em Novembro de 1990, que consagra o direito à associação no seu Artigo 76 e, da aprovação da Lei 8/91 sobre o associativismo, está relacionada com vários aspectos da história que têm caracterizado Moçambique durante grande parte deste século mas, sobretudo no decurso das últimas quatro décadas. Enquadra-se também no conjunto de mudanças sociais que ocorreram com a vitória das políticas neo-liberais no Ocidente e a sua imposição aos países da periferia, muitas vezes via transições democráticas e programas de ajustamento estrutural.

Algumas destas organizações surgiram da imposição da ajuda ao desenvolvimento, num ambiente neo-liberal de crítica do Estado, por não ter conseguido promover o desenvolvimento, Estado considerado autocrático, e que não possibilitou o crescimento dum movimento associativo autónomo,

41 / Esta classificação é da responsabilidade da Kulima. Como é possível constatar, não estão discriminadas as organizações de mulheres, como no caso das dos jovens.

fora do seu controlo, à semelhança do que acontecera no período colonial (Sogge, 1997). Outras surgiram também da iniciativa de grupos específicos, que sentiram a necessidade de se organizar para resolver questões concretas da sua sobrevivência, e que se foram revelando mais eficazes no sentido de providenciar meios mais efectivos e eficientes, para o desenvolvimento a nível micro.

As organizações de mulheres de tipo voluntário, fora dos grupos domésticos ou familiares (Wipper, 1995: 164), são das primeiras a surgir, a partir da década de 80. Trata-se de associações com ou sem fins lucrativos e em áreas tão diversas como: o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), em 1989; de Mulheres Empresárias e Executivas (ACTIVA), em 1990; para o Desenvolvimento Rural (AMRU), em 1991; das Donas de Casa (ADOCA), em 1992; mas também para a defesa dos direitos da mulher (MULEIDE), a primeira organização sobre direitos humanos a surgir, em Moçambique, em 1991. No geral, são organizações que se criam em torno de áreas ligadas à mulher, no âmbito da divisão sexual do trabalho, da construção da identidade feminina, das relações sociais, e de poder existentes. Estão neste grupo as organizações ligadas à saúde materno-infantil e planeamento familiar, à defesa e protecção da criança, à educação, às donas de casa, ao desenvolvimento rural e comunitário. Mas também foram surgindo organizações para a defesa dos direitos humanos das mulheres, e por diferentes categorias sócio-profissionais (empresárias e executivas, professoras, profissionais das carreiras jurídicas, funcionárias públicas), organizações ligadas à questão da terra - associações e cooperativas de camponeses - e também relacionadas com o ambiente.

As organizações de mulheres em África, além do contexto das ONG´s, devem ser analisadas no contexto das organizações tradicionais de mulheres e, no caso de Moçambique, no quadro da participação da mulher na luta de libertação nacional.

4.1.1. As solidariedades “tradicionais”

Antes dos modelos institucionais próprios do Estado colonial, em muitos casos reproduzidos no período posterior à independência, a África Sub-Sahariana conheceu várias formas organizacionais, dentro dos grupos domésticos ou familiares que desempenharam um importante papel na coesão das comunidades, na construção social de identidades e na reprodução e recriação de determinados modos de vida. Estas diferentes formas organizativas jogaram posteriormente um papel fundamental na resistência contra o colonialismo e no período posterior à independência, como garante do funcionamento harmonioso dos grupos, reproduzindo e reforçando o *status quo*, o respeito pelas hierarquias, pelos mais velhos, pelos chefes. Estas formas de entre-ajuda baseavam-se em normas que regulavam a vida das linhagens, dos agregados familiares, dos grupos de povoação existentes: normas de reciprocidade; de redistribuição; relacionadas com o agregado familiar e com a troca.

No que respeita à **reciprocidade**, diferentes famílias ou grupos, assumem a responsabilidade mútua pela sobrevivência, a longo prazo, de uns pelos outros. Caso algum grupo tenha uma queda de colheita, por exemplo, recebe uma determinada quantidade de ajuda, de todas as outras famílias, resultante da sua contribuição regular, o que implica segurança para a sobrevivência do grupo, a longo prazo. Em relação à **redistribuiçã**o, há um chefe dentro do grupo, que recebe partes do excedente de cada família e guarda-o, servindo de reserva alimentar, para períodos difíceis. Ou seja, há um armazenamento, mas ao mesmo tempo, o chefe do grupo detém a informação sobre a situação dos *stoks* familiares. O **agregado familiar** é a característica básica de produção, consumo e distribuição, dentro do grupo ou unidade produtiva, não tendo, necessariamente, todos os seus membros, relações de consanguinidade. A

troca permite aos membros do agregado familiar a capacidade de participar e de se manter no mercado, e determina a distribuição dos seus recursos pelo grupo. Parte dos recursos totais da sociedade cabe, deste modo, a cada um e a todos (Kulipossa, s/d: 88-89, citando Abrahamsson & Nilsson, 1995: 178). Devido aos movimentos predatórios e à bandidagem característicos do período esclavagista e colonial, que tornaram a vida difícil, instável e insegura, as unidades domésticas, linhagens e locais de povoação desenvolveram várias formas de vida associativa.

Estas formas de associar-se em conjunto são, a maior parte das vezes opacas, para evitar a atenção dos predadores, e são evasivas da autoridade estatal. A resposta a processos violentos, que atentavam contra o dia-a-dia, eram a fuga ou a resistência passiva, a não cooperação - fuga à captura de escravos, fuga ao *xibalo* (trabalho obrigatório), a fervura das sementes de algodão, durante a noite e seu plantio durante o dia, a fuga dos aldeamentos coloniais, e depois a fuga das aldeias comunais (Newitt, 1995: 575; Sogge, 1997: 48-52). São, de certa forma, movimentos anti-poder, como diria Amadiume, que apenas pretendem defender e manter a sua autonomia, forma de viver e de se relacionar (Amadiume, 1997: 100). Estes grupos e esforços de ajuda mútua, ao nível da base, às quais as pessoas pertenciam por razões do seu parentesco, etnia, unidade territorial, filiação, nascimento, idade ou sexo, continuam a ter hoje um papel importante, em meio rural e urbano, num momento de adaptação às novas condições de vida, e de reestruturação das redes de solidariedade. Em alguns casos, as novas formas organizativas em ambiente urbano, são uma extensão e recriação destas antigas redes sociais (Cruz e Silva, 1999). Estas formas de entre-ajuda e solidariedade, que se mantiveram durante o período colonial, constituem hoje importantes estratégias de sobrevivência, tanto em meio rural, quanto urbano, o que é revelador de que estas sociedades têm evoluído e manifestado uma

capacidade de adaptação, de criação e de recriação, perante novas situações, surgidas em diferentes períodos da sua história. De entre elas, importa salientar algumas da região sul, mas que também são características de outras regiões de Moçambique:

Tsima - equipa de trabalho que envolve membros de vários agregados familiares para trabalhos agrícolas, construção de casas ou de celeiros. A sua compensação consiste na oferta duma refeição, acompanhada de bebida, aos participantes no trabalho, pelo agregado familiar que o solicitou. Característico do meio rural. Designado *mukume*, em Nampula, *dima*, em Tete, *chitangatilano* ou *chitagatano*, em zonas do Niassa onde se fala nyanja;

Kuthekela - estratégia geral dos agregados familiares para se protegerem da fome. Consiste na deslocação dos seus membros para locais onde exista abundância de produtos, para a prestação de serviços na *machamba*, em troca de produtos alimentares. Característico do meio rural;

Cofunana - trabalho em conjunto, organizado em forma rotativa entre as machambas dos membros. Também designado *chicumo* em Tete, *makara* em Nampula, *kukumpi* na Zambézia;

Tsone - trabalho em conjunto como resposta a uma necessidade pontual (cheias, infestações, secas);

Mbelelo - esforços em conjunto e em grande escala contra infestações de ratazanas e gafanhotos;

Xitique - utilizado hoje com maior frequência no meio urbano, por mulheres, constituindo o maior suporte do sector informal da economia. Espécie de poupança mensal de uma certa quantia de dinheiro, estipulada pelo grupo. Por mês, semanalmente ou mensalmente, e de forma rotativa, cada membro do grupo recebe a totalidade. É com esta poupança que as mulheres do sector informal conseguem adquirir maiores quantidades de produtos para vender, ou então investir na educação dos filhos, na compra de roupa, ou bens por elas considerados importantes. Esta estratégia tem-se revelado importante para as mulheres, pois permite-lhes a gestão do dinheiro por si ganho e o acesso e controlo de recursos. Característico do meio urbano.

Mukhosi wa mina (minha amiga íntima) - Expressão dos espaços de amizade feminina - formas de suporte e solução dos problemas das mulheres, fora do sistema da linhagem. Forma de amizade cultivada por duas adolescentes até à idade adulta. Apoiam-se em momentos de tristeza e alegria, a cuidar dos filhos de ambas. Característica de meio urbano[42].

Vamaseve, Vamalume, Vaswali - Formas diversas de parentesco fictício, sobretudo em meio urbano - trata-se de pessoas conhecidas com posição e meios; vizinhos, amigos e colegas de serviço; vizinhos e colegas de serviço, melhor posicionados ou mais velhos. Este parentesco fictício proporciona cuidados das crianças, consolo, informação, dinheiro e, às vezes, trabalho a curto e a longo termo, acabando por garantir maior apoio e com sustentabilidade, do que as associações podem oferecer (Lundin, 1991, citado por Sogge, 1997: 54-55).

42 / Recolha realizada pelo PSLM em Moçambique no âmbito da III Fase do Projecto sobre "Famílias em Contextos de Mudanças", 1995-97. Relatório parcial sobre "Acesso e Controle dos Recursos", PSLMOÇ, DEMEG, CEA, UEM, Maio 1996, pg. 46; referido por Sogge, David (1997) *Moçambique - Perspectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil*: 52-53.

As chamadas organizações 'tradicionais' ou 'endógenas' (Wipper, 1995), constituíram formas de cooperação e desempenharam um importante papel na defesa dos interesses económicos, políticos e sociais, não apenas das mulheres, mas também da comunidade. O colonialismo e a urbanização subestimaram e desvalorizaram estas formas associativas, deixando as mulheres numa situação de desvantagem em relação aos homens. Wipper (1995: 164-186) considera que uma das principais diferenças entre as organizações tradicionais e as actuais é que as primeiras são *ascribed* em termos de adesão, ou seja, as mulheres pertencem a estas formas associativas automaticamente, por razão do seu nascimento, idade, sexo ou adopção por uma linhagem, parentesco, ou unidade territorial. Em contraste, a adesão das associações actuais é geralmente voluntária, ou seja, uma mulher escolhe pertencer a um grupo determinado. Nas sociedades tradicionais Africanas os fundamentos para as associações de mulheres, incluíam o parentesco (pertença a uma linhagem), idade (grupos de idades), género (ritos de iniciação, sociedades secretas e grupos de interesse de mulheres), e grupos de dança a nível das aldeias, ou grupos de trabalho. Devido à sua tarefa central na agricultura, as mulheres desenvolveram formas de trabalho colectivo, com as mulheres vizinhas, em períodos de cultivo ou colheita. Grupos de cerca de 12 mulheres conseguiam cultivar o campo de uma mulher e, no dia seguinte, seguiam para uma outra *machamba*. Estes grupos também desempenharam funções políticas e sociais, oferecendo às mulheres bases organizacionais e filiadas para outros objectivos, que não os agrícolas. Muitas vezes estes grupos de trabalho cooperativo podiam transformar-se em oportunidades para se conseguir um emprego assalariado. Quanto mais isoladas, maior era o envolvimento das pessoas nestes grupos tradicionais, mas se surgisse uma oportunidade para trabalho assalariado, podia diminuir o envolvimento das mulheres nestes grupos de solidariedade; entretanto, em

locais afastados de oportunidades de trabalho assalariado, grupos de 30-40 mulheres plantavam arroz, como acontecia em países da África Ocidental. Mulheres havia que, entretanto, preferiam o trabalho assalariado, por lhes dar mais autonomia, e não ter de depender do trabalho do grupo, e comprometer-se com ele toda uma estação de cultivo e colheita (Wipper, 1995).

Em algumas sociedades tradicionais a mulher teve uma autonomia considerável nas áreas de cultivo, comércio, mercados e ritos de passagem femininos. Nestes grupos, as mulheres estabeleciam e garantiam a obrigatoriedade de regras e normas, não apenas em relação ao grupo, mas também à comunidade. Algumas destas normas transformaram-se em armas políticas, que conduziram a greves e rebeliões, contra o poder colonial. Na Nigéria colonial, a base do poder político das mulheres Igbo, residia nos seus ajuntamentos, que podiam desempenhar funções sociais, económicas e políticas. Estes ajuntamentos garantiam o auto-governo das mulheres, como agricultoras, comerciantes, esposas e mães, articulando os seus interesses, contra os dos homens. As sociedades secretas são outro tipo de grupo tradicional, algumas das quais ainda têm existência em muitas sociedades Africanas. As suas funções são diversas: a educação das jovens adolescentes, a criação da coesão entre as mulheres, o estabelecimento de diferentes mecanismos que se cruzam para balancear o poder político e o fortalecimento dos padrões de estratificação na sociedade, o controlo do trabalho sexual e serviços das mulheres mais jovens pelas mais velhas, deste modo consolidando e aumentando o seu próprio poder e estatuto social, e o da sua linhagem e grupo de idade. Em Moçambique, ainda hoje é visível uma cultura feminina, nas cerimónias tradicionais de evocação dos antepassados e espíritos ancestrais; no conhecimento e sabedoria das curandeiras e também das mulheres no geral - conhecimento de plantas tradicionais, utilizadas com vários fins, desde a alimentação em períodos difíceis, até medicinais, e para

cerimónias diversas; nos rituais relacionados com o parto e no período pós-parto; nos ritos de iniciação femininos. Existem também sociedades de ajuda mútua de mulheres e, no caso de Nampula, e em alguns bairros de Maputo, grupos da dança "*tufo*", na religião muçulmana. Esta cultura feminina, enfatiza a relação entre o corpo e a alma, entre os vivos e os mortos, e entre os indivíduos e a comunidade. Entretanto, a concepção de desenvolvimento que é 'transferida' através dos diversos projectos tende a enfatizar o corpo e não a alma (ou então uma outra concepção de alma), os vivos e o individual, o que gradualmente pode conduzir à destruição da cultura feminina. Em Nampula, existe uma cerimónia intitulada *Mukeya*, presidida pela *Pwyamwene* - autoridade tradicional feminina entre os *Makwa*, normalmente a irmã do *mwene*, chefe - para invocar os antepassados, e pedir-lhes protecção para assuntos de família e da comunidade. Durante a cerimónia, prepara-se uma árvore, deitando farinha de mapira à sua volta, e invocando a protecção dos espíritos ancestrais [43].

Muitas das cooperativas independentes que existem actualmente e, onde as mulheres desenvolvem projectos e negócios, têm a sua origem nestes grupos de trabalho, e no seu espírito de entre-ajuda (Wipper, 1995).

4.1.2. As organizações do período colonial

Para além das redes e espaços de entre-ajuda, desenvolveram-se, no período colonial, associações de ajuda mútua - para casos de morte, nascimento, perda de emprego, apoio a presos e seus familiares, apoio a imigrantes nos países vizinhos - associações profissionais, como por exemplo, a de engraxadores, na então cidade de Lourenço Marques, a única reconhecida oficialmente.

43 / Um grupo de investigadoras e investigadores realizaram um Perfil da Mulher em Nampula, com apoio do Reino dos Países Baixos, principal doador desta província, onde estão compilados imensos dados sobre a sabedoria e o conhecimento das mulheres. Signe Arnfred está também a realizar uma investigação em Nampula sobre a mulher e a sexualidade, tendo recolhido dados, alguns dos quais apresentados num encontro realizado no Departamento de Arqueologia e Antropologia, da Faculdade de Letras, da UEM, em finais do ano passado.

Havia também associações de pequenos produtores Africanos - comerciantes, carpinteiros e merceneiros, lavadores, cabeleireiros, pintores e alfaiates, mas nenhuma reconhecida oficialmente. Em vários portos, os dirigentes portugueses criaram Casas de Pescadores para os "indígenas", mas nomearam oficiais marítimos portugueses, como seus superintendentes (Sogge, 1997: 46-47). Estas eram as associações possíveis e permitidas pelo Estado colonial. A chamada 'sociedade civil' durante o período colonial estava organizada de acordo com a metrópole colonial, orientada pelos princípios do corporativismo, ou seja, a representação dos interesses empresariais, laborais, agrícolas e outros interesses grupais, em formas designadas pelo Estado (Cahen, 1984). Era a utilização da força bruta, para controlar a mão-de-obra Africana e, para os trabalhadores assalariados colonos portugueses, a 'auto-organização' em sindicatos controlados pelo Estado colonial (Sogge, 1997: 46).

Imigrantes nos países vizinhos, fugidos, por diversos motivos da repressão e condições de trabalho, em Moçambique, constituíram-se em diversas organizações, algumas das quais vieram a dar origem à FRELIMO. Estas associações surgiram onde havia maior número de imigrantes moçambicanos, e onde estes puderam acompanhar a existência de sindicatos e associações, permitidos pelas potências colonizadoras, nesses países. Tal foi o caso da *MANU - Mozambique African National Union* - criada à imagem e semelhança da *TANU - Tanzania African National Union* - constituída por trabalhadores das plantações de sisal. Na então Rodésia e Nyassalandia, imigrantes moçambicanos criaram a UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique -, constituída por imigrantes de Manica e Sofala, e a UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente - constituída por imigrantes de Tete.

Nas zonas ocupadas pelo colonialismo, no Centro e no Sul do País, foram

criadas redes clandestinas, com o objectivo de se preparar as condições para o início da luta armada, a partir de 1962. No Sul, membros do NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique) participaram na organização da fuga de jovens para a FRELIMO. Os organizadores desta rede em Lourenço Marques tinham também como tarefa, estabelecer uma rede de informações dos movimentos e acções do Governo e Exército colonial, através do contacto com mulheres prostitutas. Nestas zonas, desenvolvia-se também o Movimento de Promoção Social da Mulher Nativa. Dirigido por mulheres dos governantes e pelo Movimento Nacional Feminino (com o apoio da Igreja Católica), este movimento surgiu nos anos 60, num momento em que o colonialismo português tentava quebrar o isolamento, e ganhar terreno, através de algumas reformas cosméticas. Tinha por objectivo, no dizer duma das suas promotoras,

> *"...ajudar a mulher nativa a tomar consciência dos seus próprios problemas e a sentir a sua responsabilidade pessoal; levá-la a compreender a importância da sua elevação para a promoção da sociedade em que está enquadrada. Esta promoção deve ser o processo de permitir o pleno desenvolvimento dos valores espirituais que a mulher encarna como mulher e como africana"* (*Brado Africano*,17/8/63).

Nos Centros deste Movimento, o programa incluía, Instrução Primária; Aulas de Culinária/Costura, e Aulas de Higiene e Boas Maneiras (que eram obrigatórias). Em Lourenço Marques, Maputo) estavam matriculadas cerca de 500 alunas, e no resto do País, cerca de 3.000 (Rita-Ferreira, 1967/68: 410). Na base deste Movimento, estava subjacente uma ideologia de exclusão com base na cor da pele e de género, de acordo com os padrões exigidos pela reprodução duma sociedade que, por um lado reservava à mulher uma posição subalterna - com a sua vida doméstica, os panos e as crianças - e, por outro, não permitia o acesso da mulher 'nativa' a níveis de vida para além dos estipulados. Com a

abolição do Estatuto dos Indígenas, em 1961, os residentes na então colónia passaram a ser considerados cidadãos de pleno direito. Todavia, a cidadania dos 'nativos', implicava caderneta de identificação especial e direitos diferentes, em termos de acesso ao ensino, emprego assalariado e forma de tratamento especial, a não ser que conseguissem ser "assimilados". As obras de Promoção Social pretendiam aproximar a mulher nativa dos padrões sociais da civilização e portugalidade e, pela sua própria natureza de mulher, poderia vir a constituir um elemento de estabilização e activadora da integração do homem (*Brado Africano*, 17/12/60). Os padrões sociais a que se referia o periódico eram: saber falar português; desligar-se de todos os costumes tribais, os 'usos e costumes dos nativos'; reconhecer e amar Portugal como a Nação que protege e dirige os moçambicanos; e ter um emprego remunerado e estável.

A maioria das mulheres, nas zonas rurais, estava confinada à acção das missões católicas, das poucas missões protestantes, ou então ao trabalho na *machamba* familiar, ao *xibalo* (trabalho forçado) nas grandes plantações, nas *machambas* dos colonos, ajudando os seus maridos a cumprir as metas de produção, sem as quais não seria possível auferir o respectivo pagamento. Aqui estava o grosso das mulheres de Moçambique, mulheres camponesas com a sua *machamba familiar*, trabalhando nas terras dos colonos, nas grandes plantações.

4.1.3. A Luta Armada e as mulheres

Com a sua constituição em 1962, a partir de associações de refugiados, criadas nos países vizinhos, a FRELIMO herdou, numa fase inicial, as estruturas e os métodos de trabalho destas associações, e das da Tanzania, uma vez que este país ofereceu o primeiro apoio ao movimento nacionalista. As mulheres encontraram na FRELIMO condições para a sua integração, tendo tido um

importante papel nesta fase. Datam já de 1962, referências a grupos de mulheres que, por iniciativa própria, se organizaram para apoiar a Frente. A este propósito, Janet Mondlane, viúva do primeiro Presidente da FRELIMO diria, numa entrevista realizada pela autora, a 19/06/86, que foram as mulheres que decidiram organizar-se para apoiar a FRELIMO, deste modo canalizando as energias de mulheres e homens que se haviam juntado à luta.

Numa fase inicial, a FRELIMO mobilizou todas as forças para participarem na luta contra o colonialismo português, e pela libertação do País. Durante o I Congresso da FRELIMO, realizado em 1962, na Tanzania, os Estatutos propunham-se a promover o desenvolvimento sócio-cultural da mulher e a encorajar e a apoiar a formação de organizações sindicais de mulheres. [44] O seu Programa estabelecia o princípio de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo, cor, ou região. [45] Mulheres e homens, com diferentes origens e experiências de vida, que se encontravam no interior ou no exterior do País, aderiram ao projecto da FRELIMO. Algumas mulheres apenas acompanhavam seus familiares, outras com alguma consciência do facto colonial, viam no movimento ora criado uma possibilidade de se libertar do colonialismo e do racismo.

O dia-a-dia como refugiados na Tanzania, acabou por conduzir a um conjunto de actividades, que envolveram as mulheres, por sua iniciativa. Algumas traziam a experiência de trabalho com refugiados moçambicanos nos países limítrofes, onde se desenvolveram associações de ajuda mútua, que reproduziam as formas de solidariedade das suas comunidades de origem e, também, a divisão sexual de trabalho existente. De moto próprio, as mulheres engajaram-se na mobilização de pessoas para o movimento, apoiaram no enquadramento

44 / I Congresso da FRELIMO, "Declaração Geral", in: ***Documentos Base da FRELIMO 1***, Maputo, Tempográfica, 1977, p. 17.
45 / Programa da FRELIMO, I Congresso, ibid., p. 34.

dos refugiados que iam chegando, trabalhavam com crianças órfãs, vendiam cartões da FRELIMO.

A primeira organização feminina criada depois da existência da FRELIMO, foi a LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique, também conhecida por *Women's League*), tributária das Ligas Femininas das colónias inglesas. O seu objectivo inicial era apoiar as famílias dos que se juntavam à causa e explicar os propósitos da FRELIMO. Este trabalho implicava o conhecimento dos locais e bairros onde viviam os moçambicanos, beneficiando para tal da colaboração das mulheres tanzanianas, através dos *Women's Clubs* (Clubes de Mulheres) onde, entre outras coisas, aprendiam métodos de trabalho de direcção. Esta organização participou em Julho de 1962, em Dar-es-Salaam, na Conferência Pan-Africana das Mulheres. Com o início da luta armada, em 1964, novas exigências se impuseram ao movimento, que esta organização feminina, por diversos motivos, não foi capaz de acompanhar. Entrevistas realizadas revelam que esta organização era maioritariamente constituída por moçambicanas oriundas de organizações anteriores, mais urbanizadas, com dificuldades de adaptar-se a condições novas de trabalho, sem implantação no interior de Moçambique, nas zonas libertadas - junto de mulheres de origem camponesa e de diferentes grupos étnico-linguísticos.

O Destacamento Feminino (DF), constituído por mulheres guerrilheiras, nasceu, ao contrário do que refere a informação oficial, por solicitação das mulheres, confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo. Foi em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento, para poder garantir a defesa das populações, à sua responsabilidade e, que o primeiro grupo se preparou

e constituiu o DF (Casimiro, 1986: 127-130). Todavia, a documentação oficial reporta a sua criação, durante a Sessão do Comité Central, em Outubro de 1966. Esta decisão encontrou muitos obstáculos no seio do movimento, por parte de homens e mulheres. As mulheres que se haviam juntado à luta funcionavam, muitas vezes, como produtoras e reprodutoras, fonte de prazer sexual para os guerrilheiros que, sob a direcção de alguns *chairmen* (chefes tradicionais homens), organizaram o controlo da sua força de trabalho, e o controlo dos homens, ao seu acesso. Alguns homens afirmavam que as mulheres eram um ser fraco, que não aguentava os treinos militares, e que era perigoso "*aproximar o fogo do capim*". Os mais velhos receavam pelo envio das suas filhas para os campos de treino, donde vinham muitas das vezes grávidas. Sentiam que a participação da mulher nas actividades militares era uma fuga às suas ocupações, como produtoras, esposas e mães, reagindo ao facto de verem ameaçada a sua atitude tutelar sobre as mulheres. Para as mulheres não era fácil conciliar as tarefas domésticas - no âmbito da divisão sexual de trabalho, com as militares - treinar, participar em combates, mobilizar a população, participar na defesa das Zonas Libertadas, transportar material. Um outro impedimento era o facto de as mulheres não se poderem casar, enquanto estavam no DF, o que agudizou as contradições entre mulheres 'do interior' e 'do exterior'.

Foi ao nível do DF que o papel da mulher adquiriu características qualitativamente novas. Combatendo, a mulher entrou num lugar sagrado, reservado ao homem. O facto de viver em campos de treino, usar calças, formar mulheres mas também homens, participar em combates, conviver com outras pessoas que não as do grupo de parentesco, provocou uma autêntica revolução em zonas camponesas e conservadoras, deste modo limitando o controlo que os homens habitualmente exerciam sobre a função produtiva e reprodutiva das mulheres, e das alianças matrimoniais entre os diversos clãs. Em 1968, numa reunião

popular, no interior do Norte de Moçambique, uma guerrilheira perguntava ao então Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, porque não podiam as mulheres ser comandantes, quando reunissem as mesmas condições que os homens. Mondlane respondeu, sem justificações, que essa questão nunca havia sido colocada pela direcção do movimento, mas que estava nas mãos das mulheres exigir os avanços, as transformações necessárias. Assegurou que o assunto seria discutido e considerado a partir daquele momento. Este acontecimento é revelador de dois aspectos fundamentais:

- A libertação da mulher havia sido até ali concebida por homens, progressistas ou não, que a consideravam um factor decisivo para o avanço da FRELIMO, mas em que as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia;

- A criação do DF e as necessidades de redefinição de tarefas, competências, espaços a ocupar, levou algumas mulheres a tomarem posição e a questionarem a subalternização a que continuavam sujeitas, em termos de acesso e controlo de recursos, entre os quais, o poder político.

Este acontecimento revela também um Mondlane inquieto, preparado para enfrentar os desafios que uma luta revolucionária transportava. Todavia, a luta revolucionária não significa o fim da luta, mas sim uma das suas etapas, a qual avançará na medida em que o impulso inicial for alimentado permanentemente pelos protagonistas da história, não podendo a luta de classes ser desalojada pela burocratização e auto-convencido autoritarismo da direcção (Saul, 1982).

Com o avançar da luta, a direcção da FRELIMO colocou a necessidade de criar uma organização mais abrangente. Esta organização tinha como núcleo central o D.F., mas deveria englobar todas as mulheres ligadas ao movimento através

de diversas actividades, no interior ou no exterior do país, nas zonas libertadas ou semi-libertadas. Apesar da oposição de algumas guerrilheiras, a Organização da Mulher Moçambicana (O.M.M.), foi criada em 1973, dois anos antes da independência de Moçambique. A criação da OMM, em Tunduro, na Tanzania, provocou, no seio de algumas mulheres do DF, um questionamento sobre a sua oportunidade, uma vez que, na sua opinião, o DF vinha cumprindo os objectivos para os quais havia sido criado, tentando mobilizar e trabalhar não apenas com as guerrilheiras, mas com todas as mulheres que viviam nas Zonas Libertadas - zonas onde a FRELIMO havia organizado uma nova forma de vida em termos de saúde, educação, produção, defesa das populações, em termos de um novo poder. Apesar de a OMM ter sido constituída por membros oriundos do D.F., as informações disponíveis indicam que esta organização foi controlada por um grupo de mulheres que não teve um papel tão activo na L.A.L.N., estacionadas nos Países vizinhos, e que não haviam passado pela mesma experiência que as mulheres do 'interior', ou seja, pelas mulheres guerrilheiras (Casimiro, 1986).

Teria sido objectivo da FRELIMO preparar-se, para o período pós-independência, através duma organização de massas, a primeira a ser criada, assumindo a importância da libertação da mulher? Pretenderia também a FRELIMO encontrar formas organizativas de melhor controlo das mulheres? Poder-se-á ver já em 1973 o embrião das contradições que vão surgir na OMM no período pós-independência?

A experiência da FRELIMO, apesar de limitada a zonas periféricas do território e, maioritariamente rurais, constituiu a base para a futura 'reconstrução nacional'. Nas Zonas Libertadas do colonialismo, implantou-se gradualmente uma forma de poder de tipo democrático participativo, com apoio popular de tipo plebiscitario informal (Santos, 1994: 229). O processo político na base

era concebido como didáctico, havendo participação das populações, muita discussão e debate. O poder e o sucesso da FRELIMO dependiam do trabalho e da aprendizagem permanentes com os camponeses de cada região; dependiam da sua activa colaboração, actuando como protagonistas, como sujeitos da sua própria libertação. A participação da mulher era vista como necessária, pois de todos era fundamental a inclusão no movimento.

A questão da emancipação da mulher foi, para a FRELIMO, um dos pontos cruciais de debate sobre o carácter revolucionário ou não da luta armada, independentemente das análises sobre o protagonismo das mulheres que participaram na luta armada, no período pós-independência. O seu maior ou menor engajamento, era indicativo do avanço ou recuo, no campo militar, social e cultural. Muitas das mulheres que participaram no movimento, identificaram a luta de libertação nacional como sua e defenderam os seus interesses como mulheres. Este foi o caso também de outros processos de luta pela independência em África, mesmo quando o seu cometimento em relação à emancipação da mulher não assumiu a dimensão do da FRELIMO (Mama, 1995; Gaidzanwa, 1992). No seu processo de crescimento a FRELIMO rejeitou qualquer solução que apenas transferisse a relação opressora/oprimido. A experiência das independências em África havia mostrado que a transposição mecânica do poder dos colonizadores para os colonizados não alterara as relações de exploração existentes.

Todavia e, apesar dos avanços conseguidos com a luta pela emancipação da mulher, a FRELIMO, tendo como ponto de referência o movimento comunista internacional e a experiência de construção do socialismo, não atacou a questão da mulher no ponto fulcral - a esfera doméstica, o trabalho invisível da mulher, considerando que a sua emancipação só seria possível pela participação

na produção social. Ora o trabalho doméstico não foi considerado como trabalho social. A mulher viu-se obrigada a desempenhar mais actividades, sem que tivesse havido um debate acerca da divisão sexual de trabalho no seio da família e da sociedade e uma prática diferente. Algumas mulheres consideravam a participação na luta armada como um momento excepcional da sua vida, reproduzindo-se a divisão sexual do trabalho na esfera pública e privada. Talvez aqui esteja uma das causas para o afastamento de muitas mulheres guerrilheiras do D.F. e da O.M.M. que tiveram um papel bastante activo durante a luta armada. A mulher continuou a ser apenas vista como o elemento unificador da família, célula base da sociedade, como a mulher-dona-de-casa, educadora das novas gerações, garante dum lar harmonioso, sem se considerarem as contradições que a dupla jornada trazia para as mulheres que trabalhavam fora de casa, na medida em que a sua participação na produção social não trouxe mudanças significativas para a divisão de trabalho entre os sexos, ao nível da esfera familiar [46].

4.1.4. As organizações de mulheres no período revolucionário - a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a União Geral das Cooperativas Agro-Pecuárias de Maputo (UGC)

Depois da independência, tentou-se reproduzir a experiência das zonas libertadas a todo o território nacional. O Estado assumiu a sua função de desenvolver o país e o bem-estar social para todos. Devido ao vazio existente durante o período colonial, foram criadas as Organizações Democráticas de Massas (O.D.M.'s), ao nível dos trabalhadores, jovens e crianças [47]. A Organização da Mulher

46 / Os Objectivos da OMM são: "***lutar pela defesa e protecção do casamento e da família***", de acordo com os Estatutos e o Programa da IV Conferência Nacional da OMM, realizada em Novembro de 1990. Como se pode ver, a mulher aparece, invariavelmente associada à família, como sua principal guardiã.

47 / Referência à criação da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização dos Continuadores Moçambicanos (OCM). Trata-se de organizações, criadas pelo Partido Frelimo, depois da independência,

Moçambicana (O.M.M.), constituída em 1973, estendeu a sua organização a todo o território, tendo sido a única organização que conseguiu manter-se, desde a luta armada até ao presente, com uma implantação nacional e um papel decisivo nas diversas fases de transição por que Moçambique tem atravessado.

Em Moçambique após a Independência o Estado adoptou um compromisso pela melhoria do estatuto e participação da mulher no desenvolvimento, tal como havia acontecido durante a Luta Armada. Mas a sua postura, em tanto que teoria e prática, foi sempre bastante contraditória. A Frelimo entendeu, durante o processo de Luta Armada, que a participação da mulher era importante para o avanço da revolução - quando as mulheres participavam mais activamente, a luta avançava, havia vitórias. Entendeu que a sua libertação só poderia ser concebida em termos de processo de transformação global da sociedade,

> *"...exigindo uma acção a vários níveis essenciais... (...)... traçar a linha política de acção ... (...)... por uma organização política revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas, as conduza na batalha contra a sociedade velha. Só esta organização está em condições de formular a estratégia global do combate libertador"* (Machel, 1974: 65).

Esta batalha, de acordo com S. Machel, envolveu mulheres e homens, ainda que não conscientes da necessidade da luta, uma vez que o processo de alienação mental foi de tal ordem, que o/a explorado/a não consegue imaginar que possa existir a possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade (Machel, 1974: 63). A Frelimo entendeu também - e este entendimento foi único, na década de 60, em termos de

com o intuito de organizar os diferentes sectores da sociedade, e de garantir o cumprimento da linha política da Frelimo, numa perspectiva moderna.

movimentos de libertação - que a libertação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a libertação de toda a sociedade. O que até poderia parecer mais progressista - ainda que em teoria - do que o apregoado por partidos de esquerda, socialistas ou comunistas... Uma das críticas fundamentais do movimento feminista, saído dos diversos movimentos e partidos de esquerda, foi o facto de se ter assumido na teoria e na prática que a revolução das mulheres podia esperar. Não é por acaso que, apesar de toda a retórica dos países mais desenvolvidos - e apesar dos grandes avanços alcançados - que a sua orientação se continua a pautar por uma ideologia burguesa liberal, que remedeia mas não vai à raiz da opressão. Esta raiz, como bem refere Raine Eisler, está numa sociedade patriarcal, androcrática, que tem conseguido sobreviver ao longo dos séculos (Eisler, 1991). Daí se ter falado da "*universalidade trans-histórica da opressão de género*" (Krieger, 1993: 687).

Entretanto, apesar de todo o seu vanguardismo, a Frelimo não avançou ao ponto de acompanhar as reflexões do movimento feminista internacional - um movimento que surgiu em circunstâncias idênticas às dos movimentos de libertação dos Países da periferia, nos anos 60 - colando-se demasiado às análises dos partidos de esquerda mais dogmáticos. Daí a crítica severa da Frelimo em relação ao movimento feminista, entendido como um grupo de mulheres liberais e que confunde os propósitos da libertação (Machel, 1973). Situação idêntica à que se verificou nos países latino-americanos, em que o feminismo é apresentado como um fenómeno importado, tendo os meios de comunicação revelado uma preocupação de caricaturar as mulheres feministas, como sinónimo de mulheres amarguradas, anti-homem e mesmo considerando a prática feminista um perigo porque "*dividia a luta de classes*" (Portugal, 1996: 12-13).

Foi no quadro destas contradições, no contexto dum movimento de libertação que

chegou ao poder e das linhas de força internacionais, em relação à emancipação da mulher, que talvez se possa entender o que foi o processo posterior a 1975, ano da I Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Mulher e que iniciou a Década da Mulher, a década que resolveria todas as opressões.

A FRELIMO e depois o Partido Frelimo abraçou em relação às mulheres uma mistura de políticas de orientação socialista - em que a opressão das mulheres se baseava na sua posição económica - parte do paradigma da modernidade, ainda que de orientação socialista e, uma política de desenvolvimento de bem-estar social (*welfare policy*), em voga no mundo inteiro, designada "Mulher no Desenvolvimento" (*Women in Development-WID*), com o objectivo de integrar a mulher no desenvolvimento. Esta política tinha como foco o papel reprodutivo da mulher, ou seja, o acesso a programas de bem-estar social que providenciassem habilidades em economia doméstica, nutrição, saúde, educação, justiça, acesso a recursos, como é o caso de ajuda alimentar e planeamento familiar. A única organização de mulheres então existente, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), favorecia programas de alfabetização e de cuidados de saúde primários, projectos de costura, artesanato, creches, culinária; as mulheres participaram, mobilizadas pela OMM, em campanhas de vacinação, na mobilização para as eleições dos tribunais populares a nível de base, na criação de cooperativas e *machambas* do povo, para o trabalho colectivo, para a criação de creches em locais de trabalho, sobretudo nas zonas urbanas. As mulheres eram vistas como um recurso, cuidadoras e fornecedoras de serviços sociais. Apoiada numa tradição liberal, esta visão procurava uma maior equidade entre mulheres e homens, sem que se alterassem os estereótipos, as relações de género e de poder, o acesso e controlo de recursos e a ideologia. Este tipo de políticas reproduziam e não punham em causa as tarefas da mulher-dona-de-casa e trabalhadora, no

âmbito da divisão sexual de trabalho, sendo a mulher vista como beneficiária passiva do desenvolvimento. O paradigma "Mulher no Desenvolvimento" tem estado sob crítica do movimento feminista, a partir da década de 80, uma vez que assume que a mulher não está integrada no trabalho social, ignorando o seu trabalho no agregado familiar e os diversos modos nas quais as estratégias de desenvolvimento têm contribuído para a marginalização e opressão das mulheres - no acesso e controlo da terra, no acesso ao crédito, a tecnologias melhoradas, a emprego remunerado, à educação, à saúde e justiça, etc..

De acordo com este paradigma da modernização em relação à emancipação da mulher, conduziu-se um combate feroz contra todas as práticas consideradas obscurantistas e que reproduziam a inferioridade da mulher - casamentos prematuros, forçados e herdados, *lobolo* (compensação matrimonial), poligamia, ritos de iniciação, prostituição, etc.. Este combate nem sempre foi bem entendido, até por mulheres que participaram na luta armada, que referiam não ter sido essa a linha da FRELIMO no período da LALN, em que a relação povo/FRELIMO estava presente no quotidiano, pelas discussão e reuniões constantes acerca da vida das pessoas, bem como o facto de continuarem a constatar que os dirigentes enviavam seus filhos para as terras de origem a fim de serem submetidos aos ritos de iniciação e destas práticas continuarem a ser seguidas por 'chefes'.

Considerando a então "*linha política*" da Frelimo, a emancipação da mulher só seria alcançada pondo em causa as estruturas do mundo semi-tradicional, que qualquer estratégia política socialista teria que alterar (O´Laughlin, 1992). Esta política está sob fogo cruzado de vários analistas do novo paradigma emergente na literatura sobre Moçambique, que defendem que face à desconsideração da Frelimo para com as autoridades tradicionais, urge

restituir-lhes o poder, ou então fazer alianças. As pressões internacionais têm sido muito fortes também. A investigação recente revela que estão sendo desmanteladas nas zonas rurais as estruturas incipientes de democracia participativa de base, ao nível dos governos locais, criando-se condições para o regresso das chefaturas. Em muitas zonas, estes chefes já estão colectando imposto, recrutando as mulheres para vários tipos de trabalho, como ocorria no período colonial (por exemplo, na construção de estradas), julgando os casos de modo tradicional, proibindo as mulheres de realizar certas tarefas, impondo-lhes direcção política no seu voto. Durante as eleições presidenciais e legislativas de 1994, chefes tradicionais houve que retiraram os cartões de eleitor a mulheres, quando suspeitavam que votariam num Partido, que não fosse do seu agrado. Estes desenvolvimentos podem, pois, perigar alguns dos frágeis, mas importantes avanços da Frelimo, nos primeiros anos da independência, avanços estes que foram sendo incorporados na filosofia de vida de muitas mulheres, que fizeram com que este movimento tivesse revelado "*uma criatividade e imaginação únicas em África, no âmbito doméstico e internacional*" (O'Meara, 1991: 82).

Convém, entretanto, realçar, que têm surgido igualmente iniciativas diversas, e que envolvem a participação dos chefes tradicionais, reveladoras duma notável criatividade, pela criação de alternativas de sobrevivência, tendentes a superar as dificuldades de acesso a diversos serviços, de carácter social e económico, num momento de crise do Estado de bem-estar social, em Moçambique, sobretudo a partir de finais da década de 80. Estas iniciativas, bastante diversas, envolvem vínculos de parentesco, de vizinhança, de relações de trabalho, em que diversas autoridades tradicionais, entre as quais, chefes tradicionais, chefes religiosos e curandeiros estão envolvidos na resolução de problemas do quotidiano, em conjunto com as populações, dando mostras da construção de outro tipo de

cidadania, mais activa e participativa. [48]

A Constituição de 1975 garantiu os direitos básicos - de 1ª e 2ª geração - às cidadãs moçambicanas. Todavia, apesar dos avanços legislativos alcançados com a primeira Constituição, da extensão do direito de voto a mulheres, de não discriminação em termos de acesso a emprego, salário, saúde, educação, justiça, da licença de parto de dois meses, a mulher não gozava dos mesmos direitos de cidadania, que os homens. A mulher que casasse com um cidadão estrangeiro, perderia a sua nacionalidade, o que não acontecia com o homem. A Constituição de 1990 não alterou substancialmente esta situação - se uma mulher estrangeira casasse com um moçambicano podia, por casamento, adquirir a nacionalidade moçambicana, mas o cidadão estrangeiro que desposasse uma moçambicana, não tinha acesso automático à nacionalidade. Está-se perante a construção masculina duma cidadania diferenciada em termos de género, que privilegia as elites masculinas dominantes, e considera apátridas as mulheres que se casem com cidadãos estrangeiros. O casamento de cidadãs nacionais com estrangeiros traduziu-se no exílio de mulheres, ou na sua designação em cidadãs de segunda classe, e na marginalidade para os seus maridos e filhos. Há cerca de duas gerações que Hannah Arendt já se referia aos "*párias internacionalmente genuínos*, *sem Estado*" (Zolberg, 1989: 33). Este foi o caso da cidadã Unity Dow, do Botswana - país 'democrático' e considerado pelas instituições financeiras internacionais, como de grande sucesso económico - casada com um cidadão americano e a quem foram retirados os direitos de cidadania aos seus filhos, e o seu marido, foi considerado *persona non grata.*

48 / Refiro, concretamente, os resultados da investigação do "***Women and Law in Southern Africa Research Project***", "Famílias em Contexto de Mudanças" (III Fase, 1998), em Moçambique; do Projecto sobre "Administração da Justiça em Moçambique", que envolve investigadores do Centro de Estudos Africanos, Maputo, e do Centro de Estudos Sociais, Coimbra; e do rascunho "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala", elaborado por Teresa Crua e Silva (1999) (que me autorizou a sua citação), elaborado para o Projecto anteriormente referido.

Tratou-se do famoso *Unity Dow Case*, já que esta jurista e militante dos direitos humanos, processou o Estado do Botswana e, depois duma longa jornada e de muita solidariedade regional, continental e internacional, conseguiu ganhar o caso. Entretanto, quantas mulheres não têm a sua cidadania negada, numa região onde as fronteiras foram estabelecidas durante o período colonial, onde as nações estão em processo de criação e recriação, e onde sempre houve uma grande mobilidade? Esta mobilidade aumentou consideravelmente com o impacto dos programas de ajustamento económico que tem obrigado, sobretudo as mulheres, a procurarem, além fronteiras, o seu sustento, através de várias estratégias de sobrevivência, casando fora das suas terras de origem, e para quem as fronteiras estabelecidas, não têm o mesmo significado que para os funcionários do Estado (Cheater e Gaidzanwa, 1996).

De seguida, serão analisadas a OMM e a UGC, organizações características do período revolucionário. São organizações criadas em climas políticos distintos, com características endógenas, fruto de necessidades concretas, sentidas pelo movimento de libertação ou por grupos específicos de mulheres, distinguindo-se, deste modo, das organizações criadas no período que se segue à imposição do PRE, em 1987.

4.2. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

4.2.1. Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

A O.M.M. é uma organização social, também designada Organização Democrática de Massas (O.D.M.'s) e, depois dum curto período como associação independente, entre 1990-96, voltou a ser uma organização de mulheres do partido Frelimo, com o objectivo de integrar as mulheres na vida

política, económica, social e cultural, de Moçambique. A O.M.M. foi criada durante a luta armada pela independência nacional, pelo Comité Central da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em 1973, em Tunduro, na Tanzania. A sua tarefa era de mobilizar e organizar todas as mulheres do país para a luta pela independência nacional, através da emancipação das classes trabalhadores e através da libertação das mulheres. O documento final da Conferência Constitutiva da O.M.M., realizada em Março de 1973, expressa claramente a estreita relação com a FRELIMO, ao referir que "*a O.M.M. é parte da estrutura global da FRELIMO, na qual aparece como um braço para atingir um novo sector, o sector feminino, cuja participação completa e adequada tem até aqui sido negligenciada*".

Após a independência nacional, teve lugar em Maputo, em Novembro de 1976, a II Conferência da O.M.M, que considerou como tarefa principal, na nova fase, o 'engajamento' da mulher na edificação da base material e ideológica para a construção da sociedade socialista. A II Conferência adoptou uma série de resoluções de carácter eminentemente político e destinadas a dar resposta às condições culturais prevalecentes, quer nas zonas rurais, quer nas urbanas.

Depois da criação do Partido Frelimo, partido Marxista-Leninista, em 1977, durante a realização do III Congresso da FRELIMO, a O.M.M. realizou, em Março de 1980, em Maputo, a sua III Conferência, já que havia a necessidade de introduzir modificações aos Estatutos da Organização, por forma a adequá-los melhor aos objectivos do Partido.

A III Conferência definiu, como objectivo principal, a implementação do princípio da emancipação da mulher, definido pelo Partido Frelimo e consagrado na Constituição. A O.M.M. deveria mobilizar todas as mulheres para a materialização

da linha política do Partido, das directivas dos órgãos dirigentes do Partido e do Estado, e promover actividades das mulheres para a implementação dessa política. No respeitante aos objectivos e tarefas no âmbito da integração da mulher no trabalho e, sobre a sua participação no desenvolvimento do país, esta Conferência considerou que o desenvolvimento da economia nacional era um factor fundamental na luta pela emancipação da mulher, na medida em que criava condições para a sua participação, plena e activa, no desenvolvimento político, económico, social e cultural do país. Foi recomendada a necessidade de adoptar estratégias distintas, ao nível rural e urbano, por forma a garantir a integração da mulher na produção, nos vários sectores da actividade nacional. A Conferência considerou que a organização da agricultura e a vida dos camponeses em moldes colectivos, através das Aldeias Comunais e cooperativas (como bases fundamentais para a socialização do campo), criaria condições para a participação da mulher na edificação da nova sociedade, a nível das zonas rurais. Caberia à O.M.M. mobilizar a população camponesa e, em particular, as mulheres, para a sua integração em Aldeias Comunais, demonstrando-lhes os benefícios da vida colectiva. Ao nível urbano, esta Conferência considerou que a grande maioria das mulheres na cidade continuava desligada de qualquer tipo de trabalho social e produtivo, o que significava que a O.M.M. entendia que os trabalhos domésticos e as preocupações familiares dominavam por completo a atenção da mulher, dificultando o desenvolvimento da sua consciência como elemento transformador da própria sociedade. Neste sentido, a responsabilidade da O.M.M. foi de mobilizar e 'enquadrar' a mulher para "*a sua participação na tarefa principal: a produção*".

Para os sectores económicos e sociais a O.M.M. estabeleceu, como tarefas, a participação das mulheres no aumento da produção e da produtividade, em todos os sectores de trabalho e, de acordo com a legislação em vigor, a

promoção da melhoria das condições sociais das trabalhadoras. Em relação à educação, cultura e formação de quadros, foram definidos objectivos e tarefas, partindo da percepção que a educação "tradicional-feudal" - baseada em conceitos obscurantistas - descriminou a mulher, impedindo-a de aceder ao conhecimento científico, aspecto ainda agravado pela ideologia da sociedade "colonial-capitalista", que pretendeu transformar a mulher moçambicana em defensora dessa ideologia. A proposta para ultrapassar esta situação era de promover a participação da mulher nos programas de alfabetização e educação de adultos, nos programas de formação política, científica e nos de qualificação técnico-profissional. No âmbito cultural, a proposta ia no sentido de valorização das manifestações culturais do povo moçambicano, através da realização de concursos literários, exposições de artes plásticas, festivais de canto e dança, seminários e palestras.

No âmbito social, as tarefas propunham-se a envolver as mulheres no combate às práticas retrógradas herdadas da sociedade "tradicional-feudal e colonial-capitalista", consideradas obstáculos a uma plena e activa participação da mulher no processo de luta pela sua emancipação. Considerou-se igualmente a protecção ao casamento, enfatizando-se o papel da mulher como mãe, esposa e educadora das novas gerações, partindo da convicção de que a família é a base onde se desenvolve e consolida a lealdade à Pátria e o amor ao trabalho. A Conferência considerou que se deveriam propor, apoiar e divulgar medidas para a materialização do princípio de protecção à maternidade e à infância, às estruturas competentes, para a criação e desenvolvimento de instituições infantis; o trabalho voluntário; a educação sanitária; a educação no respeito às leis; a participação das Mulheres nos Tribunais Populares de Localidade e de Bairro.

Em relação aos *media*, preconizou a utilização dos meios existentes, para

promover a consciencialização da mulher em relação aos problemas nacionais, e contribuir para uma política de informação tendente a lançar a imagem da mulher, como participante na edificação da sociedade nova, em todos os domínios - na sua visão de mulher mãe, esposa e trabalhadora.

Sendo a mais activa e criativa organização de massas, a OMM foi atravessada, após a Independência, por contradições, algumas vindas da L.A.L.N., outras ligadas à necessidade de operar numa infra-estrutura herdada do Estado colonial, a qual não era de todo conhecida. Teve muitas dificuldades de actuar como organização *umbrella* (guarda-chuva) de todas as mulheres, ao mesmo tempo que era uma organização do Partido Frelimo, não tendo conseguido definir um Programa concreto, que tivesse em conta que as mulheres não são um grupo homogéneo, e que os seus interesses e necessidades não são os mesmos, e que evoluem com o tempo. O que havia sido conquistado num período de transformações rápidas, devido à luta que a todos mobilizava e envolvia, independentemente do sexo, não foi devidamente amadurecido e transformado em mola propulsora, numa nova fase. No período pós-independência a OMM nem sempre foi capaz de encontrar novas formas de fazer face aos problemas que iam surgindo e que afectavam directamente a vida da mulher, da família e da comunidade. A OMM estava demasiado dependente do Partido Frelimo e das suas orientações, não encontrando formas de acolher no seu seio os debates entre os seus membros e as propostas de alteração. A Frelimo e a OMM viram-se então confrontadas com uma sociedade heterogénea e com a dificuldade de a analisar, tendo em consideração a complexidade das mudanças que se operavam na estrutura de classe, no Partido, no Estado, e a necessidade de decidir sobre as alianças a efectuar - por exemplo, a independência e algumas políticas da Frelimo criaram condições para certos tipos de capitalismo na agricultura e capital comercial especulativo (CEA, 1983: 21). A OMM foi, deste modo, perdendo a iniciativa,

nem sempre sendo capaz de ir ao encontro das necessidades e preocupações dos diversos grupos sociais, que a própria sociedade ia engendrando. Mulheres camponesas que participaram na L.A.L.N., foram postas de lado, aparecendo apenas nas datas comemorativas, porque não 'educadas'; desconfiou-se das académicas, funcionárias públicas, porque desconhecedoras da 'realidade moçambicana' [49]. Chegou-se a uma situação semelhante à de muitos países Africanos - os poucos benefícios da independência foram predominantemente para mulheres da 'pequena' e 'média burguesia' que assaltaram a OMM, através duma burocracia que esmoreceu a iniciativa e entusiasmo das organizações de base e que se viram marginalizadas do processo depois de uma experiência de participação no processo de decisão política, durante a LALN.

Pressionada pelos acontecimentos e, como corolário das preocupações e reflexões sobre a realidade económica, social e política, que o país vivia a partir dos anos 80 e, com a expressão mais alta no IV Congresso do partido Frelimo, a OMM começou a preparar uma Conferência Extraordinária, consciente da urgência de conhecer, de facto, e debater, a situação social da mulher e do país. A O.M.M. realizou, de 1982-84 um estudo nacional sobre a sociedade, que culminou, em Novembro de 1984, na primeira Conferência Extraordinária da organização. O seu principal objectivo foi mobilizar toda a sociedade para o debate em torno de problemas que diziam respeito não apenas às mulheres e retomar o fôlego inicial de organização abrangente. A sociedade estava apreensiva com as transformações havidas, os mais velhos preocupados com a perda de autoridade sobre a juventude, os homens tementes acerca dos caminhos a que a emancipação havia conduzido as suas mulheres e as suas

49 / A autora e colegas suas, activistas do movimento feminista em Moçambique, e de há longa data membros da OMM, tiveram nesta fase problemas com a sua direcção, por desconfiança das académicas, desconhecedoras da 'realidade moçambicana'. Este motivo levou colegas nossas a abandonarem a OMM e, por vezes até, o movimento de luta das mulheres.

famílias, em desagregação. Generalizou-se a ideia de que a revolução havia conduzido a um vazio, sem contudo ter conseguido alternativas credíveis. A Frelimo, através da O.M.M., considerou ser importante realizar um amplo debate em torno dos seguintes assuntos: Relações na Família; Relações entre Pais e Filhos; Ritos de Iniciação; Casamentos Prematuros e 'Forçados' ; Casamentos "Herdados" e Cerimónias de Viuvez; Amantismo e Adultério; Divórcio, Separação e Abandono do Lar; *Lobolo*, compensação matrimonial; Poligamia; Mães Solteiras; Prostituição; Mulher na produção (mulher camponesa, cooperativista, funcionária, vendedora no mercado, doméstica, operária)

A primeira análise detalhada acerca da posição da mulher em Moçambique foi experimentada com a preparação, a nível nacional desta Conferência. A todos os níveis e zonas do país, mulheres de diversas origens e posições - académicas, camponesas, operárias, professoras, médicas, enfermeiras, juízas, funcionárias públicas, cooperativistas, 'esposas dos responsáveis', antigas combatentes - participaram na investigação e recolha de material. Durante a Conferência houve momentos de grande debate e independência por parte das mulheres, e de tentativas de controlo, por parte da direcção da Frelimo, em relação aos seus resultados e orientações [50]. Uma das decisões desta Conferência Extraordinária foi a necessidade de melhor conhecer a diversidade cultural de Moçambique, melhorar a sua organização interna e a ligação com as bases, apoiar no esforço de guerra contra a RENAMO, e organizar 'Círculos de Interesse'. A ideia era ter um espaço local onde as mulheres pudessem falar nos seus problemas e aspirações, aprender e ensinar, trabalhar em conjunto e, sobretudo, lutar pela sua emancipação económica, através de projectos

50 / Esta Conferência Extraordinária, como a maior parte das Conferências das ODM's realizadas, foi presidida e orientada, a maior parte das vezes, pelo partido Frelimo, na pessoa do seu Presidente, Samora M. Machel.

geradores de rendimento [51]. Durante a guerra de desestabilização a O.M.M. foi a única organização que se fez presente por todo o País, apoiando as mulheres em situação difícil, os órfãos, formando parteiras tradicionais, organizando as campanhas de vacinação, onde os centros de saúde haviam sido destruídos, e iniciou cooperativas para os seus membros. Quatro Centros de Formação para as Activistas dos Círculos de Interesse foram criados em todo o País. Um aspecto importante desta Conferência Extraordinária, foi um certo distanciamento em relação ao discurso da mulher/vítima, conservadora, atada a conservadorismos da sociedade "tradicional-feudal e colonial-capitalista", avançando-se para uma análise mais integral acerca das práticas culturais das complexas realidades moçambicanas. Todavia, continuou a propor-se, "*a socialização do campo, o desenvolvimento das forças produtivas, a elevação da formação técnica e científica da mulher e a sua maior participação no processo produtivo*", considerados os factores condicionantes da mudança.

No ano de 1990 foi aprovada a nova Constituição que introduziu o multipartidarismo no sistema político. Seguindo as transformações em curso no país, a O.M.M. repensou igualmente a sua organização, através da IV Conferência, realizada em Maputo, de 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 1990. Tendo sido de todas, a Conferência de menor reflexão teórica, num momento de muito debate e que mais exigia da mais antiga organização de massas, esta Conferência teve como mérito a aceitação do desafio da independência da O.M.M., em relação ao Partido Frelimo, seu 'progenitor' de 1973. A OMM declarou-se uma organização independente do Partido Frelimo, aberta a todas as mulheres, definindo-se como organização *umbrella*, apartidária e autónoma. Ou seja, definiu-se como uma ONG sem fins lucrativos, dotada de personalidade

51 / De recordar que estas questões haviam constituído o ponto de ruptura da UGC com a OMM, uma vez que esta acabou por privilegiar a mobilização política, para a concretização da linha política da Frelimo e não a resolução concreta dos problemas.

jurídica, com uma autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Na OMM havia mulheres que não pertenciam ao Partido Frelimo e pretendia-se deste modo dar-lhes a oportunidade de militarem na organização, sem que esta as perdesse, havendo igualmente a possibilidade de outras mulheres aderirem à OMM. Apesar das muitas dificuldades que houve durante os anos em que a OMM se manteve como ONG, sobretudo relacionadas com os métodos de trabalho existentes, com a imagem que continuou a existir - duma organização dependente do Partido Frelimo -, esforços houve no sentido da sua autonomia, no relacionamento com as novas organizações de mulheres, que foram surgindo, e na manutenção da sua estrutura e trabalho de mobilização a nível nacional. Todavia, perdeu muita da sua direcção e iniciativa inicial, vivendo demasiado no e do passado e revelou dificuldades em ajustar-se à nova situação. A OMM passou a ser uma organização que luta pela independência da mulher a todos os níveis e que:

- Desperta a consciência sobre a situação da mulher junto dos *policy-makers* (fazedores de política, políticos);

- Desperta a consciência das mulheres;

- Luta pelos direitos da mulher a todos os níveis;

- Reivindica programas sectoriais abrindo canais junto do Executivo do Governo.

Esta decisão surgiu, porém, num momento financeiro difícil para a organização que teve de lutar para custear a sua grande estrutura nacional, os trinta e cinco (35) Círculos de Interesse espalhados pelo País e, os projectos geradores de rendimento, com diferentes características - cursos de formação diversos,

ensino de inglês, liderança, democracia, secretariado, informática, planeamento familiar, economia familiar, doenças de transmissão sexual, entre muitos outros. Por outro lado, a O.M.M. teve de confrontar-se com a existência de outras organizações, criadas por antigos membros seus, mulheres saídas do aparelho de Estado e com um outro tipo de formação e vivência junto de organismos internacionais. Estas organizações, por diversos motivos, mas sobretudo por surgirem por oposição à O.M.M., dependente do partido no poder, conseguiam maiores apoios. Todavia, no seu trabalho diário e em qualquer ponto do país, não podem dispensar o apoio desta organização, quando se trata do seu trabalho gratuito, porque estas novas organizações continuam a olhar para a O.M.M. como uma organização, tipo polvo, que está em todo o território nacional e que realiza trabalho voluntário, como nos primeiros momentos da independência.

A O.M.M., apesar de ter tido um importante papel na mobilização da mulher limitou-se, nos primeiros anos da independência, quase que exclusivamente, a ser o "braço do Partido", para a integração da mulher nas tarefas nacionais, consideradas prioritárias pelo Partido Frelimo. A falta de quadros capacitados para estudar, analisar e implementar estratégias para melhorar a situação da mulher, aliada aos estereótipos existentes ao nível dos órgãos de decisão - que consideram a mulher nas tarefas secundárias - foram entraves importantes para a actuação e crescimento desta organização. Somente a partir da Conferência Extraordinária alguns desses aspectos foram abordados e debatidos mas, entretanto, a situação económica e política, com a guerra de desestabilização a corroer o país, não possibilitou novo fôlego.

Em Julho de 1996, a O.M.M. realizou o seu primeiro Congresso. Este Congresso, tal como as Conferências Nacionais anteriores, foi precedido por estudos e por uma auscultação junto dos membros, a nível de todo o país. De acordo com o

estudo realizado por uma consultora holandesa, contratada pela O.M.M. e que trabalhou em conjunto com o Departamento de Estudos da Mulher e Género, do CEA, da UEM, havia 3 alternativas viáveis para a O.M.M., qualquer uma delas implicando uma organização mais profissionalizada, independente de qualquer partido político. As opções contidas no documento elaborado pela consultora holandesa e, apresentadas pela autora, durante uma sessão do Secretariado Nacional da O.M.M., eram no sentido de :

- A O.M.M., ser uma organização democrática de membros, uma 'umbrella' para diversos projectos;

- Ser uma organização profissional de desenvolvimento;

- Ser uma organização profissional e política, com uma perspectiva de género[52].

Todavia, contra todas as expectativas e preparativos realizados e, para grande espanto das participantes ao Congresso, no seu último dia, alteraram-se as propostas e, utilizando-se uma intervenção duma camponesa, membro da organização, na província de Nampula, que questionou o seu afastamento do Partido Frelimo, 'decidiu-se' que a O.M.M. devia voltar a ser uma organização de mulheres do partido, justificando ter sido um grande erro a decisão tomada em 1990. Ou seja, a OMM decidiu voltar para o Partido Frelimo, mantendo a sua situação inicial de organização de mulheres do Partido Frelimo. Membros seniores da OMM, num balanço sobre os seus seis anos, como ONG, argumentam que esta decisão se deveu a várias razões: i) que o número de membros não

52 / Estes dados estão num rascunho, elaborado em inglês, pela consultora Sylvia Boren e traduzidos para português, para efeitos da sua discussão com os membros do Secretariado Nacional da OMM, "***OMM - First rough version of the report made for discussion with the SECRETARIADO NACIONAL DA OMM, on 23 May, 1994***", 25 pp.

havia aumentado, contrariamente ao que se esperava, depois da OMM se transformar em ONG; ii) que se estava perdendo a história da organização, porque a OMM foi criada pela FRELIMO durante a Luta Armada; iii) ao nível da Cidade de Maputo, grande parte dos membros da OMM, questionavam a decisão da sua saída do Partido Frelimo; iv) que agora, passados que foram dois anos da realização do I Congresso, o número de membros tem estado a aumentar, e que o relacionamento com as Ligas Femininas de outros Partidos, bem como, com outras associações, tem sido positivo. Por outro lado referem, como aspecto positivo, a sua autonomia na elaboração e concretização dos programas anuais, sem a interferência do Partido Frelimo (Entrevista a Esperança Muthemba, 25-26 de Maio 1998). Apesar de todas estas evidências e opiniões de membros da OMM, a questão que se pode colocar, mas que não obtém resposta por enquanto, é até que ponto poderá a OMM garantir a sua independência, como organização que luta pela emancipação da mulher, sendo uma organização de mulheres dentro dum Partido, dependente da sua ideologia, ainda que este Partido, teoricamente, defenda a emancipação da mulher.

Que razões estiveram por detrás desta súbita alteração [53], ao ponto de, mulheres de grande responsabilidade, chegarem a utilizar um discurso machista para justificar o retorno ao Partido, dizendo que a O.M.M. não é nenhuma prostituta, que a OMM tem pai e a ele deve voltar? Como diria Marcela Serrano,

> "*...O partido: um grande corpo com inúmeros braços, capazes de os cobrir - e conduzir. - A colectivização total da vida: a quotidiana, a mental, a afectiva. Nunca estiveram sozinhos: pensavam por eles, decidiam por eles, estruturavam as suas vidas. Laços muito fortes uniam-nos, como em qualquer seita ou gueto*. (...)

53 / Importa referir que, em vários momentos, entre 1990-96, discutiu-se a questão da OMM, quer dentro da organização, quer ao nível das estruturas da Frelimo, já que nem todas e todos estavam de acordo com a decisão tomada em 1990. Entretanto, argumentava-se que a OMM era a única organização com implantação nacional e com capacidade de realizar grandes mobilizações.

> *Aprenderam o integrismo e o colectivo como antídotos ao "veneno" do individualismo*. (...) *uma entrega quase total*. (...) *mas tinham ao fim e ao cabo uma razão de existir, uma justificação permanente. E uma coluna vertebral que articulava cada resposta.* ***Sintetizando, o partido cumpria para elas o papel tradicional da família, na sua estrutura patriarcal completa: o partido como a mãe afectuosa com o seu regaço protector, o partido como o pai monolítico com as suas garras opressoras***" (o sublinhado é meu) (Serrano, 1998: 170).

Não se pode esquecer o que representa a OMM para o Partido Frelimo no poder e a importância estratégica das mulheres em períodos de votação. Convém, contudo, salientar, que este "retorno" ao partido Frelimo, como organização de mulheres partidária, trouxe consigo alguns problemas de funcionamento, devido a alguma redução no apoio de doadores, bem como ao relacionamento com outras organizações.

A OMM havia legalizado a sua situação, como ONG, em 1992, situação que se alterou, todavia, por ter voltado à sua posição inicial de organização de mulheres do Partido Frelimo.

Em relação ao orçamento - proveniência e montantes - a OMM vive de:

- Quota dos membros e Rendimentos dos Centros de Produção;

- Apoio institucional do Governo, através do Saco Azul, cobrindo os salários dos membros permanentes a nível nacional, provincial e distrital.

- Fundos provenientes dos Centros de Formação e Centros de Produção.

- Fundos provenientes do aluguer de edifícios.

- Fundos doados por diversas organizações internacionais e para projectos concretos: *NOVIB* (organização holandesa) – para projectos nas Províncias do Sul, Província de Niassa e Cabo Delgado; *OZEO* (organização da Suécia) e *IBIS* (organização dinamarquesa) – para projectos nas Províncias de Sofala e Manica; Ajuda Popular da Noruega – para a Província de Tete; *NORAD*, *USAID*, Federação Social Democrata das Mulheres Suecas, *MS* (dinamarquesa), *UNICEF*, Embaixada do Canada*, American Friendship Service*.

É possível ver-se que os seus fundos dependem, fundamentalmente, de doações internacionais e para projectos concretos, as quais tendem a diminuir, pelo facto da OMM ser, de novo, uma organização de mulheres dum partido. Os fundos do Governo já não deveriam estar a ser utilizados, o que aliás obrigou a organização a diminuir o seu quadro de pessoal permanente e a limitar os salários até ao nível distrital, já que os membros dos secretariados de Localidade, de Aldeia e de Bairro, são voluntários. Como forma de angariar fundos, a OMM decidiu igualmente alugar parte das suas instalações. Talvez aqui também esteja a resposta ao facto da OMM estar a discutir a criação duma ONG, situação encontrada com a UGC - que tem uma ONG intitulada "Ajuda ao Desenvolvimento", e também no gabinete da Esposa do Presidente da República, que criou, em 1996, a ONG "PROFAMÍLIA".

4.2.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e com as bases

Os Objectivos da OMM são:

- Unir as mulheres moçambicanas na luta pela emancipação, pela realização dos seus direitos na família e na sociedade, sem discriminação de raça,

grupo étnico, filiação partidária ou religiosa e no superior interesse da mulher moçambicana;

- Velar pela estreita observância do princípio constitucional da igualdade jurídica entre mulheres e homens;

- Lutar pela emancipação e libertação da mulher;

- Lutar pela defesa e protecção do casamento e da família;

- Promover a participação da mulher no quadro do desenvolvimento nacional;

- Apoiar a luta dos povos do mundo contra a violação dos direitos humanos.

A sua principal tarefa desde a Independência, em 1975, tem sido a de mobilizar a mulher para a execução da política económico-social delineada pelo Partido Frelimo, situação que mudou apenas no período 1990-96, quando foi uma "ODM com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimonial" (Estatutos e Programa da OMM, 4ª Conferência da OMM, 1990). A OMM tem tido um papel importante na integração da mulher na produção colectiva – cooperativas e associações camponesas – na mobilização das mulheres e da sociedade no geral, para as campanhas de vacinação, educação materno-infantil, planeamento familiar, educação de adultos, educação cívica, educação e formação da mulher.

De acordo com um censo realizado aquando do I Congresso da OMM (1996) e da eleição do novo Secretariado Nacional, a OMM tem 1.774.379 membros. Tem membros Individuais e Simpatizantes, sobretudo mulheres. A partir deste Congresso, realizado em 1996, alguns homens voluntarizaram-se para serem

membros – cerca de seis a nível nacional. Aquando do 25º aniversário da OMM, em Março de 1998, alguns homens da OMM, da Província de Nampula, receberam Diplomas de Honra, numa cerimónia organizada para o efeito. Como membro honorário, está o Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República, Joaquim Chissano.

Tem membros originários de todas as regiões do País. O Secretariado Nacional tem três membros, dos quais a Secretária Geral é uma antiga combatente de Cabo Delgado, uma Secretária é antiga presa política, da família Muthemba (irmã de Josina Machel), que é do Sul, e a outra Secretária Nacional é também do Sul. Tem mulheres de todas as idades. A mais nova do Conselho Coordenador Nacional tem dezanove anos e a mais velha cerca de sessenta. A maioria são mulheres não têm educação formal. Entretanto, ao longo dos vinte e cinco anos da sua existência, foram formados, com nível de licenciatura, muitos dos seus membros. São casadas de acordo com a tradição, na sua maioria, casadas civil ou religiosamente, viúvas, divorciadas, separadas, mães solteiras. Cerca de 1/3 de mulheres em Moçambique – como na África Sub-Sahariana – são chefes de família, representando os agregados familiares com piores condições económicas e sociais, o que se verifica também com os membros da OMM, com a agravante de não terem um membro familiar masculino que possa responder pela família, contactar com outras famílias, resolver os problemas existentes. Mulheres há que, apenas pelo facto de serem membros da OMM, foram e são abandonadas ou maltratadas pelos maridos e suas famílias. De realçar que se encontram também situações de solidariedade pelas opções tomadas pelas mulheres que se juntaram à organização.

A Direcção Executiva, eleita durante o I Congresso da OMM, realizado em 1996, é constituída por:

- Secretária Geral – **Paulina Mateus**. Também responde pela área de Mobilização, Organização e Relações Exteriores

- Secretária para o Trabalho Social, Formação e Economia – **Esperança Muthemba**

- Secretária para a Administração e Finanças e Informação – **Isabel Morrime**.

Tem um Secretariado Nacional, um Conselho Coordenador Nacional, dez Secretariados Provinciais e o Secretariado da cidade de Maputo, Secretariados Distritais e Secretariados de Localidade, de Aldeia e de Bairro. Os membros dos Secretariados Nacionais, Provinciais e Distritais trabalham a tempo inteiro, auferindo um salário. Os membros dos Secretariados de Localidade, de Aldeia e de Bairro, são voluntários. Todos os órgãos da OMM são eleitos em Conferências realizadas de acordo com os Estatutos. Os seus Programas de trabalho são elaborados anualmente. Desde 1990 que não se verifica interferência do Partido Frelimo em relação à sua elaboração e prática (Entrevista a Esperança Muthemba).

A OMM tem ligações, a nível do continente Africano, com a *Pan African Women Association* e, a nível internacional, com a *FEDIM – Federação Internacional das Mulheres.* Em Moçambique, tem relações de trabalho com o Gabinete do Primeiro Ministro e com todos os Ministérios; tem ligações e programas de trabalho com muitas associações e ONG´s. Faz parte do Fórum Mulher. Tratando-se duma organização com estruturas até às Aldeias e Bairros e com os Círculos de Interesse em todo o País, a OMM tem relações com organizações várias ao nível comunitário, onde se desenvolvem a maioria das suas actividades de mobilização e organização das mulheres.

Os Programas/Projectos/Actividades, da OMM, contemplam:

- Círculos de Interesse - Carvão, pequenas espécies, fabrico de pão, etc.;
- Centros de Produção - agrícola, de animais de pequena espécie;
- Projectos Económicos direccionados para a mulher e família;
- Formação.

OMM tem cinco Centros de Formação, um de âmbito nacional, localizado na Machava, zona industrial, nos arredores de Maputo, e os restantes localizados em Gaza, Inhambane, Tete e Nampula. A formação também se realiza a nível dos Círculos de Interesse, espalhados por todo o País, onde se realizam cursos de: Dactilografia, culinária, corte e costura, organização e métodos de direcção, elaboração de projectos, alfabetização, preservação de alimentos, educação cívica, gestão para quadros dirigentes.

- Gabinete Jurídico
- Programa Todos Contra a Violência – Gabinetes em Maputo e Cabo Delgado (o Gabinete Jurídico da Mulher), estando em preparação o de Tete. A ideia é ter uma área de coordenação das acções ligadas com a violência doméstica
- Centro de Formação de Corte e Costura

É a única organização social que opera em todo o país, através dos Secretariados Provinciais, Distritais, de Localidade, de Aldeia e de Bairro, mantendo uma relação permanente com as mulheres camponesas, mais pobres. Depois da Conferência Extraordinária da OMM, realizada em 1984, e, a partir de 1988,

criaram-se Círculos de Interesse, que funcionam como centros de encontro, de aprendizagem, de saber-fazer e de educação para a mulher, um espaço local onde grupos voluntários de mulheres falam, aprendem e trabalham juntas, como forma de garantir a sua sustentabilidade. Em todo o país existem cerca de setenta e cinco (75) Círculos de Interesse, tendo sido formadas cerca de 1.600 activistas. Cada Circulo de Interesse é composto por vinte e duas pessoas, sendo vinte Activistas, uma Directora Monitora e uma Responsável de Finanças. Em algumas províncias do País (Cabo Delgado, Sofala e Niassa) os homens começaram a interessar-se pela participação das esposas em actividades educativas e de formação. A formação das activistas é realizada por vinte e oito monitoras, a nível nacional, nos seguintes temas: Organização e Planificação, Contabilidade, Métodos Pedagógicos, Situação Social da Mulher, Saúde materno-infantil/Planeamento Familiar, Nutrição, Educação Moral e Cívica, Saúde Comunitária, Técnicas de Comunicação, Prevenção contra a SIDA, Economia Familiar, Reparação e Manutenção de máquinas de costura (para as trabalhadoras do Centro de Formação de Corte e Costura). Ao nível do projecto de Círculos de Interesse têm sido produzidos materiais didácticos diversos – textos de apoio em línguas nacionais, programas radiofónicos, vídeos, cartazes.

A OMM é a organização de mulheres do Partido Frelimo É uma associação de membros, e a única de âmbito nacional. Tem uma visão da mulher que se articula com a perspectiva socialista/Marxista, no quadro do paradigma da modernização, e da perspectiva “Mulher no Desenvolvimento”, que propõe a sua emancipação através da participação no trabalho social.

4.3. A União Geral das Cooperativas de Maputo (UGC)

4.3.1. Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

No período anterior ao PRE e à aprovação da Constituição de 1990, é de destacar a União Geral das Cooperativas Agro Pecuárias (UGC), de Maputo. Fundada em 1980, tem hoje cerca de 5.500 membros, dos quais cerca de 98% são mulheres, muitas com os maridos ausentes (a trabalhar na África do Sul), mães solteiras, sem um emprego formal. Não se considera uma organização de mulheres. O seu reconhecimento oficial apenas se verificou a 02/03/90.

Foi criada a 18/03/80, quando, o então Presidente da República Samora Machel, em nome do Partido Frelimo e do Governo, lançou o apelo para a criação de Zonas Verdes, na cintura das cidades, como forma de resolver os problemas alimentares que as populações das cidades viviam. A UGC surgiu, portanto, na sequência da mobilização do Partido Frelimo e do Governo, para criar Machambas do Povo, com o objectivo principal de ajudar a resolver os problemas económicos de muitas famílias sem emprego ou sem terra, na cintura peri-urbana das cidades. A maioria das suas associadas provém das camadas mais pobres da população dos arredores da cidade de Maputo. A perspectiva que se foi consolidando ao longo de quase duas décadas de existência é a de que, a "*cooperativa continua a ser a melhor forma para o desenvolvimento do camponês. A cooperativa é um meio para os camponeses se libertarem da exploração, combaterem a miséria e vencerem a ignorância*". Para se concretizarem estas perspectivas, considerou-se que as cooperativas deviam funcionar numa base de autonomia económica e financeira; deviam constituir-se em escolas de formação dos camponeses; deviam produzir com

rentabilidade; e deviam produzir benefícios sociais. O que significava que as cooperativas se constituiriam como empresas, ou seja, unidades económicas geridas pelos próprios camponeses (UGC, 1997: 6-7). A UGC nasceu assim como cooperativa de serviços e estrutura de apoio, de formação e de extensão, de aprovisionamento e também de captação de recursos financeiros (particularmente donativos) para as cooperativas agrárias da grande Maputo (Folha Informativa da UGC, Maputo, Abril de 1998).

Tendo a UGC surgido dum apelo do partido Frelimo e com um grande apoio e mobilização por parte da OMM, desde cedo se começaram a colocar questões de controlo da sua actividade, tanto por parte do partido Frelimo, como da OMM, já que a sua existência e desenvolvimento como organização de camponeses pobres só era considerada possível graças ao regime socialista, de inspiração Marxista, então existente. Com a criação do gabinete das Zonas Verdes, no início da década de 80, introduziu-se um Departamento de Apoio às Cooperativas. O grupo de mulheres que trabalhava nas machambas do Povo, decidiu criar um Núcleo de Camponeses para coordenar a acção das cooperativistas, donde nasceu a União Geral das Cooperativas. O distanciamento da OMM foi sendo progressivamente maior.

Os rendimentos provêm das actividades produtivas. Trabalha através de empréstimos bancários, e recebe apoio da ICO (Holanda), EZE (organização evangélica alemã), Terre des Hommes (Suíça), OXFAM (EUA), IEPALA (Espanha). Depois das dificuldades dos primeiros anos e, à medida que se transformava numa empresa com fins lucrativos, a UGC passou a ser demasiado criteriosa em relação aos seus doadores. De acordo com as informações colhidas nas entrevistas realizadas, foi dito que a UGC tem recusado doações, sempre que estas impliquem condicionalismos em relação à sua visão, aos seus programas,

ou então, à obrigatoriedade de contratar técnicos estrangeiros (Entrevista com Ismael Ossumane e Prosperino Galipoli, realizada a 26/05/98).

Com a introdução da economia de mercado, através do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em finais de 1987, a UGC considerou importante analisar a situação do movimento cooperativo, concluindo que o apoio ao sector familiar através das cooperativas e uniões havia tido resultados positivos, uma vez que as cooperativistas, individualmente, estavam em ligação com o sector familiar (UGC, 1997: 7-8). No Relatório da Direcção à Assembleia Geral, realizada em 1997 e que está a ser referido, considerava-se, como aspectos positivos e encorajadores, sobretudo depois do PRE:

- Não ter havido necessidade de alienar o património a nacionais ou estrangeiros, tendo a UGC, pelo contrário, conseguido aumentar substancialmente o que existia em 1987;

- Não se ter despedido nenhuma cooperativista tendo, pelo contrário aumentado o seu número. Os eventuais despedimentos devem-se a questões disciplinares e não ao PRE;

- "*A renda média das camponesas cooperativistas membros da UGC é de cerca de 1,5 vezes superior ao salário mínimo do trabalhador*". Atendendo ao facto de que a maior parte dos cooperativistas são mulheres sem educação formal e com uma certa idade e, portanto, com dificuldades de conseguir um emprego assalariado, entende-se o impacto que a sua actividade como cooperativistas está a ter ao nível das suas famílias e comunidades (UGC, 1997: 8).

4.3.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e as bases

A UGC é orientada pelos seguintes princípios:

1.A prioridade à Mulher;

2.Compromisso de Longa Duração;

3.A Extensão Rural;

4.Sistema de Crédito;

5.Associativismo;

6.A Ênfase na Produção;

7.A Importância do Social;

8.A Valorização do Capital Humano.

Os objectivos que norteiam a sua actividade são:

- Aumentar o rendimento das famílias;

- Criar emprego;

- Organizar Cursos de Alfabetização e Formação Profissional;

- Garantir os Cuidados de Saúde primários;

- Garantir a Educação, desde as creches, às Escolas Secundárias e ao Ensino Técnico Médio.

A UGC é uma empresa cooperativa. É constituída por 185 cooperativas, 12 uniões de zona, tem uma área territorial vasta, tem património e estatuto jurídico. De realçar que começou na década de 80 com 7 cooperativas e cerca de 250 membros, com uma área restrita e muito pouco património (hoje tem cerca de 5.500 membros, como já referido). Os seus órgãos sociais são: Assembleia Geral; Conselho Directivo; Conselho Fiscal; Comissão de Gestão; e a Comissões de Controle.

A sua Direcção Executiva é constituída por:

- Celina Cossa – Presidente (também eleita Presidente da União Nacional dos Camponeses, UNAC).

- Rute Bernardo Monjane

- Ricardo José Nguila

A UGC começou por se organizar na cintura verde da cidade de Maputo, mas hoje tem também cooperativas na Província de Maputo.

Os seus programas e as actividades da UGC são:

No âmbito económico:

. Avicultura – Principal actividade económica da UGC. Desenvolvida a 3 níveis: ao nível da UGC; ao nível das Cooperativas; ao nível dos Aviários Familiares, e dos membros das Cooperativas;

. Aviários de reprodução; Incubadora; Aviários de cria; Fábrica de rações; Assistência técnica de nível superior, médio e básico; Assistência farmacêutica; Matadouro; Postos de comercialização de frango vivo

e abatido a grosso e a retalho; Frota de transportes para assistência e comercialização; Frota de transporte de longo curso para a compra directa na África do Sul de concentrado para rações; Unidade de produção de favos para ovos;

. Agricultura: Os maiores produtores de hortícolas das Zonas Verdes de Maputo; Produtores de Milho, feijão e frutas;

. Artesanato: Olaria; Latoaria; Carpintaria; Oficina de Viaturas; Oficina de Hidráulica;

. Construções.

No âmbito social:

. Creches – 35 Creches a funcionar, para as quais a UGC contribui anualmente com 120 milhões de Meticais. 10 destas Creches já têm os seus aviários para produção de frangos de abate, o que levou à sua auto-suficiência e autonomia financeira.

. Formação de camponeses – Durante o triénio 1994/96, realizaram-se seminários de capacitação sobre: Educação Cívica; Avicultura; Organização e Gestão; Organização para Chefes de Unidade; Sobre Cooperativismo; Gestão Geral; Formação de Formadores para as Cooperativas; Animação Rural e formação Cívica; Liderança e participação; Desenvolvimento Rural (extensionistas).

. Educação – A actuação da UGC é feita a 2 níveis: Ensino Secundário Geral, 6ª à 10ª Classes, com 3 Escolas; Ensino Técnico Médio. Escola criada em 1992.

. Em 1998, iniciou o projecto de flores, e o Projecto do caju.

Os seus membros são, sobretudo mulheres cooperativistas, de origem camponesa, do sector familiar mais pobre; a maior parte é casada, mas muitas divorciadas, separadas, abandonadas, mães solteiras ou viúvas. O número de filhos varia entre 5 a 6 filhos por média. Cerca de 1/3 das famílias são chefiadas por mulheres, viúvas, abandonadas, separadas, divorciadas, ou casadas e com problemas familiares. A maior parte tem idades compreendidas entre os 50-60 anos. Mas já há também muitos membros jovens, alguns dos quais filhos de cooperativistas, que constituem uma nova geração que beneficiou dos avanços do movimento cooperativo. A grande maioria nunca teve antes oportunidade de ter uma educação formal. Foi através da UGC que beneficiaram de cursos de diverso tipo e de escolarização. De realçar que hoje são os seus filhos os principais beneficiários.

A UGC criou uma ONG, designada "Ajuda ao Desenvolvimento" (AD), projecto já aprovado pelo Ministério da Justiça.

Mantém relações com diversas organizações em África e no mundo, para troca de experiências, participação em reuniões e seminários na República da África do Sul, Zimbabwe, Tanzania, Espanha, Brasil, Itália e Alemanha. Tem boas relações com as ONG's nacionais. É membro da União Nacional dos Camponeses (UNAC) e do Fórum Mulher. Mantém uma relação privilegiada com organizações de base, nas comunidades, onde, no geral, se inserem as cooperativas e vivem os cooperativistas.

Em relação ao Estado, não se pode falar de conflito com o Governo, mas existe o sentimento de que este não protege a indústria nacional – exemplo da importação ilegal de frangos, para a cidade de Maputo, nas épocas festivas e que acaba por atrofiar a venda da UGC.

Num encontro organizado em 1986, pela Universidade Eduardo Mondlane, sobre o balanço dos 10 anos de independência e a situação da mulher, a Presidente da UGC, Celina Cossa - hoje também eleita Presidente da União Nacional dos Camponeses, UNAC e um dos membros da Assembleia Municipal, do Conselho Municipal da cidade de Maputo, eleito em 1998, nas Eleições Autárquicas - teria referido as dificuldades que as mulheres que abraçaram o projecto da UGC enfrentaram no seu dia-a-dia, sobretudo ao nível das relações com os seus companheiros. Celina Cossa chamava a atenção para o facto de que a maioria das mulheres que se juntaram ao movimento cooperativo eram pessoas sem qualquer perspectiva de futuro; não tinham um trabalho assalariado e haviam sido privadas de oportunidades, para contribuir para a manutenção das suas famílias, com uma *machamba* familiar, devido à falta de terra na cidade e ao grande fluxo populacional em direcção a Maputo. Mulheres que estariam portanto condenadas a viver na completa dependência de seus maridos, o que é sempre mau em qualquer parte do mundo, mas sobretudo em África. Celina acrescentava na sua mensagem ao Seminário que, nos tempos coloniais e pré-coloniais, as mulheres apenas conseguiam reconhecimento social na sua capacidade de membros das suas famílias e, em última análise, como propriedade dos seus maridos, mas que nas cooperativas e na União as mulheres trabalham, tomam parte no processo de decisão, dirigem as cooperativas e estão a retirar os frutos do seu trabalho em igualdade e democracia. O que significa que as cooperativas estão a contribuir para quebrar definitivamente com a base social do estatuto tradicional subserviente das mulheres. Esta situação cria novas relações na família, porque uma mulher, ao contribuir para a família em pé de igualdade ou duma forma mais importante que o marido e dum modo que é reconhecido socialmente, deixa de ser um *ser familiar*, transforma-se num *ser social* (Comunicação da UGC, 1986).

As dificuldades, como referiu então Celina Cossa, tiveram que ser enfrentadas no quotidiano, pela força das mulheres, que se viram obrigadas a viver a dupla jornada, as derrotas que o processo por vezes trazia, as desistências de muitas mulheres, a violência doméstica. Partindo do princípio que os escravos é que se libertam, as cooperativistas enfrentaram as contrariedades deste processo, acabando por mostrar, gradualmente, a razão de ser da sua luta e a melhoria das condições de vida - acesso a terra, comida, educação, formação profissional, acesso a cargos de direcção (UEM, 1986). As cooperativistas tomaram como ponto de partida o que tem sido a sua força: um certo grau de auto-suficiência económica, a sua importância na manutenção da família, pelo menos em termos de produção de alimentos. Esta força económica é essencial para as mulheres que não a querem perder, por ser 'uma coisa má para uma mulher', uma vez que o poder do marido sobre a mulher pode aumentar sem essa força económica. Por outro lado, a participação na produção cooperativa não contribui apenas para manter um grau de independência económica, mas significa também que, parte da vida produtiva da mulher é agora passada fora da instituição da família. Deste modo, ela toma decisões e dirige, o que tem sido o privilégio dos homens. Adquire uma existência social como pessoa, em direito próprio e, não apenas como um simples membro da família, um apêndice do homem. Nas cooperativas, as mulheres são produtoras e não esposas, o que contribui para a criação de novas relações de género na família (Arnfred, 1988: 15-16).

> "*As mulheres cooperativistas combinam de facto as lutas de género 'defensivas' e 'ofensivas': lutam para manter posições e direitos de género antigas, que são ameaçados pelo desenvolvimento e pela modernização e, ao mesmo tempo, lutam para quebrar as algemas da sua vida tradicional. A experiência das mulheres da UGC constitui um exemplo para reflexão acerca da possível combinação entre luta de género e luta política, em Moçambique, como se verificou com*

> *a participação das mulheres durante a luta. Em ambos casos, as mulheres estão a actuar como sujeitos, colectivamente e organizadas, no sentido de transformar as suas vidas*" (Arnfred, 1988, 16).

A UGC é hoje, a melhor experiência cooperativa em Moçambique, pela alternativa que conseguiu oferecer aos seus membros - possui machambas colectivas e individuais, criação de animais, aviários, sistema de bio-gaz, refeitórios, creches, jardim-infantil, escola primária, secundária e ensino técnico médio, alfabetização, centros de formação técnica básica, cerâmica, cestaria, floricultura (a partir de 1998 e com apoio da Fundação da Rainha Sofia de Espanha), cultura de castanha de caju, postos de venda dos diversos produtos. No processo do seu crescimento surgiram divergências com a OMM. Estas divergências deveram-se às características a dar a este movimento que privilegiou os aspectos económicos e sociais e não os de mobilização política, que caracterizaram a OMM, sobretudo depois da independência. É a organização que conseguiu atingir os objectivos preconizados pela OMM e pela Frelimo, em relação à libertação da mulher, partindo da situação concreta dum grupo específico de mulheres, vivendo numa zona com características económico-sociais especiais de migração de mão-de-obra masculina para a África do Sul.

Hoje a UGC tem como membros muitos filhos das cooperativistas que iniciaram o movimento e que constituem uma nova geração com formação, emprego e perspectivas de futuro.

Esta experiência, bem sucedida até ao presente, aproxima-se de algumas experiências vividas na América Latina e que algumas analistas apelidam de feminismo popular, que procura articular as questões de classe e de género, num contexto de luta geral pela transformação da sociedade. Este feminismo caracteriza-se por,

> "*o conjunto de acções e processos das mulheres do campo popular que reivindicam as exigências de género e incorporam explicitamente a defesa dos direitos da mulher, a luta contra toda a forma de discriminação sexista, contra a violência e em geral contra as manifestações do sistema patriarcal de dominação, praticando-o a partir da integridade género-classe"* (*Perspectivas* Nº 3, 1996: 15-17).

Trata-se de uma acção de mulheres do povo em resposta às suas necessidades de classe e que pode incorporar certas reivindicações de género, ainda que não seja explicitamente consciente em termos de luta feminista.

III PARTE

V CAPITULO - AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO PERÍODO 1987-1997

"O movimento de Mulheres foi - é - para mim, para minha geração, essa corda em que subimos para provar que, ao alcance da mão, se oferece a nós um mundo mais terno, mais suave. Se assim não for, o fato de termos podido imaginá-lo já nos terá aproximado, talvez, de um objectivo mais modesto, mas quão precioso, o de inaugurar relações humanas em que a aceitação da diferença sem desigualdade reconcilie homens e mulheres e ponha fim ao desencontro das mulheres consigo mesmas" (de Oliveira, 1991: 18).

Introdução

A deterioração da situação económica e social ocorreu em Moçambique na década 80, período acentuado da desestabilização militar e em simultâneo com a imposição do programa de ajustamento estrutural, designado PRE (Programa de Reabilitação Económica) e mais tarde, PRES, com a sua componente Social. É a década da universalização do modelo de desenvolvimento neo-liberal, da democracia representativa e do multipartidarismo, como condicionalismo à ajuda económica, imposto pelo FMI e BM. Mais uma vez o modelo imposto é discutido fora do continente, sem se ter dado ouvido aos prognósticos dos

cientistas Africanos desde a década de 70. A década de 80 caracterizou-se por uma repressão económica sem paralelo na história da humanidade, em Moçambique, como em toda a África (Lopes, 1996). O PRE conduziu a uma crise do Estado patrimonial, que foi perdendo gradualmente legitimidade pela sua incapacidade de redistribuir. Os movimentos sociais, revoltas, greves, sucedem-se, obrigando o Estado debilitado pelas políticas do FMI e BM à redistribuição do pouco que existe, para os muitos que necessitam. As instituições existentes têm-se revelado incapazes de conter e encontrar respostas para a desordem gerada. Paralelamente com a retirada do poder ao Estado, as agências internacionais impõem a "ordem política" como forma de prever e de conter as sublevações populares, previsíveis pelas elites, perante a deterioração das condições económicas, sociais, políticas e culturais. Ou seja, impõe-se que o Estado seja vítima, dentro dum esquema neo-liberal, ao mesmo tempo que se exige que ele, mais uma vez, seja o motor das transformações impostas.

A imposição do modelo de desenvolvimento neo-liberal e de democracia participativa, em Moçambique, arrastou consigo também novas formas de estruturação social, através das ONG's e do desenvolvimento de outro tipo de associações, como já referido. Mais uma vez, o modelo vem de fora, é apresentado como uma panaceia e mesmo alternativa perante as evidências dum Estado corrupto e sem rumo. Numa fase inicial, algumas agências de 'desenvolvimento' e ONG's internacionais, promoveram e apoiaram a sua criação, não lhes exigindo práticas de transparência e governabilidade, como vinha acontecendo às instituições estatais. A pauperização crescente do Estado e o processo de urbanização acelerada têm facilitado o seu surgimento.

A partir de finais da década de 80 e, sobretudo após a aprovação da Constituição de 1990, que adoptou o multipartidarismo e o direito à associação, várias associações sem fins lucrativos, começaram a surgir. Os seus membros são maioritariamente oriundos do aparelho de Estado e pertencentes às elites urbanas. Estas organizações são bastante diversas quanto aos seus objectivos, características dos membros, regiões de actuação e programas de trabalho. No geral, as suas preocupações prendem-se com questões de sobrevivência económica, bem-estar social, do desenvolvimento da família, sobre a terra, educação, saúde, habitação, emprego, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água. Mas desenvolveram-se também associações em torno dos direitos humanos e dos direitos da mulher e sobre os direitos reprodutivos, para a paz, de jovens empresários e, sobretudo nos últimos anos, associações dos naturais das mais diversas regiões de Moçambique. Algumas foram-se revelando autoritárias na procura de espaços e poder e na sua actuação, e pouco solidárias com organizações congéneres, em termos de procura de fundos e programas conjuntos de actuação; outras enveredaram por um caminho de trabalho conjunto com os seus pares e com as organizações comunitárias.

Até 1989 e, para além da União Geral das Cooperativas, em Maputo, a OMM era a única organização de mulheres, criada pela Frelimo, e a única com implantação nacional. Em 1989 surgiram as primeiras organizações de mulheres, fora da OMM, com carácter sócio-profissional, denominadas ACTIVA - Associação de Mulheres Empresárias e Executivas - e a AMODEFA - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família - filiada na Associação Internacional para o Planeamento Familiar. Em 1991 surgiram a PROGRESSO - organização de carácter comunitário e a primeira, de âmbito nacional, a trabalhar fora de Maputo, nas Províncias nortenhas de Cabo Delgado e Niassa -, a MBEU – Associação para Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher –, e a

AMRU – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural. A maior parte destas organizações foi criada por ex-membros do Governo, alguns descontentes com as transformações ocorridas e a erosão do sonho socialista, e com membros de outras instituições do Estado, de instituições do Ensino e da Saúde, de profissões liberais, etc.. Membros houve que aderiram a este novo movimento à procura de espaços e poder, alguns à busca de um emprego alternativo, devido à queda no poder de compra dos seus vencimentos, outros porque as ONG's internacionais e as Agências de Financiamento procuravam parceiros locais, num momento de reordenamento das forças políticas em Moçambique. Foram, deste modo, surgindo associações com ou sem fins lucrativos, a maior parte baseadas nos seus membros - sindicatos, grupos de mulheres, associações de camponeses, cooperativas, associações profissionais, clubes desportivos; organizações comunitárias de base, com uma base de membros local; *Fora,* Redes, ou Fundações - Fórum Mulher, Fórum das ONG's Nacionais, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade; serviços de apoio institucional - LINK - Fórum das ONG's, *African American Institute*; Serviços de Consultoria e Formação. Muitas das associações criadas têm programas de formação para os seus membros ou congéneres e de investigação sobre temáticas específicas. À semelhança de outros países, surgiu também, em 1990, um Gabinete da Primeira Dama, instituição do Estado, a trabalhar junto da Presidência da República.

De seguida, serão analisadas, mais em detalhe, as organizações seleccionadas para o período pós-revolucionário, a partir de 1987, nomeadamente o Gabinete da Esposa do Presidente da República, a MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), o Fórum Mulher e a Associação Moçambicana Mulher e Educação.

5.1. O Gabinete da Esposa do Presidente da República (GEPR)

5.1.1. Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

É uma instituição do Estado, criada no âmbito do Decreto 27/90. De acordo com Joana Mangueira, Coordenadora do Gabinete, a sua criação começou a ser pensada em 1989 e está ligada a uma iniciativa interna, devido ao facto de muitas pessoas contactarem a Esposa do Presidente da República, para resolver problemas concretos. É também conhecida por Gabinete da Primeira Dama, designação mais vulgarizada.

Na realização das suas actividades deverá:

> "*... d) Articular-se com os Órgãos Governamentais, Organizações Democráticas de Massas e Sócio-Profissionais e Organizações Não-Governamentais relacionadas com as áreas de acção social e cultural, no processo da realização das suas actividades*" (art.º 4).

As funções do Gabinete são as seguintes:

- "*Apoiar a Esposa do Chefe de Estado, no exercício das suas funções oficiais, decorrentes desta qualidade;*

- *Apoiar a Esposa do Presidente da República na realização de iniciativas de carácter social ou cultural que ela decida desenvolver no âmbito permitido pelo decreto Presidencial nº 27/90"* (Decreto Presidencial nº 27/90, art.º 3).

As áreas de carácter social e cultural do gabinete são:

a) "*Patrocinar, acompanhar e apoiar programas de assistência às populações vulneráveis bem como outras acções desenvolvidas no âmbito social;*

b) *Patrocinar, acompanhar e apoiar programas culturais promovidos por cidadãos nacionais;*

c) *Estudar alternativas de angariação de meios materiais e financeiros, internos e externos, que contribuam para a assistência às populações vulneráveis e outras camadas sociais necessitadas bem como ao apoio de programas culturais promovidos por cidadãos nacionais;*

d) *Articular-se com os órgãos Governamentais, Organizações Democráticas de Massas e Sócio-Profissionais e Organizações Não-Governamentais relacionadas com as áreas de acção social e cultural, no processo da realização das suas actividades assistenciais;*

e) *Interceder junto às estruturas existentes, de forma a contribuir para dar um maior impulso à solução dos problemas sócio-económicos das populações vulneráveis;*

f) *Organizar actividades junto às esposas dos dirigentes e dos embaixadores a fim de ampliar o seu conhecimento directo da realidade do país e facilitar a sua melhor inserção nela*" (Decreto Presidencial nº 27/90, art.º 4).

As despesas do Gabinete são suportadas pelo orçamento da Presidência da República (art.º 6). De acordo com Joana Mangueira, o seu montante equivale a 20 milhões de Meticais/mês, o que se traduz em orçamentos pequenos para as diversas actividades e cursos de formação. Entretanto este Gabinete tem recebido bastante apoio do PNUD, na sua fase inicial, da NORAD, da República Popular da China e, mais recentemente, da União Europeia, sobretudo em relação à ONG que foi por si criada em 1996, intitulada PROFAMÍLIA.

Acriação do Gabinete da Primeira Dama, a partir de finais da década de 80,

inícios da de 90, insere-se num processo semelhante ocorrido em outros países do continente Africano. Beneficiou, na fase inicial de apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, para o efeito, contratou uma consultora latino-americana. O CEA participou com a consultora nos debates em torno deste projecto e prontificou-se a trabalhar em conjunto, uma vez que já havia sido constituído o primeiro sector de investigação/acção sobre as questões Mulher/Género, na UEM, sobretudo na concretização duma biblioteca e dum banco de dados sobre a mulher.

5.1.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e com as bases

Os principais objectivos que norteiam o GEPR são de desenvolver iniciativas, realizar programas de carácter assistencial, mas sem outros fins a atingir como no caso de outras ONG's (Entrevista a Joana Mangueira, 15/05/98).

De acordo com o Decreto Presidencial 27/90: "*As iniciativas assistenciais a desenvolver pela Esposa do Presidente da República devem ser dadas a conhecer ao Presidente da República ou ao Ministro na Presidência*" (art.º 5 do Decreto); "*As despesas do Gabinete são suportadas pelo orçamento da Presidência da República*" (art.º 6 do Decreto); "*Para a execução do Decreto Presidencial é aprovado o Regulamento do GABINETE, o qual não carece de publicação no Boletim da República*" (art.º 7 e 8 do Decreto).

A sua Direcção Executiva compreende a Esposa do Presidente da República, Marcelina Chissano, e Joana Mangueira, como Coordenadora. Tem cinco trabalhadores permanentes. Trabalha com várias mulheres - cerca de 550 - a quem foram atribuídos Fundos Revolúveis de Investimento, entre 1990/95, e trabalha com extensionistas. As beneficiárias, quando seleccionadas, para

aceder ao Fundo Revolúvel, têm um mês de aprendizagem no Gabinete, com extensionistas. É realizado um trabalho junto dos maridos (quando são casadas) ou da família (se têm uma situação de dependência em relação a familiares) para que haja uma aceitação das actividades a desenvolver. Este trabalho tem sido, até aqui, bem-sucedido, de acordo com Joana Mangueira. As pessoas que requerem créditos trabalham durante um mês com o GEPR e com as extensionistas. Entretanto, um estudo de viabilidade, realizado em 1990, chamou-se a atenção para a necessidade de adequar as condições do grupo alvo - mulheres vulneráveis - ao tipo de projecto que se pretendia implementar. Algumas mulheres revelaram dificuldades em devolver o Fundo na data prevista, devido a problemas de formação profissional, de dificuldades de manutenção dos equipamentos e de inexistência de peças sobressalentes, para as máquinas de costura e para os moinhos de vendo adquiridos (Arthur, 1990).

As actividades e Projectos do Gabinete estão mais centrados no Sul do País - na Cidade de Maputo, e nas Províncias de Maputo e Gaza. Dos programas até agora desenvolvidos pelo Gabinete, centrados no sul do país, são de destacar:

- Fundo Revolúvel de Investimentos (1990-95), com apoio do PNUD. Já beneficiou cerca de 550 mulheres. O crédito é para mulheres residentes na zona peri-urbana de Maputo. Em 1990 o crédito era fornecido com 6% de juros; hoje é com 40%. Em 80% dos casos as mulheres reembolsaram os créditos, ainda que o processo tenha verificado demoras. São atribuídos créditos de U$D1.000- para quem começa uma actividade e de U$D3.000- para mulheres com negócio montado. É sempre feito um estudo de viabilidade e há um Conselho que decide sobre a atribuição do Fundo. As aquisições são da responsabilidade do GEPR.

- Construção do Serviço de Urgências do Hospital José Macamo, Maputo.

- Construção de 110 casas, abertura de um furo de água e 4 poços, 78 latrinas melhoradas, reabilitação de um Posto de Saúde, uma loja e uma padaria e construção de 2 salas de aula e de 1 escritório para o Ensino Primário de 1º grau (EPI), entre outras infra-estruturas, no bairro Shiduava, localidade da Matola-Gare, a 50 Kms da cidade de Maputo. As beneficiárias são maioritariamente mulheres viúvas, divorciadas e mães solteiras, com mais de três crianças sob o seu cuidado, mas também homens em situação de desfavorecidos. Este projecto surge no âmbito do reassentamento das populações deslocadas de guerra, na província de Maputo. Depois de um estudo de avaliação da situação no bairro de Shiduava, conclui-se que a maioria das pessoas residentes são mulheres viúvas, separadas, divorciadas e mães solteiras, sem as mínimas condições de sobrevivência. A 1ª fase do projecto começou a ser executada em Novembro de 1994, com uma ONG italiana, a "Fronteira", tendo-se construído 53 casas. Na 2ª fase o grupo beneficiado foram mulheres sem marido com qualquer número de filhos e homens viúvos, desempregados, igualmente com crianças à sua responsabilidade. Em 1994, fase inicial do Projecto em Shiduava, e porque a maioria da população não tivesse qualquer actividade que garantisse a sua subsistência, decidiu-se avançar, depois de consultar os seus moradores, para pequenos negócios rentáveis. Através do Fundo Revolúvel, que beneficiou os moradores da referida zona, foram realizadas actividades de criação de animais de pequeno e grande porte - galinhas, cabritos e bois - artesanato, fabrico de blocos, fabrico de pão, hortas, ampliação de *machambas*. O Fundo emprestado é devolvido sem juros, estando os beneficiários neste momento a proceder à amortização das dívidas, de forma gradual, atendendo às suas possibilidades e de acordo

com uma decisão tomada pelo Gabinete. O Gabinete disponibilizou uma extensionista que trabalha com os beneficiários, formando também camponeses, para que possa haver continuação das actividades, uma vez terminado o projecto. Existe uma *machamba* colectiva gerida pelo projecto, em que participa a população local e os produtos são distribuídos equitativamente pelas pessoas que trabalham. A população local participa nesta *machamba*, depois do trabalho na sua *machamba* individual. Este projecto é coordenado pela Sra. Rita Namachulua. De acordo com informações prestadas por algumas beneficiárias, o projecto trouxe condições de vida para as populações, apesar da água ainda não ser suficiente e de se verificarem problemas de transporte; apenas existe o combóio, não havendo transportes colectivos ou semi-colectivos, vulgo "Chapas".

- Moamba - 1ª Escola de Artes e Ofícios, depois da Independência, em conjunto com a Congregação Salesiana. O Ministério da Educação (MINED) mantém a Escola, com o apoio da Congregação.

- Bilene (Província de Gaza)- Projecto de construção, no valor de U$D12.000-, para enquadramento dos jovens e com apoio de organizações religiosas.

- Projecto de auto-construção (casas) em Boane, Província de Maputo, para pessoas que aí queiram fixar-se (as casas não poderão ser alienadas por um período de vinte e cinco anos). A selecção dos beneficiários é local, com a participação da Administração do distrito. Existe um Comité de Base, que constitui a contraparte local do projecto.

- Formação de pessoal: Cursos de Culinária (mais ou menos 400 mulheres formadas, sobretudo mães solteiras e viúvas, mas também mulheres

casadas, e jovens); Cursos de Hotelaria; Cursos de Secretariado (participação de jovens com a Escola Secundária terminada e com boas notas, mas que não conseguem colocação). Estes cursos têm tido também a participação de mulheres estrangeiras; Cursos de Corte e Costura.

O GEPR tem relações com os GEPR's de África, trocando informações e participando em encontros, através do *Pan-African Women's Movement* (Movimento Pan-Africano das Mulheres), que está integrado na OUA e é constituído por esposas de Chefes de Estado. Este Movimento tem semelhanças com o Comité das Esposas de Chefes de Estado da América Latina. Articula-se com a acção governativa, através dos Ministérios, e também com diversas ONG's, na área social e cultural

Em Dezembro de 1996, o GEPR decidiu criar uma ONG intitulada PROFAMÍLIA, com o objectivo de facilitar as actividades do GEPR, bem como os trabalhos de parceria. Esta ONG teria surgido por imposição dos beneficiários, sobretudo mulheres, que trabalham com o Gabinete desde inícios da década de 90. De acordo com Joana Mangueira, esta designação nada tem a ver com outras organizações, existentes sobretudo na América Latina, organizações essas de carácter conservador e reaccionário e que se orientam pela linha "Deus, Pátria e Família". O seu grupo-alvo, à partida, são as mulheres beneficiárias do Gabinete, desde que se iniciou o projecto com o Fundo Revolúvel de Investimento (1990-95). Mas também constituem grupo-alvo as mães solteiras, viúvas, deficientes físicos, velhos, doentes crónicos sem apoio familiar, crianças órfãs e abandonadas, desmobilizados de guerra, antigos combatentes, presos, marginais e jovens graduados que não tiveram acesso aos níveis seguintes de escolaridade ou os que não conseguiram emprego. A PROFAMÍLIA pretende atingir a família, sobretudo a desfavorecida e que mais sofreu com a guerra,

daí a razão da designação PROFAMÍLIA. A participação de tão diversificado grupo-alvo será realizada através da implementação de micro-projectos e outras possíveis intervenções, com o objectivo de contribuir para a solução de problemas que o tornam desfavorecido. A PROFAMÍLIA trabalha em conjunto com o Governo, Ministros da área e com ONG's.

O lançamento oficial da ONG PROFAMÍLIA foi realizado a 13/12/96, através dum seminário e duma cerimónia de assinatura de um protocolo de intenções, entre a PROFAMÍLIA e os Governadores das províncias contempladas pela iniciativa - Zambézia, Niassa, Nampula, Gaza, Inhambane, Maputo e cidade de Maputo, sendo sete distritos rurais e quatro centros urbanos. Esta cerimónia teve lugar após um estudo elaborado por consultores da Empresa de Estudos e Consultoria AUSTRAL. De acordo com este estudo, as prioridades do programa são:

- Alcançar a segurança alimentar, ou seja, a existência de comida em todas as épocas do ano;

- Aceder à alimentação por parte das populações em condições nutricionais e adequadas e em quantidade e qualidade aceitáveis pelo grupo-alvo;

- Assegurar a produção de rendimento e à terra, água, lenha e educação pelas populações;

- Assegurar o rendimento em dinheiro perto de casa com pouco consumo de tempo;

- Rentabilizar os fundos disponíveis em acções puramente humanitárias Jornal *Notícias*, 14/12/96, Maputo; Austral, 1996).

Discutiram-se neste encontro alguns problemas relacionados com a implementação do programa, ou seja, a diversidade e a dispersão do grupo-alvo, custos e sustentabilidade, após a retirada dos apoios iniciais, bem como a impossibilidade do governo abranger todas as regiões do país de uma só vez. Levantaram-se também questões no que respeita ás relações entre este mega-projecto, da ONG PROFAMÍLIA, com a ideia inicial, que levou à sua criação, ideia esta de facilitar os trabalhos do GEPR, sobretudo das mulheres em situação vulnerável, que foram as beneficiárias iniciais.

Apesar de alguns projectos de vulto realizados pelo GEPR, com uma perspectiva de resolução de problemas concretos experimentados pelas mulheres e famílias, e no sentido da sua independência económica, no contexto de crise dum certo Estado de bem-estar social, parece que este Gabinete se orienta por uma perspectiva assistencialista, de tipo "Mulher no Desenvolvimento", enquadrada na teoria da modernização, liberal-burguesa, em que as mulheres das elites privilegiadas realizam trabalho para os mais pobres sem, contudo, se desafiar as relações de poder existentes, as relações opressivas de género e o acesso e controlo de recursos e poder. Neste sentido, até que ponto não será possível encontrar relações entre este Gabinete e o "Movimento de Promoção Social da Mulher Nativa", já referido anteriormente?

Outra questão a colocar, diz respeito à natureza do GEPR, e às suas características *femocratas*, dado o facto de as suas dirigentes estarem ligadas às elites no poder. A *femocracia* é uma estrutura de poder feminino antidemocrático, que se proclama em defesa da mulher comum, mas que não a realiza na prática, por estar dominada por uma pequena elite de mulheres, cuja autoridade deriva mais do facto de estarem casadas com homens poderosos, do que pelas suas ideias e projectos libertadores. Este movimento tem-se aproveitado dos

compromissos internacionais em prol duma igualdade de género, para servir os interesses desta pequena elite que reproduz e reforça o estado patriarcal e patrimonial (Mama, 1995: 41). Em África o feminismo tem sido definido como a luta popular das mulheres pela sua libertação das várias formas de opressão, a que estão sujeitas, como movimento político que procura transformar as relações de género, que são opressivas para as mulheres. Algumas feministas Africanas avançam inclusivamente que o feminismo tem as suas raízes na realidade Africana, uma vez que as mulheres, no continente, sempre estiveram conscientes das suas relações de género opressivas, desafiando-as através da história, das mais diversas formas. Consideram errado analisar o feminismo como uma ideologia Ocidental, que reflecte a cultura Ocidental, apenas porque o feminismo, como outras teorias, foram influenciadas por pressões externas, resultado do colonialismo e do imperialismo (Mannathoko, 1992: 72).

5.2. A MULEIDE - Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento

5.2.1. Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

A criação da MULEIDE, em finais de 1991, está ligada ao surgimento duma rede regional Africana para a defesa dos direitos da mulher. Em Fevereiro de 1990, realizou-se em Harare, Zimbabwe, a Conferência Constitutiva da *WILDAF (Women in Law and Development in Africa*, Mulher Lei e Desenvolvimento em África), uma organização Africana para a defesa dos direitos das mulheres. Esta nova organização, é uma rede regional dedicada à promoção e consolidação de acções e estratégias para o fortalecimento dos direitos da mulher e do seu estatuto em África. A sua oficialização em 1990 foi produto de um processo de organização e pesquisa que envolveu projectos governamentais e de ONG's

dedicadas aos direitos da mulher em 15 países Africanos, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Swazilândia, Zimbabwe, Moçambique, Zâmbia, Tanzania, Kenia, Uganda, Sudão, Nigéria, Senegal, Ghana, Costa do Marfim e Maurícias. A *WILDAF* é uma organização não-governamental, independente e autónoma com sede em Harare. Os seus objectivos são:

1. Estabelecer e facilitar a comunicação entre os membros da rede com o fim de:

    a) Trocar experiências, sucessos e desafios nas áreas de educação legal, reforma política e legal e serviços jurídicos;

    b) Promover meios efectivos para utilizar o direito como instrumento de organização e educação a nível local, nacional e regional.

2. Providenciar assistência em termos de formação e aconselhamento a grupos locais envolvidos na preparação e aperfeiçoamento de programas e estratégias legais;

3. Coordenar a compilação e troca de informação, incluindo estudos de caso, investigação sobre problemas legais e materiais utilizados nos projectos legais sobre a mulher;

4. Estabelecer e manter uma rede regional de emergência para responder rapidamente a graves violações dos direitos da mulher;

5. Trabalhar com o programa da Mulher, Lei e Desenvolvimento da *OEF International* (*OEF/WLD*) [54] para troca de experiências e coordenação com outras

54 / A OEF International, The Women, Law and Development (WLD) trabalha em rede com activistas da Ásia, África e América Latina para a promoção dos direitos das mulheres, servindo de veículo de colaboração e assistência a grupos de activistas nas comunidades, investigadores

redes da *WLD* na América Latina (*CLADEM* - Comité Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher, com sede em Lima, Peru) e Ásia (*APWLD*, *The Asia Pacific Forum on Women, Law and Development*, Fórum das Mulheres, Lei e Desenvolvimento na Ásia e Pacífico, com sede em Kuala Lumpur, na Malásia) e com programas individuais nessas redes.

Moçambique fez-se representar nesta Conferência sobre "*Networking for Empowerment in Africa*" (Construindo Redes para o Empoderamento em África), pela coordenadora do Departamento de Estudos da Mulher e Género do CEA/UEM e por uma jurista do Ministério da Justiça, Ana Pessoa Pinto, então responsável pelo Departamento de Investigação e Legislação (DIL), tendo apresentado uma comunicação sobre a situação legal da mulher e sobre a sua recente experiência de integração no projecto regional "A Mulher e a Lei na África Austral (*Women and Law in Southern Africa Research Project*) (PSLM/ WLSA), pensado e em preparação desde 1988 e iniciado em Janeiro de 1990. A investigadora do Centro de Estudos Africanos ficou a representar Moçambique no *Steering Committee* (Comité de Direcção), então constituído. A ideia da *WILDAF* era de criar organizações nacionais que pudessem trabalhar duma forma coordenada na divulgação dos direitos das mulheres, na prevenção e resolução de problemas de violência doméstica, na realização de investigação. Em Moçambique havia já um grupo de mulheres interessadas na criação duma organização sobre os direitos das mulheres e a criação da *WILDAF*, a nível do continente, funcionou como catalizador.

De Março de 90 a Janeiro de 91 trabalhou-se na criação de condições para o estabelecimento da *WILDAF* em Moçambique. Foi o Departamento de Estudos

e profissionais na área legal.

da Mulher e Género que prestou grande parte do apoio necessário à divulgação dos objectivos e programas da organização regional, bem como na mobilização dos interessados, uma vez que o grupo não dispunha de fundos. Este apoio foi coordenado com o projecto "A Mulher e a Lei na África Austral" (PSLM/ WLSA), em Moçambique. Até finais de 1990 estabeleceram-se contactos com o Ministério da Justiça e interessados. A 08/01/91 um grupo mais alargado de pessoas interessadas no programa "Mulher, Lei e Desenvolvimento", em número de dez, reunido no Centro de Estudos Africanos, decidiu criar um grupo de trabalho para:

- Identificar temas comuns na *WILDAF* e no INAJ (Instituto Nacional de Assistência Jurídica);

- Definir os temas sobre Mulher, Lei e Desenvolvimento, para se iniciar o trabalho;

- Fazer contactos com outras pessoas interessadas;

- Estudar a forma de divulgação dos temas.

Este grupo era constituído por: Lúcia Maximiano (Jurista, Ministério da Justiça); Ana Pessoa Pinto (Jurista, Ministério da Justiça, DIL); Noémia Francisco (Jurista, Ministério do Trabalho); Alcinda Abreu (Psicóloga e Pedagoga, Organização da Juventude Moçambicana, OJM). Neste encontro, Alcinda Abreu foi escolhida como coordenadora provisória da *WILDAF* em Moçambique. O Grupo de Trabalho criado propôs para debate no grupo mais alargado:

- Que a *WILDAF* em Moçambique deveria funcionar inicialmente no edifício do INAJ;

- Que deveria trabalhar através duma equipa interdisciplinar, tendo em conta a complexidade da mulher e da realidade do país;

- Que se deveria trabalhar no registo legal da organização, a fim de poder gozar de autonomia e independência como ONG;

- Que o trabalho deveria iniciar em Abril de 1991, através dum programa de 6 meses;

- que o grupo-alvo na fase inicial seria a mulher urbana, abrangendo as cidades de Maputo e Nampula, para colher experiências dos dois sistemas de organização social - o patrilinear em Maputo e matrilinear em Nampula, a norte;

- Que as actividades teriam um carácter informativo, nos primeiros momentos, e não de assistência jurídica - casos que porventura chegassem à coordenação, deveriam ser encaminhados ao INAJ;

- Que a assistência jurídica a ser posteriormente instituída deveria ter um carácter gratuito, encontrando-se depois um meio para remunerar as associadas;

- A necessidade de trabalhar com os meios de comunicação social, com as Organizações Democráticas de Massas (ODM's), entre as quais a OMM, a OJM e a OTM (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos) e com outras organizações sociais a identificar - AMODEFA (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família), AMME (Associação Moçambicana Mulher e Educação), ADOCA (Associação das Donas de Casa), ACTIVA (Associação Moçambicana das Mulheres Empresárias e Executivas) -, com Confissões Religiosas, e com Juízes Eleitos;

- Que o primeiro tema a ser tratado seria “A Mulher e a Constituição da República/Os Direitos da Mulher na Constituição da República” e o segundo tema “A Mulher e a Família”.

Em aberto ficaram as questões de estrutura da organização, métodos de trabalho e estatutos e programa.

Cerca de trinta pessoas interessadas, de diversas áreas, associaram-se e criaram a rede inicial da *WILDAF* em Moçambique. De Abril a Dezembro de 1991 trabalhou-se na implantação da *WILDAF* e na criação de condições para a sua Conferência Constitutiva, que teve lugar a sete de Dezembro do mesmo ano. Durante esta Conferência surgiu, entretanto, a MULEIDE, uma ONG moçambicana ligada à *WILDAF* regional, mas com autonomia a todos os níveis. Alcinda Abreu foi eleita sua Presidente e mais tarde eleita também para o *Steering Committee* da *WILDAF* regional, mas a autonomia da MULEIDE - em termos que não estavam inicialmente previstos - levou a que a *WILDAF* regional viesse a constituir mais tarde uma representação sua em Moçambique.

A MULEIDE foi a primeira organização não-governamental dos direitos humanos criada em Moçambique. A Liga dos Direitos Humanos (LDH), foi fundada em 1994, a ONG Direitos Humanos e Desenvolvimento (DHD), em 1996 e a Associação Moçambicana para a Defesa dos Direitos Humanos (AMDH), foi criada em 1997.

O seu orçamento provém, fundamentalmente, de doações, que perfazem cerca de U$D150.000/ano, oriundas de: Fundação Ford, *OXFAM*, *HIVOS*, Cooperação Suíça e *SAT* (rede Regional de SIDA). Os salários do pessoal permanente e dos que prestam, regularmente, assistência jurídica, despesas com instalações, são cobertos por alguns doadores, pois nem todos aceitam a componente de salários, ou institucional, nos projectos.

A legalização da MULEIDE teve lugar a 28/05/92, por Despacho do Ministro da Justiça, Boletim da República Nº 46, 3ª Série, de 13/11/96.

5.2.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e com as bases

A MULEIDE orienta as suas actividades pelos seguintes Objectivos:

- Elevar o estatuto da mulher, contribuindo para o seu bem-estar e para eliminar o grande desequilíbrio existente em relação às oportunidades e acesso e controlo de recursos e poder;

- Contribuir para o esclarecimento e debate sobre a situação legal da mulher na sociedade moçambicana;

- Propor às instituições competentes a revogação de diplomas legais que descriminam a mulher, impedindo deste modo a sua participação na sociedade em pé de igualdade com o homem.

A MULEIDE tem uma Direcção Executiva permanente, a quem compete executar as actividades e programas aprovados nas Assembleias Gerais, que se realizam anualmente. Os Órgãos Sociais compreendem: Assembleia Geral; Direcção; Conselho Técnico; e Conselho Fiscal. De três em três anos elegem-se os seus corpos directivos. A actual direcção corresponde ao 3º mandato. A actual Directora Executiva, Celeste Nobela Bango, participou, desde 1990, como estudante do curso de História na UEM, no PSLM. Os órgãos da Assembleia Geral são:

- Presidente – Elisa Muianga

- 1ª Vice-Presidente – Judite Santos (área legal)

- 2ª Vice-Presidente – Ana Piedade Monteiro (área financeira e administrativa)

- Mesa da Assembleia Geral – Antónia Xavier, Jacinta Abreu, Fernanda Fernandes.

- Conselho Fiscal – Ricardo Trindade, Helena Pedro, membro benemérito a indicar (3º Mandato desde a criação, eleito em Dezembro de 1997).

As suas actividades iniciaram-se no Bairro Benfica, do Distrito Urbano V, na cidade de Maputo, através da formação e actuação de activistas e assistentes sociais, na área de prevenção de DTS e SIDA, Educação Legal, educação sobre Direitos Humanos, e acompanhamento e aconselhamento das vítimas da violência doméstica. Foram, e são igualmente, realizadas Campanhas para registo de nascimentos e casamentos. As principais actividades têm lugar na cidade de Maputo e nas Províncias de Sofala e Cabo Delgado. Em Sofala existe um Núcleo criado em 1996, coordenado por uma activista, Luisa Estrela, que vem trabalhando na Assistência Legal, Educação Cívica, Registo de Crianças e Casamentos, Violência Doméstica, de acordo com o Programa geral da organização. Em Cabo Delgado, tem uma activista coordenadora, mas tem também trabalhado, depois da sua criação, em conjunto com o Gabinete Jurídico da Mulher, em Pemba.

As suas áreas de trabalho centram-se, hoje, em torno de: Educação e divulgação legal; Formação; Assistência Jurídica e Aconselhamento Psicológico; Mulher e o direito à saúde; Advocacia; Estudos e Pesquisa para a acção; Trabalho com jovens. De entre os diversos projectos e actividades levados a cabo é de salientar os que foram publicados: A mulher e o sector informal; Violência contra a jovem e a construção da identidade feminina; Violência doméstica: Manual da Vítima e Manual do Activista; A problemática da Lei de Terras; A prostituição infantil. Por

publicar está "O papel do homem no planeamento familiar". A MULEIDE tem programas radiofónicos e televisivos e realiza peças teatrais junto de diferentes tipos-alvo, como forma de divulgação dos resultados da investigação e de educação popular.

Tem 53 membros, dos quais 46 são mulheres. A maior parte são membros Individuais; tem membros Beneméritos; Simpatizantes – sobretudo jovens, com quem a MULEIDE tem estado a trabalhar, nos últimos anos. Os membros são originários da região sul e Centro do país (talvez influenciada pela 1ª direcção que tinha muita gente da região centro, uma vez que a sua direcção mobilizou membros desta região).

Esta organização tem relações a nível do continente Africano, com a *WILDAF* (*Women in Law and Development in Africa*) e com a *FAWE* (*Forum of African Women Educationalists).* Integra o Grupo Operativo Pós-Beijing, constituído por entidades governamentais e ONG's, para a implementação da Plataforma de Beijing. É Membro do Fórum Mulher e do Fórum das ONG's Nacionais. Para a realização das suas actividades, a nível da base, trabalha com as diversas organizações comunitárias.

A MULEIDE surgiu depois do Projecto "A Situação Legal da Mulher em Moçambique" (PSLM), *Women and Law in Southern Africa Research Project* (*WLSA*) e a maior parte dos seus membros participaram neste projecto, como assistentes de investigação – caso de Celeste Bango, Elisa Muianga, quando, em 1990, iniciaram o Curso de História na UEM – ou como investigadoras associadas – Alcinda Abreu, Judite Santos, Acucena Duarte, Luisa Chadraca, etc.. O trabalho conjunto entre o Projecto PSLM/*WLSA* e a MULEIDE foi, e tem sido bastante proveitoso, já que a discussão ampla dos primeiros resultados

de investigação, com vários grupos-alvo, originou uma maior sensibilidade e conhecimento sobre os problemas enfrentados pelas mulheres. De recordar que um dos seus primeiros programas foi o de registo de nascimentos e casamentos, beneficiando dos resultados da investigação, no Bairro Benfica, onde o Projecto PSLM/*WLSA* trabalha, desde 1990. No dizer dos seus membros a participação, quer no Projecto *WLSA* quer na MULEIDE, teve uma influência muito importante para a sua tomada de consciência como mulheres, tendo gerado solidariedades, coragem e estímulo para os enfrentar, devido ao desfasamento sofrido quando começaram a tomar consciência dos mesmos. Consideram também que as mulheres têm saído, no geral, beneficiadas pelas diversas actividades levadas a cabo desde a sua criação. De realçar que, muitas das mulheres que aderiram à MULEIDE, são mães solteiras, viúvas, mulheres abandonadas, separadas ou divorciadas, muitas delas vítimas de violência doméstica. A MULEIDE tem também sido um importante suporte, do ponto de vista económico, já que garante, ao seu pessoal, um salário melhor que o praticado em instituições do Estado.

Na MULEIDE parece existir um foco duplo na sua visão, abordagem e resolução dos problemas. Existe um grupo de membros, com formação jurídica, mais ligados à resolução formal de litígios, de acordo com a legislação vigente em Moçambique, a "Declaração dos Direitos Humanos", e a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres", que pressupõe uma visão de igualdade e direitos entre mulheres e homens. O grupo mais numeroso, constituído pelas activistas da MULEIDE, que operam nos Bairros, procura articular diferentes discursos na abordagem e resolução dos conflitos. Estas activistas vivem, geralmente, nas comunidades onde actuam, acompanhando o quotidiano de mulheres e homens, que procuram esta organização, em caso de necessidade, e recorrem a vários tipos de

estruturas, ou personalidades, com influência nas diferentes comunidades - nomeadamente, lideres religiosos e tradicionais, ligas femininas das diversas religiões, curandeiros, feiticeiros, secretários dos Grupos Dinamizadores, juizes dos Tribunais Comunitários, ou Distritais, Secretários dos Distritos Urbanos, líderes das forças políticas, familiares, vizinhos - de acordo com os casos em presença. Tem-se, muitas vezes argumentado, que esta forma de resolução de litígios não atenta, a maior parte das vezes, aos direitos humanos e, sobretudo, aos direitos das mulheres, consagrados na Constituição, e duvida-se da sua possibilidade para uma resolução efectiva dos problemas surgidos, sobretudo de carácter familiar, nomeadamente os ligados à violência doméstica. Todavia, parece que a sua prática tem feito brotar formas alternativas para a resolução de litígios, muito mais próximas das pessoas e em que se recorre, frequentemente, ao consenso e à arbitragem, e também, quando necessário, a outras estruturas mais formais, como é o caso da Polícia, ou dos Tribunais de outras instâncias.

5.3. O FÓRUM MULHER - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

5.3.1. Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

Em Abril de 1990, por iniciativa do PNUD e *UNICEF*, Oficiais de Programa Mulher no Desenvolvimento (*WID Programme Officers*), de diversas organizações doadoras, iniciaram um contacto mensal, no sentido de trocar informações e programar projectos e actividades conjuntos, na área da "Mulher no Desenvolvimento". Este encontro mensal teve a designação de *Inter-Agency WID Meeting* (Encontro Entre-Agências Mulher no Desenvolvimento). Faziam parte destes encontros representantes da UNICEF, PNUD, FNUAP, *FAO*, Banco Mundial, *USAID* (Agência dos EU para o Desenvolvimento Internacional), *DANIDA* (Agência

Governamental Dinamarquesa para o Desenvolvimento), *NORAD* (Agência Governamental Norueguesa para o Desenvolvimento), ASDI (Agência Sueca para o Desenvolvimento), *CIDA* (Agência Canadiana para o Desenvolvimento), *CUSO-SUCO* (Agência Não-Governamental de Desenvolvimento Canada-Moçambique), *Save The Children-UK*, *Save The Children-US*. Gradualmente este grupo foi incluindo representantes de organizações governamentais e não-governamentais moçambicanas mais envolvidas na problemática da "Mulher no Desenvolvimento", como por exemplo, a OMM, o CEA/NEM/UEM e o Ministério da Cooperação. Este grupo passou a designar-se *WID Working Coordination Group* (Grupo de Coordenação e de Trabalho Mulher no Desenvolvimento), a partir do 3º trimestre de 1990, do qual foram fazendo parte também, a Comissão Nacional do Plano, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Direcção Nacional de Economia Agrária (DNEA) do Ministério da Agricultura [55], e da *CARE*. Esta actividade foi, porém, interrompida depois de aproximadamente 15 meses de encontros mensais regulares (até Agosto de 1991), nas sedes das organizações participantes, por falta de recursos humanos. Não havia por parte dos participantes possibilidade de consagrar tempo para assegurar uma continuidade de trabalho entre as reuniões. O funcionamento do grupo baseava-se nas contribuições voluntárias rotativas dos participantes, o que se foi revelando insuficiente, apesar do muito que se foi conseguindo em termos de coordenação de actividades realizadas ou a realizar, identificação de necessidades, consultorias ou projectos de investigação realizados. O último encontro deste grupo realizou-se a 30 de Agosto de 1991. Deste grupo saiu a proposta de se realizar um Inventário de Programas/Projectos/Actividades na área "Mulher no Desenvolvimento" em Moçambique, efectuada pelo CEA que, para tal, contratou uma consultora. Este estudo deu uma ideia acerca dos

55 / Membros destes Ministérios e da DNEA participaram apenas em encontros para discutir programas/projectos/actividades da sua área.

projectos existentes e das regiões de Moçambique contempladas pelos mesmos [56]. Entretanto e, considerando a importância da coordenação e contactos entre os diferentes actores que efectuavam trabalho para a promoção da mulher, surgiu uma proposta de várias organizações - OMM (representada por Rafa Machava), CEA/DEMEG [57] (por Isabel Casimiro), *UNICEF* (por Diana Pereira) e *NORAD* (por Nina Berg) - no sentido de reactivar o grupo, com a perspectiva de criação duma rede informal moçambicana de organizações, tendo em consideração a necessidade de alargar o grupo para incluir: ONG's femininas nacionais; ONG's estrangeiras com programas da mulher; Ministérios e outras instituições nacionais mais vocacionadas para o desenvolvimento da mulher; doadores internacionais. O grupo seria soberano, com participação em termos iguais de cada uma das organizações/instituições. O grupo aprovaria uma coordenadora nacional e uma cooperante para efectuar o trabalho prático dando-lhe as directivas. Formalmente a coordenadora e a cooperante seriam contratadas pela OMM, que também ofereceria um local de trabalho para o desenvolvimento das actividades. O funcionamento do grupo seria financiado pelos doadores participantes, de acordo com planos de actividades elaborados pelos seus membros. Os seus objectivos seriam:

1) Melhorar a comunicação entre os diferentes actores no campo *WID (Women in Development*, "Mulher no Desenvolvimento"); oferecer um fórum de discussão sobre estratégias e metodologias; trocar informação e experiências; coordenar o trabalho dos participantes para uma melhor eficiência;

56 / De acordo com este estudo, 90% de todos os projectos nesta área, concentravam-se nas 3 províncias do sul de Moçambique, durante o período de desestabilização, ou seja, durante a década de 80 e princípios da de 90.
57 / O DEMEG, Departamento de Estudos da Mulher e Género, foi criado em 1990, na sequência do Núcleo de Estudos da Mulher, NEM, surgido em 1988, no Centro de Estudos Africanos. Todavia, a sua oficialização, dentro da UEM, só se verificou em 1991.

2) Servir e capacitar os participantes para apoiá-los na sua tarefa de promoção da mulher - organizar cursos sobre temas escolhidos pelo grupo, p. ex. gestão, administração, identificação de projectos, *gender awareness* (consciencialização sobre questões de género), etc.; sensibilizar os órgãos estatais sobre a importância da integração de programas específicos para a mulher nos planos de acção do governo; disponibilizar informação sistematicamente recolhida sobre as actividades no campo da "Mulher no Desenvolvimento" em Moçambique.

Esta proposta tinha como base:

- A convicção de que o Grupo de Trabalho Mulher no Desenvolvimento em Moçambique deveria continuar a funcionar;

- Que se deveria manter como um grupo informal;

- Que já estavam nele representadas diversas organizações sociais moçambicanas na área da mulher;

- A necessidade duma fase transitória em que o grupo se pudesse reforçar e crescer e que melhor se pudesse identificar a futura coordenadora moçambicana;

- Que na fase transitória deveria existir um grupo de não mais de 3 moçambicanas, representando 2 ONG's nacionais (OMM e ACTIVA) e 1 centro de pesquisa (CEA), que trabalharia com a cooperante, de Julho de 1992 a Janeiro de 1993, altura em que os membros do Grupo se poderiam pronunciar sobre as propostas para a sua futura representante (através de Concurso Público). Durante estes seis meses o Grupo distribuiria entre si as áreas de trabalho e apresentaria um programa das suas actividades,

de acordo com as Tarefas do Grupo, já definidas e aprovadas em reuniões anteriores, programa de trabalho a ser apresentado e discutido durante o mês de Agosto de 1992, uma vez aprovada esta proposta;

- Que as organizações representadas deveriam disponibilizar tempo para os seus membros dedicarem ao Grupo provisório, como forma de também prestarem o seu apoio.

O Grupo Informal iniciou as suas actividades com a designação de "Grupo de Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento", funcionando em instalações disponibilizadas para esse fim pela OMM, tendo cumprido com todas as actividades propostas e aprovadas pelos seus membros. Foi em 1992 que passaram a participar deste grupo a ACTIVA, a MULEIDE e o IDIL (Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local).

Durante o 1º semestre de 1993 este Grupo de Coordenação discutiu, para além de questões relacionadas com a selecção da futura coordenadora nacional, os objectivos e a definição do que deveria ser este Grupo no futuro. Estes debates, com uma ampla e democrática participação de grande parte das organizações então existentes, prolongaram-se por cerca de 6 meses, tendo-se decidido pela criação do Fórum Mulher - Coordenação para Mulher no Desenvolvimento - com o respectivo, Estatutos e Programa de Actividades. De salientar que os seis meses de debates e preparação que levaram à criação do Fórum Mulher, se transformaram em momentos especiais de conhecimento e aprendizagem mútua, de democracia participativa, momentos por vezes de grande tensão, mas com uma grande dose de criatividade e que envolveram mulheres e homens, com diferentes origens sociais, ideologias, crenças religiosas, visões e perspectivas de desenvolvimento e sobre a mulher. Para algumas agências

doadoras - que apoiavam estes preparativos e estavam dispostos a financiar a futura organização em preparação - perdeu-se demasiado tempo. A convicção do núcleo duro foi, entretanto, a de que estes seis meses ajudaram a preparar as condições para o surgimento da rede, rede esta que se foi construindo e consolidando no próprio processo da sua gestação.

A ideia inicial de ser uma rede informal de diverso tipo de organizações acabou por não se concretizar, devido a questões práticas e legais - contratos, orçamento, sede - que obrigaram a uma legalização como ONG, três anos depois de se terem iniciado os trabalhos preparatórios. O Fórum Mulher é uma rede de organizações de natureza variada, mas com o objectivo de lutar pela liberdade e igualdade da mulher. Dele fazem parte mulheres e homens, organizações nacionais e internacionais, agências das Nações Unidas e de desenvolvimento de países diversos, organizações governamentais, ONG's nacionais e internacionais, organizações religiosas, ligas femininas de partidos políticos, organizações de camponeses, de operários, de empresários, cooperativas, sindicatos.

Tem um orçamento anual de cerca de U$S150.000-. Para 1998 estavam previstos cerca de U$D200.000-, dos quais U$D90.000- já estavam garantidos. Os principais doadores são: *NORAD*, ASDI, Cooperação Suíça, Embaixada do Reino dos Países Baixos, *HIVOS* (Países Baixos), *SNV* (Reino dos Países Baixos), *CUSO-SUCO* (Canada), *UNICEF*, PMA, FNUAP, *KEPA* (Finlândia). O pessoal que trabalha a tempo inteiro, depende dos salários contemplados no orçamento. Como forma de prevenir a sua sustentabilidade futura - impossível por ora - os membros do Fórum realizam trabalhos de investigação, consultoria e formação, contribuindo com 10% do total recebido, pela tarefa realizada.

5.3.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e com as bases

O Fórum Mulher começou a trabalhar em 1993, mas apenas ficou legalizado em 1996. Define-se como um grupo de organizações e instituições que trabalham em prol da mulher moçambicana, nomeadamente ONG's nacionais, organizações de mulheres de partidos políticos, instituições estatais e de investigação, doadores nacionais e internacionais e ONG's estrangeiras. Pode aderir ao Fórum Mulher qualquer organização, instituição ou parte dela, que promova o estatuto da mulher moçambicana e que se identifique com os princípios do Fórum. Os participantes desta rede são grupos, organizações e instituições e não indivíduos. O gabinete do Fórum está em Maputo, mas é sua intenção estabelecer contactos com todas as organizações e grupos de mulheres em diferentes pontos do país. O Fórum não tem fins religiosos, partidários, nem lucrativos (Panfleto do Fórum Mulher, Maputo, 1993).

As suas actividades são norteadas pelos seguintes princípios:

- A associação tem um papel fundamental no desenvolvimento sócio-económico-cultural do país;

- A organização e os seus membros têm a responsabilidade de lutar pelos direitos das mulheres e dos homens e que estes sejam gozados pelos indivíduos;

- O desenvolvimento passa pela participação da mulher, bem como de outros grupos excluídos da sociedade;

- A necessidade de existirem interesses e objectivos comuns entre os membros;

- A necessidade de conjugação e de coordenação de esforços;

- A necessidade de procura de consensos quanto aos princípios. (Seminário dos Órgãos Sociais do Fórum Mulher, sobre a adequação do lugar, papel e objectivos da Organização e expectativas da sociedade, Maputo, 15/11/97).

Os seus Objectivos são:

Gerais:

- Formar uma rede de comunicação, informação e troca de experiências abrangente de todos os que lidam com questões sobre a mulher, género e desenvolvimento;

- Capacitar os elementos das organizações participantes e outros interessados para, por um lado, elevarem o seu nível de conhecimentos em questões de género e, por outro, a eficiência do seu trabalho em prol da mulher;

- Influenciar os órgãos de decisão sobre as questões de género e de igualdade de direitos, acesso e oportunidades entre mulheres e homens princípios.

Específicos:

- Recolher, sistematizar e distribuir entre os participantes informação sobre as actividades em prol da mulher, por exemplo, publicando um boletim informativo;

- Oferecer um fórum de debate e intercâmbio de experiências e ideias entre as participantes, por exemplo, através de reuniões mensais;

- Criar e manter contactos com organizações e redes com fins semelhantes, ao nível regional e internacional;

- Organizar cursos de formação em questões de género e desenvolvimento e promover outras acções que contribuam para a elevação do nível de conhecimentos, em primeiro lugar, dos elementos das organizações participantes;

- Planificar intervenções em comum, ao nível do Fórum Mulher, em questões actuais para defender os direitos da mulher;

- Responsabilizar-se pela participação das ONG's moçambicanas na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Panfleto do Fórum Mulher, Maputo, Setembro de 1993).

As suas áreas de actividade são: i) Formação, ii) Informação, iii) Implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague, iv) *Lobbying*. Em relação à Formação, o Fórum foi desenvolvendo capacidades ao nível dos seus membros e tem hoje uma Rede de Formadores e Consultores na área de Capacitação Institucional, Gestão de Projectos, Metodologia de Planificação de Género, *Lobbying*, Educação Cívica, Participação Democrática. Na área da Informação, é publicado trimestralmente um Boletim, distribuído a todos os membros e interessados. No âmbito da Implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague, o Fórum Mulher coordena o Programa "Todos Contra a Violência", com a participação de várias ONG's e OG's, através dum Grupo de Trabalho constituído pelo *Kulaya* (Centro de Acolhimento de pessoas vítimas de violência, e que significa refúgio), no Centro de Psicologia da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), situado no Hospital Central de Maputo (HCM) e o Centro de Estudos Africanos (CEA), que desenvolve pesquisa nesta

área de violência. No que respeita à área de actividade *Lobbying*, foi realizado trabalho aquando das eleições de 94, no sentido de se garantir uma percentagem de mulheres ao nível do Parlamento e do Governo, trabalhou-se com os Partidos políticos sobre as questões relacionadas com a mulher e criou-se um grupo de trabalho que discutiu a pertinência ou não da existência dum Ministério sobre questões da mulher, à semelhança do que acontece noutros países.

Este Fórum desempenhou um papel importante na educação cívica, aquando das eleições de 1994, fez *lobbies* no sentido de que o Parlamento integrasse, pelo menos 1/3 de mulheres, que o Governo integrasse mulheres profissionais e respeitadas e inscrevesse a perspectiva de género no seu Programa. Membros seus integraram grupos de trabalho que elaboraram reflexões sobre questões éticas a tomar em consideração no respeitante aos métodos de trabalho e ao exercício do poder, para o Governo saído das primeiras eleições multipartidárias.

Em 1994/95 realizaram-se os preparativos para a participação das ONG's moçambicanas na Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, em Setembro de 1995. A coordenação de todos os preparativos das ONG's, bem como a participação em Beijing, esteve a cargo do Fórum Mulher, assim como o programa de actividades pós-Beijing, nomeadamente a coordenação da Campanha Nacional "Todos Contra a Violência", um movimento contra a violência doméstica. Teve um papel mobilizador e activo na discussão sobre a nova Lei de Terras, aprovada pela VI Sessão do Parlamento, realizada entre Fevereiro-Abril de 1997. A questão da terra é um assunto bastante 'quente' em Moçambique, onde se conjugam pressões externas e internas no sentido da privatização da terra. Até ao presente momento, a terra é propriedade do Estado todavia, após o Programa de Reabilitação Económica, iniciado em 1987, tem havido um mercado informal de terras e, as principais prejudicadas são as

mulheres, num país onde são elas as principais produtoras de bens alimentares e onde cerca de 60% das exportações vêm do sector familiar. De entre os títulos de posse de terra até ao momento entregues a camponeses, apenas 1% são para mulheres.

Em finais de 1996 surgiu um outro Fórum, com características semelhantes, mas reunindo as ONG's Nacionais, designado Fórum das ONG's Nacionais, com sede em Maputo, funcionando igualmente como rede. Os seus objectivos são: Contribuir para a democracia e justiça social no país; Reforçar e valorizar a identidade das organizações nacionais; Promover a solidariedade entre as organizações nacionais e defender interesses comuns. Como se pode ver, as suas intenções estão ligadas a ideais de democracia, justiça social, valorização da identidade e solidariedade das organizações membros e defesa de interesses comuns. Tem agendadas discussões e *lobbies* em torno de: Dívida Externa; Políticas de Ajustamento Estrutural; Campanha contra as Minas; A questão da Terra. O Fórum Mulher faz parte deste Fórum.

Ao Fórum das ONG's Nacionais está ligado o Grupo da Dívida Externa, cujo foco tem sido, a realização de estudos e investigação sobre a problemática da dívida externa em Moçambique - em coordenação com organizações congéneres na África Austral, continente Africano e Terceiro Mundo - e a sua divulgação junto das pessoas, a pressão junto do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial e doadores, no sentido do seu cancelamento. Em Dezembro de 1998, este grupo foi muito activo, nos preparativos e durante um Seminário, organizado pela Assembleia da República, cujo objectivo era discutir e sensibilizar os deputados e a sociedade, para a problemática da dívida, com o fim de apelar ao seu cancelamento.

A Rede Fórum Mulher realiza encontros mensais com os seus membros onde, para além de se debaterem questões relativas à organização, se debatem temas específicos, introduzidos por representantes das suas organizações ou pessoas convidadas. Por exemplo, aquando do debate sobre a revisão da Lei do Trabalho, realizou-se um encontro onde o Comité da Mulher Trabalhadora (COMUTRA), da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) apresentou as suas posições. Uma acta deste encontro foi anexada ao parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade, da Assembleia da República, aquando da discussão da Revisão da Lei do Trabalho, na sua VII Sessão em finais de 1997.

Opera fundamentalmente na Cidade de Maputo, tendo-se desenvolvido contactos com várias organizações nas províncias, ao longo dos cinco anos de actividade, contactos que se traduzem no envio regular de informação diversa e do Boletim do Fórum Mulher (trimestral) e convites às organizações para participar em encontros ou, cursos, garantindo, deste modo, uma participação nacional. O Fórum também realiza reuniões regionais - reuniões preparatórias da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing e reuniões sobre o programa pós-Beijing. Realizou-se, em 1998, uma reunião na cidade de Nampula, região norte, para discutir o programa pós-Beijing.

O Fórum Mulher tem uma direcção designada Conselho de Direcção, constituído por representantes de organizações eleitas em Assembleia Geral - a quem compete decidir sobre as políticas, fazer respeitar os Estatutos e o Programa, elaborar e discutir os programas anuais do Fórum, estabelecer contactos com diversas instituições nacionais e estrangeiras - e uma Direcção Executiva. A Direcção Executiva, dirigida por uma Coordenadora, tem crescido à medida do desenvolvimento das actividades do Fórum. Neste momento tem uma

Oficial de Formação (Leontina dos Muchangos), Oficial de Informação (Benilde Nhalivilo), uma Coordenadora do Programa "Todos Contra a Violência" (Lucilia Chirindza) e uma Jornalista para o Boletim deste Programa (Acia Sales), ambas a trabalharem ao nível do Fórum Mulher, em conjunto com Manuela Almeida, que é a coordenadora geral do programa "Todos Contra a Violência". Tem também no escritório uma Assistente Administrativa, Ester dos Santos, e uma Secretária Documentalista, Graça Sabata.

O Conselho de Direcção (eleito na última Assembleia Geral, realizada em finais de 1997), é composto pelas seguintes organizações e suas respectivas representantes:

. Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ) - Luisa Chadraca

. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) - Higiene Mussengue

. Centro de Estudos Africanos (CEA/UEM) - Ana Piedade Monteiro

. Centro de Formação Agrária, Ministério da Agricultura e Pescas (CFA/MAP) - Diogo Milagre

. Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) - Lorena Mangane/José Muthombene.

Tem 51 membros colectivos, que são os membros efectivos. O Fórum Mulher, como rede de diversas organizações, governamentais, não-governamentais, ligas femininas de partidos políticos, sindicatos, organizações das Nações Unidas, ONG's estrangeiras e outras organizações doadoras, tem como

membros participantes, essas mesmas organizações. Tem também membros beneméritos, como é o caso da *NORAD* e as organizações estrangeiras são membros participantes, mas não têm poder de decisão.

Mantém relações de trabalho e coordenação, no continente Africano, com:

- *FEMNET - African Women Development and Communication Network*, com sede em Nairobi.

- *Z.W.R.C.N. - Zimbabwe Women's Resource Centre and Network*, com sede em Harare.

- *GETNET* - Rede de Género, situada em Cape Town, África do Sul.

- *WILDAF - Women in Law and Development in Africa*, com sede em Harare.

- *UNIFEM* - Fundo das Nações Unidas para a Mulher - Sede regional em Harare.

- *FAWE - Forum of African Women Educationalists* - Sede em Nairobi.

No caso de Moçambique, é Secretário da Mesa da Assembleia Geral da LINK - Fórum de ONG's, e realiza contactos com várias organizações comunitárias, em vários pontos de Moçambique. Mantém contactos regulares com o Gabinete do Primeiro Ministro, acerca do Programa do Governo Pós-Beijing, e é membro do Grupo Operativo, constituído depois da Conferência de Beijing, coordenado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Social, que é responsável, a nível do Governo, pelas questões da mulher e género; com as Comissões da Assembleia da República – sobretudo dos Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente e dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade; com organizações

das Nações Unidas em Moçambique, sendo membro do Comité Técnico do Programa Mundial para a Alimentação (PMA) e do *Steering Committee,* do PNUD.

O Fórum encontra-se num momento de reflexão sobre a sua missão, os seus valores e objectivos, discute as melhores formas de funcionar como rede, e o relacionamento com as organizações que dele fazem parte, organizações que no geral, esperam que o Fórum trabalhe para si, mas que pouco apoio lhe têm prestado. Debate-se com questões relacionadas com as suas capacidades humanas, a fim de poder dar vazão às solicitações das organizações nacionais, do seu plano de trabalhos e dos contactos com o exterior. A área de actividade de *lobby* é a que se tem ressentido mais, apesar do trabalho realizado aquando das eleições presidenciais e legislativas de 1994. Neste sentido, o Fórum Mulher organizou, em Novembro de 1997, cerca de quatro anos depois da sua criação, um Seminário com a participação dos órgãos sociais (o Conselho de Direcção, constituído por organizações eleitas em Assembleia geral, cujos membros são indicados pelas organizações eleitas), para discutir a sua missão e objectivos, a adequação do lugar e papel da organização, bem como as expectativas da sociedade civil. Esta reflexão foi-se revelando importante à medida do seu crescimento, das solicitações das organizações que dele fazem parte e devido à necessidade de se pensar sobre as suas forças e fraquezas. Uma questão que mereceu um grande debate foi a questão dos membros, que são colectivos, no sentido de se saber a quem o Fórum representa e a quem deve representar, e acerca da responsabilidade e realização das tarefas por parte das pessoas indicadas para os órgãos sociais, em nome das organizações eleitas. De realçar que os membros do Gabinete exercem funções executivas, em relação às políticas estipuladas pelo Conselho de Direcção, não tendo competência nem capacidade para seleccionar os seus representantes. Por outro lado, verifica-se uma tendência por parte de membros das organizações que fazem parte

do Fórum de o identificar com quem trabalha no Gabinete. Sendo o Fórum Mulher uma ONG, que também é uma rede de diversas organizações, discutiu-se igualmente até que ponto, pode ou não interferir, na tomada de decisões e opções estratégicas de cada organização. Na reunião Nacional realizada em Junho de 1996, alguns membros do Fórum aventaram a ideia de mudar os seus objectivos para ter "*um papel fiscalizador de forma a garantir que o seu membro trabalhe de acordo com os objectivos do Fórum – ONG que luta pela igualdade e pela justiça na perspectiva de género*" (Fórum Mulher, Seminário de Diagnóstico sobre a Missão e objectivos da Organização, Maputo, 1997).

O Fórum Mulher nasceu duma dupla necessidade - sentida pelas moçambicanas de melhor coordenar as actividades em relação à mulher; mas também por parte dos doadores, que viam multiplicar-se as necessidades, as organizações, a duplicação de esforços em termos de projectos e financiamento. Beneficiou, como no caso das outras organizações, dum ambiente favorável, relacionado com a 'moda', primeiro da perspectiva "Mulher e/no Desenvolvimento", seguida por muitas organizações doadoras, e depois, pela perspectiva "Género e Desenvolvimento". Mas acabou por se transformar numa organização/rede autónoma, com independência na elaboração dos seus programas. Estes e o respectivo orçamento, são elaborados anualmente, com a participação das organizações membros e posteriormente discutidos, em seminário, com as eventuais organizações doadoras.

Este Fórum, através das suas acções e diálogo entre a sociedade, e entre esta e o Governo, tem contribuído para uma visão holística da sociedade, e para a construção duma solidariedade activa dos seres humanos, ou seja, para uma sociedade de cidadania e subjectividade plenas, não apenas para homens, mas também para as mulheres. O Fórum Mulher tem funcionado como uma

rede que procura encontrar equivalências entre várias lutas democráticas, não apenas em Moçambique, mas noutras regiões do mundo, por forma a articular formas de luta pelos direitos humanos colectivos e de grupos, de democracia participativa, de autonomia institucional e igualdade, identidade cultural, expansão da liberdade contra o autoritarismo do Estado, ou contra a dominação cultural de massa, enfatizando o "empowerment" (Santos, 1995: 266-267; Mouffe, 1996:105).

Organizações e instituições membros do Fórum Mulher:

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ACTIVA – Associação Moçambicana das Mulheres Empresárias e Executivas

ADOCA – Associação Moçambicana das Donas de Casa

AMDDH – Associação Moçambicana para a Defesa dos Direitos Humanos

AMME – Associação Moçambicana Mulher e Educação

AMMCJ – Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica

AMODEG – Departamento Feminino da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

AMRU – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural

ASDI – Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional

ATAP – Associação dos Agro-pecuários

CEA – Centro de Estudos Africanos, UEM

CFA – Centro de Formação Agrária, MAP

OTM – Comité Nacional da Mulher da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

Cooperação Suíça:

CUSO/SUCO – Canada

CVM – Cruz Vermelha de Moçambique

Embaixada do Reino dos Países Baixos:

FDC – Federação para o Desenvolvimento da Comunidade

FEM – Fundação Eduardo Mondlane (da Reino dos Países Baixos)

FOS – da Bélgica

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População

GEPR – Gabinete da Esposa do Presidente da República

IDIL – Instituto Nacional do Desenvolvimento da Indústria Local – Balcão da Mulher

KEPA – Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento (Finlândia)

MAP – Ministério da Agricultura e Pescas

MBEU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher

MICAS – Ministério para a Coordenação da Acção Social

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

Movimento das Mulheres pela Paz:

MS – Associação Dinamarquesa de Cooperação Internacional

MULEIDE – Mulher, Lei e Desenvolvimento

NORAD – Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento

NUMAC – Núcleo da Mulher Académica

NUMMA – Núcleo da Mulher e Meio Ambiente

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ORAM – Associação Rural de Ajuda Mútua

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROGRESSO

SARDC – Centro de Investigação e Documentação para África Austral

SÉ RIXILE – Associação de Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário

SINTIA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar - Comissão Nacional das Mulheres da Indústria Açucareira

SINTIQUIGRA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Gráfica – Projecto Mulher

SNV – Organização Holandesa para o Desenvolvimento

SINTIVEC – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Vestuário, Couro e Calçado

SINTMAP – COMUTRA – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas – Comité da Mulher Trabalhadora

SOROPTIMIST – Internacional de Maputo – Moçambique

TRÓCAIRE – Agência Católica para o Desenvolvimento

UGC – União Geral das Cooperativas Agro-Pecuárias de Maputo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América

WAKHELA – Mulher, Educação e Desenvolvimento

(Dados de Dezembro de 1998).

5.4. A Associação Moçambicana da Mulher e Educação - AMME

5.4.1.Contexto de criação. Relação com o Estado, com as forças políticas e com os doadores

A AMME foi criada em 1994, e surgiu da vontade de um grupo de pessoas ligadas à Educação e que pretendiam trabalhar para a elevação das condições sócio-económicas e profissionais da mulher docente moçambicana, do ensino primário, no sentido da sua valorização pessoal, e por parte da sociedade. Este grupo de profissionais da Educação estava preocupado com o estado a que havia chegado este sector com a guerra de desestabilização e com os efeitos sociais do PRE e, sobretudo, o nível dos seus profissionais. Este grupo pretende trabalhar para a elevação das condições sócio-económicas e profissionais da

mulher docente do ensino primário, no sentido da sua valorização pessoal e por parte da sociedade. Num país com uma grande percentagem de analfabetismo, do qual a maioria são mulheres, e em que a profissão de professor primário não é feminina, como noutros países, compreende-se a importância e a urgência de melhorar a situação das poucas mulheres, e de trabalhar para mudar a imagem que a sociedade tem destes profissionais, depois de durante muito tempo, serem respeitados pelas comunidades. Devido às condições sociais e económicas existentes e à degradação das condições gerais do país, professores há que estão envolvidos em corrupção ao nível das Escolas, recebendo dinheiro para as matrículas ou para aprovar os estudantes. Por outro lado a sua imagem está também ligada à corrupção sexual, engravidamento de estudantes, o que faz com que os pais receiem pelo envio das suas filhas para as Escolas, sobretudo em meio rural, onde nada aprendem de importante para a vida, não conseguem arranjar um emprego, podendo ainda sair grávidas da Escola.

De entre o seu grupo fundador encontram-se, por exemplo, Arlete Calane, Mª Alice Calane, Marcus Mapinguissa, Belmira Macucha, Francisca Samboco, Inês Mbanze, Ricardo Trindade, Guilhermina Macabi, Mª João Mongo, Mª Manuela Neves, Leontina dos Muchangos. Alguns destes membros participaram ou participam noutras ONG's. Arlete Calane é membro da MULEIDE, desde a sua criação, em finais de 1991 e já foi também dos seus corpos directivos; Belmira Macucha está ligada à *Wakhela* (Associação Mulher Educação e Desenvolvimento, ONG na área da educação da mulher), Ricardo Trindade é também da MULEIDE e da *MONASO* (uma Associação ligada à prevenção da SIDA), e Leontina dos Muchangos é Oficial de Formação do Fórum Mulher, e membro do NUMAC (Núcleo da Mulher Académica). O seu grupo-alvo são as professoras, no geral, mas em particular, as professoras primárias das zonas peri-urbanas e rurais, dado que é aqui que se encontra a maioria das professoras que mais necessita de apoio.

A Assembleia Constituinte teve lugar em Setembro de 1994, mas a sua legalização apenas ocorreu a 29/06/95, por Despacho do Ministro da Justiça.

No que respeita ao orçamento de que dispõe, vive da Jóia (70.000,00MT) e da Quota mensal (15.000,00MT). Tem apoios de diversas organizações doadoras, para projectos concretos, e também para capacitação institucional, entre as quais, a Cooperação Suíça, a *UNICEF*, a ASDI, a *MS* (Dinamarca), a *NORAD*, o Banco Mundial, e a *SAT* (*Southern Africa Training AIDS*, do Canada). Depende, portanto, exclusivamente, das doações internacionais. Apesar dos seus membros terem, no geral, o seu salário garantido, por trabalharem noutros locais, o orçamento cobre o pessoal a tempo inteiro, ou seja, de secretariado e limpeza.

5.4.2. Objectivos, organização interna, actividades e relações com os membros e com as bases

A AMME é uma ONG moçambicana sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com uma autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O seu grupo-alvo são as professoras no geral, mas em particular as do Ensino Primário das zonas peri-urbanas e rurais, dado que é aqui que se encontra a maioria que necessita de apoio. Os seus objectivos são:

- Proporcionar às mulheres formas de desenvolvimento pessoal e profissional;

- Elevar o nível de educação e formação da mulher docente, de modo a que se sinta valorizada na sociedade;

- Consciencializar a sociedade em geral e as mulheres em particular para a relevância da educação e da elevação do nível cultural das mulheres nos seus desempenhos, como factor estratégico para o desenvolvimento geral do país;

- Sensibilizar as mulheres docentes para a importância do seu papel como educadoras e formadoras;

- Promover acções de formação que levem a mulher a participar conscientemente no desenvolvimento da comunidade onde ela se encontra inserida;

- Encorajar todas as iniciativas no âmbito da educação que visem promover o estatuto cultural, social e económico da mulher;

- Formar uma rede de mulheres docentes e outras capazes de promover acções de ensino-aprendizagem em todas as áreas do conhecimento e do saber fazer.

A sua sede é em Maputo, mas está gradualmente a criar delegações provinciais com uma coordenadora e uma adjunta. A AMME centra a sua actividade na formação de formadores e activistas, no sentido de criação duma rede nacional de mulheres docentes, com a tarefa de promover acções de ensino-aprendizagem em todas as áreas do conhecimento e do saber-fazer, junto das camadas mais vulneráveis da população. A sua estratégia consiste na realização de cursos de formação com a participação de professores distritais, e que desejam filiar-se à AMME. Atendendo à capacidade da organização, criar-se-ão delegações provinciais, núcleos distritais e células ao nível das comunidades, escolas e famílias. De acordo com Arlete Calane, Directora Geral da AMME (entrevista realizada em Maputo, 27/05/98) todas as províncias e alguns distritos já foram contemplados por este tipo de formação. A formação dos quinhentos activistas, incide nas seguintes áreas: cuidados primários de saúde; educação legal e cívica; Eleições Autárquicas; Violência Doméstica; gestão e organização. A AMME está ligada a um programa nacional de Educação da Rapariga, do Ministério da

Educação que funciona, a título de projecto piloto, em três províncias do país, das que detém maiores índices de analfabetismo e de desistência de raparigas, na escola primária - Nampula, Sofala e Zambézia (sendo Cabo Delgado a quarta). A estas províncias veio acrescentar-se uma quarta, em Cabo Delgado que, por iniciativa dos quadros da Direcção Provincial de Educação e com o apoio da ASDI, decidiu avançar com este programa. O projecto de Educação da Rapariga, da AMME, funciona em três escolas primárias da província de Tete, envolvendo 25 crianças de cada Escola.

A sua Direcção Executiva é constituída pelos seguintes membros:

Directora Geral – Arlete Calane

Adjunta – Angela Manjate

Directora Executiva – Francisca Samboco

Tem a sua sede em Maputo. Está a criar gradualmente delegações provinciais, com 1 coordenadora e 1 adjunta. Quando se realizam cursos de formação com a participação de professores distritais, considera-se criada a rede provincial.

As suas áreas de actividade são: i) Investigação, ii) Formação, e iii) Divulgação. Em torno destas áreas desenvolvem-se projectos diversos. Com a formação de activistas nas diversas províncias, procura-se criar uma delegação provincial, registar a AMME e proceder à abertura de contas para o desenvolvimento das actividades.

i) Formação:

Formação de activistas em todas as províncias – cerca de 500 já formadas –

que são professoras primárias, nas seguintes áreas: 1) Cuidados Primários de Saúde; 2) Educação Legal e Cívica; (Lei do Trabalho, Estatuto e Carreira do Professor, Direitos Humanos); 3) Lei de Terras; 4) Eleições Autárquicas; 5) Violência Doméstica; 6) Gestão e Organização;

ii) Investigação:

- Desemprego Feminino – Bairro da Maxaquene e Mahotas, na cidade de Maputo.

- Insucesso Escolar Feminino – na cidade e Província de Maputo.

- Saúde Escolar e Nutrição (em curso) – Fase de diagnóstico em 6 escolas nas províncias de Niassa, Zambézia e Inhambane;

iii) Divulgação:

Em relação à violência doméstica, trabalha no Distrito Urbano IV, com 12 conselheiras formadas. As conselheiras divulgam informação sobre os direitos humanos, sobre os direitos das mulheres, diagnosticando e aconselhando sobre as situações colocadas.

As suas actividades são no sentido de:

- Aconselhamento às professoras e raparigas dos bairros Albasini, Mahotas, Laulane, Costa do Sol, Triunfo, Maxaquene "B" e na sua sede;

- Educar, informar, prevenir com informação, debates, palestras nas escolas e com as professoras;

- Promover a saúde da rapariga e a educação sexual;

- Atender e encaminhar os casos para a *Kulaya* (Refúgio.

A AMME é uma das organizações que integra o programa "Todos Contra a Violência", coordenado pelo Fórum Mulher, no Distrito Urbano IV, da cidade de Maputo, informando, formando, diagnosticando situações e remetendo-as, quando necessário, à *Kulaya* (Refúgio), que é um Centro para Atendimento, aconselhamento, educação sexual e de reintegração familiar, social e profissional às vítimas de violência doméstica, a funcionar no Hospital Central de Maputo. Neste Centro de Atendimento existem quartos de refúgio para acolher as pessoas vítimas de diversos tipos de violência. A criação deste Refúgio surgiu das discussões do programa do Fórum Mulher, após a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, realizadas em encontros nacionais, em Maputo, em 1996 e com representantes de organizações ligadas à mulher de todo o país. Discussão que não foi pacífica, porque algumas mulheres e homens presentes discordavam da existência dum Refúgio, alegando aspectos culturais e o facto das famílias e comunidades o poderem interpretar como um centro de prostituição. Desde 1998 o Ministério do Interior, através da sua Unidade de Género, dirigida pela jurista, Justina Cumbe, está a formar mulheres e homens polícias para atendimento especializado nas Esquadras, a vítimas de violência doméstica. Nos Cursos de Formação para a Polícia têm participado investigadores do Centro de Estudos Africanos, envolvidos no PSLM/*WLSA*, do *Kulaya*, da MULEIDE, da Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica, entre outras. Funciona já neste momento uma Esquadra Piloto, num dos Bairros da cidade de Maputo.

A mais recente informação contida no Boletim Informativo da *Kulaya* (B.I. Nº 10, Fevereiro de 1999), dá conta que este Centro de Atendimento atendeu, em 1998, 180 casos de violação sexual. Destes 114 são de menores de 20 anos, 13

de jovens com idades entre 21-25 anos e os restantes de adultos acima dos 25 anos. Dos 114 casos de menores, 4 casos são com idades entre 0-5 anos, 15 casos de 6-10 anos, 45 casos de menores entre os 11-15 anos e 50 casos de adolescentes entre os 16-20 anos. No ano de 1998 o Grupo "Todos contra a Violência" atendeu mais de mil casos de violência. Destes casos que mereceram atendimento,

> " *... calcula-se que mais de 50% tiveram um resultado positivo, 10% encontram-se ainda em processo nas instâncias legais e os restantes casos beneficiam de um apoio técnico-jurídico e psicológico, bem como de um acompanhamento por parte das activistas, através de visitas domiciliárias de aconselhamento e orientação. Casos de violência contra o homem também foram registados, embora em número pouco significativo".*

A maior parte dos casos são de violência doméstica, ou seja, agressão física, psicológica e sexual. De entre os casos de abuso sexual de menores, alguns perderam a vida e há também casos de menores grávidas, em resultado das violações (Boletim Informativo "Todos Contra a Violência", Nº 9, Janeiro de 1999: 1). Em 1997, quando começou o programa, este Grupo atendeu, só na cidade de Maputo, quase 200 casos de violação sexual de menores, de entre os quais, 13 de crianças entre os 0-5 anos e 38 casos de crianças entre os 6-11 anos de idade (ibid.: 4).

Tem membros Efectivos – os membros mulheres; Agregados – os membros homens; Beneméritos; Honorários*;* Activistas – pessoas que são formadas em diversas áreas, mas que poderão, ou não, ser membros. As mulheres correspondem a cerca de 80% dos membros da organização. Tem trinta e cinco membros, dos quais cerca de 80% são mulheres (mas apenas dez participam

efectivamente nas actividades). De entre os membros fundadores da AMME encontram-se diferentes profissionais da Educação, alguns dos quais ainda ligados a este sector, em instituições do Estado ou privadas.

As perspectivas da AMME vão no sentido de criar Centros de Formação Permanente para mulheres docentes, raparigas e mulheres no geral, com o objectivo de ministrar cursos de alfabetização e promover cursos intensivos e de pequena duração de formação profissional. A AMME pretende, igualmente, trabalhar e funcionar como mecanismo de pressão, junto do Ministério da Educação, na sua missão de educar as populações, sobretudo as mulheres.

Esta organização moçambicana mantém relações, a nível do continente Africano, com:

- A *FAWE* (*Federation of African Women Educationalists*);
- A "Federação Internacional Das Mulheres Empresárias e Executivas";
- Mantém um Acordo de cooperação com as mulheres empresárias portuguesas, designado "Tele 2.000", sendo seu desejo que o Projecto Piloto, em Moçambique, seja coordenado pela AMME, e por mulheres jovens.

No que respeita a Moçambique, realiza encontros com a Unidade de Género do Ministério da Educação, cujo Ministro é membro agregado da AMME. É membro do Link – Fórum de ONG's, do Fórum Mulher e do Fórum das ONG's Moçambicanas. Trabalha com todo o tipo de organizações, a nível das províncias, distritos e localidades, no sentido da valorização da actividade da professora primária, e da promoção da educação da rapariga. Uma das políticas da AMME é a de trabalhar na comunidade, principalmente com as mulheres

docentes de zonas peri-urbanas e rurais, onde se encontra o grosso da camada docente e que mais apoio necessita, devido a todos os problemas decorrentes da guerra de desestabilização – infra-estruturas destruídas, salários baixos, condições de trabalho precárias, problemas de carreira, desvalorização do trabalho do professor, valores éticos, morais e cívicos deteriorados, por parte dos professores.

A AMME é, de todas as organizações em estudo, a mais recente. A sua vontade e capacidade de se espalhar pelo país, e de trabalhar com um maior número de profissionais da educação, a criação de delegações em todas as províncias e alguns distritos do país e a ênfase na formação, a diversos níveis, podem transformá-la numa organização diferente das outras, já que não se circunscreve apenas à capital do país. Apesar da sua perspectiva liberal, de lutar pela extensão de oportunidades de igualdades para a mulher na sociedade, sem contestar as suas estruturas, relações de poder e divisão de tarefas, ao nível do agregado familiar, a sua potencialidade pode residir no grupo de mulheres que constituem o seu núcleo duro. Trata-se de mulheres que experimentaram problemas diversos a nível familiar, de desrespeito da família e da sociedade, e que um dia disseram 'basta' e resolveram organizar-se para defender os seus interesses e os do seu grupo profissional. Mulheres que decidiram criar um projecto que permita à sociedade valorizá-las, através do seu trabalho, junto dos profissionais da educação e da sociedade no geral. A criação da AMME e o facto de muitas das suas associadas terem transformado a sua situação de vítimas, na de lutadoras e construtoras de novas perspectivas, são indicadores de alguma pujança desta organização.

VI CAPITULO - CONCLUSÕES

"Seule l'utopie du futur réconforte contre le pessimisme de l'histoire". Elizabeth Badinter (1986), *"L'Un et l'Autre - Des rélations entre hommes et femmes".* Éditions Odile Jacob, Paris, Prefácio, p. 15.

A proposta deste trabalho é analisar os movimentos de mulheres, surgidos em Moçambique, no período 1970-97. A principal questão que procura abordar, diz respeito ao modo como as mulheres, e a sociedade moçambicana, no geral, estão a exercer a sua cidadania, activa e participativa, que conduza a uma sociedade de relações mais solidárias e de respeito pelas diferenças, entre mulheres e homens, e entre estes e a natureza, deste modo retomando a própria dinâmica da vida.

O período em estudo, está marcado por uma reestruturação global, vivida com mais intensidade a partir da década de 70, e que tem conduzido, tanto a processos de integração, como de fragmentação, à escala mundial, parecendo contrariar, à partida, quaisquer possibilidades de projectos emancipatórios. Todavia, o significado e a prática do desenvolvimento vêm sendo crescentemente contestados, sobretudo pelos países da periferia que mais sofrem com os processos de exclusão, mas também por grupos diversos em países do centro ou da semi-periferia do sistema-mundo, que têm visto aprofundarem-se as

desigualdades sociais, a polarização dos rendimentos, o desemprego estrutural, o aumento da migração internacional - e as consequências de xenofobia e de etnicização do trabalho - a feminização da força laboral, a recomposição das classes sociais a nível nacional e internacional e a crescente importância das redes globais, a crise ecológica, as guerras, a discriminação com base no sexo, na cor da pele, na etnia, o futuro ameaçado para as novas gerações.

De acordo com o anterior Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros Ghali, "*o nível de segurança alcançado anteriormente e, por conseguinte, a inclusão social, está cada vez mais ameaçado*" (NU, 1995). O Informe das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano (NU, 1994), falava de homicídios, violações, divórcios, nascimentos fora do casamento, famílias monoparentais, delitos relacionados com as drogas, suicídios, pedidos de asilo, crescente número de prisioneiros, e percentagem crescente de delinquentes jovens nas prisões, nas sociedades de maior desenvolvimento económico, e em países de transição. Nestas últimas três décadas, as desigualdades sociais em todo o mundo, tornaram-se ainda mais profundas vivendo praticamente todas as sociedades processos de fragmentação.

Reagindo a estas diferentes 'ameaças' à humanidade e à natureza, levantam-se vozes, das mais variadas, que se propõem acabar com a pobreza, impulsionar a solidariedade, criar empregos. A questão da integração social - mais justiça, mais igualdade, mais bem-estar material, mais liberdade democrática, maior igualdade de oportunidades e de direitos para todos - é cada vez mais falada nos *Fora* internacionais, regionais e locais. O Informe das Nações Unidas fala de integração social, em termos de solidariedade, interdependência, respeito pela diversidade cultural, tolerância pelos estilos de vida diferentes, valorização pela substituição de sistemas inoperantes e abjectos, tal como a escravatura e o *apartheid*.

Os Novos Movimentos Sociais (NMS's) surgidos, nas últimas três décadas, desenvolveram-se nos países mais industrializados num momento de crise de civilização e propuseram-se exigir a renovação das velhas forças emancipatórias, e a invenção de alianças no sentido de sistemas políticos democráticos participativos (Riechmann e Buey, 1994: 12). O seu desenvolvimento foi de tal ordem, que acabou por contribuir para o desenvolvimento das ciências sociais - da economia política e da sociologia - e as fases de expansão destes movimentos originaram diferentes tipos de atenção por parte destas ciências (ibidem: 15). "*A Sociologia da década de 80 foi dominada pela temática dos novos sujeitos sociais e dos novos movimentos sociais, considerando Touraine (1978) que o objecto da Sociologia é o estudo dos novos movimentos sociais*" (Santos, 1994: 221). De entre os Novos Movimentos Sociais é de destacar o ecologismo, o feminismo e o pacifismo considerando Riechmann e Buey que, autenticamente novo dos três é o movimento pacifista (1994: 13). Todavia, o que de facto é novo, radicalmente novo, é a situação da humanidade na segunda metade do século XX (ib.: 12).

A gravidade da situação e as descontinuidades do processo histórico na segunda metade do século XX, são tais, que se pode falar de uma crise civilizacional (Riechmann e Buey, 1994: 12; Fouque, 1996: 9). Uma das componentes principais desta crise é a crise ecológica global. Ora a expansão da democracia só pode ser garantida através dum processo de democratização permanente, o que significa que o contrato social, hoje, é um contrato com a natureza e um contrato com a vida. O que significa que, não basta proteger os seres humanos, mas é necessário garantir que a cada um seja permitida a possibilidade de escolher a sua própria identidade e a sua própria vida, Ou seja, que qualquer tipo de integração social, deve estar unida ao poder de decisão (Fouque, 1996: 9).

O movimento feminista tem sido considerado um dos mais poderosos movimentos federativos da civilização, estando em processo de transformação em todo o mundo, desde o seu surgimento no século passado. Para além de ter um carácter internacional, o movimento feminista é um movimento transnacional, colocando problemas específicos em cada país, para grupos específicos de mulheres, mas defendendo princípios universais e gerais.

Investigadores e intervenientes dos tempos actuais, ao abordarem a problemática das alternativas ao mundo actual, apontam como potencialmente emancipatórios e prenhes de ensinamento, os feitos não realizados e as alternativas silenciadas do Sul, dos excluídos, em relação ao projecto universalizante de desenvolvimento. Este olhar sobre o não deixado existir seria no sentido de completar um dos pilares fundamentais da modernidade, o da libertação, preterido, desde o século XVI, pelo da modernização tecnológica (Wallerstein,1 995: 471-473). Como refere Boaventura S. Santos, falar do Sul é dar conta de "*silêncios*", "*silenciamentos*", "*tradições suprimidas*", "*experiências subalternas*", *"perspectiva das vítimas"*, "*oprimidos*", "*margens*", "*periferia*", "*fronteiras*", "*Sul do Norte*", "*fome da fartura*", "*miséria da opulência*", "*tradição do que não foi deixado existir*", "*começos antes de serem fins*", "*inteligibilidade que nunca foi compreendida*", "*línguas e estilos de vida proibidos*"... (Santos, 1994: 279-280).

Este trabalho é uma tentativa de dar voz a um grupo, que tem sido dos mais marginalizados, as mulheres, e a um país, Moçambique, cuja voz, durante muito tempo, se fez ouvir pela força das armas, pelas matanças entre 'tribos', pelos corpos estropiados e à míngua de fome, pelo roubo, pela corrupção. Moçambique está localizado numa região onde as pessoas tentaram explorar novas possibilidades e vontades humanas, lutando em primeiro lugar, pelo direito à existência e pela melhoria das suas condições de vida (apesar das forças

deste sistema-mundo impedirem os seres humanos de sonhar, de desafiar as suas potencialidades emancipatórias...). Nesta região de África, o individualismo do projecto neo-liberal, ainda não corroeu totalmente as relações individuais e colectivas entre os cidadãos, persistindo formas de solidariedade, de ajuda mútua, de resistência, formas estas que foram, muitas vezes, e silenciosamente, guardadas e reproduzidas pelas mulheres.

Enquanto sujeito histórico, a mulher adquire protagonismo, em Moçambique, através do movimento nacionalista, unificado com a criação da FRELIMO, em Junho de 1992. Apesar da sua activa participação como guerrilheira, no Destacamento Feminino, como professora, como enfermeira, como camponesa, e da sua participação na Organização da Mulher Moçambicana, a sua representação social ficou dependente das necessidades do movimento nacionalista e, mais tarde, do Partido Frelimo "guia do Povo e da Revolução Moçambicana", uma vez que a OMM é definida como "um braço do Partido", e funciona como linha de comunicação entre o Partido e o Povo. A sua política, é a política da Frelimo, não cabendo nela, a maior parte das vezes, as lutas específicas de género (Arnfred, 1988). Esta situação manteve-se, no período posterior à independência, tendo os interesses específicos de género, sido protelados, devido à guerra de desestabilização, ou então não tomados em consideração pela visão assumida acerca da emancipação da mulher.

A Frelimo visiona uma concepção de desenvolvimento como uma aplicação bem sucedida da ciência, da tecnologia e da planificação a um país com um nível baixo de desenvolvimento material. A batalha da produção prevê o desenvolvimento industrial e a afectação de grandes recursos financeiros para a mecanização das empresas estatais, tendo-se descurado a produção comunitária ou familiar. Trata-se, portanto, duma luta travada entre os homens

e a natureza e entre classes de homens, traduzindo-se numa aliança entre trabalhadores industriais (homens) e camponeses (homens). O que se revelou problemático nesta formulação, não foi o facto do trabalho das mulheres ter sido esquecido, mas o de se ter concebido a batalha pela produção como uma relação e oposição entre a liderança heróica e masculina, e a passividade feminina, devido à sua ligação com a natureza e com o pré-capitalismo. Para os teóricos Marxistas-Leninistas da modernização, o agregado familiar é atrasado, duplamente oprimido pela sociedade feudal-colonial e capitalista, sendo a saída, a sua completa modernização. Esta formulação articula as mulheres e a família com as estruturas pré-capitalistas. A construção do discurso da Frelimo acerca das mulheres como 'duplamente oprimidas', conduziu à definição de papéis e actividades concretos para as mulheres, vistas como vítimas, que apenas poderiam escapar desta situação, através da luta de classes, da industrialização e duma política revolucionária da modernização. Esta construção tem sido utilizada pelo Banco Mundial, na sua estratégia de incorporar as mulheres nos programas de ajustamento estrutural, ou seja, no desenvolvimento capitalista (Scott,1995: 105-119).

A partir da década de 80, o movimento das mulheres cooperativistas, em torno da União Geral das Cooperativas, acaba por ser, duma forma organizada, uma das poucas vozes que contraria o discurso oficial da Frelimo e da OMM, pela defesa duma visão que busca as suas origens na realidade moçambicana e Africana, baseadas na unidade produtiva Africana, e na articulação da defesa da posição económica tradicional da mulher, com a luta por uma nova identidade de género.

Neste sentido, o movimento de mulheres, em Moçambique, criado e moldado a partir do movimento nacionalista, com uma visão socialista, e um programa político de modernização, que excluía as lutas de género, caracterizou-se por uma relação problemática com o nacionalismo e com os seus políticos, sobretudo depois da independência. As lealdades forjadas durante os diversos momentos da luta nacionalista, por um lado e, os desafios decorrentes da construção de novas identidades femininas e de diferentes relações com o Estado e com a sociedade, depois da independência, por outro, podem ser apontadas como estando na origem desta relação conturbada. Esta relação contraditória está também relacionada com a aceitação ou não das mulheres como actoras sociais e com a questão da transformação do pessoal em político. Qualquer chamada de atenção para a especificidade da mulher era vista como uma deslealdade para com a comunidade e o partido e, como atentando contra a preservação do que foi construído e considerado, pelos dirigentes homens, como a autenticidade Africana, definida como altruísmo, como uma disponibilidade permanente das mulheres darem e cuidarem dos outros.

Mesmo os movimentos de libertação considerados mais ousados em relação à questão da emancipação da mulher, como é o caso da FRELIMO (que a concebia como fazendo parte integrante do processo global de libertação da sociedade e, em que se avaliava o avanço da luta pelo nível de participação da mulher, em que a colaboração povo e movimento nacionalista era uma constante), não conseguiram avançar para além dos quadros teóricos instituídos ao nível do nacionalismo, do Marxismo e das teorias da modernização. Faltou a análise das identidades femininas e masculinas, em transformação; a conceptualização dos diferentes grupos de mulheres e, em especial, da mulher camponesa; bem como das questões relacionadas com o impacto do colonialismo na vida de mulheres e homens; com a economia política das diferentes regiões; as características,

a divisão de tarefas e as relações de poder, no seio dos agregados familiares Africanos; a ligação com a terra, considerada um bem comum da comunidade. A aliança de classes - operário-camponesa -, não salvaguardou, nem tem ajudado a salvaguardar, na actualidade, os interesses das mulheres, enquanto mulheres, crítica que as mulheres Africanas participantes da Luta Armada no continente - Zimbabwe, Namíbia, Africa do Sul, Uganda, Eritréia - têm dirigido aos políticos nacionalistas do pós-independência (Amadiume, 1997: 113).

O movimento de mulheres em Moçambique conhece ritmos diferentes, desde os anos 60, estando hoje num processo de transformação, através da praxis política, sendo de destacar as respostas do Estado a tal activismo, através de mecanismos políticos e legais que, se por um lado, abriram espaços para diferentes tipos de participação, também bloquearam ou dificultaram os espaços públicos, conquistados pelas mulheres. Neste sentido, é possível ver como as diversas organizações engendram respostas diferentes, procurando algumas aliar-se aos partidos ou ao governo, e outras, construir plataformas de solidariedade, através do reconhecimento do que as mulheres podem trazer para estas plataformas, a partir da praxis do seu activismo. O papel do Estado tem sido, pois, contraditório, na medida em que cria as condições para o processo de democratização mas, ao mesmo tempo, considera subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, alicia outras, apoia movimentos conservadores no sentido de neutralizar o movimento progressista de mulheres e, aprova projectos económico-sociais, que excluem camadas crescentes da população.

Trilhando um caminho diferente do das suas congéneres Ocidentais e, talvez pelo carácter do processo em Moçambique, muitas das organizações de mulheres reúnem igualmente homens no seu seio, situação verificada em

todas as associações estudadas. Acontece que, para além da descoberta, por parte do movimento crescente de mulheres, da multiplicidade de sujeitos femininos, havia e há a concepção e a prática da necessidade de *"estabelecer uma cadeia de equivalências entre as várias lutas democráticas, de forma a criar uma articulação equivalente entre as exigências das mulheres*", dos trabalhadores, e de outras categorias de excluídos (Mouffe, 1996: 105). Apesar da crença de que a cidadania moderna é uma categoria patriarcal e de que os seus direitos têm sido conquistados dentro de uma estrutura de poder androcrático e eurocêntrico, as organizações de mulheres estão a tentar construir um novo conceito de cidadania, em que a diferença sexual se torne politicamente irrelevante. Ora, esta nova concepção de cidadania, exige uma concepção de agente social que consiga articular um conjunto de posições do sujeito, correspondendo a uma multiplicidade de relações sociais em que se insere, relações sociais entre as mulheres, e entre mulheres e homens (Mouffe, 1996: 111-112). *"... Movimentos de mulheres, quer autónomos, quer integrados noutros movimentos populares, como, por exemplo, o movimento operário e o movimento ecológico, dão testemunho das possibilidades de reconstrução da subjectividade, tanto individual, como colectiva"* (Santos, 1994: 264).

As organizações estudadas não se consideram feministas e distanciam-se deste movimento, o que parece estar relacionado com as diversas interpretações que o movimento feminista tem sofrido, desde a luta armada. Defendem, entretanto, uma perspectiva de género, fruto dos desenvolvimentos no seio do movimento feminista, a partir dos anos 70, como resultado da globalização capitalista e das agendas dos doadores, por um lado, mas também da globalização do feminismo, através da participação em discussões e encontros, a nível do continente e mundial.

A sua perspectiva de emancipação da mulher representa uma mistura de visões feministas - indógena, liberal, Marxista, radical, da diferença, cada uma delas com maior ou menor força. Os seus programas e propostas podem estar ligados à corrente liberal e/ou à da igualdade, numa estratégia de articulação de diversas exigências, dependendo dos momentos históricos - em momentos eleitorais, conferências regionais ou internacionais, para a adopção e implementação de convenções internacionais ou continentais, na discussão de determinadas leis ao nível da Assembleia da República.

Esta mistura de visões pode, por vezes, ser problemática. Por detrás do mito da igualdade de oportunidades, existe um tratamento desigual, a discriminação sexual, os estereótipos culturais, e a subordinação das mulheres, em casa e no mercado. Os movimentos de mulheres apoiam a prática liberal, na medida em que a análise baseada nas relações de género, possa traduzir-se em programas políticos positivos – prolongamento das licenças de parto, criação de creches e infantários, salário igual para trabalho igual, leis contra o assédio sexual, vantagens em termos de saúde, educação, justiça. É fundamental, todavia, ter em conta os limites deste tipo de análise. A concepção do poder apenas em termos de acesso às instituições sociais, económicas ou políticas, põe de lado outras possibilidades e alternativas, avançadas pelas feministas radicais, como é o caso da actividade cívica e o auto-governo participativo (Dietz, 1996: 3-8).

Outro aspecto a considerar é o da grande promiscuidade Estado/associações, que ainda se verifica em muitas das novas organizações criadas. Há uma grande interpenetração entre o Estado e as associações, havendo funcionários públicos que são, ao mesmo tempo, membros de uma ou mais associações, como se constatou em algumas das associações estudadas. As redes familares, de amizade e de vizinhança procuram espaços e poder nas instituições públicas

e nas associações do sector civil, devido ao papel que estas redes jogam na sociedade moçambicana, mas também à falta de profissionais em número suficiente, o que os leva a 'viajar' permanentemente em diversos espaços, como estratégia de sobrevivência e de acesso a recursos.

Poucas organizações têm demonstrado capacidade de se auto-sustentar. Os fundos doados impõem condições, a não ser que haja vontade e capacidade de discussão e a capacidade de sustentação resulta por vezes de tarefas que, a longo prazo, podem não conduzir a uma independência económica e política da organização (Tandon, 1991). Neste aspecto, a experiência da União Geral das Cooperativas é única, pela capacidade que tem demonstrado na procura de financiamentos e para a sua sustentabilidade.

A participação das mulheres em diversas organizações não-governamentais, por si criadas, é bastante ambígua e contraditória, e reveladora de realidades complexas, nos esforços para serem consequentes com os seus ideais e posicionamentos. As organizações são, no geral, de carácter patriarcal, baseiam-se na hierarquia e na competitividade, como valores supremos. As mulheres embriagam-se com o poder, habituando-se às relações hierárquicas, a uma determinada forma de falar e de vestir, exigidas pelo facto de se estar dentro de uma instituição patriarcal, deste modo, perdendo a identidade feminina (de Oliveira, 1991). As poucas mulheres que acederam, ou vão acedendo a cargos de poder, tendem a perpetuar as práticas existentes, mantendo o *status quo*. O que não é difícil de entender, já que tanto mulheres como homens foram socializados para aceitar as práticas culturais e as leis opressivas e repressivas, como legítimas. Os aspectos positivos alcançados, pela nossa participação nas organizações, também são contraditórios: ao incorporar a perspectiva de género em todo o sistema governamental e não-governamental, a estratégia

era a destruição do patriarcado. Mas também significou a institucionalização da tecnocracia de género (Hanselma, 1997); o reconhecimento oficial da violência de género, como uma violência dos direitos humanos, foi um passo em frente para a sua eliminação. Mas também foi uma cooptação do discurso feminista, sobretudo sabendo-se que os governos que promovem as leis, produto deste acordo, são os mesmos que, dia-a-dia reprimem com violência mulheres, e meninas e meninos, com aparatos de segurança, e as suas medidas económicas; mas também é contraditório o facto de que, as leis que se promulgam em todo o mundo, podem ser instrumentos poderosos para nos consciencializarmos para exigir que se respeite o direito humano de viver uma vida sem violência (Facio, 1997: 5-7).

A nova fase que se vive em Moçambique, propicia o surgimento de alternativas de poder mais emancipatórias e a prática duma cidadania mais participativa e activa, porém ocorre num momento em que a zona Austral de África está a ser utilizada por sindicatos do crime internacionais e regionais, para tráfico de armas e de drogas, e para o turismo sexual. Até agora, algumas associações e organizações, estão ainda demasiado coladas ao aparelho de Estado, nem sempre sendo possível revelar toda a sua pujança, no sentido de indicar alternativas.

A maior parte dos moçambicanos necessitados não estão abrangidos por estas novas associações. As áreas mais carenciadas, de saúde, educação, justiça, trabalho, não podem apenas ser abrangidas por projectos baseados na comunidade, necessitando de maior serviço por parte do Estado, que está sob crítica de muitas organizações internacionais. Ora estas são as áreas em que a maioria da população, as mulheres, necessitam de mais apoio, para poderem sair gradualmente do ciclo da emergência/dependência, para o da auto-suficiência e desenvolvimento.

Nos últimos anos, são sobretudo as mulheres, mais pobres, tanto em espaço urbano, como rural, que são obrigadas a mover-se, para ganhar a vida, através do mercado informal, incluindo além fronteiras. Trata-se dum fenómeno característico da região Austral de África, onde a mobilidade foi sempre uma constante, mas a mobilidade masculina. Entretanto, as condições económicas e sociais e as transformações que vêm ocorrendo na África Austral, nas últimas três décadas, corroeram e reconfiguraram as relações, tanto de homens como de mulheres, com o espaço, bem como os seus padrões de mobilidade. Esta nova mobilidade das mulheres, tem ameaçado os seus direitos de cidadania, num contexto de Estados patriarcais, que reforçaram, nas suas leis de nacionalidade, o critério do *jus sanguinis*, em detrimento do *jus solis*, modelo baseado na mobilidade individual. Mas também ameaça os interesses masculinos, pela abertura de possibilidades para as mulheres competirem em espaços económicos e sociais, que eram antes domínio exclusivo dos homens. Investigações nos últimos anos, em torno do sector não estruturado da economia, revelam quão grande tem sido a sua contribuição e a sua importância, na procura de estratégias de sobrevivência para as mulheres, sobretudo em espaço urbano. Mais investigação é necessária no sentido de entender as múltiplas formas de resistência, hibridismo e fenómenos de mimesis das mulheres, as quais influenciam na construção das suas identidades, num contexto de constrangimentos materiais e discursivos das suas vidas.

Em 1997, o Programa de Reabilitação Económica, proposto para cinco anos, fez uma década em Moçambique. Muitas têm sido as pressões, internas e internacionais, para o cancelamento da dívida externa. Estarão as diversas organizações e associações suficientemente fortes e democraticamente confiantes para, por um lado, forçar o Estado a entrar num caminho construtivo e, por outro, apresentar alternativas aos programas das instituições de Bretton

Woods, as quais têm sido eficazes na cooptação de diferentes formas de luta e esvaziando-as do seu conteúdo, como tem acontecido com a dimensão de género, democracia, direitos humanos, *empoderamento* (*empowerment),* etc.? Conseguirão combater as tendências de recolonização, que acompanham o processo de globalização? Os fenómenos de exclusão, de crescente feminização da pobreza, de brutalidade extrema, duma criminalidade internacionalmente montada, e com sucursais por todo o planeta, de fundamentalismos de todos os tipos, exigem um pensar global e um agir local, um reinventar da democracia e das instituições, privilegiando a participação comunitária, a cidadania, através do respeito pelas várias culturas democráticas, explorando diversas possibilidades e vontades humanas (Santos, 1995). O movimento e as organizações de mulheres em Moçambique, têm dado mostras dessas possibilidades, todavia, são muito jovens e permanecem, a maior parte das vezes, invisíveis.

Fica, por isso, uma grandiosa tarefa para as mulheres moçambicanas, sobretudo as que têm estado envolvidas em diversos movimentos e organizações, e as que pertencem ao mundo académico: reler as teorias existentes e repensá-las, numa perspectiva de género; reler e repensar o agregado familiar, e analisar como localizá-lo no sistema-mundial capitalista; pensar no trabalho das mulheres, ao nível do agregado familiar, mostrar que se trata dum trabalho diferente, e não igual, a qualquer outro; analisar como o Banco Mundial está a utilizar o trabalho da mulher, ao nível do agregado familiar - não pago e importante para não provocar grandes abalos - lugar seguro para aparar os golpes dos programas de ajustamento estrutural (Elson, 1997); analisar o papel do Estado, e o modo como assume o PRE e facilita a reestruturação capitalista, trabalhando para legitimar as definições liberais de democracia e assegurando uma ordem amena para o capitalismo; rescrever o desenvolvimento, contribuindo para a redefinição do significado de democracia, passando duma concepção de

democracia, em termos de estabilidade, ordem e eleições multipartidárias, para uma mais vasta visão de democracia, que contesta os actuais significados liberais, e propõe uma mais activa e participativa, que respeite as identidades diferentes e diversas de mulheres e homens. A reinterpretação da democracia a partir das vidas e experiências das mulheres, em Moçambique, no continente Africano, e em países do Terceiro Mundo, poderá contribuir para uma crítica das práticas existentes, e tem o potencial de fornecer um novo conjunto de alternativas à modernização, ao desenvolvimento e à revolução (Arnfred, 1990; Scott, 1995).

BIBLIOGRAFIA

Abrahamsson & Nilsson (1994) *Moçambique em Transição*. Padrigu, CEEI-ISRI, Maputo.

Abrahamsson & Nilsson (1996) *"The Washington Consensus" e Moçambique*. Padrigu Papers, Gothenburg, 1996.

Abreu, Alcinda e A Pereira (1994) "O outro lado da vida fácil: estudo sobre a prostituição infantil nas cidades Maputo, Beira e Chimoio". *MULEIDE*, Maputo.

Abreu, António (1994) "As Implicações Macro-Económicas dos Xitiques. Algumas considerações". Comunicação apresentada ao Seminário sobre a Mulher e o Sector Informal. *MULEIDE/Fundação Friedrich Ebert*, Maputo.

Adam, Yussuf e Humberto Coimbra (1997) "Messias modernos procuram novos Lázaros: ONG's em Moçambique - Que parcerias para eliminar a pobreza?". In: Sogge, David (ed) *Moçambique. Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. GOM, The Netherlands.

Africa Leadership Forum and the Economic Commission for Africa (1996) *Parliamentarians & the Sustenance of Political Liberalisation in Africa*. Economic Development of the World Bank, Washington, D.C..

Amadiume, Ifi (1987) *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in na African Society*. Zed Books, London and New Jersey.

Amadiume, Ifi (1997) *Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture*. Zed Books Ltd, London & New York.

Amin, Samir (1989) *EUROCENTRISM*. Zed Books, London.

Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel (1992) " Construindo uma Teoria de Género em Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos*, Nº 11/12, CEA/UEM, Maputo, pp. 93-110.

Andrade, X., Ana Loforte, Conceição Osório, et all (1998) *Famílias em Contexto de Mudanças em Moçambique*. WLSA/PSLM DEMEG, CEA, UEM. Maputo.

Anglade, Mireille N. (1986) *L'autre moitié du dévelopment - à propos du travail des femmes en Haïti.* Éditions des Alizés & ERCE, Por-au-Prince/Montréal.

Anna Maria van Schuurman Centre (1994) *Southern Africa: Women's Perspectives*. Working Papers, Universiteit Utrecht, Utrecht.

Anyang' Nyong'o, º (1981) "Sucession et héritage politique. Le Presidente, L'Etat et le Capital après la mort de Jomo Kenyatta". In: *Politique Africaine* I (3), Sept. 1981, pp. 7-25.

Armstrong, A.; Beyani, C.; Himonga, C.; Kabeberi-Macharia, J.; Molokome, A.; Ncube, W.; Nhlapo, T.; Rwezaura, T. B.; Stewart, J. (s/d) *Uncovering Reality: Excavating Women's Rights in African Family Law*. WLSA Working Paper Nº 7, Harare. (In: *International Journal of Law and the Family*).

Arnfred, Signe (1988) "Women in Mozambique: Gender Struggle and Politics". In: *Review of African Political Economy* (Socialism, Democracy and Popular Struggles), pp. 5-16.

Arnfred, Signe (1988) “Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics”. *Review of African Political Economy* 41, pp. 5-16.

Arnfred, Signe (1990) “Notes on Gender and Modernisation - examples from Mozambique”. In: S. Arnfred & Bentzon (eds) *The Language of Development Studies*. Copenhagen: New Social Science Monographs.

Arnfred, Signe (1990) “Reflections on family forms and gender policy in Mozambique”. Mimeo.

Arthur, Mª José (1990) “Projecto Mulheres em Desenvolvimento: Estudo sobre a situação sócio-económica e familiar das mulheres abrangidas pelo Projecto, contextos de criação e condições de funcionamento dos pequenos projectos”. *Gabinete da Primeira Dama*, Maputo.

Arthur, Mª José (1998) “Direitos da Mulher, Direitos Humanos”. In: *NOTMOC* (Notícias de Moçambique, na Internet), Nº Especial dedicado ao 7 de Abril. Contactar para acesso: wim@tropical.co.mz

Assié-Lumumba, N’dri Thérèse (1997) “Women, economic crises and food production in Africa”. In: *ECHO* (Bilingual Quaterly Newsletter of the Association of African Women for Research and Development, AWARD/AFARD). New Serial Nº 1, Special 20th Aniversary, Dec. 1997, Dakar, Sénegal, pp. 20-28.

Bagnol, Brigitte (1997) “Diagnóstico do abuso sexual e exploração sexual de crianças em Maputo e Nampula”. *Embaixada do Reino dos Países Baixos*, Maputo.

Balandier, G. (1965) “Problématique des classes sociales en Afrique Noire”. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XII (38).

Barbalet, J. M. (1989) *A Cidadania*. Editoria Estampa, Lisboa.

Barradas, Ana (1998) *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*. Edições Antígona, Lisboa.

Bayart, Jean-François (1989) *L'État en Afrique: La politique du ventre*. Paris: Fayart (edição em língua francesa).

Bayart, Jean-François (1993) *The State in Africa: Politics of the Belly*. London and New York: Longman (edição em língua inglesa).

Bay, Edna G. (ed) (1982) *Women and Work in Africa*. Boulder, Col., Westview Press Inc..

Beauvoir, Simone de (1960) *O Segundo Sexo - Fatos e Mitos*. Difusão Europeia do Livro, São Paulo.

Bebel, August (1979) *La mujer y el socialismo*. Ediciones Políticas, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana.

Boserup, Esther (1970) *Women's Role in Economic Development*. St. Martins's Press, New York.

Boserup, Esther (1996) "Development Theory: An Analytical Framework and Selected Applications". In: *Population and Development Review*, Vol. 22, Nº 3, Sept., The Population Council, New York, pp. 505-515.

Bragança, Aquino de e Depelchin, Jacques (1986) "Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos*, Nº 5/6, CEA, UEM, Maputo, pp. 29-52.

Brito, Luis de e Weimer, Bernhard (eds) (1993) *Multipartidarismo e Perspectivas Pós-Guerra*. Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, Maputo.

Butegwa, Florence (1997) "Reflections on the African Women's Movement, 1975-1997". In: *Taking the African Women's Movement into the 21st Century*. Report on the first African Women's Leadership Institute, Kampala, Uganda, pp. 35-42.

Cahen, Michel (1984) "Corporatisme et Colonialisme. Approche du cas mozambicain, 1933-1979. II. Crise et survivance du corporativisme colonial, 1960-1979". In: *Cahiers d'Études Adricains*, 93, XXIV - 1, pp. 5-24.

Cahen, Michel (1994) "Mozambique, Historique géopolitique d'un pays sans nation". In: *Lusotopie*, Nº 1-2, L'Harmattan, Paris, pp. 213-265.

Cahen, Michel (1995) "Une Afrique Lusophone Libèrale? La fin des premiéres Républiques". In: *Lusotopi*e, Transitions Libérales en Afrique Lusophone. Paris: Karthala, pp. 85-104.

Casimiro, Isabel (1986) *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74* (Tese de Licenciatura em História). Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Casimiro, Isabel; Loforte, Ana; Pinto, Ana Pessoa (1992) *Women in Mozambique*. CEA/UEM/NORAD, Maputo.

Celaya, Rosalía Díez (1997) *La Mujer en el Mundo*. Acento Editorial, Madrid.

Centro de Estudos Africanos, Oficina de História (1983) "A Luta de Libertação Nacional em Moçambique e a Emancipação da Mulher". Comunicação

apresentada por Isabel Casimiro à *Reunião de Especialistas da UNESCO sobre a História da Contribuição da Mulher para a Luta de Libertação Nacional e o seu Papel e Necessidades na Reconstrução dos Países Africanos recém-independentes*. Guiné-Bissau, 3-7 Setembro. UEM, Maputo, mimeo.

Centro de Estudos Africanos, (1984) "FRELIMO, from Front to Party: some revolutionary transformations". *Oficina de História*, UEM, Maputo, mimeo.

Centro de Estudos Africanos (1994) *Direito a Sucessão e a Herança*. Projecto de Investigação " A Mulher e a Lei na África Austral" (PSLM/WLSA), Departamento de Estudos da Mulher e Género, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Centro de Estudos Africanos (1998) *O Mineiro Moçambicano*. Maputo.

Andrade, Ximena; Conceição Osório; João Carlos Trindade (1998) "Revisão da Literatura". IV Fase do Projecto de Investigação " A Mulher e a Lei na África Austral", subordinado ao tema ' A mulher e a Administração da Justiça em Moçambique - Violência contra a Mulher', Departamento de Estudos da Mulher e Género, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, mimeo, pp. 65.

Chabal, Patrick (1994*) Power In Africa - An Essay in Political Interpretation.* St. Martin´s Press, New York.

Cheater, A.P. e Gaidzanwa, R.B. (1996) "Citizenship in Neo-patrilineal States: Gender and Mobility in Southern Africa". In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 22, Nº 2, June, pp. 189-200.

Cheru, Fantu (1993) *The Silent Revolution in Africa - Debt, Development and Democracy*. Zed Books Ltd, London and New Jersey, Anvil Press, Harare.

Chole, Eshetu et Ibrahim, Jibrin (1995) *Processus de Démocratisation en Afrique - Problèmes et* Perspectives. CODESRIA, KARTHALA, Paris.

CODESRIA (1992) *Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação*. Dakar.

Colectivo de Autores (1983) *História de Moçambique - Agressão Imperialista (1886/1930),* Vol. 2. Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane.

Coquery-Vidrovitch, Catherine (1997) *African Women - A Modern History*. Westview Press, Oxford.

Corrêa, Sonea (1994) *Population and Reproductive Rights - Feminist Perspectives from the South*. Zed Books, London.

Costa, Jurandir Freire (s/d) "O referente da identidade homossexual". In: Revista *Sexualidades Brasileiras*, São Paulo, pp. 63-89.

Cravinho, João (1995*) Modernizing Mozambique: Frelimo Ideology and the Frelimo State* (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy). University of Oxford, Trinity.

Cruzeiro do Sul Trust Fund (1998) "Projecto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula", Relatório Ano I, Versão preliminar, Novembro, Maputo.

Dahl, Tove Stang (1993) *O Direito Das Mulheres - Uma Introdução à Teoria do Direito Feminista.* Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Deacon, Bob; Hulse, Michelle and Stubbs, Paul (1997) Non-Governmental Organisations and Global Social Policy in Conditions of Conflict". In: *Global Social Policy - International Organisations and the Future of Welfare*. SAGE, London, pp. 153-194.

De Barbieri, Teresita (1991) “Sobre la Categoria Género: Una Introducción Teórica-Metodológica”. In: Fundação Carlos Chagas, *Direitos Reprodutivos*. Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos, PRODIR, S. Paulo, pp. 25-43.

De Oliveira, Rosiska Darcy (1992) *Elogio da Diferença - O Feminino Emergente*. Editora Brasiliense, 2ª Edição, S. Paulo.

Dietz, Mary G. (1996) “Cómo Encarar la Ciudadanía”. In: *Perspectivas* Publicacion Trimestral de ISIS Internacional (Ciudadania, Más allá del voto), Nº 2, 1996, Santiago de Chile, pp. 3-8.

Diop, Momar Coumba e Diouf, Mamadou (1992) “As Sucessões Legais: Mecanismos de Transferência do Poder em África”. In: *Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação*. CODESRIA, Dakar, pp. 131-167.

Duffield, Mark (1991) “Book Review”. In: *Development and Change*. Centre for Urban and Regional Studies, University of Birmingham, Edgbaston, United Kingdom.

Eduardo Mondlane Foundation (1994) *Women and Organisations in Mozambique*. Amsterdam.

Eisler, Raine (1991) *El Caliz y la Espada: Nuestra Historia, Nuestro Futuro*. Editorial Cuatro Vientos, Santiago de Chile.

Elias, Norbert (1989) *O Processo Civilizacional*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Elson, Diane (1997) “Gender Analysis and Economics in the Context of Africa”. In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*. CODESRIA, Dakar, mimeo.

Engels, Friedrich (1976) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Editorial Presença, Colecção Síntese, Lisboa.

Erazo, Viviana (1997) "ONGs - Estado, Tensión y Diálogo". In: *Mujer/Fempress* Nº 188, Santiago de Chile, pg. 2.

Escobar, Ana Leticia (1996) "Centro-América - Ni Fragmentada ni Mínima". In: *Perspectivas*, ISIS Internacional (Ciudadania, Más allá del voto), Nº 2, Santiago de Chile, pp. 18-19.

Facio, Alda (1997) "Campaña Mundial 1998: Un Año para Celebrar y Exigir". In: Boletin *Red contra la Violencia*, Nº 17 Septiembre, ISIS Internacional, pp. 5-7.

Fanon, Frantz (1975) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Paisagem Editora, Porto.

First, Ruth (1983) *Black Gold - The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. The Harvester Press, Sussex and St Martin's Press, New York.

Fouque, Antoinette (1996) "Transnacional y Feferativo". In: *Perspectivas*, ISIS Internacional (Feminismos), Nº 3, Santiago de Chile, pp. 9.

Fowler, Alan (1988) "Non-Governmental Organisations in Africa: Achieving Comparative Advantage in Relief and Micro-Development". *Institute of Development Studies* (IDS), Discussion Paper Nº 249, University of Sussex, Brighton.

Fox, Diana J, (s/) "Women's Human Rights in Africa: Beyond the Debate over the Universality or Relativity of Human Rights". In: *African Studies Quarterly*, Volume 2, Issue 3 (Center for African Studies - University of Florida) (http://web.africa.ufl.edu).

Frazer, Nancy e Nicholson, Linda J. (1992) "Crítica social sin filosofía: un encuentro entre el feminismo y el posmodernismo". In: Linda J. Nicholson (ed) *Feminismo/ posmodernismo*. Feminaria Editora. Buenos Aires, Argentina.

FRELIMO (1975) *Hinos Da Revolução*. 4ª Ed, Maputo.

FRELIMO (1977) *Documentos Base Da Frelimo*. Tempográfica, Maputo.

Gaidzanwa, Rudo (1992) "Burgeois Theories of Gender and Feminism and their Shortcomings with Reference to Southern African Countries". In: Ruth Meena (ed) *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. SAPES Books, Harare, pp. 92-125.

Geffray, Christian e Pedersen, Mogens (1985) "Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito do Eráti: processo de socialização do campo e diferenciação social". Maputo, mimeo.

Geffray, Christian (1990*) A causa das armas. Antropologia de uma guerra civil*. Paris: CREDU - Karthala.

Giddens, Anthony (1995) *As Consequências da Modernidade*. Celta Editora, Oeiras, Portugal.

Giddens, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora, Oeiras, Portugal.

GLOBAL COALITION FOR AFRICA (1992) *Documents on: Development, Democracy and Debt,* Netherlands Ministry of Foreign Affairs, Development Cooperation Information Department, The Hague, The Netherlands.

Goldenberg, Mirian (1994) "Mulheres e Militantes". Comunicação apresentada ao *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Sessão Temática: Género e Política, Rio de Janeiro, pp. 1-15.

Green, Reginald (1988) “A Dimensão Social do Ajustamento - A Pobreza em Moçambique”. Maputo

Green, Reginald (1995) “Reflections on Attainable Trajectories: Reforming Global Economic Institutions”. In: J.M. Griesgraber and B.G. Gunter (eds) *Promoting Development*. London, East Haven, Pluto.

Grupo De Iniciativa Chile (1994) “Mujeres: ciudadania, cultura y desarrollo en el Chile de los noventa”. “Hacia la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer y el Foro No Gubernamental”. *ISIS Internacional*, Santiago de Chile.

Hanlon, Joseph (1997) *Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, *Centro de Estudos Africanos*.

Hanlon, Joseph (1997) “O Dono de Moçambique é o FMI”. In: David Sogge (ed) *Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam, pp. 15-41.

Haraway, Donna (1988) “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”. In: *Feminist Studies*, Vol. 14.

Harding, Sandra (1986) *The Science Question in Feminism*. Cornell University Press, Ithaca and London.

Harding, Sandra (1987) “Introduction - Is There a Feminist Method?”. In: Sandra Harding (ed) *Feminism and Methodology*. Indiana University Press, Bloomington, pp. 1-14.

Harding, Sandra (1991) *Whose Science? Whose Knowledge*? Open University Press.

Hay, Jean and Marcia Wright (eds) (1982) *African Women and the Law: Historical Excursions and Incursions.* (Boston University Papers on Africa), Boston, Mass. African Studies Center.

Hay, Margaret Jean (1986) *Queens, Prostitutes and Peasants: Historical perspectives on African Women, 1971-1984*. African Studies Center, Working Papers, Boston University, pp. 1-17.

Hay, Margaret Jean & Stichter (eds) (1995) *African Women South of the Sahara*. Longman Group Ltd, 2ª edição, Londres.

Henriquez, Narda (s/d) "Ciudadanas del nuevo mundo: identidades escindidas". Centro Flora Tristán, Perú (Internet).

Hermele, Keneth (1993) "The end of the middle road: What happened to the swedish model?". In: *Monthly Review*, March 1993, pp. 14-24.

Hermele, Keneth (1998) *Country Report Mozambique: War & Stabilization. A mid-term review of Mozambique's economic rehabilitation programme (PRE), with implications for Swedish Development Assistance*. *SIDA*.

hooks, bell (1989) *Talking Back: Thinking Feminist - Thinking Black*. Sheba, New York.

Horta, Mª Teresa (1999) *A Mãe na Literatura Portuguesa*. Circulo de Leitores, Lisboa.

Imam, Ayesha Mei-Tje (1988) "The Presentation of African Women in Historical Writing". In: S. Jay Kleinberg (ed) *Retrieving Women's History - Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Society*. BERG/UNESCO, pp. 30-40.

Imam, Ayesha M. (1997) "Engendering African Social Sciences: An Introductory Essay". In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*. CODESRIA, Dakar, 23 pp., mimeo.

Issacman, Barbara and June Stephen (1980) *Mozambique. Women, the Law, and Agrarian Reform*. Addis Ababa, United Nations, Economic Commission for Africa.

Jacobson, Ruth (1996) *Gender and the 1994 Mozambican Elections*. Working paper Nº 7, Centre for Democratisation Studies, University of Leeds.

Jacobson, Ruth (1999) "Complicating 'complexity': integrating gender into the analysis of the Mozambican conflict". In: *Third World Quarterly*, Vol. 20, Nº 1, pp. 175-187.

Jayawardena, Kumari (1986) *Feminism and Nationalism in the Third World*. New Delhi.

Jeichande, Ivete (1990) *Relatório da Consultoria OMM-UNICEF sobre Mulheres Deslocadas em Moçambique*. Maputo: UNICEF.

Jirira, Kwanele (1995) "Our Struggle Ourselves: Shaping Feminist Theory in our Context: The Zimbabwe Scenario". In: *SAFERE* (Southern African Feminist Review), (The Gendered Politics of Land), Vol. 1, Nº 1, SAPES BOOKS, Harare, pp. 77-86.

Jornal "Notícias" (1996) "A favor da população desfavorecida - Lançado projecto de intervenção para sete províncias do país". Maputo, 14/12/96

Jornal "Notícias" (1997) "Mais de cem casas para viúvas em Shiduava". Maputo, 01/11/97.

Kirkwood, Julieta (1987) *Feminarios*. Editiones Documentas, Impreso en Chile.

Kirkwood, Julieta (1984) "Los Nudos De La Sabiduria Feminista". In: *Revista de las Mujeres*, Nº 1, II Encuentro Feminista Latino-Americano y del Caribe, Lima, Peru, ISIS International, Santiago de Chile, pp. 99-125.

Krieger, Joel (ed) (1993) *The Oxford Companion to Politics of the World*. Oxford

University Press, Oxford and New York.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (s/d) “Mozambique: Some Reflexions on the Struggle for Women’s Emancipation”. Department of Political Science, New School for Social Reflections.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (1984) “The State, the Party, and the Female Peasantry in Mozambique”. In: *Journal of Southern African Studies* 11, pp. 106-128.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (1989) “Ambiguous Transformations: Women, Politics, and Production in Mozambique”. In: Sonia Kruks, Rayna Rapp, and Marilyn B. Young (eds) *Promissory Notes: Women and the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review Press, pp 148-171.

KULIMA e AMDU (1992) *Organizações Não-Governamentais Nacionais*. Núcleo Coordenador Interino das ONG’s Nacionais, Maputo.

KULIMA (1997) *Directório das Organizações Não Governamentais (ONG’s) em Moçambique*. Maputo.

KULIMA (s/d) *O Movimento Associativo Moçambicano numa Governação Democrática*. Maputo.

Labica, Georges et Benussen, Gérard (1985) *Dictionnaire Critique du Marxism*. 8 Vols. Presses Universitaire de France, Paris.

Lagarde, Marcela (1996) “Mexico - Una Nueva Propuesta Democrática”. In: *Perspectivas*, Revista Trimestral de ISIS Internacional, (Ciudadania, Más allá del voto), Nº 2, Santiago de Chile, pp. 13-14.

Lamas, Rosmarie Wank-Nolasco (1995) *Mulheres para além do seu tempo*.

Bertrand Editora, Lisboa.

Lardinois, Inge (1992) *Women in Mozambique: Na overview of Gender dilemma's*. Eduardo Mondlane Foundation, Amsterdam.

Levallois, Michel (1996) «Actualité de l'afro-pessimisme». In: *Afrique Contemporaine* Nº 179, 3º trimestre, pp. 3-15.

LINK (Fórum de ONG's) (1998) "Seminário GOM/LINK: Moçambique - Perspectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil". Síntese, Maputo, 23 pp., mimeo.

Loforte, Ana (1996) *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Dissertação elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Lisboa, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.

Londoño E., Maria Ladi (1994) *Etica de la Ilegalidad*. ISEDER, Cali, Colombia.

Lopes, Carlos (1996) 'Rascunho sobre a situação em África e o Afropessimismo' e Seminários organizados em Coimbra, entre Março-Maio.

Lozano, Itziar (1996) "La Aldea Solidaria". In: *Perspectivas*, Publicacion Trimestral de ISIS Internacional (Ciudadania, Más allá del Voto), Santiago de Chile, Nº 2, pp. 9-12.

Lundin, Iraê Baptista (1991) "Estratégias Individuais e Colectivas numa situação de Crise". Comunicação apresentada ao Seminário "Cultura e Saúde, 9-13 de Dezembro de 1991, organizado pelo *Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário*, Maputo.

Machel, Samora (1974) "A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo". In: *A Luta Continua*, Cadernos Libertação dos Povos das Colónias, Nº 4, Edições Afrontamento, Porto, pp. 55 e segts.

Mafeje, Archie (1992) "Agregados e Perspectivas de Relançamento da Agricultura na África ao Sul do Sahara". In: *Ciências Sociais em África: Alguns Projectos de Investigação*. CODESRIA, Dakar, Senegal, pp. 231-281.

Mafege, Archie (1995) «Théorie de la Democracie et Discours African: «Cassons la Croute, mes Compagnons de Voyage». *In*: Eshetu Chole et Jubrin Ibrahin (direcção) *Processus de Démocratization en Afrique. Problèmes et Perspectives.* CODESRIA, Dakar, Senegal, pp. 01-25.

Makinda, Samuel M. (1996) "Democracy and Multi-Party Politics in Africa". In: *The Journal of Modern African Studies*, 34.4, Cambridge University Press, pp. 555-573.

Mama, Amina (1995) "Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria". In: Afrique et Development, Vol. XX, Nº1, *CODESRIA*. Dakar, Senegal, pp.37-58.

Mamdani, M; Mkandawire, T. & Wamba-dia-Wamba (1992) "Movimentos Sociais, Mutações Sociais e Luta pela Democracia em África". In: CODESRIA

Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação. Dakar, pp. 65-90.

Mamdani, Mahmood (1996) *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton University Press, Princeton, Fountain Publishers, Kampala.

Mannathoko Changu (1992) "Feminist Theories and the Study of Gender Issues in Southern Africa". In: Ruth Meena (ed) *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. SAPES BOOKS, Harare, pp. 71-91.

Manning, Carrie (1992) "Mozambique Non Governamental Organizations and the Democratic Iniciatives Project". USAID, Maputo, mimeo.

Mansbridge, Joan (1992) "Feminismo Y Democracia". In: *ISIS Internacional*, Mujeres en Accion, Nº 1, Santiago de Chile.

Manthorpe, Catherine (1985) "Feminists look at science". In: *New Scientist*, 7 March, 3 pp.

Marshall, Judith (1990) "Structural Adjustment and Social Policy in Mozambique". In: *Review of African Political Economy* 47, pp. 28-44.

Martin, D. C. (1988) *Tanzanie: L'Invention d'une Culture politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Karthala.

Marx, Karl e Engels, Friedrich (1974) *A Ideologia Alemã*. Editorial Presença, Colecção Síntese, Vol. I, Lisboa.

Massinga, Cremilda (1997) "A imagem da mulher na comunicação social - estereótipos e a situação da mulher nos orgãos de informação". Maputo.

Maturana R., Humberto e Verden-Zöller, Gerda (1995) *Amor Y Juego - Fundamentos Olvidados de lo Humano, Desde el Patriarcado a la Democracia*. Colección Experiencia Humana, 4ª Ed., Santiago de Chile.

Maynard, Mary (1994) "'Race', Gender and the Concept of 'Difference' in Feminist Thought". In: Afshar, H. e Maynard, M. (eds) *The Dynamics of 'Race' and Gender - Some Feminist Interventions*. Taylor & Francis, London, pp. 9-25.

Mbilinyi, Marjorie (1992) "Research Methodologies in Gender Issues". In. Ruth Meena (ed) *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. SAPES BOOKS, Harare, pp. 31-70.

McFadden, Patricia (1997) "Challenges and Prospects for the African Women's Movement into the 21st Century"; "Workshop on Feminist Theory & Practice in

Africa". In: *Report of the First African Women's leadership Institute* (AWLI). Kampala, Uganda, pp. 26-34 e 43-49.

McFadden, Patricia (1997) "Knowledge Production in the Academy". In: *SAPEM* (Southern African Political and Economic Monthly), Vol. 10, Nº 11, Harare, pp. 25-26.

McFadden, Patricia (1997) "Culture and Sexual Harassment". In. *SAPEM*, Sept. 15- Oct. 15, pp. 27-29.

McFadden, Patricia (1998) "Feminist Thinking and African Women's Perspectives". In: *SAPEM*, Vol. 11, Nº 4, Harare, pp. 25-27.

McFadden, Patricia (1998) "On being na African Feminist, Scholar and Activist". In: SAPEM, Vol. 11, Nº 5, Harare, pp. 26-30.

Medeiros, Eduardo (1985) "Evolução de algumas instituições sócio-familiares". In: *Cadernos de História*. Boletim do Departamento de História, Faculdade de Letras, UEM, Nº 1, Maputo.

Medeiros, Eduardo (1985) *O Sistema Linhageiro Macua-Lomwe*. Faculdade de Letras, UEM, mimeo.

Meena, Ruth (ed.) (1992) *Gender In Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issue.* SAPES BOOKS, Harare.

Meena, Ruth (1992) "Do Women Have na Agenda in the Struggle for Democracy in Southern Africa?". *SAPEM - Southern Africa Political and Economic Monthly* 5, 8: 39-42.

Mellah, F. (1984) «Le Développement politique: Rôle et limites de l'Administration politique. Eléments pour une analyse de l'État 'moderne' au Tiers Monde». In: *Annuaire du Tiers Monde*, VIII, 1982-89, Paris: Nathan.

Memmi, Albert (1974) *Retrato do Colonizado precedido do Retrato do Colonizador*. Mondar Editores, Lisboa.

Memmi, Albert (1975) *O Homem Dominado*. Seara Nova, Lisboa.

Mkandawire, Thandika (1992) "Ajustamento Estrutural e Crise Agrária em África". In: *Ciências Sociais em África - Alguns projectos de Investigação*. CODESRIA, Dakar, pp. 197-229.

Michel, Andrée (1979) *Le Féminism*. Presses Universitaires de France (PUF), Paris.

Michel, Andrée (1993) «Un analisis feminista de la cooperacion euroafricana». In: *WIDE Boletín*:1, http://www.eurosur.org/wide/w9319-ªhtm 9 pp.

Mies, Maria (1986) *Patriarchy And Accumulation On A World Scale - Women in the International Division of Labour*. Zed Books Ltd., London and New Jersey.

Millet, Kate (1969) *Sexual Politics*. London: Abacus.

Ministério do Plano e Finanças (1994) *Moçambique: A Mulher e o Homem nas Estatísticas Básicas.* Direcção Nacional de Estatística, Unidade de População e Planificação, Maputo.

Mohanty, Chandra (1988) "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses". *Feminist Review*, 30.

Molyneux, Maxine (1986) "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution". In: Richard R. Fagen, Carmen Diana Deere, and Jose Luis Coraggio (eds) *Transition and Development: Problems of Third World Socialism*. New York: Monthly Review Press: pp. 280-302.

Mondlane, Eduardo (1995) *Lutar por Moçambique*. Colecção "Nosso Chão", CEA,

UEM, Maputo.

Monga, Célestin (1996) *The Anthropology of Anger: Civil Society and Democracy in Africa*. Lynne Rienner, Boulder and London.

Monteiro, Ana Piedade & José, Alexandrino (1995) *Organizações Não Governamentais. Faces e Contra-Faces na Identidade Civil Moçambicana.* CEA, UEM, Maputo.

Moore Júnior, Barrington (1967) *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia - Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. Edição Cosmos, Lisboa.

Mouffe, Chantal (1996) *O Regresso do Político*. Gradiva, Lisboa.

MULEIDE (1994) "A Mulher e o Sector Informal no Bairro George Dimitrov" (Bairro Benfica/Engraxadores, em Maputo), Maputo

Mulinari, (1997) "Third World Women and Discourses of Domination". In: Signe Arnfred (ed) *Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies*. International Development Studies, Roskilde University, Occasional Paper Nº 15, Roskilde, pp. 31-55.

Mulyungi, Josphat (s/d) "On the Role of African NGO's". In: *Voices from Africa*. Issue Nº 2, pp. 45-58.

Munslow, Barry (1988) "Mozambique and the Death of Machel". In: *Third World Quarterly* (10), 1, pp. 23-36.

Murteira, Mário (1999) "Formação e Colapso de uma Economia Colonial" e "A economia dos Novos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa". In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (direcção) *História da Expansão*

Portuguesa. Vol. V, Circulo de Leitores, Navarra, Espanha, pp. 108-130 e 131-143.

Naciones Unidas (1993) "En las Naciones Unidas: Organizaciones Non Gubernamentales de Mujeres*". Departamiento de Información Pública de las Naciones Unidas* DPI/1311, February - 4M - Puntos de Vista de las Naciones Unidas.

Ncube, Welshman e Stewart, Julie (1995) (eds) Widowhood, Inheritance Laws, Customs & Practices in Southern Africa. WLSA, Harare.

Neves, Carvalho (1988) "As Condições Económico-Sociais da Mulher e da Criança no Meio Rural". Maputo, mimeo.

Newitt, Malyn (1997) *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América

Noordstrom, C. (1994) "War Zones: cultures of violence, militarisation and peace". Peace Research Centre, National University of Australia, Working Paper Nº 145, Camberra.

O'Laughlin, Bridget (1992) "A Base Social da Guerra em Moçambique - Análise de 'A causa das armas em Moçambique - Antropologia de uma guerra civil", de C. Geffray, Paris: CREDU - Karthala, 1990, in: *Estudos Moçambicanos* nº 10, CEA, UEM, Maputo, pp. 107-142.

O'Meara, Dan (1991) "The Collapse of Mozambican Socialism", in: *Transformation*, nº 14, pp. 82-103.

OMM (1976) "Relatório da Comissão Coordenadora Nacional da OMM à II Conferência da OMM". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional

da FRELIMO, Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 10/11/76, mimeo.

OMM (1976) "Trabalho da II Comissão - Programa e Estruturas". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 16/11/76, mimeo.

OMM (1976) "3ª Comissão - Problemas sociais na zona rural". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, s/d, mimeo.

OMM (1976) "Estatutos e Programa". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 17/11/76, mimeo.

OMM (1976) "Comunicado Final". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 17/11/76, mimeo.

OMM (1976) "Sessão de Encerramento presidida pelo camarada Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 18/11/76, mimeo.

OMM (1977) *Documentos da 2ª Conferência da OMM*, Maputo.

OMM (1984) "Resolução Geral da Conferência Extraordinária da OMM". In: Revista *Tempo* 737, Novembro, Maputo.

OMM (1989) *Transformar a sociedade para fazer triunfar a revolução*. (discurso de abertura do Presidente Samora Machel) Documentos da Conferência Extraordinária da OMM. Colecção Textos e Documentos Nº 5, Edição Partido Frelimo, Maputo.

OMM (s/d) *Análise sobre a situação social da mulher*. Documentos da Conferência Extraordinária da OMM. Colecção Textos e Documentos Nº 6, Edição Partido Frelimo, Maputo.

OMM (1988) *Resolução Geral*. Documentos da Conferência Extraordinária da OMM. Colecção Textos e Documentos Nº 7, Edição Partido Frelimo, Maputo.

OMM (Organização da Mulher Moçambicana) (1990) "Relatório do Gabinete Central à IV Conferência Nacional da OMM". Novembro, Maputo, 14 pp.

OMM (1990) "Projecto de Revisão de Estatutos e Programas da OMM", IV Conferência Nacional. Novembro, Maputo, 22 pp.

OMM (1991) *Estatutos e Programa* . Documentos da 4ª Conferência da OMM, Maputo.

OMM (1994) "Síntese do debate feito pela IV Sessão do Conselho Nacional da OMM". Secretariado Nacional da OMM, Maputo, 13/12/94, mimeo.

OMM (1996) "Circulos de Interesse" (Documento Interno). Maputo, 37 pp.

Osório, Conceição (1988) *Les manuels scolaires d'Histoire au Mozambique - Une analyse*. Mémoire de D.E.A., Université de Paris VII, Jussieu, D.E.A. de Didactique des Disciplines, Paris.

Osório, Conceição (1997) "Violência Contra a Jovem e Construção da Identidade Feminina". *MULEIDE*, Maputo.

Parpart, Jane and Staudt, K. (1987) *Women and the State in Africa*. Boulder, CO: Lynne Reinner.

Parpart, Jane L. (1993) "Who is the "Other"?: A Postmodern Critique of Women and Development Theory and Practice". *Dalhouise University*, Canada, 18 pp.

Parpart, Jane L. (1995) "Deconstructing the Development Expert: Gender, Development and the "Vulnerable Groups"", pp. 333-367. In: M. Marchand & J. Parpart (eds.) *Feminism/Postmodernism/ Development.* Routledge, London, 1995.

Parpart, Jane L. (1995) Restructered Worlds/Restructered Debates: Globalization, Development and Gender. In: *Canadian Journal of Development Studies*, Special Issue, pp. 17-38.

Parpart, Jane and Marchand, Marianne (1995) Exploding the Canon: An Introduction/Conclusion. In: M. Marchand & J. Parpart (eds.) *Feminism/ Postmodernism/Developement*. Routledge, London, 1995, pp. 1-31.

Pehsrron, Kaysa (1993) *Country Gender Analysis: Mozambique*. Prepared for de *SIDA*. Maputo.

Penvenne, Jeanne (1983) "Here Everyone Walked with Fear: The Mozambican Labour System and the Workers of Lourenço Marques, 1945-1962". In: Frederick Cooper (ed) (1983) *Struggle for the City: Migrant Labour, Capital and State in Urban Africa*. Beverly Hills, sage Publications.

Perspectivas (1996) "Brasil - La Sociedad Civil en Movimiento". ISIS Internacional, Nº 2 (Ciudadania, Más allá del Voto), Santiago de Chile, pp. 20-21.

Perspectivas (1996) "Un Movimiento Social Y Politico", ISIS Internacional Nº 3 (Feminismos), Santiago de Chile, pp. 3-5.

Perspectivas (1996) "Las Rebeldes del 68". In: ISIS Internacional (Feminismos), Nº 3, Santiago de Chile, pp. 6-8.

Pintassilgo, Mª de Lourdes (1985) *Conferência no Recontres Internationales de Genéve*.

Portugal, Ana María (1996) "LatinoAmerica Pasado y Presente". In: *Perspectivas* (Feminismos), ISIS Internacional, Santiago de Chile, pp. 10-14.

Penvenne, Jeanne (1986) *Making our own way: women working in Lourenço Marques, 1900-1933*. African Studies Center Working Papers, Nº 114, Boston University, Boston.

Potash, Betty (1992) "Las Relaciones entre los Géneros en Africa Sub-Sahariana". In: *Espejos y Travesías (Antropologia y Mujer en los 90),* ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, Nº 16, Santiago de Chile, pp. 125-147 e 162-169.

PROFAMÍLIA (1996) "Levantamento sócio-económico e elaboração de um programa de possíveis intervenções para a população desfavorecida em Moçambique", Austral Consultoria e Projectos, Maputo, mimeo.

PNUD (1998) *Moçambique. Paz e crescimento económico: Oportunidades para o desenvolvimento humano. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano*. Maputo.

Reis, Mª do Céu Carmo (1987) "Representation Sociale de la Femme dans le Discours Nationaliste: Le Cas de la Generation des Années 50 en Angola". In: *Africa*: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo, Nº 10, pp. 140-161.

Riechmann, Jorge e Buey, Francisco Fernández (1994) *Redes que dan libertad. Introducción a los nuevos movimientos sociales*. Ediciones Paidós, Barcelona-Buenos Aires-México.

Rita-Ferreira A. (1967/68) "Os Africanos de Lourenço Marques". In: *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique* (IICM), Vol. 9, Série C, Lourenço Marques, pp. 95-491.

Robertson, Claire C. and Klein, Martin (eds) (1983) *Women and Slavery in Africa*. Madison, Wis, University of wisconsin Press.

Rosaldo, Michelle (1974) "Women, Culture and Society: A Theoretical Overview". In: Michelle Rosaldo & Louise Lamphere (eds) *Women, Culture and Society*. Stanford University Press, Stanford, pp. 17-43.

Rowbotham, Sheila, Segal, Lynne e Wainwright (1981*) Beyond The Fragments - Feminism* and the *Making of Socialism*. Merlin Press, London.

Roy-Campbell, Makini (1995) "Empowerment of African Women Across Geographical Boundaries: Formation of a Pan-African Women's Liberation Organisation". In: *SAFERE*, Vol. 1, Nº 1, SAPES BOOKS, Harare, pp. 87-89.

Rubin, Gayle (1993) *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política do Sexo*. Edição S.O.S. CORPO, Recife.

Sader, E. e Gentili, P. (Ogs.) (1996) *Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3ª ed.

SAFERE (1995) "The Gendered Politics of Land", - *Southern African Feminist Review,* SAPES BOOKS, Harare, Vol. 1, Nº 1.

Saffioti, Heleieth I. B. (1992) "Rearticulando Gênero e Classe Social". In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (org.) *Uma Questão de Gênero*. Fundação carlos Chagas, S. Paulo, pp. 183-215.

Santos, Boaventura de Sousa (1981) "Science and politics: Doing Research in Rio's Squatter Settlements". In: Robin Lukhan (ed) *Law and Social Enquiry: Case Studies of Research*. Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, International Centre for Law in Development, New York, Collection Studies of Law in Social Change and Development, Nº 5, pp. 261-289.

Santos, Boaventura S. (1989) "Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade". In: *Direito e Sociedade*, Coimbra, pp.3-12.

Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Edições Afrontamento, Porto.

Santos, B.S. (1995*) Toward a New Common Sense - Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition.* Routledge, N.Y., London.

Santos, Félix Requena (1994) *Amigos y redes sociales. Elementos para una sociología de la amistad*. Siglo ventiuno de España Editores, as, Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Colección "Monografías", NÚM. 139.

Sardan, J. P. Olivier De (1996) «L'Économie morale de la corruption en Afrique». In: *Politique Africaine*, Nº 63, Sept., pp. 97-116.

Saul, John (1991) "Mozambique: The Failure of Socialism?" In: *Transformation*, nº 14, pp. 104-110.

Saul, John (1994) "O Estado da Frelimo: Da Revolução à Recolonização". In: *Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 15, Abril de 1994,

Maputo, pp. 5-42.

Schrijvers, Joke (1991) "Autonomy as policy: A matter of boundaries?". In: W. van Zanten (ed) *Across Boundaries: Women's Perspectives*. Research and Documentation Center Women and Autonomy, Leiden.

Scott, Joan (1989) *Gender: An Useful Category of Historical Analysis. Gender and Politics of History*. New York, Columbia University Press.

Scott, Catherine V. (1995) *Gender and Development. Rethinking Modernization and Dependency Theory*. Lynne Rienner Publishers, USA.

Seidler, Victor J. (1994) *Unreasonable Men - Masculinity and Social Theory*, Routledge, London and New York.

Sen, Gita e Crown, Caren 1988 *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: Perspectiva das Mulheres do Terceiro Mundo*. Co-Edição Editora Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR, Rio de Janeiro, Brasil.

Serrano, Marcela (1998) *Tão Amigas Que Nós Somos*. Quetzal Editores, Lisboa.

Sheldon, Katheleen (1996) (ed) *Courtyards, Markets, City Streets - Urban Women in Africa*. Westview Press, Colorado.

Shiva, Vandana e Mira (1994) "Biological Reductionism And The Politics Of Choice". *Third World Network*, Penang, Malysia.

Shohat, Ella e Stam, Robert (s/d) *Unthinking Eurocentrism - Multiculturalism and the Media.* Routledge, London and New York.

Silva, T. M. Cruz e (1996) *Protestant Churches and the Formation of Political*

Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974) - The case of the Swiss Mission, Bradford. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy, Dept. of Social and Economic Studies, University of Bradford.

Silva, T. M. Cruz e (1999) "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala" (1º draft). Maputo, Abril, mimeo.

Sogge, David (ed) (1987) *Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Gemeenschapelijk Overleg Medefinanciering, Amsterdam.

Sogge, David (1987) "O sector civil". In: David Sogge (ed*) Moçambique - perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Gemeenschapelijk Overleg Medefinanciering, Amsterdam, pp. 45-75.

Stanley, Liz (ed) (1993) *Feminist Praxis. Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*. Routledge, London and New York.

Stanley, Liz (1993) "Feminist praxis and the academic mode of production. An editorial introduction". In: Liz Stanley (ed) *Feminist Praxis. Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*. Routledge, London and New York, pp. 3-19.

Stanley, Liz and Wise, Sue (1993) "Method, methodology and epistemology in feminist research process". In: Liz Stanley (ed) *Feminist Praxis. Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*. Routledge, London and New York, pp. 20-60.

Stewart, Julie (1997) (ed) *Paving a way forward - A review and research primer of WLSA research and methodology*. WLSA, Harare.

Strobel, Margaret (1982) "African Women: Review Essay". In: *Signs* 8.

Subercaseaux, Elizabeth (1998) *Eva en el mundo de los Jaguares*. Aguilar, Santiago de Chile.

Tandon, Yash (1991) "Foreign NGO's, Uses and Abuses: An African Perspective". *IFDA Dossier* 81, April/June, Roma.

Tadesse, Zenebeworke (1988) "Breaking the Silence and Broadning the Frontiers of History: Recent Studies on African Women". In: S. Jay Kleinberg (ed) *Retrieving Women's History - Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Science*. Berg/UNESCO, pp. 356-364.

Thébaub, Françoise (direcção) (1995) *História das Mulheres - O século XX.* Vol.. Edições Afrontamento, Lisboa.

"Todos Contra a Violência" (1999) Boletim Informativo Nº 9, Janeiro, Maputo, 4 pp.

"Todos Contra a Violência" (1999) Boletim Informativo Nº 10, Fevereiro, Maputo, 4 pp.

Tomasevski, Katarina (1993) *Women and Human Rights*. Zed Books Ltd, London & New Jersey.

Tripp, Aili Mari (1996) "Urban Women's Movements and Political Liberalization in East Africa". In: Katheleen Sheldon (ed) *Courtyards, Markets, City Streets - Urban Women in Africa*. Westview Press, Colorado, pp. 285-308.

Tsemo, T. (1992) "Direitos e papel da mulher africana no contexto político-jurídico tradicional: Evolução e perspectivas". In: *Estudos Moçambicanos*, Nº 11/12, Nov., CEA, UEM, Maputo, pp. 185-210.

União Geral das Cooperativas Agro-Pecuarias de Maputo (1998) *Folha Informativa*, Abril, Maputo, 9 pp.

Union Interparlementaire (1997) *Hommes et Femmes en Politique - La Démocracie Inachevée - Étude comparative mondiale*, Série "Rapports et documents" Nº 28, Genève.

Union Interparlementaire (1997) *Femmes - Que fait l'Union Interparlementaire*?, Série "Rapports et documents" Nº 27, Genève.

United Nations (1990) "Non-Governmental Organisations and Sub-Saharan Africa". Geneve, United Nations, *Non-Governmental Liaison Service*, July 1988.

Universidade Eduardo Mondlane/UNESCO (1986) "Relatório Final do Seminário 'A Mulher e a Reconstrução Nacional em Moçambique'", 17-22 de Março de 1986, Maputo, mimeo, 51 pp.

Urdang, Stéphanie (1979) *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. Monthly Review Press, New York.

Urdang, Stéphanie (1983) "The Last Transition? Women and Development in Mozambique". In: *Review of African Political Economy*, 27/28, pp. 8-23.

Urdang, Stéphanie (1984) "Women in National Liberation Movements". In: M. J. Hay and S. Stichter (eds) *African Women South of the Sahara*. Harlow, Longman.

Urdang, Stéphanie (1988) *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. London, Earthcan.

Van Halsema, Ineka (1997) "Feminist Methodology and it's relation to Policy

Research on Gender and Environment". Paper prepared for "Gender Matters, Method Matters", Third Seminar of the CERES working group on Gender, Environment and Development, 15/05/97, TDG/UT, *Institute of Social Studies*, Den Hague, 11 pp.

Valdés, Teresa y José Olavarría (eds) (1997) *Masculinidad/es - Poder y Crisis*. ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres Nº 24, FLACSO, Santiago de Chile.

Vargas, Virginia (1997) "Reflexiones en torno a los procesos de autonomia y la construccion de la ciudadania feminina en la región*". Centro Flora Tristán, Perú* (Internet).

Vieira, Sérgio (992) "Moçambique: Interrogações sobre a Emergência da Sociedade Civil". In: *Estudos Moçambicanos*, Nº 11/12, CEA/UEM, Maputo, pp. 13-25.

Viezzer, Moema (1989) *O Problema não está na Mulher*. Cortez Editora, São Paulo.

Von Lieres, Bettina (1999) "Review Article: New Perspectives on Citizenship in Africa". In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 25, Nº 1, March, pp. 139-148.

Wallerstein, I. (1988) "Les Structures du Foyer Domestique et la Construction de la Force de Travail dans l'Économie-Monde Capitaliste". In: *Races, Nation, Classe*. Paris, Éditions la Découverte, pp. 144-152.

Wallerstein, I. (1995) "The end of what modernity?". In: *Theory and Society* 24: 471-488.

Wallerstein, I. (1996) "Social Change? Change is eternal. Nothing ever changes". *Abertura III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.

Waadijk, Berteke (1973) "Of Stories and Sources. Feminist History". In: Rosemarie

Buikema and Anneke Smelik (eds) *Women's Studies and Culture - A Feminist Introduction*. Zed Books Ltd, London and New Jersey, pp. 14-25.

Werbner, Richard and Terence Ranger (eds) (1996) *Postcolonial Identities in Africa*. Zed Books, London and New Jersey.

White, Luise (1983) "A Colonial State and an African Petti-Bourgeoisie: Prostitution, Property and Classe-Struggle in Nairobi, 1936-1940". In: Frederick Cooper (ed) (1983) *Struggle for the City: Migrant Labour, Capital and State in Urban Africa*. Beverly Hills, Sage Publications.

Willets, P. (1996) (ed) *The Conscience of the World*. Washington, Brookings Institute.

Wipper, Audrey (1995) "Women's voluntary associations". In: Margaret J. Hay & S. Stichter (eds) *African Women South of the Sahara*. Longman Group, Ltd, 2ª edição, Londres, pp. 164-186.

WLSA/PSLM (1992) *O Direito a Alimentos e a Mulher em Moçambique: estudo de caso na região Sul*. DEMEG, CEA, UEM. Maputo

WLSA/PSLM (1994) *Direito à Sucessão e Herança: Moçambique*. DEMG, CEA, UEM. Maputo.

WLSA (s/d) *Standing at the cross roads - WLSA and the Rights Dilema: Which way do we go*. WLSA, Harare.

WLSA (1996) *WLSA Regional impact study report*. WLSA, Harare.

WLSA (s/d) *Changing Families Changing Laws*. Working Paper Nº 9, WLSA, Harare.

Yaggar, Alison M. (1994) *Living with Contradictions - Controversies in Feminist Social Ethics*. Westview Press, Boulder, S. Francisco, Oxford.

Young, Tom (1999) "Review Article: The State and Politics in Africa".In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 25, Nº 1, March, pp. 149-154.

Zamparoni, Valdemir (1996) "Copos e Corpos: A Disciplina do Prazer". Versão preliminar de trecho de tese de doutorado, apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 01-05 Setembro, 11 pp.

Zeleza, Paul Tyambe (1997) *Manufacturing African Studies and Crises*. CODESRIA Book Series, Dakar.

Zolberg, Aristide et al (1989) "Who is a Refugee?" In: *Escape from violence: Conflict and the refugee crisis in the Developing World*. Oxforf University Press, Oxford, New York, pp 3-33; 283-290.

ENTREVISTAS REALIZADAS

- Joana Mangueira, Coordenadora do GEPR, Maputo, 15/05/98.

- Cidia Monteiro, Coordenadora do Fórum Mulher, Maputo, 20/05/98.

- Esperança Muthemba, Secretária para o Trabalho Social, Formação e Economia, do Secretariado Nacional da OMM, Maputo, 25-26 de Maio de 1998.

- Ismael Ossumane e Prosperino Galipoli, membros da UGC, Maputo, 26/05/98.

- Arlete Calane, Directora Geral da AMME, Maputo, 27/05/98.

- Elisa Muianga e Ana Piedade Monteiro, Presidente e 2ª Vice-Presidente da MULEIDE, Maputo, 09/06/98.

PAZ NA TERRA, GUERRA EM CASA

COORDENAÇÃO GERAL

(Prof. Marco Mondaini (DSS/UFPE

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Daniel L. Apolinario

FORMATO

A5

TIPOGRAFIA

Open Sans

PAPEL

MIOLO: Off -set-75g

CAPA: TP-250g/m2

MONTADO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA DA

Editora UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea

Recife, Pernambuco

CEP: 50.740-530

Fax: (81) 2126.8395

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930

www.ufpe.br/edufpe

edufpe@ufpe.br